



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

DIEGO FERNANDO BUILES PUERTAS

***TJINA YDUBRY GAP POM MO* (NOSSO TERRITÓRIO COM MORRO GRANDE):
HISTÓRIAS, MEMÓRIA COLETIVA E PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO
E A BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA (*KARIB*) DA TI CACHOEIRA SECA**

Belém
2024

DIEGO FERNANDO BUILES PUERTAS

***TJINA YDUBRY GAP POM MO* (NOSSO TERRITÓRIO COM MORRO GRANDE):
HISTÓRIAS, MEMÓRIA COLETIVA E PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO
E A BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA (*KARIB*) DA TI CACHOEIRA SECA**

Tese apresentada ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obter o título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Teophilo Folhes.

Belém
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B932t Builes Puertas, Diego Fernanado.
Tjina ydubry gap pom mo (Nosso território com morro grande)
: histórias, memória coletiva e percepções sobre o território e a
biodiversidade entre os Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca / Diego
Fernanado Builes Puertas. — 2024.
261 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Teophilo Folhes
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2024.

1. Povo Arara (Karib). 2. TI Cachoeira Seca. 3. Território.
4. Biodiversidade. 5. Transamazônica BR-230. I. Título.

CDD 306.089811

DIEGO FERNANDO BUILES PUERTAS

***TJINA YDUBRY GAP POM MO (NOSSO TERRITÓRIO COM MORRO GRANDE):
HISTÓRIAS, MEMÓRIA COLETIVA E PERCEPÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO
E A BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA (KARIB) DA TI CACHOEIRA SECA***

Tese apresentada ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obter o título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Teophilo Folhes.

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Teophilo Folhes
Orientador - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a Marcela Vechionni Gonçalves
Examinador interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
Examinador interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Felipe Milanez Pereira
Examinador externo – IHUC/UFBA

Prof. Dr. Juan Álvaro Echeverri
Examinador externo – Instituto Imani/Universidade Nacional de Colômbia

À família, aos Sóis que me iluminaram, à memória de *Timbektodem Arara*, aos que confiam, aos que resistem, aos que criam mundos, aos ancestrais, aos donos espirituais...

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos ao povo Arara da TI Cachoeira Seca, por ter confiado na minha palavra e se engajado no levantamento de dados sobre o território e a biodiversidade. Me acolheram, me alimentaram, me cuidaram e me informaram sobre suas histórias de vida e as formas como os *ogorogmó* se organizavam, resistiram e se alimentaram até hoje. Um mergulho superficial no seu mundo já mostra os sinais de uma complexidade e refinamento maior. Às lideranças das aldeias: *Mobu Odo Arara, Ioru Arara e Totó Arara*. Às lideranças das associações do povo e das mulheres: *Timbektodem Arara (In memoriam), Onatjiodo Arara, Adoum Arara, Tjilim Arara, Poudem Arara, Tjiapompo Arara, Kainaru Arara, Lorigo Arara e Tjigongo*. Aos interlocutores sobre a mobilidade histórica e contato com os *karei*: *Tatji Arara, Typu Arara, Onatjiodo Arara (Mulheres), Pui Arara, Iaut Arara, Tjioptjogulo (Arapuca) Arara (Homens)*. Aos interlocutores sobre as percepções de sazonalidade, produtividade da floresta e comportamento das espécies biológicas: , *Tjioptjogulo (Arapuca) e Iaut Arara*. Aos acompanhantes das expedições as áreas de uso: , *Tjioptjogulo (Arapuca) Arara, Vito Xipaia, Timbektodem Arara (In memoriam), Toto Arara, Katiel Arara, Pinheiro, Irutjiam Arara, Myta Arara, Tymorak Arara*. Aos informantes sobre os roçados: *Adoum Arara, Tupu Arara, Poudem Arara (Mulheres), Timbektodem Arara (In memoriam), , Tjioptjogulo (Arapuca), Arara, Iaut Arara*. Aos Informantes sobre a pesca: *Vito Xipaia, Tybrybi Arara, Katiel Arara, Toto Arara*.

Da mesma forma, agradeço às comunidades beiradeiras das Resex dos Rios Xingu, Iri e Riozinho do Anfrísio, eles também me acolheram e me deram entrada nas suas famílias, como mais um de seu afiliados. Além disso, compartilharam suas histórias de vida e o contexto da chegada de seus parentes para trabalharem nos ciclos da borracha. Em especial, Seu Josivaldo, Dona Chagas, Seu Olivete, Seu Chicão, Seu Regino, Seu Jesimar, Tonho, Nem, Bastiana, Gleison, Raimunda, Cê Ronaldo, Raimundo, Diego, Josevan, Franqui, Jorge, Márcio e todo o grupo de colaboradores e monitores que acompanharam as ações do programa monitora entre 2019 e 2023, por compartilharem suas histórias de vida e seus conhecimentos, abaixo das mangueiras, andando no mato ou tomado banho nas beiras do Xingu, do Iri, do Rio Novo ou do Riozinho do Anfrísio.

Não posso deixar de agradecer a muitos sabedores e sabedoras indígenas, e não indígenas, pela generosidade, pelo tempo que me dedicaram e por compartilharem comigo seus conhecimentos e seus espaços familiares, desde que comecei esta trilha de vida pela

Amazônia, em 2004, antes de conhecer o povo Arara da TI Cachoeira Seca e as comunidades tradicionais da Terra do Meio.

A Edgar Bolívar Urueta, que em 2003, me deu a informação sobre o programa de mestrado em Estudos Amazônicos da Universidade Nacional de Colômbia, razão pela qual cheguei na Amazônia. Ao Professor Juan Álvaro Echeverri que, sem ser meu tutor, nem meu orientador, sempre leu os meus trabalhos acadêmicos de mestrado, e fez contribuições para a melhora da proposta de pesquisa como a que consegui a aceitação ao programa de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ele tem sido um “mentor” na temática das estratégias de uso e manejo do território e a biodiversidade por povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia.

Nas comunidades do meio rio Caquetá (Colômbia), aos avôs, sabedores e suas famílias: Oscar Román, Vicente Makuritofe (*Rip*), Elias Moreno, Fizi, Fernando Paqui, Daniel Matapi (*Rip*). Na Tríplice fronteira Colômbia-Ecuador-Peru, aos avôs, sabedores e suas famílias: Cacique Maturana (Puerto Leguízamo) e Barcino Noteno (Novo Milênio, Rio Aguarico). Na tríplice fronteira Colômbia-Brasil-Peru, a Daniel Nariño Mendoza, meu primeiro professor indígena do mundo do mato. Aos avôs, sabedores(as) e suas famílias: Dona Albita, Dom Paulinho, Dona Ruth Lorenzo, Abel Santos, Rosalba, Aniceto Negedeka, Jesus Vásquez, Arnold Vásquez, Walter Morales, Kasia Morales Soria, Lucinda Vásquez, Gustavo Macuna (*Rip*), Wiliam Yucuna, Gilberto López, Ángela López, Cristobal Buinage, Elio Miranha, Arcesio Pijachi, Ángel Pijachi, Ángel Tanimuca, e a todas as outras pessoas com as que compartilhei a palavra e recebi seus conselhos nas “casas grandes” ou “malocas” de Araracuara, Peña Roja, Villa Azul, Aduche, Tarapacá, Bora Km 18, Casilla Naira, Gayetano, Comunidade Km 11, Valdemar, CAPIUL, e na “casa filha”, do Campus Amazônia batizada pelo avô Paulinho como: “*Etane*”(a que se levanta e brilha). À Rufina (Villita) e toda a família Rivera. Aos amigos da vida e suas famílias, Ivan Loaiza, César Barbosa, Rojita Aguilar. Aos amigos da “Tribu” e de “Tabaticia do Norte”.

Nas comunidades do Alto Rio Envira (Brasil), às lideranças, professores e suas famílias: Senhorinha Kampa, Congonha Kampa, Raimundão Kampa, Ricardinho (*Torotse*) Kampa, Raimundinho Kampa, Airton Kampa, Fernando Kampa, Carlinhos Kulina, seu Chico Mateiro, Seu Alvanir (Soim). Em Rio Branco e outros municípios: especialmente grato com Hermes Moreira de Melo (*Rip*), infelizmente falecido durante a pandemia da

Covid-19, em 2021, e à sua família: sua esposa a Senhora Gina, seu sogro o Seu Gino (*Rip*), e suas filhas Virgínia, Amelia, Lulu, e seus filhos de coração, Julinho e Tales e suas famílias, pois eles me integraram como mais um de seus afiliados, numa cidade onde colocava os pés pela primeira vez na vida. Também agradeço a: Josias Kaxinawá, Maria Luiza Pinedo (Malu), Txai Terri, Catarina, Leonardo Lenin, Luana de Almeida, Daniel Belik, Maria Emília Coelho, Paula Lima e aos amigos e colegas da família Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que me abriram as portas para ver mais de perto algumas questões do território dos grupos isolados e de recente contato no Acre entre 2015 e 2017.

Agradeço às instituições: Coordenação Geral da Funai de Altamira (Funai-CR Altamira), especialmente à Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu (FPEMX), ao Instituto Socioambiental (Territorial Xingu), ao Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialmente aos servidores do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) da Terra do Meio e a todos os Agentes Temporários Ambientais (ATAs). Ao Instituto Maíra, pela contribuição nas ações desenvolvidas com o povo Arara da TI Cachoeira Seca.

Especialmente, agradeço ao Augusto Postigo e Clever Sena e suas famílias, pela generosidade, pois me abriram as portas de seus lares e me trataram como outro integrante da rede familiar, da mesma forma que meu amigo Hermes (*In memoriam*) e sua família fizeram no passado, no Acre. Augusto Postigo também fez contribuições fundamentais, com a leitura de vários tópicos e com a ajuda para a elaboração de vários dos elementos cartográficos e figuras. Também agradeço pelas contribuições de: Cleiton Da Silva (FPEMX), Leonardo de Moura, Roberto Resende, Thaís Mantovanelli, Rita, Idnara, Vito e dona Elda (ISA), Clara Baitello (Rede Terra do Meio); Tathiana Chaves e Elildo Carvalho Jr. (ICMBio). Agradeço ao Vinicius Honorato (UFOPA) pela sua leitura de tópicos específicos no ensaio da escrita, e pelos seus esclarecimentos das questões arqueológicas básicas do Xingu e do Tapajós.

Meus sinceros agradecimentos para o pessoal administrativo e acadêmico do PDSTU do NAEA-UFPA, pelo seu respeito e disposição permanente. Para José e Josy da Secretaria. Simone da Xerox e seus serviços adicionais fundamentais. Paulo de Sistemas. Para os professores, que me transmitiram seus conhecimentos e compartilharam os autores do “mainstream” e fora dele: Ligia Terezinha Lopes Simonian, Oriana Trindade de Almeida, Hisakana Corbin, Josep Vidal, Francisco de Assis Costa, Armin Matis, Adagenor Lobato e Marcela Vecchione. Também ao professor Juarez Carlos Pezzuti Brito, meu

primeiro orientador, pelas suas contribuições na elaboração do projeto de qualificação. Aos membros da banca de qualificação, professora Claudia Azevedo Ramos e professor Juan Álvaro Echeverri, pelas suas valiosas contribuições para a consolidação do projeto de pesquisa e o levantamento de dados em campo.

Infinitamente grato ao professor Ricardo Teophilo Folhes, que assumiu a orientação de uma pesquisa órfã e em andamento. Com seus assertivos comentários e observações, me ajudou a juntar e organizar o que estava disperso. Para Isaleimi Quijapumpo, pelas contribuições na elaboração cartográfica do mapa final de etnozoneamento da TI Cachoeira Seca. A Roseany Caxias, pela sua leitura atenta e correção de estilo em língua portuguesa.

Também aos colegas e amigos que conheci em Belém e Altamira em 2019: Josué e Jonathan (Honduras), que me receberam no aeroporto e me acolheram na sua casa; Tabilla Verena sua mãe e sua filha, que me acolheram em Belém em 2024 e 2025; Felipe Mateus e família (Belém); Luiz, Anne e família (Barcarena); Milton de Paula e família (Altamira).

Agradeço o auxílio financeiro do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU) do NAEA/UFPA, para pesquisa de campo durante três períodos por um valor total de R\$ 3.000,00.

O presente trabalho foi com o apoio de uma bolsa de estudos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 01, recebida durante setembro de 2019 até dezembro de 2023, obtida a través da convocatória da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Cooperação Internacional Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) para estudantes latino-americanos.

À minha querida família: la “madrecita”, el “padre mio”, el “Flaco”, la “Mlita”, “Santi”, “Lauris Camila”, la “Negrita”, John, Mireya, “Merucha”, Milton, Bladi, Fran, la “Cuñis”, doña Rosita e Javi. À memória de meus tios Guillermo, Antônio e Jorge, os dois últimos, me levaram às primeiras expedições de pesca e de pesquisa, sendo uma criança. Às famílias da linha paterna, a “Builada” toda, reunida em torno da casa da “mama Lucre” e das tias na “Estrella”. Às famílias da linha materna Campo, da descendência das tias: Aura, Ceci, Irma e Zoila, às Rojas “Amarillas” e aos Valencia-Campo. Aos Sóis que me iluminaram boa parte deste processo: Karen e Avril, “el solecito de primavera”.

RESUMO

O povo Arara (*Karib*) do Pará foi particularmente célebre na década de 1980, quando notícias sobre os conflitos entre os grupos deste povo com colonos e trabalhadores não indígenas, que chegaram acompanhando as iniciativas de colonização e desenvolvimento do governo militar da década 1960, se espalharam na mídia local até as esferas nacionais e internacionais. Para dar continuidade às obras e aos projetos, o governo criou a Frente de Atração Arara (FAA) em 1971. Em 1982 e 1983, se conseguiu o contato com os grupos Arara, que conformam a atual TI Arara, e 1987, com o grupo que conforma a TI Cachoeira Seca. Apesar de a homologação da TI Cachoeira Seca ter sido concedida em 2016, a regularização não foi concluída, pelos percalços do processo de desintrusão dos não indígenas que permanecem na TI. Aproveitando as lacunas do processo, invasores ilegais desmatam, traficam com madeira, grilam terra, fazem criação pecuária e exploram os recursos de usufruto exclusivo, desconhecendo as disposições constitucionais e legais. Outra questão estrutural, consistente na legitimação de ações assimétricas de invasão, se toma do território dos povos indígenas, a partir dos discursos retóricos de “território vazio” ou habitado por “povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização”, isso também se tem efetivado na imposição dos interesses econômicos e políticos. Devido à interação de todos esses elementos, e de sua continuidade, apesar das denúncias comunitárias permanentes e das ações das instituições encarregadas da proteção do território e da biodiversidade, a situação se enquadra como um problema de falta de eficiência e eficácia nas políticas e ações de proteção territorial da TI Cachoeira Seca. Para contribuir com a melhoria desta situação, decidiu-se analisar as formas de uso do território e da biodiversidade, a partir das informações documentais, a recuperação da memória coletiva e a documentação das percepções do acervo de conhecimento tradicional do povo Arara da TI Cachoeira Seca, para produzir insumos qualificados, que melhoraram as ações de proteção territorial. Usaram-se revisão documental, convívio nas aldeias e registro em diário de campo. Também se realizaram oficinas participativas e colaborativas, mapeamentos e zoneamentos, conversas, entrevistas e acompanhamento de expedições às áreas de uso da biodiversidade. No capítulo I, se apresentam os elementos históricos analisados, com foco no povo Arara (*Karib*) e o recorte territorial mencionado acima. No capítulo II, se apresentam os elementos da diáspora e da mobilidade dos grupos Arara em diálogo com o resgate da memória coletiva da *Tjibie Arara* e sua filha *Iogo Arara* sobre o contato com os *karei* (não indígenas). No capítulo III, se apresentam os elementos sobre as percepções e o acervo de conhecimento tradicional para o uso do território e a biodiversidade para a alimentação e sobrevivência. Apresentam-se mapas e figuras com as reconstruções da mobilidade histórica; detalhes do esquitejamento do território dos grupos Arara pelos projetos de colonização e desenvolvimento; calendários culturais e de alimentação e sobrevivência; e o etnozoneamento das Áreas de Manejo Especial Indígena (AMEIs) e das Áreas Territoriais de Recorrentes Invasões após a Transamazônica (ATRITs).

Palavras-chave: TI Cachoeira Seca, Povo Arara, Conhecimento Tradicional, Território, Biodiversidade, Transamazônica BR-230

RESUMEN

El pueblo indígena Arara (*Karib*) del Estado de Pará (Brasil), fue especialmente mencionado en la década de 1980, cuando los conflictos de estos grupos indígenas con los colonos y trabajadores que se instalaron en sus territorios, destinados por el gobierno militar de la década de 1960, para los proyectos de colonización y desenvolvimiento oficiales, se difundieron desde los medios noticiosos locales, hasta las esferas internacionales. Para darle continuidad a sus proyectos oficiales, el gobierno designó al equipo de la Frente de Atracción Arara, la tarea de contactar los grupos en conflicto en 1971. Entre 1982 y 1983 se contactaron los grupos que conforman el actual resguardo indígena (Terra Indígena-TI, en el ámbito brasileiro) Arara y en 1987, se contactó el último grupo que conforma el actual resguardo indígena (TI) “Cachoeira Seca”. A pesar de que el reconocimiento oficial de los límites de la TI Cachoeira Seca, se realizó desde 2016, el saneamiento territorial de los ocupantes no indígenas aún no ha sido concluido. Aprovechando esta situación, grupos ilegales organizados, deforestan, comercian la madera, venden y asignan lotes a terceros para la transformación de la tierra en potreros para la ganadería y explotan los recursos de la biodiversidad, de usufructo exclusivo para la alimentación y sobrevivencia de este pueblo, de acuerdo con la constitución y la legislación brasileira. Otro elemento que complejiza esta situación tiene que ver con el uso de los discursos retóricos de “territorio vacío” e “pueblos desposeídos de conocimiento útil para la civilización”, para legitimar las acciones hegemónicas, de imposición de los intereses económicos y políticos en estos territorios. Debido a la interacción de todos esos elementos y su continuidad a pesar de las denuncias permanentes de la comunidad indígena ante los órganos institucionales encargados, la situación problemática se define como falta de eficiencia y eficacia en las políticas y acciones de protección del territorio y la biodiversidad de la TI Cachoeira Seca. Para contribuir con el mejoramiento de esta situación, se analizaron las formas de uso del territorio y la biodiversidad en el área de estudio, de acuerdo con los registros históricos y bibliográficos, la memoria colectiva y las percepciones del conocimiento tradicional del grupo Arara de la TI Cachoeira Seca, para producir insumos cualificados para mejorar las acciones de protección territorial. Para esto, se convivió temporalmente en las aldeas, se realizaron oficinas participativas y colaborativas, entrevistas y conversaciones, mapeos y acompañamiento de expediciones a las áreas de uso y registro detallado en diario de campo. Los resultados se estructuraron en tres capítulos. En el capítulo I se presentan las informaciones bibliográficas sobre la ocupación indígena y la colonización forzada en el área de estudio. En el capítulo II se presenta el dialogo entre las informaciones bibliográficas y la memoria colectiva del grupo indígena, para reconstruir su diáspora y su movilidad territorial hasta la actualidad. En el capítulo III se presentan los elementos del acervo de conocimiento tradicional sobre el territorio y la biodiversidad, para la alimentación y sobrevivencia. En los tres capítulos se presentan mapas, figuras y fotos con las reconstrucciones de la movilidad, la imposición de los proyectos oficiales de colonización y desarrollo económico y sus impactos en la fragmentación del territorio tradicional, los calendarios culturales y ecológicos, y la zonificación de las Áreas de Manejo Especial Indígena (AMEI) en oposición a las Áreas Territoriales con Recurrentes Invasiones desde la Transamazónica (ATRIT).

Palabras Clave: Tierra Indígena Cachoeira Seca, Pueblo indígena Arara (*Karib*), Conocimiento tradicional Indígena, Territorio, Biodiversidad, Carretera Transamazónica BR-230.

ABSTRACT

The Arara (*Karib*) indigenous people of Pará, were particularly famous in the 1980s, when news became widespread from local media to national and international spheres, about conflicts between, Arara people groups with settlers and non-indigenous workers who arrived following the colonization and development initiatives of the military government in the 1960s. To continue the works and projects, the government created the Arara Attraction Front (AAF) since 1971. In 1982 and 1983, a AAF was contact the Arara groups that make up the current “Arara Indigenous Land”, and in 1987, was contact the last Arara group that inhabiting a current “Cachoeira Seca Indigenous Land”. Even though the limits of the Cachoeira Seca Indigenous Land were approved in 2016, the regularization was not completed, due to the setbacks in the process, and non-indigenous people, remain in the Indigenous Land. Taking advantage of loopholes in the process, illegal invaders deforest, traffic in timber, grab land, raise livestock, and exploit resources for exclusive use, ignoring constitutional and legal provisions. Another structural issue, consisting of the legitimization of asymmetrical actions of invasion and seizure of the territory of indigenous peoples, based on the rhetorical discourses of “empty territory” or inhabited by “people lacking useful knowledge for civilization”, has also taken effect, in imposition of economic and political interests. Due to the interaction of all these elements, and their continuity, despite permanent community complaints and the actions of institutions in charge of protecting the territory and biodiversity, the situation is framed as a problem of lack of efficiency and effectiveness in policies and actions of territorial protection of the Cachoeira Seca Indigenous Land. To contribute to improving this situation, we analyzed the forms of use of the territory and biodiversity, based on documentary information, the record of collective memory and the documentation of perceptions and the traditional knowledge collection of the Arara people of Cachoeira Seca Indigenous Land. Documentary review, interaction in the villages and recording in a field diary were used. Participatory and collaborative workshops, mapping and zoning, conversations, interviews and monitoring expeditions to areas of biodiversity use were also held. In chapter I, the historical elements analyzed are presented, focusing on the Arara (*Karib*) people and their traditional territory in Xingu Region. In chapter II, elements of the diaspora and mobility of the Arara groups are presented in dialogue with the collective memory of *Tjibie Arara* and her daughter *Iogo Arara* about of contact experience with the *karei* (non-indigenous people). In chapter III, elements on perceptions and the traditional knowledge about the territory and biodiversity use, for food and survival are presented. Maps and figures are presented with reconstructions of historical mobility; details of the fragmentation of the Arara groups territory by colonization and development projects; cultural and food calendars; and the ethno zoning of Special Indigenous Management Areas (AMEIs in Portuguese language) and Territorial Areas of Recurrent Invasions after the “Transamazonic highway” construction (ATRITs in Portuguese language).

Keywords: Cachoeira Seca Indigenous Land, Arara Indigenous People, Traditional Knowledge, Territory, Biodiversity, Transamazonic BR-230 highway.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da área de estudo com a localização da TI Cachoeira Seca e o Mosaico de áreas protegidas Terra do Meio.....	51
Figura 2	Localização geográfica de quatro das famílias linguísticas, segundo as análises de profundidade temporal de Urban (2002).....	60
Figura 3	Classificação provisória da família linguística Karib, em que aparece classificada a língua Arara.....	66
Figura 4	Localização geográfica do Ramo Sul/Pekodiano e Ramo Kuikuroano da família linguística Karib, na calha do rio Xingu.....	67
Figura 5	Localização geográfica das principais atividades econômicas no período político da Colônia portuguesa, durante os séculos XVII e XVIII.....	73
Figura 6	Mapa da localização geográfica das principais localidades de assentamento de não indígenas, nas calhas dos Rios: Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, até 1781.....	78
Figura 7	Mapa da localização geográfica das principais localidades de assentamento de não indígenas, nas calhas dos Rios: Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, até 1883.....	82
Figura 8	Seção VIII. Mapa Especial do Rio Xingu. Elaborado por Otto Clauss com os levantamentos e coordenadas da expedição de Karl von den Steinen em 1884.....	86
Figura 9	Localização geográfica das populações falantes da língua Arara (Karib), segundo o mapa de Henri Coudreau.....	89
Figura 10	Localização geográfica das populações falantes da língua Arara (Karib), segundo o mapa de Curt Nimuendaju.....	98
Figura 11	Mapa da configuração territorial desde o início do período da República em 1889 até a atualidade.....	104
Figura 12	Mapa temático sobre a habitação, a mobilidade, e a diáspora dos grupos do povo Arara na Região da Volta Grande, desde a primeira metade do século XIX.....	108
Figura 13	Mapa temático sobre o esquiteamento do território tradicional de habitação dos grupos do povo Arara, pelos projetos de desenvolvimento e colonização do período político da ditadura militar da década de 1960.....	114
Figura 14	Progressão histórica das invasões da TI Cachoeira Seca a partir dos travessões da Transamazônica BR 230, desde 1997 até 2021.....	122
Figura 15	Imagem do contato oficial do grupo Arara da atual TI Cachoeira Seca com a Frente de Atração Arara (FAA) da Funai em 1987.....	133
Figura 16	Mapa Mental com a representação de vários eventos de contato do povo Arara da TI Cachoeira Seca com não indígenas (karei) antes do contato oficial com a FAA em 1897.....	137
Figura 17	Imagem do Afonso Alves da Cruz entregando uma rede a Tjibi Arara durante o contato definitivo do grupo da TI Cachoeira Seca com a FAA, em 1987.....	140

Figura 18	Mapa Mental com a representação do caminho percorrido pelo grupo Arara desde seu último local de assentamento permanente nas nascentes do igarapé Cachoeira Seca até o PV localizado na beira do rio Iriri, em 1987.....	141
Figura 19	Oficinas participativas para a produção de mapas mentais sobre os detalhes da mobilidade do grupo Arara da TI Cachoeira Seca.....	143
Figura 20	Mapa Mental 3: Representação do evento da separação definitiva do grupo da TI Cachoeira Seca da área de concentração dos grupos principais localizada nas cabeceiras dos Igarapés Penetecal e Jarauçu.....	145
Figura 21	Sessão diária no campo de jogo de bola da Aldeia Iriri, com a meninada torcendo pelo seu time de preferência desde sua plateia	147
Figura 22	Imagem de Tatji Arara se protegendo do sol e carregando sua filha de colo, no momento do contato definitivo com a FAA chefiada pelo Sertanista de carreira, Sidney Possuelo.....	148
Figura 23	Mapa Mental dos relatos sobre a separação do grupo da TI Cachoeira Seca da área de concentração grupal noas nascentes dos igarapés jarauçu e Penetecal.....	149
Figura 24	Mapa temático sobre a configuração territorial dos grupos Arara entre as décadas de 1940 e 1980 e a rota de mobilização na separação do grupo da TI Cachoeira Seca.....	152
Figura 25	Mapa Mental sobre a separação do grupo familiar de Ioru Arara, da aldeia principal, Iriri, localizada no montante da atual aldeia Awy, como denominada após a separação.....	156
Figura 26	Representação das melhorias realizadas no novo local de assentamento na Aldeia Awy liderada pelo grupo familiar de Ioru e Lorigo Arara, após a separação da aldeia principal, Iriri, liderada pelo seu irmão Mobu Odo Arara.....	158
Figura 27	Mapa Mental com a representação esquemática da percepção da sazonalidade entre os <i>Ogorogmó</i> da TI Cachoeira Seca.....	163
Figura 28	Mapa Mental com a representação esquemática da localização de algumas das espécies vegetais de interesse para o povo da <i>Ogorogmó</i> da TI Cachoeira Seca, num perfil de elevação, simulado para o período das chuvas (<i>imelãm</i>).....	167
Figura 29	Imagem do Pui Arara localizado no centro, fazendo um depoimento sobre as formas de vida antigas e do contato com os karei (não indígenas).....	171
Figura 30	Imagem do Mobu Odo Arara, liderança da aldeia Iriri da TI Cachoeira Seca, visitando uma das áreas de uso, nas praias que se formam no afloramento rochoso conhecido como: “Cachoeira Iriri Velho”.....	172
Figura 31	Imagem do Tybrybi Arara, exibindo um tracajá capturado da forma tradicional com arco e flecha.....	173
Figura 32	Imagem da utilização de canoa de madeira no cotidiano das ações do uso do território e da biodiversidade.....	176
Figura 33	Imagem dos Jovens voltando de pescar com linha, uma das artes integradas pela sua efetividade para pesca de diferentes espécies.....	178
Figura 34	Arte de pesca com malhadeira, uma das formas de sustento integradas pela eficiência e eficácia na captura de espécies biológicas de importância para a alimentação e de aceitação nas atividades econômicas comerciais.....	179

Figura 35	Imagem de Iogo Arara, filha da matriarca Tjibie Arara, utilizando um porido elaborado com a integração de técnicas e materiais dos não indígenas.....	180
Figura 36	Imagem de Puiaka Arara, filho de Onatjiodo Arara preparado para sair à caça na ilha do tucunaré, com seus instrumentos tradicionais: arco e flechas, mas também leva cachorros e terçado, integrados das artes dos não indígenas.....	181
Figura 37	Imagem de um assado de jacaré (<i>Caiman crocodilus</i>) e cará (<i>Dioscorea spp.</i>) para alimentação.....	184
Figura 38	Imagem da coleta de tubérculos de macaxeira (<i>M. sculenta</i>) para a alimentação no roçado da família de Arapuca Arara localizado atrás da sua casa, durante o período das chuvas (imelâm).....	189
Figura 39	Calendário das atividades do sistema social-territorial do povo Arara da margem esquerda do rio Iriri, realizadas antes do contato oficial com a FAA na década de 1980.....	190
Figura 40	Calendário do complexo sazonal imelâm/iromu sistematizado a partir do acervo de conhecimento tradicional do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca.....	191
Figura 41	Imagem dos caçadores da aldeia Iriri, depois de terem feito uma caçada de anta (<i>T. terrestris</i>), na modalidade de arrastão na ilha do Tucunaré.....	200
Figura 42	Imagem da repartição de vários porcos caçados usando a modalidade de caça atravessando, em que homens e mulheres participam da evisceração e corte das partes para o aproveitamento das famílias.....	201
Figura 43	Imagem de Arapuca dividindo o produto da caça de (<i>A. marginatus</i>), para compartilhar com seu companheiro de caça, de acordo com as normas culturais do povo Arara.....	204
Figura 44	Imagem de um curral de criação de jabuti (<i>C. carbonara</i>), com vários indivíduos de diversos tamanhos que se reúnem para se alimentar.....	206
Figura 45	Imagem da Técnica de Enfermagem da aldeia Iriri ajudando a enfeitar outra liderança da aldeia Awy para participar do ato político no auditório da FUNAI Altamira.....	209
Figura 46	Imagem da comunidade das aldeias da TI Cachoeira Seca, antes de participar do ato político no auditório da FUNAI Altamira.....	210
Figura 47	Imagem da liderança da Associação Kowit, Timbektodem Arara (In memoriam), no seu discurso de denúncias e demandas da comunidade das aldeias da TI Cachoeira Seca, no ato político no auditório da FUNAI Altamira.....	211
Figura 48	Mapa Mental com a primeira aproximação na identificação das áreas prioritárias com vulnerabilidades para atenção oficial e/ou comunitária....	212
Figura 49	Mapa do Zoneamento das AMEI e ATRIT, e outras áreas de uso compartilhado, baseado nas informações acadêmicas oficiais, em diálogo com as percepções, a memória coletiva e o acervo de conhecimento tradicional do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca.....	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estimação da magnitude das ATRIs e as AMEIs e sua respectiva porcentagem de acordo com a área total da TI Cachoeira Seca.....	220
----------	---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura lógica da pesquisa acadêmica sobre as formas de uso do território e a biodiversidade na TI Cachoeira Seca, para contribuir com a melhoria da eficiência e a eficácia nas ações de proteção territorial.....	53
Quadro 2	Informações gerais sobre as Unidades de Conservação (UCs) na Terra do Meio.....	129
Quadro 3	Seleção de espécies biológicas baseada nas percepções do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca e seu acervo de conhecimento tradicional sobre o comportamento das espécies.....	194
Quadro 4	Resultado do zoneamento participativo e colaborativo de uso, vulneráveis e ameaçadas na TI Cachoeira Seca.....	213

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL. “COM A ESPERANÇA DE APRENDIZ”: TRAJETÓRIAS SOBRE AS TEMÁTICAS E AS ABORDAGENS CONCEITUAIS E ACADÊMICAS QUE AUXILIAM ESTA PESQUISA.....	19
1.1	Abordagens conceituais.....	24
1.2	Trajetórias interdisciplinares.....	28
1.3	Trajetória para a delimitação do complexo problema da TI Cachoeira Seca.....	35
2	“ATRÁS DESSE JACU TEM COISA”. UM REPASSE DAS DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE HABITAÇÃO DO POVO ARARA (KARIB) DO PARÁ (BRASIL).....	57
2.1	“Era uma vez na Amazônia”: da ocupação indígena do Alto Xingu até o assentamento dos grupos Arara (Karib) no interflúvio Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri.....	59
2.2	A voz dos donos ou os donos das vozes?” Das capitânicas de porto à criação das sedes administrativas do Império.....	70
2.2.1	Período colonial.....	71
2.2.2	Período imperial.....	79
2.3	A saga da Amazônia”: dos planos de desenvolvimento e colonização do início da República, até os dos governos militares da década de 1960.....	91
3	“AS VOZES DAS DIÁSPORAS”. ELEMENTOS DA MOBILIDADE, REDUÇÕES DO TERRITÓRIO E RECRIAÇÃO DOS ELEMENTOS DA MEMÓRIA COLETIVA SOBRE O CONTATO COM OS KAREI (NÃO INDÍGENAS).....	105
3.1	“Das vozes silenciadas ao cercamento do território pelo PIN e a Transamazônica”. Detalhes da mobilidade até o contato oficial e a homologação da TI Cachoeira Seca.....	107
3.1.1	“As vozes atrás da seringa, da castanha, das promessas”. Contexto da criação da Terra do Meio.....	124
3.2	“As vozes dos <i>Ogorogmó</i> resistindo no território”. Desdobramentos do contato oficial, perdas territoriais, percepções sobre o contato com os karei e mobilidade até a atualidade.....	130
4	“AS VOZES DE UM ACERVO DINÂMICO”. PERCEPÇÕES E CONHECIMENTO TRADICIONAL SOBRE O USO DO TERRITÓRIO E DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA (KARIB) DA TI CACHOEIRA SECA.....	160

4.1	“A voz do território”. O complexo sazonal imelãm/iromu e a elaboração de estratégias para o uso do território e da biodiversidade para a alimentação e sobrevivência.....	162
4.2	“A voz das estratégias”. Efetivação dos conhecimentos tradicionais nas atividades de caça, pesca e coleta.....	169
4.3	“As vozes dos animais e da cultura dos <i>ogorogmó</i> ”. Estabelecimento de roçados e calendários culturais relacionados com as formas de uso do território e biodiversidade.....	186
4.4	“O que dizem as vozes juntas”. Diálogo sobre alguns dos elementos do território e da biodiversidade.....	193
4.5	As vozes gritantes”: organização social e denúncias sobre as recorrentes invasões na TI Cachoeira Seca.....	208
	TECENDO O PORIDO: REFLEXÕES, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO E DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA DA TI CACHOEIRA SECA.....	223
	REFERÊNCIAS.....	237
	ANEXOS.....	260

1 INTRODUÇÃO GERAL. “COM A ESPERANÇA DE APRENDIZ”: TRAJETÓRIAS SOBRE AS TEMÁTICAS E AS ABORDAGENS CONCEITUAIS E ACADÊMICAS QUE AUXILIAM ESTA PESQUISA

Desde o início da formação acadêmica em Zootecnia na Universidade Nacional Campus Medellín (Colômbia), entendi que meus interesses pessoais, acadêmicos e trabalhistas não estavam relacionados com a criação pecuária industrial, nem com suas formas de uso do território, interessadas em transformar as coberturas vegetais naturais em extensas áreas de pastagens para a alimentação dos animais.

A década de 1990 trouxe o florescimento da biologia da conservação, e com ela a divulgação de informações que alertavam que a industrialização, o crescimento das cidades, o avanço da fronteira agropecuária, e outras atividades associadas ao desenvolvimento econômico, estavam causando a poluição, a contaminação e, às vezes, a destruição completa de extensas áreas que incluíam rios, montanhas, ecossistemas, paisagens inteiras. Todos esses temas foram tratados nas reuniões internacionais multilaterais desde a década de 1970, e considerados após 1992, na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um dos instrumentos internacionais mais importantes sobre a proteção do meio ambiente e a biodiversidade (Brasil, 1994).

Sem evadir esse desafio ético, continuei com o processo de formação oficial, porém, integrando todas as possíveis disciplinas eletivas relacionadas com a conservação dos ecossistemas e a fauna silvestre, um dos interesses acadêmicos. Nesse caminho, transitei pelos cursos e saídas de campo de: biologia geral, botânica geral, ornitologia, manejo de fauna silvestre, identificação e monitoramento de mamíferos neotropicais, genética geral, citogenética e outros, oferecidos nos programas de Zootecnia da Universidade Nacional, e de Biologia oferecido pela Universidade de Antioquia, na qual também estive inscrito oficialmente durante os cinco primeiros semestres da grade curricular.

Por um tempo, consegui responder pelos compromissos acadêmicos dos dois programas diferentes, no entanto, as exigências do trabalho de graduação na temática da citogenética do caititu (*Tayassu tajacu*), iniciado no programa de Zootecnia, impediram essa continuidade. Os levantamentos de amostras de sangue, o cultivo de linfócitos e a obtenção de estendidos celulares dos pacotes cromossômicos sincronizados em metáfase da espécie biológica, para lhes aplicar uma técnica que permitia determinar algumas regiões

cromossômicas específicas, demandavam uma dedicação exclusiva (Builes e Loaiza, 2001; Builes *et al.*, 2004).

Apesar de ter continuado com um engajamento laboral nas temáticas de inventários e monitoramento de fauna silvestre – algumas vezes associadas aos impactos de empreendimentos, como traçado de linhas elétricas e construção de usinas hidrelétricas (UHE), outras vezes relacionadas com programas de reintrodução de espécies de mamíferos em áreas protegidas (APs) –, nunca consegui finalizar o iniciado nos estudos no programa de graduação em biologia. Foi assim que, participando de um programa de avaliação do processo de reintrodução de mamíferos, usando técnicas de telemetria, em 2003, soube da existência do programa de mestrado em Estudos Amazônicos, oferecido no campus Amazônia, da Universidade Nacional de Colômbia, localizado na região da tríplice fronteira: Colômbia-Brasil-Peru, no extremo sul do país.

As referências que obtive na área da biologia da conservação colocavam a Amazônia como uma região de importância biológica e ecossistêmica global, e o imaginário da habitação indígena nesta região foram obtidos nas aulas da formação básica, e com a leitura da “Vorágine”, o clássico livro do poeta, advogado e aficcionado à geografia colombiana, José Eustasio Rivera, que narra um romance ambientado na região fronteira da “selva colombiana”, onde se realizava a exploração de látex vegetal, incluído o da seringueira (*Hevea brasiliensis*), nas primeiras décadas do século XX (Rivera, 2015).

Com essas ferramentas, consegui a seleção no programa de Estudos Amazônicos, com uma proposta de projeto de pesquisa que, inicialmente, visava dar continuidade aos estudos citogenéticos iniciados com o caititu (*T. tajacu*), mas que terminou sendo desenvolvido na área da ecologia, avaliando o uso/seleção/rejeição do habitat disponível para as espécies de ungulados, dependendo de variáveis biofísicas, incluído o pulso de inundação dos rios amazônicos (Junk, 1999), e propondo o uso desta informação, para a formulação de programas e estratégias de conservação oficiais e/ou comunitárias (Builes-Puertas, 2006; 2007).

Foi durante as aulas das disciplinas e o convívio permanente nessa porção da grande Região que comecei a ver com maior clareza a presença dos povos indígenas na Amazônia e a complexidade de sua diversidade cultural, que acompanhava, em paralelo, a diversidade biológica, que era o meu maior interesse acadêmico nesse momento. Durante esse tempo, tive oportunidade de integrar leituras de vários e destacados cientistas sociais, que, tendo

trabalhado e conviviado com diferentes povos da Amazônia, tinham produzido informações sobre a cosmogonia, o manejo ritual do território, e a importância deste e da biodiversidade, para a alimentação e sobrevivência física e cultural desses povos indígenas Amazônicos (Cabrera *et al.*, 1999; Cayón, 2001; Davis, 2017; Descola, 2000; Mendoza, 2004; Pérez, 2007; Reichel-Dolmatoff, 1997; Urban, 2002; Van Der Hammen, 1992).

O primeiro momento para conhecer alguns desses conceitos teóricos sobre os povos indígenas e seu acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade foi durante o trabalho de campo, para o levantamento dos dados para a tese de mestrado em Estudos Amazônicos, num dos afluentes da calha do rio Putumayo/Içá (Colômbia/Brasil) da margem esquerda colombiana. A pesquisa se desenvolveu num acampamento distante de qualquer centro povoado, em uma distância de pelo menos 100 km em linha reta, e o único modo de locomoção possível era fluvial ou varação terrestre.

Nesse contexto, teve-se a fortuna de ter a colaboração de Daniel Mendoza, um indígena do povo Bora, nascido e conhecedor da região. Sua colaboração foi fundamental para o sucesso da expedição tanto no período das chuvas, quanto na seca. Seus conhecimentos foram aplicados para questões logísticas, como a construção dos acampamentos e a abertura das picadas para a instalação de trilhas de amostragem de 2 km, mas também em questões técnicas como a localização e identificação das espécies biológicas de interesse (Builes-Puertas, 2007).

Daniel também demonstrava um detalhado entendimento da distribuição das espécies e dos fatores que condicionavam seus comportamentos, como a produtividade do recurso alimentício que estavam consumindo, o comportamento hidrológico dos rios e afluentes, e a estação climática. Toda essa informação foi compartilhada durante o convívio, e complementada com uma variada quantidade de histórias de origem dessas espécies ou do relacionamento delas, com os humanos, quando “todos” eram “gente”, nos tempos ancestrais.

Apesar de ter integrado pouca quantidade dessa informação qualitativa na tese de mestrado, a experiência direta com esse tipo de conhecimento foi traçando novos caminhos e interesses. Em 2007, após terminado o programa de mestrado, fui convidado para realizar um acompanhamento de um levantamento de dados em campo, da pesquisa acadêmica de minha colega e amiga, Lisette Zewueter, na região colombiana do Meio Rio Caquetá/Japurá (Colômbia/Brasil). Durante essa experiência, conhecemos, conversamos e convivemos com destacados sabedores e sabedoras culturais, dos povos Murui, Muinane, Nonuya, Andoque,

Bora e Matapi, das comunidades de Araraquara, Puerto Santander, Aduche, Villa Azul e Penha Roja. Na maioria dos relatos e histórias escutadas, o território era considerado muito mais que o entorno físico do local de habitação, o território era uma extensão do próprio corpo e do local de origem cosmológico desses povos. Em outras interpretações, o território é como uma “mãe”, em que, após o nascimento, se permanece unido, por uma espécie de cordão umbilical espiritual, ou de luz, como descrito para o povo Magüta (Santos-Angarita, 2010, 2013, 2014).

Além disso, nas suas percepções e elaborações do conhecimento tradicional sobre o território e a biodiversidade, sempre apareciam seres espirituais, que protegem e cuidam de determinados locais geográficos, e da grande maioria de espécies biológicas. De acordo com seus relatos, sem entendimento e domínio desses elementos básicos, seria impossível se assentar em um espaço territorial da Amazônia, e assegurar a alimentação e a sobrevivência física e cultural através das gerações até a atualidade. Durante o período de 2007- 2012, no município de Letícia, Colômbia, segui em contato com as percepções indígenas sobre o manejo do território e as formas de uso da biodiversidade, engajado em atividades de acompanhamento aos eventos culturais e políticos dos povos indígenas e as suas organizações, e a leitura de seus instrumentos para o manejo cultural e territorial (Acitam, 2008; Aticoya, 2007; Azcaita, 2008; López E López, 2019; López-Urrego, 2017).

Posteriormente, teve-se a experiência, o convívio e o trabalho com comunidades indígenas na tríplice fronteira Colômbia-Ecuador-Peru, no âmbito de um convênio de cooperação entre Unidades de Conservação (UCs) desses países, que convergiam na área de fronteira. Uma das intenções desse convênio consistia na implementação de um “corredor de conservação trinacional” entre as UCs: Parque Natural Nacional a Paya (PNN-La Paya), da Colômbia; Reserva Protetora de Fauna Cuyabeno (RPF-Cuyabeno), do Ecuador; e Parque Nacional Gueppí- Sekime (PN-Gueppí- Sekime) e as Reservas Comuns (RCs) Airo Pai e Huimeki, do Peru, para evitar o avanço do desmatamento e da fronteira agropecuária e outras atividades industriais ligadas à extração petroleira (Builes-Puertas, 2015).

O engajamento nesse trabalho estava relacionado com dar informação às comunidades dos povos: Kichwa, Shuar e Secoya (Ecuador); Murui, Kichwa, Siona (Colômbia); e Huitoto, Kichwa e Secoya (Peru), sobre as intenções institucionais de implementar o mencionado corredor de conservação, e consultar sobre suas percepções a respeito. Nessa experiência, os conceitos sobre território vivo, donos espirituais de locais e de espécies biológicas, áreas e locais de uso e produtividade associada à sazonalidade climática e hidrológica, característica

da Amazônia. Também apareceram nas reuniões comunitárias, as expedições de campo, as oficinas participativas e a cartografia social desenvolvida por eles.

No período entre os anos 2015 e 2017, participei de um projeto de proteção territorial em Terras Indígenas (TIs) do Alto Rio Envira, no estado de Acre (Brasil), com participação oficial da Funai e do Centro de Trabalho Indigenista-CTI (ONG). O projeto tinha como objetivo o apoio à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e de seus territórios na Amazônia brasileira, e estava estruturado em cinco componentes (Octávio *et al.*, 2020). No entanto, meu acompanhamento e participação se deu principalmente no componente três, relacionado com o incremento da interlocução com povos indígenas e populações não indígenas, do entorno das áreas de habitação e assentamento de outros povos indígenas isolados (PI), para a elaboração e implementação de estratégias de gestão territorial que contribuíssem com a segurança destes povos e a proteção de seus territórios.

Nesse tempo, as reuniões comunitárias, as expedições de campo, as oficinas participativas e a cartografia social desenvolvida pelas comunidades indígenas, foram fundamentais para a consecução dos objetivos propostos (Builes-Puertas, 2015b; 2017; Octávio *et al.*, 2020).

Durante o período 2018-2019, antes da vinculação no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, oferecido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), teve outro momento na trajetória pela temática relacionada com o território e a biodiversidade, mas também, relacionada com planos de desenvolvimento e expansão territorial oficiais. Nesse momento, acompanhei a atualização do Plano Básico de Ordenamento Territorial- PBOT do município de Letícia, e formulei e desenvolvi a estratégia de participação cidadã, que incluía a informação e consulta às comunidades indígenas, do município e das proximidades das áreas de expansão municipal. Um dos desdobramentos do trabalho das comunidades e suas associações de representação política, nesta atualização, foi a elaboração de um documento técnico sobre os grupos indígenas que estavam no território, que servisse para o direcionamento das futuras ações de atualização do PBOT municipal.

Esse documento inclui elementos culturais segundo as percepções do povo Magüta, de ancestral habitação na região, e da Gente de Centro, um grupo de povos que tinham chegado na região a partir de finais da década de 1930, desterritorializados, fragmentados e marginalizados pelas ações do empreendimento econômico da casa Arana, relacionado com a

extração de látex vegetal, nas calhas do Putumayo/Içá, Caquetá/Japurá e Apaporis (MTI-PBOT, 2019; Zárate, 2008). Elementos específicos sobre a cosmovisão da origem do território e as dinâmicas de povoamento, a estrutura do governo tradicional, os mandatos desses governos tradicionais para o uso do território e da biodiversidade, e as dimensões político-institucionais e econômicas foram incluídos nesse e em outros documentos e conferências (López e López, 2019; Lopez-Urrego, 2017; MTI-PBOT, 2019). Com esses elementos acadêmicos e experiências sobre as temáticas de interesse, se chegou ao PDSTU (NAEA/UFPA), no início do segundo semestre de 2019.

1.1 Abordagens conceituais

São quatro os conceitos principais que atravessam esta pesquisa acadêmica de forma transversal e estrutural: conhecimento tradicional; povos indígenas e comunidades tradicionais; território e biodiversidade. Quanto ao conhecimento tradicional, se considera o acervo de conhecimentos acumulados por muitos grupos no processo da evolução humana, que ficam por fora da trajetória de produção de conhecimento científico, que segundo as informações de Kuhn (1998), começam a partir das escolas de gregos e árabes e de suas produções escritas. De acordo com Liebenberg (2013), esse fato é um paradoxo da evolução humana, porque a cronologia da produção científica deixa de fora a trajetória de produção de conhecimento acumulado desses grupos caçadores-coletores pré-históricos até grupos atuais, transmitida a partir da tradição oral de geração em geração.

Segundo as informações de Liebenberg (2013), alguns dos primeiros caçadores-coletores anatomicamente modernos eram capazes de um raciocínio de acordo com os requisitos da ciência moderna, portanto, tinham as mesmas habilidades intelectuais de um cientista moderno da matemática ou da física. Para sustentar essa argumentação, o autor analisa fundamentalmente o raciocínio dos rastreadores modernos africanos, com os quais têm trabalhado por vários anos (Liebenberg, 2011; 2012; 2013). Nesse sentido, ele coloca que os rastreadores se imaginam na posição de sua presa, a fim de antecipar a rota que ela pode ter tomado.

A abstração continua com a detecção dos sinais indiretos, como vestígios, rastros, pegadas no chão ou nas redondezas, enriquecida com o conhecimento experiencial sobre o comportamento dos animais, sobre o contexto territorial, sobre a estação climática, o

comportamento hidrológico, e sobre o momento específico do dia ou da noite (Liebenberg, 2013).

Segundo o autor, os caçadores fazem uma reconstrução das atividades desses animais, baseada em hipóteses criativas, parcialmente factuais e parcialmente hipotéticas, que podem ter que ser revisadas ou substituídas por outras melhores, fornecendo testes de hipóteses contínuos e melhorados (Liebenberg, 2013), que se refinam com a transmissão oral de geração em geração das hipóteses funcionais e efetivas, que incluem associações com outras abstrações, relacionadas com as características específicas do território, do clima, da hidrologia e do comportamento das espécies biológicas. É dessa forma que neste trabalho se entende o conceito de acervo de conhecimento tradicional. Nesse sentido, se faz evidente que o conceito de povos indígenas e comunidades tradicionais se refira aos grupos humanos possuidores desse tipo de conhecimento, intimamente ligado às percepções culturais e espirituais sobre o mundo, o território e as espécies biológicas.

Nesse sentido, no Capítulo VIII da Constituição Federal (CF) brasileira, no Art. 231, são reconhecidos aos povos indígenas suas organizações sociais, suas culturas, suas línguas, costumes, crenças e tradições, e, em especial, se reconhecem os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, mantendo como competências da União, a demarcação, a proteção e a efetivação das ações, para fazer respeitar todos os seus bens e garantir o seu usufruto exclusivo (Brasil, 1988).

Posteriormente, com o estabelecido pelo decreto 6040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), e delega à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT) coordenar a sua implementação, se definem os Povos e Comunidades Tradicionais como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Dentro dessa definição, se incluem os povos indígenas e outros grupos não indígenas, principalmente os remanescentes de quilombos ou de comunidades de matriz africana e de terreiro, de comunidades extrativistas, de caboclos e pescadores artesanais, entre outros. (Forline e Furtado, 2002; Santilli, 2005; Silva-Pimentel e Ribeiro, 2016; Teixeira-Silva,

2008). Em particular, neste trabalho, o povo indígena são os grupos Arara (Karib) e as comunidades não indígenas consideradas como tradicionais são os ribeirinhos e beiradeiros das Reservas Extrativistas (Resex) do Rio Xingu, do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio, descendentes de seringueiros dos ciclos da borracha (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b).

Quanto ao território, a CF considera espaços territoriais tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas, necessárias para sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições e utilizadas para as atividades produtivas necessárias para seu bem-estar (Brasil, 1988). Posteriormente, o decreto 6040 define os Territórios Tradicionais como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, segundo seus usos, costumes e tradições”, de acordo com o disposto constitucionalmente.

Nesse contexto geral, o território é o espaço de habitação dos povos indígenas, desde antes da chegada dos europeus no século XIV. De acordo com as informações, as diferentes famílias linguísticas de América do Sul se foram dispersando em um gradiente heterogêneo, que incluía as terras de maiores elevações, até as localizadas nas terras baixas amazônicas (Urban, 2002). Nesse processo, foram construindo as explicações para o funcionamento de seus mundos segundo suas percepções e abstrações (Reichel-Dolmatoff, 1997; Teixeira-Pinto, 1997; Van Der Hammen, 1992), em um permanente processo de prova de hipóteses, como o descrito por Liebenberg (2013), sobre um acúmulo de associações entre as características específicas de território, do clima, da hidrologia e do comportamento das espécies biológicas, para a efetivação da alimentação, a sobrevivência e a reprodução física e cultural (Koch Grunberg, 2005; Román *et al.*, 2020; Teixeira-Silva, 2008).

Por outra parte, alguns elementos das percepções indígenas não ficam tão evidentes nesse conceito constitucional e legal, apesar que se reconhecem os usos, costumes e tradições. Esses elementos relacionados com as histórias de origem e repartição dos territórios aos diferentes povos, segundo mandatos espirituais e explicações cosmológicas, também têm sido importantes na criação e recriação de territorialidades. Por esse motivo, cada povo indígena elabora sua própria história de origem, associada a um território ao qual está intimamente relacionado, material e espiritualmente. Na perspectiva da maioria dos povos indígenas, o território se comparte com seres espirituais e cosmológicos, que podem ser aliados ou inimigos, e com os quais se deve negociar permanentemente o usufruto dos recursos necessários para esses povos (Santos-Angarita, 2010; 2013; Teixeira-Pinto, 1997).

Em geral, para o povo Arara, sua cosmogonia descreve a chegada neste plano material, após se apresentar um conflito num mundo ancestral. Devido isso, os antigos Arara perambularam num mundo onde também moravam os inimigos espirituais e outros perigos desconhecidos, e adotaram um modelo social de distribuição de grupos espalhados, que mantêm suas relações de cooperação e alianças, efetivando um ritual cultural, que permitia a concentração dos grupos e subgrupos espalhados no território, dependendo do período sazonal e da produtividade dos recursos alimentícios (Teixeira-Pinto, 1997).

Entendendo a importância dessa perspectiva espiritual desde as percepções indígenas, ela se inclui como complemento do conceito de território usado nesta pesquisa. Porém, se esclarece que só foram direcionadas indagações desta natureza, a partir das fontes documentais disponíveis, sem terem sido feitos levantamentos específicos neste campo, por sua complexidade, pela necessidade de muito tempo de convívio e pelas restrições culturais para dialogar sobre essas temáticas, sem uma justificativa suficientemente potente. Informações específicas sobre essa perspectiva espiritual do território para o povo Arara (*Karib*) do Pará, podem ser encontradas profusamente no trabalho de Teixeira-Pinto (1989; 1993a; 1993b; 1995; 1997; 2002; 2021).

Quanto ao termo biodiversidade, ele começou a ser usado de forma oficial na década de 1990, a partir de reuniões de organismos multilaterais, preocupados com o deterioramento do meio ambiente ocasionado pelas ações desenvolvimentistas e industriais, em ameaçante crescimento. Nesse marco, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, também conhecida como ECO-92, se desdobrou um dos instrumentos internacionais mais importantes, sobre o meio ambiente: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um tratado cujos objetivos visam a conservação das espécies biológicas, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, entre outras coisas. A CBD entrou em vigor em dezembro de 1993, contudo, só em 1994, o Brasil aprovou o texto por meio do Decreto Legislativo nº 2, do mesmo ano (Brasil, 1994). Até o ano de 2023, um total de 168 países já assinaram e ratificaram a CBD.

Nos termos oficiais da CBD, de acordo com as informações de Brasil (1994), o conceito de biodiversidade se refere a toda variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo todos os complexos ecológicos dos que fazem parte, em três níveis distintos: ecossistemas, espécies biológicas e recursos genéticos. A trajetória no campo da biologia, agrega três atributos ao conceito oficial para sua caracterização em determinado sítio

geográfico. Essa composição se refere: às diferentes espécies biológicas que estão na área estudada; à estrutura que se refere aos diferentes grupos e comunidades de espécies; e à sua função, que se refere às interações entre as espécies e as comunidades ecológicas (Bayma *et al.*, 2020).

Neste trabalho, se usa o termo biodiversidade no sentido amplo, anteriormente descrito, mas também se usam os termos espécies biológicas quando se faz referência a uma comunidade, grupo ou população de um organismo em particular, por exemplo, quando se faz referência às categorias como: fauna cinegética, para os animais usados principalmente para a alimentação. Também se entende como biodiversidade quando se usam categorias taxonômicas gerais como: animais, plantas, árvores, palmeiras; ou mais específicas como mamíferos, aves, peixes, quelônios; ou quando se refere às populações de uma espécie biológica em particular, concentradas num local, como os castanhais e os açazais.

1.2 Trajetórias interdisciplinares

De acordo com as informações de Kuhn (1998), os integrantes da trajetória científica convencional tendem a comprovar suas ideias por meio de abstrações teóricas e experiências empíricas, que alcançam uma determinada aceitação ou rechaço por seus pares. Quanto às suas comprovações, eram e são as motivações para continuar pelo caminho escolhido, procurar caminhos alternativos, ou simplesmente desistir do desafio do entendimento do fenômeno de interesse. Esse caminho de comprovação ou rota dos paradigmas, como define o autor, além de ajudar consequentemente com a diminuição de perda de tempo e recursos na coleta de fatos, faria contribuições para: o aumento do rendimento e a eficiência, devido à confiança que sentem os cientistas de ir pelo rumo certo; o desenvolvimento e projeção de equipamentos especiais para medições e experimentações; a definição de problemas e métodos legítimos que poderão ser usados por gerações posteriores de praticantes da ciência; a possibilidade de gênese ou continuação de uma pesquisa determinada, sem ter que construir novamente os fundamentos; a maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar; a possibilidade para a formulação de leis, teorias, aplicações e instrumentações para apurar os campos do conhecimento; e a produção de conhecimento científico publicado em livros, artigos e jornais especializados, entre outros meios de divulgação.

Contudo, o processo de criação e consolidação dos paradigmas da trajetória científica convencional é dinâmico e está sujeito às revoluções, que podem ajudar a consolidar um paradigma existente ou marcar a sua transição para outro paradigma (Kunh, 1998). Nesse sentido, segundo as informações de Nicolescu (1999), a ciência moderna se apoiava nos postulados básicos da existência de leis universais de caráter matemático, que consideravam a realidade inteiramente independente do indivíduo conhecedor. Também, que o estudo e o conhecimento das partes constituintes de um objeto ou fenômeno levariam ao conhecimento do objeto de estudo como um todo.

No entanto, as descobertas científicas no início do século XX, relacionadas com a revolução da física quântica, mostravam grandes diferenças entre as leis que governavam o mundo nas diferentes escalas mensuráveis. Portanto, a abstração se consolidava como uma importante ferramenta de estudo, e se faziam necessárias outras abordagens diferentes das aproximações disciplinares, para descrever a realidade, segundo essas condições de complexidade (Lacerda, 2013; Lima, 2023; Nicolescu, 1999).

Como resultado, novas aproximações partiam da complexidade, descartando o reducionismo do entendimento dos fenômenos a partir de suas partes, e entendendo que "o real" só pode ser bem compreendido no prisma de sua natureza multidimensional, que se liga e se religa na relação todo-parte-todo (Lima, 2023). Nesse sentido, aparecem novas trajetórias de produção de conhecimento científico, que dirigem suas aproximações, à solução de problemas complexos, principalmente se existisse uma interação entre os humanos e os sistemas naturais (Lacerda 2013; Nicolescu, 1999; Piaget, 1972). As novas aproximações também procuravam uma produção discursiva horizontal entre os saberes disciplinares para uma maior aproximação com a realidade investigada, e entregaram outras ferramentas e princípios aos pesquisadores que desejavam seguir os parâmetros da complexidade, para realizar a prática científica e a produção de novo conhecimento (Lima, 2023).

Dentre essas aproximações interdisciplinares, as que se destacam como importantes para esta pesquisa são as que têm teorizado, descrito e valorizado a utilidade do acervo de conhecimento tradicional de povos indígenas e outras comunidades consideradas tradicionais, do passado e da atualidade. Segundo informações, o trabalho do Antropólogo Bronislaw Malinowski com o povo tradicional das ilhas de Papua Nova Guiné foi fundamental para realizar suas aproximações teóricas e parte de sua produção de conhecimento científico (Malinowski, 2012). Seu trabalho foi considerado como o início das aproximações de natureza etnográfica, que se caracterizaram: por um longo tempo de convívio com a população

tradicional; por contribuir com descrições detalhadas das ações cotidianas e do comportamento; por refletir sobre as necessidades das populações desde suas próprias vozes; e por apresentar as formas de uso do território e da biodiversidade como elementos importantes para a reprodução física e cultural desses povos (Koch Grunberg, 2005; Restrepo, 2016; Román *et al.*, 2020; Strauss, 1971).

Um exemplo clássico sobre trabalho etnográfico na Amazônia foi o de Theodor Koch-Grünberg, na primeira década do século XX. Num dos seus trabalhos, o pesquisador descreve o conhecimento tradicional dos povos indígenas do Alto Rio Negro (Colômbia, Brasil, Venezuela), e evidencia a existência de um complexo sistema de relacionamento homem-cultura-natureza. Por isso, inclui capítulos dedicados às festas e celebrações que coincidem com a produtividade fenológica e faunística; e destaca as artes de caça e pesca, profundamente influenciadas pelo domínio das estações climáticas, dos pulsos hidrológicos e do comportamento das espécies biológicas (Koch-Grunberg, 2005).

Outros destacados antropólogos e cientistas sociais também têm apresentado trabalhos acadêmicos, valorizando e analisando o acervo de conhecimento tradicional das populações indígenas da Amazônia, mostrando diversas formas de manejo do território e da biodiversidade, que incluem modelos de manejo cósmico, que se baseiam na posição dos astros e das constelações, para a definição do início ou finalização de determinadas ações culturais, como descrito em grupos da família linguística Tukano do noroeste da Amazônia (Reichel-Dolmatoff, 1997).

Outros trabalhos que apresentam o acervo de conhecimento de diferentes povos indígenas da Amazônia perfilam especificidades e deixam ver algumas convergências gerais, desde as percepções sobre o manejo do mundo (Cabrera *et al.*, 1999; Cayón, 2001; Van Der Hammen, 1992), mas também direcionam alguns desses modelos específicos, como os possíveis novos rumos para a proteção do território e da biodiversidade nos trópicos (Descola, 2000). Outras publicações apresentam o acervo de conhecimento sobre espécies biológicas consideradas sagradas, e substâncias procedentes destas espécies, que são usadas tanto para o manejo e proteção do território, quanto para a educação e proteção da família (Candré e Echeverri, 2008; Román *et al.*, 2020) e como garantia para a alimentação, a sobrevivência e fortalecimento de relações de cooperação e intercâmbio (Teixeira-Pinto, 1997).

Em vários desses trabalhos, se foi tecendo uma “cesta” – em língua Arara (*Karib*), um “porido” – com os conhecimentos dos anciãos sabedores que entendiam sobre o manejo do

território, da família e da biodiversidade, e os conhecimentos acadêmicos, que terminaram sendo fundamentais para a defesa dos territórios dos povos indígenas e também para a criação de áreas protegidas para seu usufruto exclusivo. Outras publicações que usam abordagens interdisciplinares e trabalho colaborativo com os povos indígenas, para analisar as descobertas sobre vestígios, e relações linguísticas, para entender os locais de origem e dispersão de antigas culturas e sociedades da América do Sul e da Amazônia, colocam argumentos para considerar a existência de uma trajetória de produção e divulgação do conhecimento tradicional de vários milhares de anos de antiguidade (Castaño-Uribe, 2019; Franchetto, 2011; Heckenberger, 2011; Heckenberger *et al.*, 2003; Urban, 2002).

Em outras trajetórias interdisciplinares, também converge o acervo de conhecimento tradicional dos povos indígenas com outros campos do conhecimento acadêmico, como a biologia, a botânica e as matemáticas. Em todas essas trajetórias, se reconhece explicitamente a importância do conhecimento tradicional dos povos indígenas para a ciência (Balée, 1993; 2006; Balée e Erickson, 2006; Davis, 2017; Phillips *et al.*, 1994; Prance *et al.*, 1987; Posey, 1985; 2004; Shepard e Yu, 2001; Schacherer *et al.*, 2007) e se evidencia a intenção em contribuir com o refinamento do ideário da conservação dos ecossistemas a partir de declaração de áreas protegidas (APs). Por exemplo, Anderson e Posey (1985), Posey (1985), Prance *et al.*, (1987) e Balée e Gély (1989) destacam que os povos indígenas brasileiros, Kayapó e Ka'apor são possuidores de um amplo conhecimento sobre seu território, os ecossistemas e as espécies biológicas, que lhes permite desenvolver exitosas estratégias de uso e manejo dos recursos naturais nos seus territórios.

Segundo esses autores, essas estratégias poderiam ser reproduzidas facilmente por outras populações humanas nos trópicos úmidos (Anderson e Posey 1985; Posey, 1985), porque comportam modelos de produtividade mantida no tempo (Balée e Gély, 1989). Também indicam que poderiam ser usadas como estratégias de conservação para espécies endêmicas (Prance *et al.*, 1987) que precisassem desse manejo especial. De fato, Balée (1993) coloca que outras comunidades tradicionais da Amazônia também poderiam ser possuidoras de um acervo de conhecimento empírico e tradicional, com aplicabilidade para a conservação no uso e no manejo dos ecossistemas e dos recursos naturais, como as informações apresentadas para os beiradeiros dos Rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio, na área de estudo (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b). Em outras regiões da Amazônia, os estudos valorizavam o conhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais e recomendavam aos conservacionistas se focarem em ajudar essas populações, para ganhar a

autonomia e controle sobre seu território e seus recursos naturais (Gentry, 1982; Phillips e Gentry, 1993; Phillips *et al.*, 1994).

Outros estudos localizados no debate sobre o uso sustentável da biodiversidade pelos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia apresentam resultados que colocam que as estratégias, ou formas específicas de uso do território e da biodiversidade, eram possíveis, aliadas para as iniciativas oficiais de proteção do território e conservação da biodiversidade em APs, como no caso do Parque Natural Manu (Peru), onde o monitoramento colaborativo das atividades de caça, não mostrou resultados desfavoráveis para as cinco espécies de mamíferos mais caçados, apesar do incremento populacional da comunidade (Schacherer *et al.*, 2007). Existem mais estudos da trajetória desses autores, sobre o conhecimento tradicional dos povos indígenas e as suas interações com o território, os ecossistemas e a biodiversidade da Amazônia. Alguns deles apresentam informações sobre as práticas tradicionais de caça e o manejo participativo dessa atividade na Amazônia (Shepard *et al.*, 2001); a interpretação de imagens de satélite, a partir das classificações indígenas de paisagens florestais (Shepard e Yu, 2001); e sobre a história da domesticação de castanhais (*Bertholletia excelsa*) e outras unidades de paisagem na Amazônia (Shepard e Ramirez, 2011; Junqueira *et al.*, 2011).

Nessa mesma linha, estudos recentes na área do rio Iriiri encontraram castanhais de mais de 200 anos com indivíduos, mantendo as evidências de um manejo por povos indígenas, anteriores à ocupação dos beiradeiros, descendentes da colonização do ciclo da borracha a partir da segunda metade do século XIX. Também, baseados na comprovação de sua hipótese, de que os impactos dos beiradeiros sobre as paisagens florestais são neutros, e às vezes, aumentam a diversidade, propõem que a lógica de reservas naturais estritamente protegidas e sem a presença de ditas populações, deve ser reexaminada (Balée *et al.*, 2020). Nesse sentido, as recomendações são dirigidas às trajetórias de pesquisa que estudavam, e continuam estudando, o problema da perda da biodiversidade nos ecossistemas Amazônicos e a necessidade de formular estratégias para sua conservação e manejo.

As informações dessa trajetória de pesquisa chamam a atenção sobre os impactos de uma correlação positiva entre tendências como o aumento populacional nos centros povoados urbanizados nas redondezas das áreas naturais da Amazônia, com o aumento na extração de recursos naturais para a integração na cadeia de comercialização, e com as mudanças das formas extrativistas tradicionais como resposta ao aumento dessa demanda comercial (Alvard

et al., 1997; Bodmer, 1995; Bodmer *et al.*, 1997; 2000; Bodmer e Robinson, 2004; Lopes e Ferrari, 2000; Peres, 2000; 2001; Ramos *et al.*, 2016; Rangel, 1987).

Uma possível alternativa para abordar essa problemática é oferecida pelo grupo de pesquisadores que descreve, valora e recomenda reproduzir as estratégias de manejo dos ecossistemas e da biodiversidade, observadas em muitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais distribuídas nas calhas dos rios, nas áreas de colonização e nas APs da Amazônia (Balée, 1993; Balée e Erickson, 2006; Balée e Gely, 1989; Balée *et al.*, 2020; Gentry, 1982; Pezzuti, 2009; Phillips *et al.*, 1994; Shepard *et al.*, 2001; Shepard e Ramirez, 2011; Junqueira *et al.*, 2011).

Outras recomendações para mitigar essa situação contemplam a formulação de instrumentos de planejamento e gestão, como planos de manejo (Bodmer, 1995; Alvard *et al.*, 1997; Bodmer *et al.*, 1997; 2000; Bodmer e Robinson, 2004), que deveriam levar em conta as análises de fauna silvestre, realizadas pelos povos indígenas e as comunidades tradicionais, nas quais se consideraram os zoneamentos das áreas de uso dos ecossistemas e da biodiversidade (Puertas *et al.*, 2000), dialogando dessa forma com os elementos da atual Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), que contempla os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), junto com outros instrumentos como etnozoneamentos e etnomapeamentos, para a proteção e manejo territorial em TIs brasileiras (Brasil, 2012).

Mais uma trajetória acadêmica tem contemplado a formulação de instrumentos de proteção, uso, manejo e gestão territorial, considerando os monitoramentos participativos e outras ações colaborativas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, para o levantamento de dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos. Essas iniciativas que dão entrada ao conhecimento tradicional, nas ações institucionais de monitoramento do território, da biodiversidade ou das problemáticas socioambientais, têm demonstrado ser um instrumento importante para a consolidação da gestão de muitas APs no Brasil, portanto, uma resposta para contribuir com a solução das questões relacionadas com ineficiência e a ineficácia na formulação e execução das políticas públicas, para que respondam adequadamente, tanto às necessidades específicas dos povos e das comunidades tradicionais, quanto às possibilidades de atuação das instituições (Constantino *et al.*, 2015; Estrella e Gaventa, 1997).

Uns dos avanços importantes dessa trajetória no Brasil consistiu na elaboração e difusão da Carta de Manaus, um documento técnico e político para orientar as iniciativas de monitoramento participativo da biodiversidade e dos recursos naturais na Amazônia e na conformação da Rede Internacional de Monitoramento e Manejo Participativo (PMMP, por seu acrônimo em inglês). Dentre as principais recomendações, princípios e ações prioritárias dessas iniciativas se destacam: a necessidade de concretizar arranjos institucionais com os povos indígenas e as comunidades tradicionais e suas organizações representativas para manter os monitoramentos no longo prazo; a busca permanente de mecanismos adequados para qualificar o levantamento, armazenamento, sistematização, análise e divulgação dos resultados dos dados, sejam eles de natureza qualitativa ou quantitativa, bem como um conjunto de ambos; compromisso na aplicação do princípio de contribuição para o fortalecimento organizacional e a proteção do conhecimento tradicional comunitário, além da formação dos interessados no conhecimento da trajetória acadêmica; a geração e uso da informação para contribuir com o ganho na escalada à interface com políticas públicas adequadas às necessidades das comunidades participantes e colaboradoras (Constantino *et al.*, 2015).

Os princípios dessa Rede incluem: a igualdade entre gêneros e gerações; o respeito e cumprimento dos acordos e convenções internacionais, especialmente os relacionados com: o respeito das formas culturais e seguimento do devido protocolo de informação e consulta (OIT, 2011); o cumprimento das diretrizes nacionais e locais sobre a biodiversidade (Brasil, 1994; 2000; 2012); a transparência e horizontalidade nas aproximações metodológicas e nos processos de tomada de decisões; a autoria social e intelectual da informação produzida; e principalmente, a complementaridade e sinergia entre o conhecimento tradicional e científico. Quanto às ações prioritárias, os autores colocam a importância de usar as “boas práticas” do respeito intercultural e o diálogo horizontal entre os diferentes tipos de conhecimentos, nas diferentes abordagens de trabalho participativo e colaborativo desenvolvidas (Constantino *et al.*, 2015).

Em adição, de acordo com os autores, as contribuições participativas e colaborativas dos povos indígenas e comunidades tradicionais produziram um aumento na eficiência e na eficácia, representado pelo ganho de tempo e recursos econômicos para identificar: os problemas socioambientais que afetam as áreas de interesse; a precisão para a determinação dos locais afetados; e a integração e valorização das formas de uso do território e da biodiversidade, consideradas nos mandatos constitucionais (Brasil, 1988; 2007). Esses

grandes ganhos seriam mediados e facilitados pelas instituições de pesquisa, agências de governo e ONGs que trabalhem com o monitoramento e manejo participativo da biodiversidade e dos recursos naturais, assumindo-se uma agilização na escalada dos insumos produzidos e qualificados, para orientar permanentemente, no longo prazo, a formulação das políticas adequadas para a conservação, uso e manejo dos ecossistemas e da biodiversidade, conforme as necessidades socioambientais das populações envolvidas e das instituições (Cerrillo, 2005; Chambers e Guijt, 1995; Constantino *et al.*, 2015; Farinós, 2008; Kooiman, 2005; Peters e Pierre, 2005; Poblete, 2011).

1.3 Trajetória para a delimitação do complexo problema da TI Cachoeira Seca

Em setembro de 2018, recebi a notificação por e-mail de ter sido aceito como estudante do programa de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PDSTU, oferecido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, da Universidade Federal do Pará-UFGPA. Quem enviava a notificação era a coordenação do programa da Organização de Estados Americanos-OEA, para a promoção de bolsas para estudos de pós-graduação dirigidas a estudantes latino-americanos, não brasileiros, em convênio com o grupo de universidades públicas brasileiras, do qual tinha participado quatro vezes em anos anteriores, sem sucesso. Após a notificação do programa da OEA, veio a notificação da UFGPA, com as instruções para oficializar o processo de matrícula no PDSTU do NAEA, a partir do primeiro semestre de 2019. No entanto, devido a obrigações trabalhistas na Colômbia, conseguiu uma permissão para realizar a matrícula no segundo semestre de 2019.

Já em setembro de 2019, com uma saída de campo que permitiu o primeiro contato com a região do rio Iriri, tive a oportunidade de conhecer e ter contato inicial com a região e com a população local, com a qual realizaria as indagações e os levantamentos sobre a temática desta pesquisa. O rio Iriri é um dos afluentes da margem esquerda do rio Xingu. A região tem um prolífico histórico de assentamento indígena ancestral (Francheto, 2011; Heckemberguer *et al.*, 2003; Balée *et al.*, 2020) e ocupação não indígena, principalmente, a partir da colonização do ciclo da borracha na segunda metade do século XIX (Villas Bôas *et al.*, 2017a, 2017b; Weinstein, 1993).

O rio Iriri se localiza no sul oeste do estado do Pará, e faz parte de um mosaico de Áreas Protegidas (APs), conhecidas como a Terra do Meio, na que convergem Terras

Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) integral e Reservas extrativistas (Resex) de uso sustentável (ICMBio, 2012; 2015).

Após a primeira impressão, se pensou, junto com o orientador da pesquisa, continuar os trabalhos de aprofundamento sobre a temática geral das formas de uso do território e da biodiversidade, desenvolvidas por povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, conforme a proposta de pesquisa inicial, com a que se conseguiu a aprovação da bolsa de estudos de pós-graduação em 2018. Nossa previsão era usar os dados quantitativos de uma base de dados geral de monitoramento da biodiversidade do Programa Monitora¹, gerenciado pelo Instituto Chico Mendes para o Monitoramento da Biodiversidade (ICMBio) na Estação Ecológica (Esec) Terra do Meio, da qual o professor tinha acesso, pelo seu engajamento como colaborador, nas ações de monitoramento Programa nessa Esec desde 2014.

Esses dados quantitativos se complementariam com as informações qualitativas sobre as formas de uso do território e a biodiversidade, obtidos a partir de entrevistas, conversas, convívio e outros métodos participativos e colaborativos, para conhecer os elementos do acervo de conhecimento tradicional e as percepções das comunidades de beiradeiros da Reserva Extrativista do rio Iriri (Resex-Iriri). Antes disso, o orientador recomendou amadurecer a ideia com os conteúdos das diferentes disciplinas obrigatórias e optativas, antes de iniciar a escrita do projeto para a qualificação, além de manter na perspectiva, a possibilidade de trabalhar também com populações indígenas, devido já ter feito alguns trabalhos de levantamento de dados e estabelecido alguns contatos, em algumas Terras Indígenas (TIs) do Brasil e do Xingu. Portanto, se completou a grade curricular esse semestre com as disciplinas optativas: estudos etnográficos, e avaliação de impactos de projetos na Amazônia. Tudo avançava positivamente, até que antes de terminar o ano 2019, começara a circular a notícia da aparição de uma nova doença, altamente contagiosa transmitida por vírus, já denominada no início de 2020 como: Covid- 19.

Nesse momento, não se sabia que a aparição da Covid-19 se desdobraria numa pandemia que provocaria mortes e tristezas no mundo inteiro, mas também não, que teria implicações para a mobilidade e o contato público das pessoas, que chegariam até as

¹ O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora, instituído em 2017, atualmente, conta uma estrutura que engloba três subprogramas - Terrestre, Aquático Continental e o Marinho e Costeiro - com participação de mais de 110 Unidades de Conservação Federais dos diferentes biomas brasileiros. Em particular, o monitoramento em ambiente florestais no bioma Amazônico, se selecionaram aves e mamíferos como espécies indicadoras para avaliar gradientes de impactos, incluindo as mudanças climáticas. Fontes: Lima-Reis et al., (2015); <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento>.

instituições acadêmicas, seus programas e suas pesquisas. Em particular, a coordenação do PDSTU e os órgãos colegiados, decidiram suspender a janela de disciplinas obrigatórias, iniciada presencialmente no primeiro semestre de 2020, até se conhecer as medidas oficiais definitivas, nas esferas, nacionais e estaduais brasileiras.

Umás semanas após a suspensão de atividades presenciais, perante as recomendações e impedimentos para mobilidade e o contato público, o funcionamento do PDSTU se restabeleceu, fazendo uso de atividades assíncronas, que previam diferentes modalidades de oferecimento das disciplinas, de forma a garantir que o grupo de discentes e de professores não ocupassem o mesmo espaço físico, nem tivessem contato direto, para evitar o possível contágio e/ou disseminação do vírus.

Assim sendo, o restante das disciplinas oferecidas em 2020 ocorreu em diversos formatos, segundo o critério específico de cada professor(a). Tais formatos foram desde os estudos dirigidos, com designações de trabalhos semanais e contato exclusivo pelo e-mail; até as sessões virtuais em modalidade de videoconferência, em que se assistiam às explicações dos professores, se debatiam as temáticas e se realizavam apresentações individuais ou coletivas dos deveres acadêmicos. Outras implicações também apareceram para os discentes mais avançados, que se achavam no momento de iniciar suas campanhas para o levantamento de dados em campo, em pesquisas principalmente relacionadas com populações rurais, camponesas, povos indígenas, ou outras comunidades tradicionais, como os beiradeiros e os povos indígenas. Recomendações éticas desde o sistema educativo superior brasileiro, às quais, a UFPA se acolheu, estabeleciam que pesquisas que precisassem do contato direto com as populações-alvo, deveriam ser suspensas até não se contar com um mecanismo de imunidade, aceito pelas instituições de saúde mundial e brasileiras. A modalidade de circulação de questionários virtuais às populações-alvo de pesquisa, foi uma das medidas emergenciais que os colegas nessa situação tiveram que usar.

No final de 2020, no mês de novembro, com a flexibilização das medidas e restrições para a mobilidade aérea local e internacional, retornei ao meu país de origem, para aceder aos programas de vacinação nacionais e poder cumprir com as recomendações éticas, levando em conta a importância do contato direto com as populações em seus territórios, para a pesquisa acadêmica pretendida. Desde a Colômbia, continuei assistindo e desenvolvendo as atividades assíncronas de forma remota no restante do segundo semestre de 2020, e o início das disciplinas em que me matriculei no primeiro semestre de 2021.

Retornei à cidade de Belém na segunda semana de maio de 2021, após tomar a segunda dose de vacina contra a Covid-19. Já no final desse mesmo mês, o orientador me informou sobre um câmbio de rumo na proposta inicial de pesquisa. Esse câmbio consistia no abandono das análises das bases de dados do monitoramento de fauna do Programa Monitora, e o foco exclusivo no desenvolvimento da pesquisa acadêmica, com o povo Arara da TI Cachoeira Seca.

Apesar da mudança repentina, a possibilidade de trabalhar com povos indígenas gerou uma grande expectativa, já que pela trajetória pessoal tinha tido uma experiência muito enriquecedora sobre o acervo de conhecimento tradicional e as percepções sobre o território e a biodiversidade dessas populações, primeiro na Amazônia Colombiana, durante as pesquisas de campo para a tese de mestrado (Builes-Puertas, 2007), e depois engajado em diferentes programas, projetos e ações institucionais, em diferentes regiões da Amazônia, que se detalham no tópico anterior desta introdução. Não era o mesmo caso com as comunidades de beiradeiros, com os quais tinha tido poucas relações no passado, apesar de que, nas saídas de campo em 2019, tinha conseguido a aprovação comunitária para realizar as indagações nas comunidades de São Francisco, Boa Esperança e Rio Novo, da Resex do Rio Iriri, e tivesse feito algumas revisões documentais sobre essa população tradicional.

Ditas as informações, mencionavam que os beiradeiros eram comunidades tradicionais, descendentes de migrantes de outras regiões do país, que se integraram como mão de obra nos ciclos extrativos da borracha (*H. brasiliensis*) desde a primeira metade do século XIX (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b; Weinstein, 1993) e que sua ocupação territorial não teria causado impactos significativos à matriz paisagística, nem na composição da biodiversidade (Balée *et al.*, 2020). Também, que na atualidade essas populações estavam assentadas nas UCs da Terra do Meio, correspondentes às Resex do Riozinho do Anfrísio, do Rio Iriri e do Rio Xingu, nas que se permite o uso sustentável da biodiversidade para a alimentação, sobrevivência e sustento econômico, criadas entre o período de 2004 e 2008 respectivamente (ICMBio, 2012; 2015).

Essas primeiras referências, ricas em detalhes sobre fontes documentais, e com sessões nas que se incluíam informações sobre o resgate da memória coletiva a partir das vozes locais, ofereciam maiores detalhes sobre o povoamento e colonização dessas populações, o funcionamento dos sistemas econômicos, consistentes na exploração de seringais, de castanhais, e de outros recursos da biodiversidade como os pesqueiros, e sobre as construções e elaborações culturais, relacionadas com suas formas específicas de uso do território e da

biodiversidade, para garantir a autonomia econômica, a alimentação e a sobrevivência física e cultural (Villas Bôas *et. al.*, 2017a; 2017b; Weinstein, 1993).

Para a primeira revisão geral sobre o povo Arara, se usou a palavra-chave TI Cachoeira Seca, no buscador de internet da Google. Nesse momento, os títulos das matérias e das informações mencionaram: grilagem de terras; desmatamento; exploração ilegal de madeiras; apoio da força nacional em diferentes tarefas de proteção territorial; impactos da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte; invasões ilegais recorrentes desde alguns dos municípios do traçado da Rodovia Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões; denúncias públicas dessas situações pelo próprio povo indígena; e sobre a homologação de seu território em 2016 (Brasil, 2016), após 30 anos de contestações aos limites propostos pelos estudos técnicos para esta TI (Harari e Klein, 2016).

Nessa matéria, as autoras integravam todas as problemáticas mencionadas, e no topo da matéria em letra itálica, se fazia ênfase em que a “assinatura do decreto” de homologação desta TI, pela presidenta “Dilma Rousseff” (Brasil, 2016), era “uma das principais condicionantes para o funcionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte”. Também faziam uma descrição da situação geral do povo Arara da TI Cachoeira Seca, e além, se desenvolviam dois tópicos específicos sobre a luta e resistência do povo, sem conseguir a homologação de seus limites. Também se mencionava o início do processo de desintrusão, em que já se mencionava o levantamento oficial de 1085 ocupações não indígenas na época, destas aproximadamente 70%, correspondia com pequenas ocupações familiares (Harari e Klein, 2016).

Também se encontrou uma explicação da situação geral da TI Cachoeira Seca no site de internet do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato-OPI (<https://povosisolados.wordpress.com>), publicada um dia após da Homologação de 2016, em que se menciona que a maioria das problemáticas que ocorriam nessa TI tinha sua origem na construção da rodovia Transamazônica (BR- 230) e nos programas de colonização associados, devido à sobreposição com o território desse povo. De acordo com as informações, o traçado da Transamazônica tinha cortado o território desse povo no meio (Pohl, 2016), e teria resultado na visualização da sua presença por grande parte da sociedade envolvente, devido à ampla divulgação na mídia de conflitos entre os grupos Arara e as levas de colonizadores e trabalhadores, durante a execução do Programa de Integração Nacional (PIN) para a colonização e desenvolvimento econômico, implementados pelo governo militar da época.

As informações apresentavam um relato histórico do povo Arara, e se mencionava a existência de três TIs desse povo no Estado do Pará; se fazia ênfase nos detalhes dos antecedentes do contato oficial da TI Cachoeira Seca e se davam detalhes em uma linha de tempo desde 1981. Na linha de tempo apresentada, se podiam apreciar diferentes momentos do contato oficial da Frente de Atração Arara (FAA), até a assinatura do decreto presidencial de homologação em 2016. Em particular, se apreciou um período de frequentes contestações aos estudos para a declaração dos limites, entre a década de 1990 e 2000, até sua declaração oficial em 2004. Essas informações estavam complementadas com fotos e mapas, em que se evidenciava a degradação florestal na TI, a partir das prolongações e invasões dos travessões da Transamazônica BR-230 (Pohl, 2016).

Outras informações levantadas a partir do site do Instituto Socioambiental-ISA, organização que tinha iniciado o trabalho com povos indígenas na década de 1970, quando o governo da ditadura militar lançava o PIN na região da Amazônia (https://www.socioambiental.org/como-atuamos#povos_indigenas), foram esclarecendo melhor a ligação do processo de contato oficial com o povo Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca, após iniciadas as obras da Transamazônica (BR-230). Segundo as informações, a Amazônia era descrita pelo discurso oficial como um “vazio demográfico”, o qual era necessário colonizar e realizar obras de infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Desde esse mesmo site, comprometido com a produção de informações para “a sociedade brasileira conhecer melhor seus povos originários”, se chegou até outros sites da internet, com informações específicas sobre a TI Cachoeira Seca, e o povo Arara do tronco linguístico Karib, que habitava nela e tinha direito constitucional ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e da biodiversidade (Brasil, 1988; 2016).

Um desses sites concentra informações sobre as TIs do Brasil, com foco nas temáticas de monitoramento e produção de informações e mapas, sobre pressões e ameaças, como o desmatamento, mineração, garimpo e obras de infraestrutura, entre outras. No site em que se disponibilizam informações sobre 730 TIs brasileiras, e se descrevem como “a maior base de dados de terras indígenas no Brasil” (<https://terrasindigenas.org.br/pt-br>), se encontrou uma grande concentração de informação geral sobre a TI em questão, relacionada com sua localização geográfica no estado do Pará, contando com 734 mil hectares (ha) homologadas, numa área que corresponde com diferentes porcentagens de três municípios: Altamira (76,27%), Uruará (17,48%) e Placas (7,06%), todos associados ao traçado da mencionada BR-230. Outras informações demográficas, territoriais, ambientais, políticas, jurídicas e da mídia

são permanentemente atualizadas neste site (Terras Indígenas no Brasil, 2021; <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3593>).

Outro grupo de referência geral sobre a TI Cachoeira Seca se encontra no site “Povos indígenas do Brasil”, no qual se concentram e sistematizam as informações das TIs sobre iniciativas indígenas, direitos, políticas indigenistas, entre outras, que se podem filtrar por Unidade Federativa (UF) que corresponde com cada estado brasileiro (Estado), por tronco linguístico ou por palavra-chave (https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). Filtrando dessa vez, pelo tronco linguístico (*Karib*), se conseguiram maiores referências sobre o povo Arara do Pará. Um verbete completo sobre este povo, com tópicos específicos para temas como: história e origens; o contexto da atração; contato com a sociedade nacional; economia, cosmologia e vida ritual, faziam parte das informações (Teixeira-Pinto, 2021).

Também havia referências de algumas fontes de informação e notas sobre elas, que tinham sido elaboradas pelo mencionado acadêmico da área da antropologia, que também aparecia como autor de vários trabalhos citados nas fontes. Pelo que se entendeu, o autor, tinha uma produtiva trajetória de trabalho com o povo Arara, que incluía, trabalho de mestrado, trabalho de doutorado e várias publicações em periódicos, revistas e livros acadêmicos (<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara>). Nas primeiras explorações do material produzido pelo acadêmico mencionado acima, se encontram informações que faziam referência a um certo modo de organização específico dos Arara (*Karib*), que incluía a conformação de grupos e subgrupos, que se dispersavam na extensão do território, para alcançar as áreas produtivas, também localizadas de forma desagregada, nas áreas de ocupação tradicional.

Essa procura das áreas produtivas estava intimamente relacionada com a percepção cosmogônica dos Arara, que os seres materiais e espirituais tinham a necessidade de integrar permanentemente as substâncias vitais (*ekuru*), produzidas principalmente pelos fluidos de plantas e animais como: látex, seiva, polpa, sangue, leite materno e outros fluidos corporais. A carne de caça e as bebidas fermentadas com a produção dos roçados eram parte dessas substâncias para se alimentar e manter a vida. Também, que a separação social dos grupos e subgrupos tinha a ver com certas políticas culturais para a distribuição dos recursos e para evitar conflitos internos, além de possuir um “mecanismo” para ativar a dispersão/concentração, relacionado com a ocorrência de festas rituais, que favorecem a consolidação das redes de cooperação e alianças familiares, durante a estação do verão amazônico (Teixeira-Pinto, 1997).

Com essas informações básicas, se completou a estrutura de delimitação do problema, que juntando todas as informações, se definiu como falta de eficiência e eficácia nas ações e programas para a defesa do território e garantia dos direitos constitucionais do Povo Arara da TI Cachoeira Seca, porque as instituições encarregadas dessas ações tinham representação oficial e atuação na área de estudo, e porque as informações indicavam uma permanente denúncia de parte dos próprios Arara e de outros setores, incluídos a mídia. Nesse marco, a pergunta norteadora do trabalho foi: como contribuir com o melhoramento dessa situação de falta de eficiência e eficácia? Isso, para não direcionar a pesquisa acadêmica ao apontamento das Instituições nas quais estivessem ocorrendo a falta de eficiência e eficácia, mas sim para direcioná-la na direção de se posicionar como uma contribuição para a melhora da situação.

Com os elementos assim organizados, se mantiveram os planos iniciais de realizar uma estratégia metodológica para levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Os qualitativos, sobre o acervo de conhecimento tradicional e as percepções sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, seriam levantados usando uma aproximação etnográfica, que se definia como um registro detalhado das atividades e temáticas de interesse, durante um ou vários períodos de convívio permanente, nas aldeias da TI cachoeira Seca. Para esse registro detalhado, se considerava o uso de diário de campo, além de outras técnicas das ciências sociais, como: as indagações sobre questões específicas; as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais; as oficinas participativas/colaborativas para a elaboração de cartografia social e mapas mentais; e a realização de pequenas expedições de mapeamentos às áreas de uso do território e da biodiversidade.

Quanto aos dados quantitativos, os levantamentos seriam focados no registro das espécies da biodiversidade, nos eventos de acompanhamento ou registro de caça/pesca/coleta, usando principalmente o aplicativo digital Cybertracker, que instalado em computadores e telefones celulares, serve para registrar muitas variáveis sobre as espécies biológicas, incluindo seu posicionamento geográfico (Cybertracker, 2021), porém, com limitações em seu funcionamento em campo, devido ser desenhado para ecossistemas abertos, como os das savanas africanas.

Outros métodos das ciências biológicas, como o registro direto de espécies biológicas ou de seus sinais de presença como rastros, pegadas, restos alimentícios, locais de descanso, pelos e ossos, se usariam de acordo com as adaptações para o registro das espécies de mamíferos em trilhas lineares, na Amazônia colombiana (Builes-Puertas, 2007), e com as

indicações dos diferentes manuais para identificação das espécies registradas (Carvalho e Cavalcante, 2008; Eisemberg, 1989; Emmons e Feer, 1999; Lima-Reis *et al.*, 2015).

As adaptações ao método de registro e identificação incluíam o acompanhamento de conhecedores e caçadores indígenas, para complementar permanentemente o registro técnico, com o conhecimento tradicional e as percepções dos Arara (*Karib*), sobre o território e a biodiversidade, abrindo espaço para a integração da aproximação etnográfica à proposta de pesquisa acadêmica. Nesse momento de formulação, se conseguia visualizar que a sistematização e a análise desse conjunto de dados qualitativos/quantitativos poderiam ser insumos adequados para o direcionamento das ações, portanto, serem uma contribuição, que respondia à pergunta de pesquisa. Também, que os possíveis desdobramentos desse diálogo entre os dois tipos de conhecimentos, poderia permitir a análise das percepções do grupo Arara da TI Cachoeira Seca.

Essas percepções sobre o comportamento sazonal e as respostas das espécies biológicas a essas variações, os calendários de atividades relacionadas com as espécies biológicas “chaves”, tanto no sentido cultural e biológico, quanto no político e econômico, e os mapas mentais, cartografia social e mapas temáticos sobre as áreas de uso e outras áreas de importância, também seriam importantes insumos, que poderiam ser usados para a proteção territorial e a defesa dos direitos constitucionais desta TI, contribuindo dessa forma com o objetivo geral proposto. Com as características mencionadas acima e uma estratégia metodológica para o levantamento, sistematização e análise dos dados, de forma sequencial/convergente, para algumas abordagens interdisciplinares que usem métodos mistos (Creswell, 2007; Ostreng, 2010; Repko e Szostak, 2017; Terrell, 2016), e, a aproximação etnográfica baseada nas recomendações de Restrepo (2016), se construiu a proposta de pesquisa de doutorado com a que qualifiquei, em 14 de janeiro de 2022 (Builes-Puertas, 2022).

Antes disso, no período entre 20 de novembro e 10 de dezembro de 2021, realizei uma viagem à cidade de Altamira, para iniciar o mapeamento de atores e instituições que tivessem vínculo direto com a TI Cachoeira Seca, além de começar os alinhamentos logísticos e as conversas com as lideranças das aldeias e da associação *Kowit* da TI Cachoeira Seca, que se estariam em uma reunião anual dos cantineiros que conformam a Rede de Cantinas da Terra

do Meio² (Xingu +, 2021), para avaliarem sua participação nessa rede local de abastecimento e promoção econômica local. Além disso, aproveitaria para iniciar relações e conversas com outras instituições, com atuação nesta TI, como o ISA, e a Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) da Coordenação Regional (CR) da Funai de Altamira.

Neste último caso, tinha que demonstrar a importância da pesquisa acadêmica para o povo Arara, e justificar que não implicaria a superação do máximo número de pessoas permitidas para o ingresso às TIs e garantir outras questões, regulamentadas numa medida temporária oficial, para conter o espalhamento da Covid-19 nas populações indígenas (Brasil, 2020). Nesse sentido, tinha que acreditar a imunidade adquirida contra o vírus, apresentando a carteira do plano de vacinação oficial com mínimo três doses, naquela data de final de 2021. Com esses requerimentos cumpridos, só restava enquadrar o levantamento de dados desta pesquisa nas aldeias da TI, para que fosse contemplado como uma atividade de caráter excepcional, de importância para a saúde, a educação, a alimentação e a sobrevivência das comunidades indígenas implicadas de acordo com as considerações da norma (Brasil, 2020).

Esse período de mapeamento de atores e articulações institucionais foi fundamental, pelas conversas iniciadas com as lideranças da TI Cachoeira Seca, com a coordenação da FPE-Funai e com outras pessoas de instituições de atuação em dita TI. No entanto, a incerteza da data de revogação da Portaria 419 continuava, e as justificativas apresentadas à FPE-Funai ainda estavam sendo avaliadas. Por outra parte, através do contato com um funcionário da coordenação Territorial Xingu, do ISA, fornecido pelo professor orientador, consegui ser apresentado com as lideranças da *Mobu Odo Arara* (aldeia Iriri), *Ioru Arara* (aldeia Awy) e *Timbektodem Arara*³ (Associação *Kowit*). Suas contribuições e informações para esta pesquisa, têm sido fundamentais. Também são uma amostra da generosidade e das estreitas redes de cooperação, que funcionam entre os Arara da TI Cachoeira Seca e seus afins.

² A Rede de Cantinas da TdM é uma iniciativa de organização social, para o abastecimento de mercadorias e venda da produção local, recebendo em dinheiro ou mercadoria, no momento de entrega do produto. Fazem parte da Rede de Cantinas da Terra do Meio: a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu (Amomex); Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (Amoreri); Associação Extrativistas Rio Iriri-Maribel (Aerim); Associação Indígena Tukayá Etnia Xipaya (AITEEX); Associação Indígena Pyjahyry Xipaya Pyjahyry (AIPHX) da TI Xipaia; e Associação Instituto Bepotire Xikrin (IBKRIN), da TI Trincheira Bacajá. Fonte: Xingu + (2021). Disponível em: <https://xingumais.org.br/iniciativas/rede-cantinas>.

³ Timbektodem Arara, grande liderança do TI Cachoeira Seca, estudioso da língua Arara (Karib) e professor da Escola da Aldeia Iriri “Tjibie Arara”, infelizmente faleceu em um acidente fluvial no rio Iriri no final de 2023, nas redondezas da aldeia onde morava. O povo Arara segue resistindo, apesar desta incomensurável perda cultural, social e política.

Parte do bom início das conversas com as lideranças indígenas se deveu à interlocução do funcionário do ISA, que já tinha desenvolvido várias ações nas aldeias da TI Cachoeira Seca, relacionadas com a articulação dos sistemas de produção indígena, às redes de comercialização locais, como a Rede de Cantinas do Xingu, que além de ser conformada principalmente por associações comunitárias das Resex, também incluía as associações indígenas das calhas dos rios Xingu e Iriri em sua organização.

As firmes relações de colaboração com as lideranças da TI Cachoeira Seca, por ele estabelecidas, deram uma esfera de confiança no momento da apresentação pessoal. Após as primeiras conversas de apresentação, intercambiamos os contatos e marcamos uma reunião para o dia 08 de dezembro de 2021, na qual informaria os detalhes sobre o projeto de pesquisa pretendido e combinaríamos os passos a seguir, de acordo com o protocolo de consulta, que eles vinham desenvolvendo para publicação oficial, com a assessoria do ISA e do Instituto Maíra, outra organização não governamental (ONG), de atuação na mencionada TI.

Na reunião com as lideranças no dia 08 de dezembro/21, comentei com as lideranças que estava inscrito num programa acadêmico de doutorado na UFPA, e que como parte do processo acadêmico deste programa, tinha realizado uma revisão da situação da TI Cachoeira Seca e tinha encontrado uma complexa problemática relacionada com desmatamento, invasões e prática de várias atividades ilegais que envolviam a segurança do território e a da biodiversidade de usufruto exclusivo dos Arara. Também comentei que a única pergunta que queria responder diante uma situação que parecia estar enquadrada numa falta de eficiência e eficácia nas ações de proteção territorial, estaria direcionada para realizar alguma contribuição, que beneficiasse o povo Arara e a TI Cachoeira Seca.

Expliquei que a proposta de pesquisa estava em construção e que devia passar por um processo de qualificação acadêmica que aconteceria em janeiro de 2021. Justo por estar em construção, poderíamos realizar ajustes relacionados com as questões culturais e organizativas, além que, de forma fundamental, a pesquisa contemplava a valorização das percepções e do acervo de conhecimento do povo Arara sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, além do levantamento de dados em campo e o convívio temporal nas aldeias. Sobre esses últimos assuntos, comentei que já tinha tido experiência no levantamento de dados e no convívio com outros povos indígenas no Brasil (Builes- Puertas, 2015b; 2017) e em outros países (Builes-Puertas, 2007; 2015a; MTI-PBOT, 2019).

Nessas e em outras experiências desenvolvidas pelas próprias comunidades indígenas e suas associações, o acervo de conhecimento tradicional sobre o território e a biodiversidade tinha sido de muita utilidade para formular documentos e outros instrumentos eficazes para a proteção territorial e a defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas como: os planos de vida (Acitam, 2008; Aticoya, 2007; Azcaita, 2008), os calendários das atividades culturais (Tayori-Kendero *et al.*, 2018) e os etnomapeamentos e etnozoneamentos das áreas de uso e de conflito, com as desenvolvidas em TIs do Alto Rio Envira, no Acre (Builes-Puertas, 2017). Comentei que conhecia que no Brasil existia de uma política pública relacionada com a gestão territorial e ambiental em TIs⁴, que tinha sido instituída legalmente a partir de 2012.

Além disso, expliquei que a dita política definiu alguns dos instrumentos e ferramentas para a realização de ações de gestão ambiental e territorial nas TIs, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), os etnomapeamentos e os etnozoneamentos, e que nesses instrumentos e ferramentas eram fundamentais a participação e o protagonismo indígena. Finalmente, dei ênfase à vontade e à intenção de dar continuidade ao processo de informação e consulta, de acordo com as condições que fossem indicadas por eles. As lideranças se interessaram na natureza geral do trabalho apresentado, mas se acordou continuar com as conversas de informação e consulta, após a qualificação acadêmica, prevista para janeiro de 2022.

Aproveitando essa temática, articulei uma reunião com a equipe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial (SEGAT), da CR Funai-Altamira. Na conversa com o pessoal da SEGAT, se intercambiaram informações técnicas e acadêmicas de relevância para a contextualização e a definição das aldeias do povo Arara, como as de interesse central para a pesquisa. Mencionaram que das três TIs do povo Arara do Estado do Pará, duas estariam localizadas em polígonos territoriais contínuos, na margem esquerda do rio Iriri, acima de sua foz no rio Xingu, e a outra estaria num polígono separado, localizado na margem direita da região da Volta Grande do Xingu. Só nas duas primeiras, TIs Arara e Cachoeira Seca, se falava cotidianamente em língua Arara (*Karib*), na TI Arara da Volta Grande, era geral o uso do português, enquanto a língua tradicional estava em desuso.

⁴ A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) tem o objetivo de “garantir e promover a proteção e a conservação” “das terras e territórios indígenas” e o “uso sustentável” da biodiversidade e outros “recursos naturais”, assegurando o “patrimônio indígena” para a “reprodução física e cultural” dos povos indígenas, “respeitando sua autonomia sociocultural” (Brasil, 2012). Funai dispõe um site na internet no qual se concentra grande parte da informação oficial sobre a PNGATI, com o histórico de conformação, o processo de consultas públicas aos povos indígenas e participação deles, a legislação, e alguns exemplos de instrumentos PGTAs em TI do Brasil. Fonte: <http://cggamgati.funai.gov.br/>.

Por outra parte, comentaram que o processo declaratório das TIs Arara e Cachoeira Seca teria se desdobrado da sobreposição com os planos de colonização e desenvolvimento econômico oficiais, liderados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA na década de 1980. De acordo com as fontes do Órgão, as TIs Arara e Cachoeira Seca permanecem na linha de avanço da grilagem de terras, o desmatamento e outras atividades ilegais, que se teriam incrustado atrás dos programas de colonização e desenvolvimento econômico, iniciados com a construção da Transamazônica-BR 230 e reproduzidos com os trabalhos, instalação e funcionamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, confirmando algumas das informações previamente levantadas.

Outras informações da equipe do SEGAT da CR-Altamira confirmaram que continuavam vigentes as restrições da Portaria 419, principalmente para TIs com Povos Isolados (PI) e Recente Contato (RC), como no caso das aldeias Arara da TI Cachoeira Seca. Porém, mencionaram a existência de aldeias do Povo Xipaia, ao extremo leste da TI Cachoeira Seca, na margem esquerda do rio Iriri, perto do limite com a TI Arara. O pessoal da SEGAT mencionou que nessas aldeias as restrições para o acesso (Brasil, 2020) eram mais flexíveis, devido a que não estavam nas categorias (PI), nem (RC), e portanto, se poderia iniciar a consulta para o acesso, diretamente com suas lideranças tradicionais ou organizativas, e posteriormente consolidar a permissão de acesso com as autorizações da Funai.

No entanto, de acordo com a prévia revisão da declaratória de homologação de 2016, a TI Cachoeira Seca é de usufruto exclusivo povo Arara (Brasil, 2016), e não tinha encontrado menção evidente ao compartilhamento territorial com outro povo indígena, ou, à existência de aldeias de povos indígenas diferentes dentro dos limites dessa TI, da forma como já tinha observado, quando teve a experiência de trabalho em TIs compartilhadas por povos indígenas diferentes, combinadas com as categorias PI e RC, no estado do Acre. Pelo anterior, perguntei às fontes se conheciam a explicação para esse fato acontecer na TI Cachoeira Seca, sem ser mencionado explicitamente no decreto de Homologação de 2016 (Brasil, 2016).

Eles explicaram que os povos Arara e Xipaia tinham tido boas relações históricas, portanto, tinham fortalecido redes de cooperação, intercâmbio e casamentos, que permitiam o funcionamento de acordos internos, que outorgaram essa permissão territorial, segundo o previsto na PNGTI (Brasil, 2012). Essas informações definiram a população-foco para o levantamento de informações sobre o acervo de conhecimento tradicional e percepções sobre o território, e a biodiversidade desta pesquisa foram as aldeias do grupo Arara da TI

Cachoeira Seca, principalmente para não desmerecer as conversações iniciais com as lideranças desta TI, e a equipe da FPE, e dessa forma manter as possibilidades de estabelecer relações de confiança sólidas e duradouras.

Nesse período de apresentação da pesquisa acadêmica, estabelecimento de relações de confiança e articulação de futuras reuniões/ações, no município de Altamira, o professor orientador recomendou contatar a equipe do ISA do Programa Xingu, que coordenava o projeto “*Nós somos a floresta*”, no qual ele tinha vinculação e participação. Na primeira semana de dezembro de 2021, realizamos uma reunião com o coordenador geral do projeto e das ações de campo. Na reunião, se intercambiaram informações dos dois projetos: o institucional, e o desta pesquisa acadêmica. Eles explicaram que o objetivo do projeto institucional era valorizar as formas de uso do território e biodiversidade dos beiradeiros, e realizar um monitoramento contínuo, desde as aproximações biológica, social e econômica. Apesar da estreita convergência entre os dois projetos, eles esclareceram estar focados exclusivamente na população dos beiradeiros das Resex dos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio.

Pela proximidade geográfica da TI Cachoeira Seca, das Resex do Iriri e do Riozinho do Anfrísio, se pensaram as possibilidades para usar a logística de mobilidade em campo do projeto institucional, para alcançar ou, pelo menos, ficar mais perto das aldeias da TI Cachoeira Seca, quando se levantarem as restrições (Brasil, 2020) e se completarem os passos, já iniciados, do protocolo de informação e consulta com as lideranças e as comunidades das aldeias da TI Cachoeira Seca, até agora encaminhados para uma próxima reunião em 2022. Por outro lado, em contrapartida, eu poderia realizar algumas questões relacionadas com as ações desse projeto, começando com a participação em uma reunião de articulação em janeiro de 2022 e uma participação em uma expedição de campo dirigida às Resex do Iriri e Riozinho, em fevereiro de 2022.

Antes dessa reunião, ocorreu a qualificação acadêmica da proposta elaborada com os elementos gerais até aqui expostos. Em resumo, esses elementos definiam como tema central as formas de uso do território e a biodiversidade na TI Cachoeira Seca, portanto, um enquadramento como uma pesquisa interdisciplinar, que precisava do levantamento de dados qualitativos e quantitativos em campo e de uma revisão documental. A falta de eficiência e eficácia nas políticas/ações para a proteção dessa TI era o problema geral identificado, devido às interações dos fatores relacionados com as invasões ilegais como: o desmatamento, a grilagem de terras e o usufruto ilegal da biodiversidade, com fins econômicos. Para contribuir

com a melhora dessa situação, se usou uma estratégia metodológica e analítica, sequencial-convergente (Creswell, 2007; Repko e Szostak; 2017; Terrell, 2016), com uma aproximação etnográfica transversal (Restrepo, 2016). Além disso, a hipótese de trabalho no acervo de conhecimento tradicional, nas percepções e na memória individual/coletiva, estava contida nos elementos importantes para contribuir com o objetivo da pesquisa.

A banca de qualificação acadêmica estava composta por um membro interno ao programa PDSTU (NAEA/UFPA), a Professora Cláudia Azevedo Ramos, de formação integral em ciências biológicas, e por outro membro externo ao Programa, o professor Juan Álvaro Echeverri de formação interdisciplinar em Antropologia e Linguística. Após a apresentação da proposta de pesquisa, as arguições dos participantes e a aprovação acadêmica da pesquisa pelos membros, o componente biológico da banca recomendou excluir o levantamento dos dados quantitativos sobre as espécies da biodiversidade usando os métodos biológicos, devido à necessidade de muito tempo e força de trabalho para o estabelecimento das picadas das trilhas lineares contempladas para isso, levando em conta também a restrição temporária estabelecida na Portaria 419. Também, recomendou colocar um especial foco nas percepções dos Arara, sobre as temáticas indagadas.

Por sua parte, o componente das ciências sociais da banca fez ênfase sobre a importância da trajetória e experiência prévia em questões que envolviam biodiversidade, território e comunidades indígenas da Amazônia, para encarar esse desafio acadêmico. Grande parte da explicação da trajetória pessoal obedeceu a essa observação da banca. O professor também mencionou que, apesar de não se ter experiência no método e na escrita etnográfica dos cientistas sociais, essa ferramenta metodológica tinha sido muito efetiva nos trabalhos acadêmicos que contribuíram para apresentar as vozes, as atuações, e os protagonismos de muitos dos povos indígenas das Américas, os quais tinham sido permanentemente invisibilizados nos discursos colonizadores, civilizatórios e integracionistas. Portanto, se considerou adequado continuar com a aproximação etnográfica no eixo transversal da estratégia metodológica desta proposta.

A partir das reuniões e articulações com as lideranças do povo Arara da TI Cachoeira Seca e a sua Associação Kowit e com as diferentes instituições, algumas delas já mencionadas, consegui realizar planejamento e engajamento em ações institucionais e projetos que permitiram fazer levantamento de dados em campo. As articulações com o Instituto Maíra foram fundamentais para dar continuidade ao processo de consulta e ao estreitamento das relações de confiança com as lideranças indígenas. Nesse sentido, combinamos com as

lideranças da aldeia Iriri e da Associação Kowit, *Mobu Odo Arara* e *Timbektodem Arara*, respectivamente, o acompanhamento de um curso de direitos humanos de três módulos, que seriam oferecidos na aldeia Iriri da TI Cachoeira Seca, em cooperação com a Anistia Internacional Brasil (ONG).

O primeiro foi a minha inclusão na equipe de voluntários ocasionais do Instituto Maíra, como colaborador encarregado do registro audiovisual das viagens e das sessões dos diferentes módulos do curso. Também se atualizou com a FPE, a minha inclusão na equipe do curso de direitos humanos, que agora teria um total de quatro (04) pessoas, duas (02) da equipe do Instituto Maíra e duas (02) da Anistia Internacional, o que não superaria o número máximo de cinco (05) pessoas, estabelecido na mencionada Portaria 419 (Brasil, 2020).

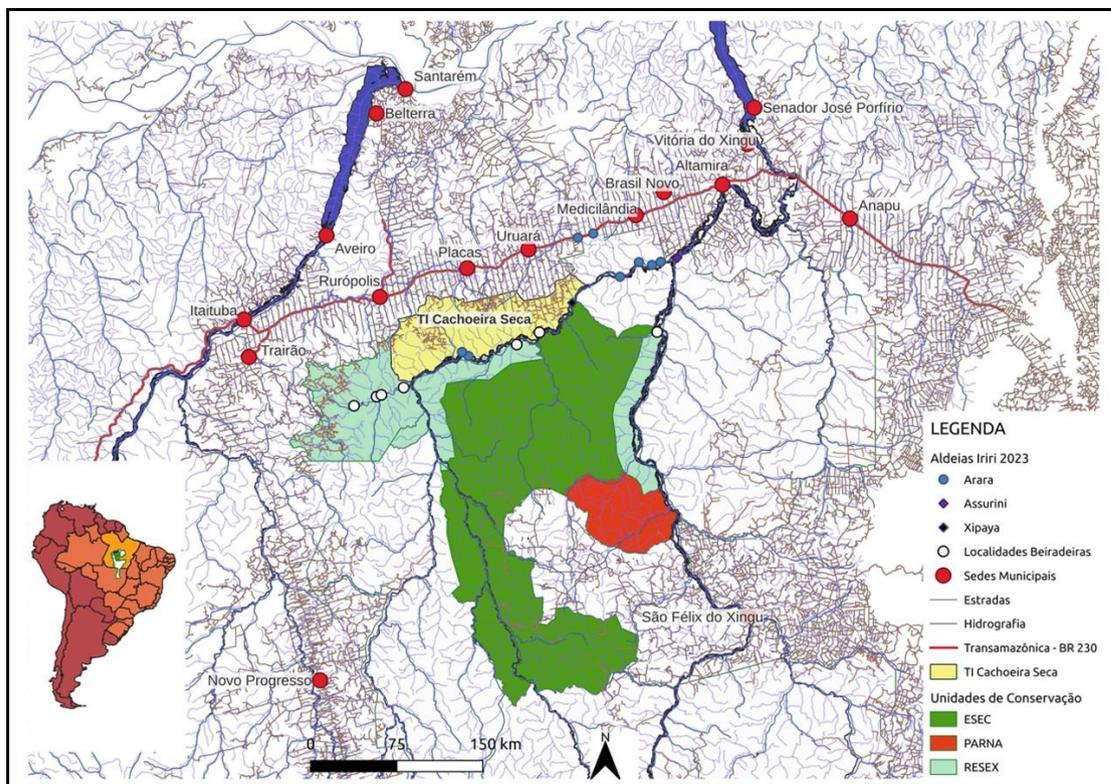
A articulação e o acompanhamento deste curso permitiram estreitar as relações de confiança com as mencionadas lideranças do povo Arara da TI Cachoeira Seca, mas também com as pessoas das aldeias que participaram dos módulos do curso. O resultado deste estreitamento, foi o convite para a realização de uma série de oficinas participativas e colaborativas sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, pela Associação Kowit, em um ofício dirigido a Frente de Proteção Etnoambiental do Meio Xingu (FPMX) no segundo semestre de 2022 (Anexo A).

Em adição, realizei reuniões e articulações com a FPMX, a partir de setembro de 2022, para a efetivação do convite da Associação Kowit. No entanto, devido à instabilidade política gerada pelo processo de eleições presidenciais brasileiras, teve sucessivos adiamentos, desde outubro de 2022, até janeiro de 2023, quando se definiu a data para a entrada à TI Cachoeira Seca, no período entre o dia 01/03 até o dia 14/04 de 2023. Todas as questões logísticas da viagem, e sobre a habitação das instalações da base oficial na aldeia Iriri, foram providenciadas e autorizadas após as consecutivas reuniões com a FPEMX.

Dessas articulações, se destacam as relacionadas com o programa Monitora do ICMBio e com o projeto “*Nós somos a floresta*”, do ISA, porque permitiram o levantamento de dados complementares com as comunidades de beiradeiros das Resex do Xingu, Riozinho do Anfrísio e Iriri e porque ofereceram boa parte suporte técnico, acadêmico e logístico para a realização da viagem de campo de 2023, empréstimo de equipamentos de projeção audiovisual e posicionamento geográfico, e financiamento de itens alimentícios, materiais para oficinas participativas, mapas impressos para as aldeias, combustível e suporte econômico para a compensação dos indígenas engajados no levantamento de dados e acompanhamento das expedições.

Por outra parte, pelos deslocamentos terrestres para chegar à TI Cachoeira Seca (Figura 1) consegui ter uma experiência direta com o entorno geográfico geral, passando nas proximidades de vários municípios do traçado da Transamazônica BR-230, como Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Altamira, e transitando por estradas e travessões, como o 185 e sua prolongação até o rio Iriri, conhecida como “Trans Iriri”. Todos esses sítios foram mencionados nas informações sobre as problemáticas do contato oficial com os grupos do povo Arara (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Santos, 2017).

Figura 1 – Mapa da área de estudo, articulações institucionais e atividades de levantamento de dados para a pesquisa acadêmica entre os anos 2022-2023



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fonte:** Base cartográfica ISA. SIRGAS 2000.

Assim, mesmo nos deslocamentos fluviais durante os dois períodos hidrológicos da “seca” e da “cheia”, teve a experiência e o contato direto com outros locais geográficos, como: morros, ilhas, praias, corredeiras, cachoeiras e pedrais, alguns já referenciados desde as primeiras expedições de científicos e acadêmicos (Coudreau, 1894; Steinen, 1884; Nimuendaju, 1948) e nos trabalhos sobre as formas de vida dos beiradeiros dos rios Xingu e Iriri (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b). Também se destaca a importância de ter tido a possibilidade de fazer levantamento de informação qualitativa nas comunidades de beiradeiros, que enriqueceram o entendimento do contexto histórico, através do compartilhamento de informações de suas próprias histórias de vida, de suas percepções, e do

acervo de conhecimento por eles construído, sobre o uso do território e a biodiversidade nas Resex.

Outras questões importantes se desdobraram da experiência nas articulações institucionais e nas viagens de campo, que permitiram a integração de novos elementos no enquadramento do problema que deu a justificativa da pesquisa. Um desses elementos estava fortemente relacionado com os discursos usados pelos colonizadores europeus para a imposição hegemônica, assumindo que os territórios que ocupavam eram “espaços geográficos vazios”, e ocupados, então, por “bárbaros” desta vez “selvagens” ou “canibais”, “despossuídos” de qualquer conhecimento útil para os civilizados (GET, 2020). Esses discursos não eram arcaicas lembranças dos anteriores períodos políticos da história brasileira ou latino-americana, pelo contrário, tinham sido reproduzidos pelo governo da ditadura militar, para impor seus planos de desenvolvimento e colonização na Amazônia, e em específico no interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu, Iriri, onde se localiza a área de estudo. Além do mais, esses discursos, com algumas variações, se repetiram durante o governo político do bolsonarismo, que se estendeu de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Na época, era comum escutar em discursos públicos presidenciais que o Brasil tinha “muita terra para pouco índio”, e que a terra em poder dos índios era improdutiva, em termos econômicos. Segundo esses discursos, uma das causas para o Brasil não ser mais rico e desenvolvido era a improdutividade da terra em mãos de “preguiçosos”, se referindo aos povos indígenas. De acordo com esse discurso, os povos indígenas não têm um entendimento de como usar produtivamente seu território, nem a capacidade de efetivar os modelos de produção agropecuária dos não indígenas, para normalizar a possibilidade de colocar seus territórios nas mãos do desenvolvimento econômico dos não indígenas. Nesse contexto político de ampla difusão na mídia, televisão e redes sociais, durante um deslocamento terrestre pela Transamazônica BR-230, iniciado em Altamira, se escutou a expressão: “índio bom é índio em cova”, em um posto de combustível do município de Uruará, muito perto do acesso ao travessão 185 (Trans Iriri).

No percurso, várias vezes por este travessão, tive a oportunidade de evidenciar a grande quantidade de ocupação não indígena em ambas as margens do traçado, com grandes áreas convertidas em pastagem para a criação pecuária, cercados, linhas elétricas, igrejas evangélicas e de outras crenças, mercados e escolas. Posteriormente, soube que o travessão 185 (Trans Iriri), que comunica o município de Uruará, com a calha do Rio Iriri desde a

década de 1980, foi um dos principais eixos de uma leva de colonização “espontânea” antes da interdição da área da TI Cachoeira Seca, e continua sendo o eixo de ocupações e invasões ilegais, na atualidade. Esses elementos me fizeram refletir sobre a interação dos problemas atuais, relacionados com as invasões no território e práticas ilegais, associadas com modelos de exploração da biodiversidade e de criação pecuária, que geram lucro econômico.

Esse novo componente do problema enquadrado neste trabalho se entende como discursos desfavoráveis. O esvaziamento “permanente” desse tipo de discursos foi recomendado como uma contribuição necessária nas diferentes esferas de atuação que se relacionam com a defesa dos territórios e dos direitos dos povos indígenas (Carneiro-Da Cunha, 2002). Desta forma, os primeiros elementos identificados neste enquadramento, relacionados com as invasões ilegais, o desmatamento, a grilagem de terras e o usufruto ilegal da biodiversidade, com fins econômicos, também interagem com a difusão e normalização de discursos desfavoráveis sobre os povos indígenas, como forma de apropriação dos territórios e sobrepô-los com os interesses políticos e econômicos dos programas/projetos oficiais e particulares. Com esses elementos, se enquadrou o problema geral abordado e se construiu a estrutura lógica com a que se desenvolveu esta pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Estrutura lógica da pesquisa acadêmica sobre as formas de uso do território e a biodiversidade na TI Cachoeira Seca, para contribuir com a melhoria da eficiência e a eficácia nas ações de proteção territorial

Tema Central	Formas de uso do território e da biodiversidade.
Problema Geral	Falta de eficiência e eficácia nas ações e políticas de proteção territorial na TI Cachoeira Seca.
Pergunta	Como contribuir para a melhora desta situação?
Hipótese	O diálogo com os elementos da memória coletiva e o acervo de conhecimento tradicional do povo Arara da TI Cachoeira Seca é adequado para a produção de insumos potentes para melhorar a eficiência e a eficácia das ações e políticas relacionadas com a proteção do território e da biodiversidade.
Objetivo Geral	Analisar as formas de uso do território e da biodiversidade com ênfase no interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, a partir das informações documentais, a recuperação da memória coletiva e a documentação das percepções do acervo de conhecimento tradicional do povo Arara da TI Cachoeira Seca.
Pesquisa	Interdisciplinar.
Dados	Qualitativos.
Estratégia	Sequencial/Convergente.
Técnicas	Revisão documental, entrevistas e conversas, oficinas participativas e colaborativas, etnomapeamentos, etnozoneamentos, convívio e aproximação etnográfica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para alcançar o objetivo geral proposto, se utilizou uma amalgama metodológica de técnicas para o levantamento de dados, algumas delas implementadas previamente a partir da experiência com povos indígenas, e outras, adquiridas a partir do processo de formação acadêmica. Essa amalgama incluiu revisão documental, realização de entrevistas e conversas, registro audiovisual e escrito de eventos e depoimentos sobre território e biodiversidade, realização de oficinas participativas e colaborativas para o desenho de mapas mentais sobre eventos, acontecimentos, conceitos, etnomapeamentos e etnozoneamentos, realização de pequenas expedições às áreas de uso para o registro das ações de caça, pesca e coleta, e convívio permanente na área de estudo e periódico entre os Arara da TI Cachoeira Seca.

Durante o convívio permanente na área de estudo, e periódico, entre os Arara da TI Cachoeira Seca, se realizaram conversas e entrevistas formais e informais para a aprimorar o entendimento do contexto local, institucional, geográfico e cultural. As informações obtidas foram relacionadas cuidadosamente em diário de campo e realizadas sistematicamente, indagações sobre os elementos relevantes com interlocutores indígenas, institucionais e informais e constantes reflexões grupais e pessoais sobre esses assuntos. Nesse período de levantamento de dados, o convívio com os interlocutores, também foi orientado pelo respeito e a intenção legítima de estabelecimento de relações de confiança. Neste sentido, o eixo transversal desta amalgama metodológica, se considera como uma aproximação etnográfica.

Em particular, o convívio permanente na área de estudo foi no município de Altamira, entre 2022 e 2024, onde teve oportunidade de realizar visitas, entrevistas e articulações com diferentes instituições como: CR Funai, FPEMX, ICMBio, ISA, MPF, UFPA e Unyleya. Também na varanda da casa do Augusto e no Bar de Seu Pedro, teve oportunidade de bater papo, cruzar ideias e controverter posicionamentos e informações sobre as questões do território e da biodiversidade com povos indígenas e comunidades tradicionais, com destacadas e destacados cientist@s, filósof@s, militantes e libre-pensantes. Esse convívio resultou em indicações bibliográficas, identificação de pontos focais e destaque de pontos críticos.

O convívio permanente com os Arara da TI Cachoeira Seca se deu em três (3) períodos diferentes. O primeiro, em 2022, articulado aos dois primeiros módulos do curso de Direitos Humanos, realizados nos meses de maio (5 dias) e agosto (4 dias), na aldeia Iriri. Neste período se realizou registro audiovisual e escrito dos depoimentos sobre as histórias de vida da *Tjibie Arara* e suas filhas, sobre a memória da diáspora do grupo da TI Cachoeira

Seca, antes do contato. Neste período, se facilitaram duas ações: a realização de uma oficina participativa para a elaboração de um mapa mental sobre a síntese dos depoimentos sobre o contato com os *karei* (não indígenas), apresentado na seção “As vozes dos Ogorogmó resistindo no território” no capítulo: “As vozes das diásporas”; e a realização de uma entrevista audiovisual ao idoso *Pui Arara*, sobre as formas de vida dos Arara antes do contato com a Frente de Atração Arara (FAA) da Funai em 1987, as quais são destacadas na seção “A voz das estratégias” do capítulo: “As vozes de um acervo dinâmico”.

O segundo período, durante o terceiro módulo do curso de Direitos Humanos, realizado no mês de fevereiro (4 dias), no Hotel Palace do município de Altamira. Neste período se realizou o registro audiovisual e escrito sobre as denúncias das invasões recorrentes a partir dos travessões da Transamazônica BR-230 para a realização de atividades ilegais pelos não indígenas e sobre as demandas de atendimento das políticas públicas pelas instituições. Essas informações aparecem na seção “As vozes gritantes” do capítulo “As vozes de um acervo dinâmico”. O terceiro período, ocorreu entre março e abril (45 dias), de 2023, na TI Cachoeira Seca, como resultado da continuidade das reuniões do protocolo de consulta com as lideranças *Mobu Odo Arara* e *Timbektodem Arara (in memoriam)* e as articulações para a aprovação do povo das aldeias da TI Cachoeira Seca.

Neste período, se finalizou o protocolo de informação e consulta nas aldeias e se conseguiu a aprovação para o levantamento de dados relacionados com o uso do território e da biodiversidade entre os Arara da TI Cachoeira Seca. Também se realizaram: revisão documental, registro audiovisual e escrito, entrevistas e conversas, oficinas participativas e colaborativas, desenho de mapas mentais etnomapeamentos, etnozoneamentos, expedições às áreas de uso e convívio permanente com o povo na área de estudo. Com as indagações e levantamentos realizados neste período, se complementa o capítulo: “As vozes das diásporas” e se estrutura o capítulo: “As vozes de um acervo dinâmico”.

Em todas as oficinas participativas teve participação de mulheres e homens adultos e idosos e de outras frações de jovens e crianças. A maioria de mapas mentais são realizados por diferentes equipes conformados por mulheres e homens jovens, adolescentes e crianças, baseados nos depoimentos de anciões e adultos. Os mapas mentais da seção “A voz do território” foram desenhados pelo autor, em oficinas participativas e colaborativas, segundo as orientações de *Iaut Arara* e *Tjioptjogulo (Arapuka) Arara*. O mapa mental sobre o zoneamento das áreas vulneráveis e os locais de uso dos Arara, da seção “As vozes gritantes”

foi realizado numa oficina participativa e colaborativa, de forma conjunta com lideranças, mulheres e homens, adultos e jovens.

As informações levantadas se sistematizaram, se analisaram e se organizaram usando uma estrutura de argumentação e de escrita composta por capítulos. No capítulo, “Atrás desse jacu tem coisa”, se organizam as informações para o esvaziamento dos discursos relacionados com “território vazio”. Para isso, se faz um repasse das dinâmicas de ocupação do território de habitação do povo Arara (*Karib*) e da imposição territorial não indígena, com fins econômicos e colonizadores, em três seções organizadas cronologicamente.

No capítulo, “As vozes das diásporas”, se apresentam as questões das dinâmicas históricas de mobilidade e a recriação da memória coletiva sobre o contato com os *karei* (não indígenas), antes do contato oficial com a FAA da Funai em 1987, organizadas cronologicamente em duas (02) seções.

No capítulo, “As vozes de um acervo dinâmico” se apresentam os elementos do conhecimento tradicional e das percepções sobre o uso do território e da biodiversidade, efetivados para a alimentação e a sobrevivência entre os Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca, organizadas em cinco (05) seções, que tentam exaltar o acervo de conhecimento tradicional dos Arara sobre o território e a biodiversidade e contribuir com o esvaziamento das questões relacionadas com o discurso desfavorável relacionado com serem despossuídos de conhecimentos úteis para a civilização.

Finalmente, se apresentam as considerações finais, “Tecendo o *porido*”, onde se reflete sobre algumas das questões que ajudaram no enquadramento da pesquisa e na estruturação deste documento escrito. Também, se discute sobre alguns elementos que ficaram fora do escopo dos levantamentos e da escrita; se destacam alguns dos resultados produzidos; e se reforça a necessidade de somar esforços institucionais e comunitários que permitam aproveitar as sinergias para enfrentar os complexos desafios para a proteção territorial da TI Cacheira Seca.

Esta pesquisa se realizou com uma abordagem interdisciplinar, que incluiu diálogo de diferentes campos acadêmicos, com a recriação da memória coletiva e as indagações sobre as percepções do acervo de conhecimento tradicional dos Arara sobre o uso do território e da biodiversidade. Todas as informações aqui incluídas, autorizadas pela comunidade e as lideranças das aldeias e das Associações existentes até abril de 2023 (Anexo B).

2 “ATRÁS DESSE JACU TEM COISA”. UM REPASSE DAS DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE HABITAÇÃO DO POVO ARARA (KARIB) DO PARÁ (BRASIL)

Na década de 1970, durante o governo de ditadura militar iniciada em 1964, um grupo de músicos, poetas e artistas se consolidaram no cenário da música popular brasileira (MPB), entre eles Márcio Borges e Milton “Bituca” Nascimento. É de um diálogo entre eles que se origina o ditado usado neste título. De acordo com Borges (1996), eles dois tinham ido, após fechar expediente no trabalho, para um boteco para tomar uns batidos de limão. Quando se acomodaram na mesa, “Bituca” sacou de seu bolso dois papéis dobrados em quadros e os entregou para Márcio ler. Eles estavam amadurecendo a ideia de conformar um grupo musical, e os papéis continham versos, poesia escrita “com a mesma centelha de originalidade que caracterizava a música, as tiradas de humor e as facetas de personalidade” de seu amigo (Borges, 1989).

Nesse momento, Borges pensou: “ele tem vinte e um anos profundos como mil. Atrás desse jacu tem coisa...”. Mais adiante, o Milton Nascimento apareceu num programa da TV de São Paulo, cantando uma composição de Baden Powell. Gilberto Gil se cativou com a originalidade de seu talento, no entanto, Caetano Veloso não foi capaz de detectar a grandeza musical do seu trabalho, num primeiro momento (Veloso, 1996).

Escutou-se o uso da mesma expressão na região da Terra do Meio, quem usou, foi o colega coordenador da retomada da execução dos protocolos, mínimo e avançado, do Programa Monitora, do Instituto Chico Mendes para o Monitoramento da biodiversidade brasileira (ICMBio). De acordo com ele, usou a expressão para significar que, no contexto amazônico, um assunto, por simples que pareça, sempre está interligado com outras questões menos evidentes, que aumentam a complexidade para o seu entendimento como um todo. Por outra parte, para os moradores beiradeiros que se localizam nas Reservas Extrativistas do Rio e Iriri e Riozinho do Anfrísio, o jacu (*Penelope spp.*) é uma carne de caça muito apreciada, que se usa para alternar na alimentação com o mais cotidiano consumo de peixe no dia a dia.

Também, ao igual que muitos outros produtos da biodiversidade obtidos mediante caça, pesca e coleta, o jacu é compartilhado com vizinhos e familiares, para o fortalecimento das redes de cooperação e de alianças. No entanto, devido ao seu tamanho pequeno, que às vezes pode alcançar 1 kg., as famílias compartilham só quando pegam mais do que dois animais, que alcancem no mínimo, para uma refeição em cada família. Ao perguntar sobre as

percepções do beiradeiro, da mencionada expressão, um interlocutor mencionou que, se for o caso de alguém compartilhar com a família dele, um único jacu caçado, ele sentiria desconfiança, porque ninguém daria prelação para a família dos outros, antes que à própria. Outra pessoa acrescentou que, quem oferece um único jacu caçado, tem segundas intenções escondidas no brinde.

Qualquer das interpretações dessa expressão popular, mencionada acima, poderia se usar para descrever a situação atual da TI Cachoeira Seca, e do grupo do povo Arara que habita nela, ainda mais se pensando que o início de seus maiores problemas para a sobrevivência foi marcado pelos programas de integração, de colonização e de desenvolvimentismo, implementados a partir do governo da ditadura militar. No entanto, a interpretação que argumenta que no contexto amazônico, as coisas aparentemente simples estão interligadas a outras, muitas vezes menos evidentes ou desconhecidas, que aumentam a complexidade para o seu entendimento e análise como um todo, é a que melhor se encaixa com as informações deste capítulo, por isso é usada no título. Também parafraseando Caetano Veloso, a impossibilidade de reconhecer todos os componentes de um assunto complexo, num primeiro momento, é aplicado aqui para provocar as abordagens dos assuntos menos evidentes interligados à situação histórica e atual do grupo indígena Arara da TI Cachoeira Seca.

Neste capítulo se desenvolvem três seções. Na primeira, “Era uma vez na Amazônia”, se apresentam as questões da antiguidade da ocupação indígena do Alto Xingu (Heckenberguer *et al.*, 2003; Urban, 2002) até o assentamento dos grupos da família linguística *Karib* nas terras baixas ao sul do rio Amazonas. Esses grupos pertencentes ao Ramo Sul desta família (Meira, 2006) incluem os grupos falantes da língua *Arara*, com aproximadamente 2000 anos de sua chegada no Alto Xingu (Franchetto, 2011).

Na segunda, “A voz dos donos ou os donos das vozes”, se apresentam as formas hegemônicas de imposição no território, utilizadas nos períodos políticos da Colônia e do Império (Chambouleyron, 2008; Figueiredo, 2011; Venâncio e Chelotti, 2023), focando nas formas de uso da biodiversidade e do controle territorial dos locais estratégicos para praticar a atividade econômica de exploração de espécies biológicas de uso comercial ultramarino (Pompeu, 2023).

Na terceira, “A saga da Amazônia”, se transita pela transição do Império à República e se apresentam as informações dos viajantes na região dos rios Xingu e Iriri (Clauss, 1886;

Schaden, 1956; Coudreau, 1896) e as motivações filosóficas e políticas da transição (Brasil, 1891; Figueiredo, 2011), que desdobram na criação do órgão e a política indigenista (Milanez, 2017; Ricci-Camargo, 2018), em contínua construção (Milanez, 2017) até a atualidade. Também se transita pelos processos de colonização não indígena, com ênfase nos ciclos da borracha (Villas Bôas *et al.*, 2017) a criação dos municípios e a construção da Transamazônica-BR 230 (Milanez, 2017).

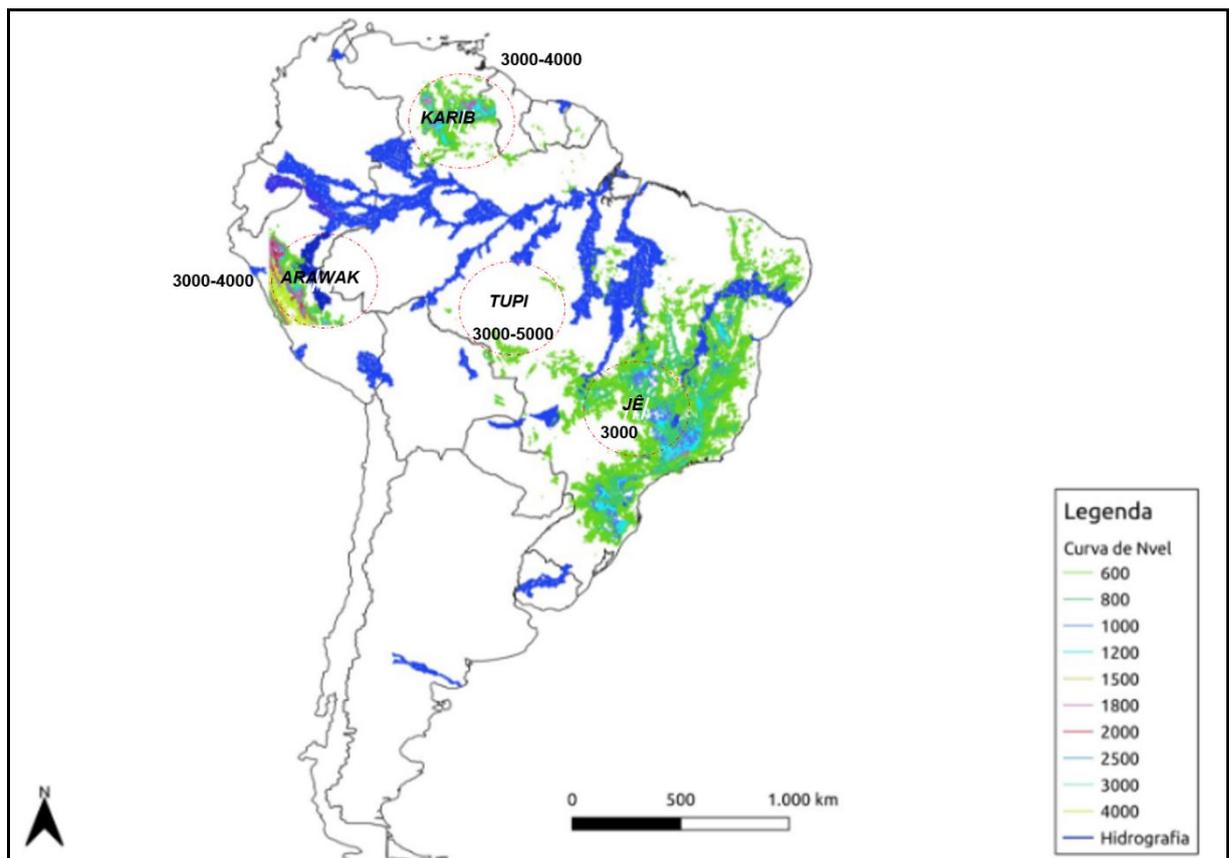
2.1 “Era uma vez na Amazônia”: Da ocupação indígena do Alto Xingu até o assentamento dos grupos Arara (*Karib*) no interflúvio Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri

É bem documentado que as populações indígenas povoaram o território americano muito antes dos primeiros exploradores, conquistadores e colonizadores europeus. O povoamento da América se baseia na glaciação que ocorreu entre 35 e 12 mil anos atrás, e teria feito descer o nível do mar por intervalos, favorecendo a passagem a pé desde a Ásia. Posteriormente, quando o período glacial começa a ceder e as temperaturas começam a aumentar, a conexão terrestre é inundada e os dois continentes se separam por um mar. As hipóteses sobre a migração terrestre pelo estreito de Bering e espalhamento na América no sentido Norte-Sul se localizam entre os 14-12 mil anos antes do presente, no entanto, também existem possibilidades de movimentações por navegação costeira pelo mesmo estreito de Bering, e a possibilidade de outras fontes populacionais não estão descartadas e há considerável controvérsia sobre as datas dessa migração (Carneiro da Cunha, 2002).

As estimativas tradicionais colocam os 12 mil anos como data de referência, no entanto, alguns estudos arqueológicos reportam a existência de sítios e vestígios anteriores a essa data (Castaño-Uribe, 2019), colocando outras possíveis rotas de povoamento pela América do Sul. Mesmo sem consenso sobre esses assuntos, alguns estudos linguísticos apresentam uma profundidade temporal do povoamento da América que se mantém dentro da possibilidade dos 12 mil anos e explicam a presença de três grandes línguas colonizadoras no sul do continente (Carneiro da Cunha, 2002; Urban, 1992). Juntando alguns dos resultados de trabalhos de linguística comparativa na América do Sul, é possível encontrar três áreas principais e uma área secundária, nas quais a concentração das línguas também poderia indicar antigos focos de dispersão territorial.

Essas grandes áreas se localizam: ao Nordeste brasileiro, onde se concentram línguas *Macro-Jê* do tronco linguístico *Jê*; no Planalto Oeste entre Brasil e a Bolívia, onde se concentram populações *Macro-Tupi* do tronco *Tupi*; e ao norte do Peru e Equador, onde se concentram os grupos do tronco *Arawak*. A área de concentração secundária se localiza num planalto da região limítrofe entre Venezuela e a Guiana, ao norte do Brasil, onde se concentram grupos do tronco *Karib*, possivelmente emparentados com o tronco *Tupi* (Figura 2). Esse método de reconstrução desenvolvido na linguística comparativa estima uma profundidade temporal de entre 4000-5000 anos de antiguidade. Apesar de oferecer maior clareza e certeza à medida que se avança para o presente, tem sido usado para a localização geográfica das línguas no passado remoto e para explicar as movimentações que levaram à sua distribuição geográfica atual (Urban, 1992).

Figura 2 – Mapa localização geográfica de quatro das famílias linguísticas, segundo as análises de profundidade temporal de Urban (2002).



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fonte:** Urban (2002). Editado pelo autor.

Uma das hipóteses que se formulam sobre a localização geográfica e as movimentações dos povos indígenas estima que a distribuição das famílias linguísticas sugere

uma ocupação de terras altas com altitudes entre 200 e 1000 m, localizadas na periferia das zonas mais baixas da bacia do rio Amazonas, desde aproximadamente 4000 a.C. De acordo com essa hipótese, a ocupação dessas zonas baixas, com altitudes menores de 200 m, não teria ocorrido antes dos 1000 a.C., e poderia ter estado ligada à maior importância adquirida pela agricultura em relação à coleta, mas também para o aproveitamento de locais mais produtivos das terras baixas. Uma das premissas da hipótese é que a diferença geográfica e de altura dos locais de ocupação deve ter implicado uma reconstrução dos padrões adaptativos às terras baixas durante o período histórico de ocupação (Urban, 1992).

Os trabalhos das trajetórias do arqueólogo Michael Heckenberger e da linguista Bruna Franchetto dialogam com a chegada dos grupos dos diferentes troncos linguísticos, e aportam maiores precisões desde várias perspectivas. De acordo com Heckenberger (2011), estudos sobre a história profunda da Amazônia revelam que sociedades complexas (*polities*) territoriais existiram em várias áreas, diferenciando-se significativamente das aldeias autônomas da floresta tropical, em especial quanto à natureza dos limites sociais, dentro de, e entre grupos.

Seus estudos, no Alto Xingu, no sul da Amazônia, fornecem evidências da organização territorial de sociedades complexas pré-colombianas que dominavam a maior parte da bacia dos formadores do rio Xingu. Esse complexo, segundo Franchetto (2011), é uma amálgama que articula semelhanças e diversidade de tradições de origem distinta, línguas geneticamente distintas e variantes internas a cada língua, com processos de tradução de conceitos e ‘objetos’ compartilhados.

Desde a perspectiva arqueológica, as hipóteses levam aos primeiros que chegaram ao Alto rio Xingu, que devem ter sido os grupos da família Arawak, a partir do século IX d. C. Estes grupos implementaram os conceitos das aldeias circulares e a indústria da cerâmica, além de sistemas sociais com hierarquias, definição de espaços político-rituais, participação em sistemas regionais pluriétnicos e multilíngues, estabelecimento de redes extensas de troca, sedentarismo e práticas agrícolas elaboradas. Esse período de expansão demográfica e cultural chegou até meados do século XVII, mostrando evidência da existência de aldeias principais, dez vezes maiores do que as atuais, interconectadas com outras aldeias menores ou “satélites”, por amplos caminhos, além da evidência de outras construções como pontes e canais, e uma transformação da cobertura vegetal, que revelam um sistema complexo e extenso de ocupação e exploração do território (Franchetto, 2011; Heckenberger *et al.*, 2003).

Desde a perspectiva linguística, os estudos sobre origem e mobilidade dos grupos indígenas falantes da família linguística Karib, que é do interesse específico desta pesquisa por conter a língua Arara falada pelo grupo indígena alvo desta pesquisa, mostram algumas controvérsias e apresentam algumas hipóteses sobre origem e mobilidade. De acordo com as informações de Urban (2002), os estudos baseados numa comparação lexical sem a aplicação do método comparativo estimam a idade máxima deste tronco em 3290 anos (Villalón, 1991:88).

Quanto à localização geográfica associada com as origens deste tronco, Durbin (1985) realiza o levantamento preliminar preparatório, para uma análise comparativa completa e propõe uma distinção entre Grupos Karib setentrionais, para aqueles concentrados no crátom guianense, região limítrofe com Venezuela e a Guianas, ao norte da calha do Amazonas, e Karib meridionais, para aqueles concentrados no Planalto oeste entre Brasil e a Bolívia, ao sul da calha do Amazonas. Villalón (1991) controverte essa classificação e propõe uma distinção geral Leste-Oeste, respectivamente (Urban, 2002).

Entretanto, segundo Urban (2002), os estudos de Rodrigues (1985) apresentam dados que sugerem uma dispersão das línguas *Karib* ocorrida há uns dois ou três mil anos e uma ligação genética entre elas e as línguas Tupi, explicando assim a sobreposição dos seus locais geográficos de origem, no Planalto Oeste entre Brasil e a Bolívia. Isso poderia significar que as línguas *Tupi* e *Karib*, além incluindo as *Jê*, derivam todas de um ancestral comum no passado remoto (Urban, 2002), o que controverte a hipótese da origem geográfica das línguas *Karib*, provavelmente em algum ponto das cabeceiras guianenses entre a Venezuela e as Guianas, proposta por Villalón (1991).

Essa última hipótese sobre a origem geográfica também se fundamenta nas evidências da considerável importância da prática do empréstimo lexical dentro do núcleo das línguas *Karib* das Guianas e da Venezuela. Baseado nisso, propõe uma primeira ramificação a partir da migração dos Yukpa para o leste, em direção ao nordeste da Colômbia e uma segunda ramificação dos Karijona indo para o sudoeste da Colômbia. A migração dos Bakairi para o Brasil central se teria apresentado mais tarde.

No entanto, de acordo com as informações de Urban (2002), também existem evidências de empréstimos lexicais de dois tipos diferentes, entre línguas, *Tupi* e *Karib*. O primeiro tipo encontra ligação entre os troncos *Tupi* e *Karib*, que indicariam uma origem histórica comum para esses grupos. O outro tipo faz referência aos empréstimos que indicariam um contato mais tardio (Rodrigues, 1985). De acordo com Urban (2002), se essas

informações fossem confirmadas, a profundidade temporal para a aparição do tronco *Karib*, desligado do tronco Tupi, pode ser maior de 6 mil anos, um valor próximo ao dobro da estimativa da antiguidade deste tronco, feita por Villalón (1991).

Também, dada a possível ligação histórica entre *Tupi* e *Jê*, tratar-se-ia de um grupo genético de *Jê*, *Tupi* e *Karib*, que colocaria as origens das populações ancestrais desse grupo genético muito mais ao sul do Amazonas do que ao norte. As evidências ainda não mostram com certeza os locais geográficos onde as populações ancestrais do conjunto *Tupi-Karib* estavam assentadas, contudo, sinalizam para uma região do Brasil central-ocidental, próxima da zona de origem dos grupos *Macro-Tupi* (Urban, 2002).

Não obstante serem feitas as possíveis especulações sobre ligação histórica entre os grupos *Jê*, *Tupi* e *Karib*, as reconstruções atuais mostram que as populações *Jê*, e as antigas populações *Tupi*, têm aproximado mais do padrão de comunidade mais antigo do Brasil: comunidade isolada. Esse tipo de comunidade que mantém contato linguístico restringido aos membros do grupo local, quando se dividem, aparentemente não retomam um contato constante que possa produzir empréstimos (Urban, 2002). Apesar das evidências das formas clássicas de comunidade isolada, como padrão de comunidade mais antigo do Brasil, os dados considerados por Villalón (1991) dão conta da existência de redes regionais pré-colombianas, que permitiam as comunicações e intercâmbio entre os grupos indígenas, usando a extensa rede de rios navegáveis da bacia Amazônica.

Isto se torna mais factível se se juntam as informações sobre localização geográfica e dispersão das grandes famílias linguísticas como *Arawak*, *Macro-Jê*, *Pano*, *Tupi* e *Karib*, com as informações, por exemplo, das famílias menores como: *Arawá*, *Katukina*, *Maku*, e até mesmo com as informações de línguas isoladas ou famílias reduzidas, como: *Trumai*, *Kwazá*, e/ou, *Tikuna*. A sobreposição de territórios em alguns casos e a proximidade em outros, dariam suporte a essa hipótese geral de redes regionais de intercâmbio e troca de produtos e elementos culturais e tecnológicos.

Em adição, nas histórias cosmológicas de ocupação ancestral, de povos com famílias linguísticas reduzidas e/ou línguas isoladas, como a língua *Tikuna*, se narra que os grupos do povo *Magüta*, como eles se autorreconhecem atualmente, estão assentados no território Amazônico, desde os tempos em que o rio Amazonas era um grande lago, e *Ngutapa*, um dos seus ancestrais, habitava este imenso território em companhia de outros seres, também espirituais. Também narram o assentamento do povo *Magüta* no território ancestral *Eware*, nas cabeceiras dos afluentes do rio Amazonas/Solimões, da região da atual tríplice Fronteira:

Brasil-Colômbia-Peru, desde onde se expandiram até as margens do rio Amazonas. Desde ali, viram os grupos *Omagua* remontar o dito rio nas suas embarcações (MTI-PBOT, 2019).

O padrão de assentamento e a mobilidade da família linguística *Karib* também apresenta informações interessantes e novas informações que esclarecem alguns dos debates sobre sua mobilidade e dispersão. De acordo com Meira (2006), esta família conta com cerca de quarenta (40) grupos falantes, repartidos entre Brasil e outros países da região Amazônica como: Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A configuração atual das línguas *Karib* se localiza, em sua maioria, ao norte do rio Amazonas, com uma menor concentração de representantes dessa família ao sul, nas cabeceiras do Xingu e do Tapajós.

Segundo Meira (2016), antigos grupos espalhados nas ilhas do mar Caribe foram extintos depois da chegada dos europeus, quando pareciam estar em plena expansão para o norte. Esses elementos controvertem fortemente a hipóteses de uma origem da família *Karib* no sul de rio Amazonas, inicialmente suportada com os trabalhos de Karl von den Steinen sobre a língua Bakairi (Schaden, 1956) e posteriormente com o trabalho sobre possíveis relações históricas entre línguas *Tupi* e *Karib* (Rodrigues, 1985), o que também controverte as colocações de Urban (2002), nesse sentido.

Segundo informações de Meira (2016), essa hipótese consistiria na formulação de que a origem das línguas *Karib* seria nos locais onde atualmente estão localizados os falantes Bakairi, Kuikuro e Ikpeng, nas cabeceiras do rio Xingu, desde onde tivessem iniciado migrações posteriores para o norte. No entanto, a hipótese de uma origem em algum ponto na área de maior concentração de línguas *Karib* no Norte é mais convincente. Isso também pode ser suportado pelas informações que evidenciam casos de emigração a partir da área central venezuelo-guianense, como os Karijona, que se assentaram no sudeste da Colômbia, na região do Parque Nacional Chiribiquete (Castaño-Uribe, 2019).

De acordo com Meira (2006), essa língua é muito próxima de certas línguas das Guianas, como a Tiriyo, que atualmente se encontra no Suriname. Outro suporte dessa origem no norte do rio Amazonas pode encontrar algumas características que os ligam a línguas guianenses, mas também nas histórias da memória coletiva do grupo Bakairi, que reproduzem relatos da tradição oral e sustentam terem realizado grandes mobilizações desde o Norte, atravessando “rios enormes” na sua migração (Meira, 2006).

Meira (2006) aponta que as línguas desta família foram as primeiras encontradas pelos europeus que desembarcaram nas ilhas do Caribe e no litoral das Guianas e da Venezuela na época do descobrimento da América. De fato, o nome atual de mar Caribe é devido uma

derivação da nomeação inicial de “Mar das Caraíbas”, pela presença majoritária dos grupos falantes dessa língua. Por outra parte, a nomeação dessa família linguística com o nome *Karib* foi adotada pelos primeiros europeus para se referir aos falantes dessa língua, pela existência de termos parecidos como: *kari’na*, *karifna*, *karipono*, *caripuna*, usados frequentemente pelos falantes, para significar a “gente”, e dizer o “ser humano”. Em adição, a palavra também pode derivar da palavra “canibal” ou “caribal”, usada nos primeiros textos das crônicas europeias, pois, naquela época, os falantes de línguas Caribe tinham a reputação de comerem carne humana (Meira, 2006).

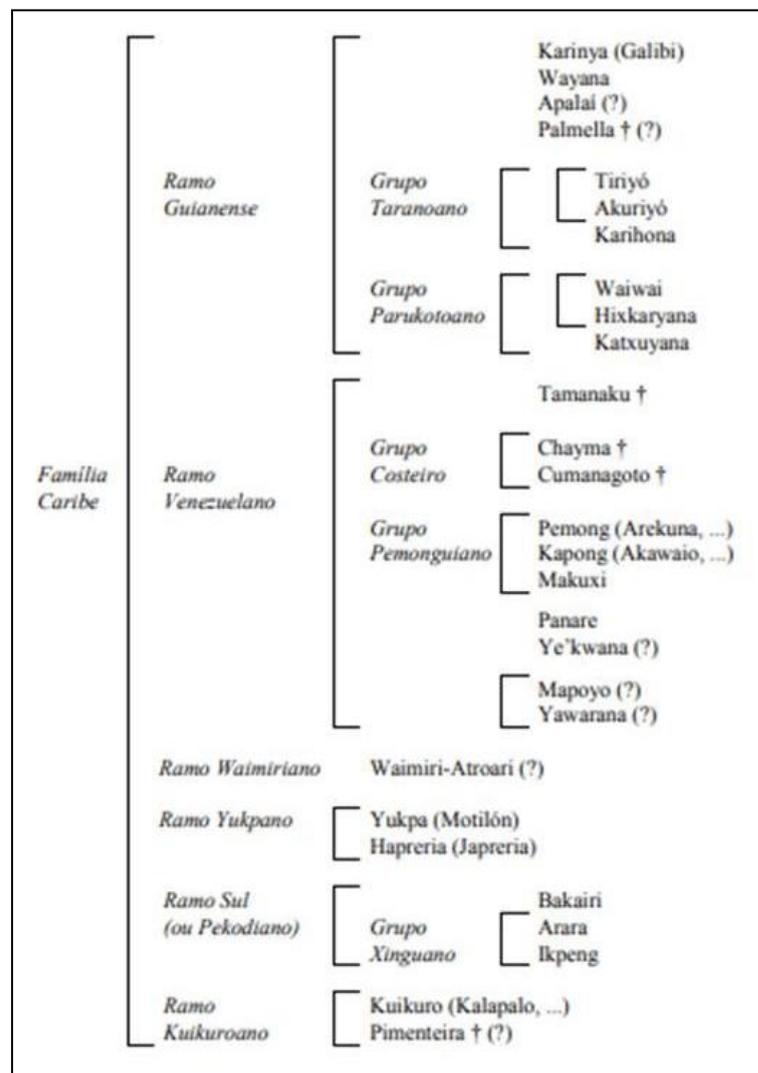
Este autor também coloca que os principais trabalhos de linguística comparativa que favorecem a classificação atual dessa família datam do século XVIII. Contudo, o estudo sistemático da família linguística *Karib* começa a partir das observações feitas pelo missionário jesuíta, o padre Filippo Salvatore Gilij, que trabalhava no médio Orinoco, da atual Venezuela. O missionário observou que existiam semelhanças nas diferentes línguas que se falavam nesta região, como: o Tamanaku, o Pareka e o Avarikoto, por exemplo, todas pertencentes à família *Karib* ou “galibi”, como se nomeava a língua mais comum dessa família na época. Suas observações e estudos comparativos ficaram publicados em quatro volumes produzidos entre 1780 e 1783, no seu extenso “Ensaio de História Americana”. Nessas publicações, o missionário Gilij caracterizava a língua “galibi” como a “língua-mãe” a partir da qual teriam derivado várias outras faladas na bacia do Orinoco (Meira, 2006).

Já no século XIX, as informações de Karl von den Steinen, produzidas nas suas expedições ao território do Alto Xingu, no Brasil Central, entre 1884 e 1888, com o objetivo de determinar as nascentes e a navegabilidade do Rio Xingu (Coelho- Pentead, 1993), além de estudar os povos primitivos, determinar a linha geral da evolução das culturas e investigar as relações histórico-culturais, e as dinâmicas temporais e espaciais da transmissão de determinados elementos culturais (Schaden, 1956), contribuíram, de grande forma, para o estudo linguístico comparativo da família *Karib*.

Segundo Meira (2006), a descrição comparativa das palavras do Bakairi com as de outras línguas *Karib* do Norte, e algumas tentativas de classificação e reconstrução da protolíngua da família, publicadas por von Steinen em 1892, é sem dúvidas o melhor trabalho desta natureza. De acordo com o autor, outras contribuições importantes, com novas descrições, comparações e listas de palavras, foram feitas por C. H. Goeje em 1909 e 1946, sobre línguas *Karib* como o Tiriyo, o Wayana e o Karinya, e as de Theodor Koch Grünberg, com povos falantes de esta família no Alto Rio Negro.

Este último acadêmico e explorador alemão também produziu importante informação sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, que evidenciam a existência de um acervo de conhecimento sobre os períodos sazonais e hidrológicos, e um entendimento da influência desses fenômenos, na produtividade e distribuição das espécies biológicas, para a efetivação dos esforços desses povos, para alimentação e sobrevivência cultural (Koch-Grunberg, 2005). Em geral, todas essas informações posteriormente complementadas por estudos realizados por linguistas, a partir de 1968, enriqueceram a quantidade de material disponível para as classificações, a evolução histórica das línguas da família linguística, e a localização geográfica dos diferentes grupos falantes. Nesse sentido, a classificação da família linguística *Karib*, proposta por Meira (2006), dialoga com uma localização geográfica específica, dos seis “Ramos” e cinco “Grupos” que compõem a dita classificação (Figura 3).

Figura 3 - Classificação provisória da família linguística Karib, em que aparece classificada a língua Arara



Fonte: Meira (2006).

Em particular, associados à calha do rio Xingu, estão os *Ramos, Sul (Pekodiano)* e *Kuikuroano*. Os falantes da língua Arara (*Karib*), localizados acima da região da volta Grande do Xingu, conformam o *Grupo Xinguano*, com os grupos falantes do Bakairi, localizados nas nascentes do rio Xingu e os Ikpeng, localizados na calha média (Figura 4). Por sua parte, o Ramo Kuikuroano está conformado por falantes Pimenteira, já extintos ou sem registros até a data da pesquisa, e por falantes Kuikuro/Kalapalo, associados às nascentes do Rio Tapajós.

Figura 4 – Mapa localização geográfica do *Ramo Sul/Pekodiano* (linha vermelha) e *Ramo Kuikuroano* (Linha Azul) da família linguística *Karib*, na calha do rio Xingu.



Fonte: Meira (2006). Editado pelo autor.

Seguindo as estimativas desses estudos, os povos indígenas estavam testemunhando mudanças evidentes na configuração territorial da Amazônia, antes que a Europa invadissem as Américas. Essas dinâmicas de expansão e colonização ao interior dos povos indígenas que se iam estabelecendo na Amazônia devem contemplar procedimentos culturais para os momentos em que esses grupos que se cruzavam num território comum. Nesse contexto, poderia se especular que aconteceram permissões, acordos e alianças para a passagem, ou o estabelecimento permanente em locais específicos, mas isso também abre a possibilidade de que esses encontros resultem em disputas, conflitos e guerras.

No entanto, se esses processos e possíveis encontros entre grupos linguísticos e culturais estivessem acontecendo no centro da América do Sul, os autores consideram que a magnitude da perturbação social e cultural nesses processos seria muito menos marcante para a mudança cultural ao longo do hemisfério que os primeiros 250 anos da chegada dos europeus, devido à impressionante perda da população (Carneiro da Cunha 2002; Heckenberger, 2005).

De acordo com o apresentado por Carneiro da Cunha (2002), existe muita controvérsia nas estimativas da população ameríndia na data da chegada dos europeus, em 1492. Rosenblat, em 1954, calculou um milhão de habitantes para o Brasil como um todo. Denevan, em 1976, avaliou que, nas regiões do Brasil central, costa nordeste e Amazônia deviam ter uma população total de 6,8 milhões, com uma diferença de densidade entre a várzea amazônica (14,6 habitantes/km) e o interflúvio (0,2 habitante/km).

Por sua parte, Moran, dois anos antes (1974), tinha estimado só 500 mil habitantes na Amazônia. Seja qual fosse o valor absoluto, existe concordância entre os historiadores de que por volta de 1650, essa população se encontrava em sua mínima expressão e alguns estudos que avaliaram a magnitude da perda populacional neste período, oscilam entre perdas de 25% e 95% do total da população. Neste sentido, os cronistas corroboram estes fatos, com descrições sobre densas e diversas populações, usadas como mão de obra escrava, instrumentadas na guerra com outros povos indígenas, ou simplesmente aniquiladas, incorrendo em práticas que atualmente poderiam ser consideradas como genocídio (Carneiro da Cunha 2002; Fausto, 2002; Porro, 2002).

Para poucos dos povos nativos, o “contato” com os não indígenas não foi “o início do fim”. Para os extintos e aniquilados no processo, foi sim. Desde o ponto de vista linguístico, Franchetto (2020) afirma que o número de línguas indígenas ainda faladas na América do Sul representa uma pequena parte do que se tinha antes do contato com os europeus. As estimativas calculam que na atualidade sobrevivem entre 150 e 160 línguas ameríndias, em graus variados de vitalidade (Moore, 2011), e que na Amazônia se perderam não menos do que 80% das línguas autóctones durante o período da colônia (Franchetto, 2020).

Em concordância com Heckenberger (2005), se considera que em muitas áreas da Amazônia, as complexas histórias dos povos nativos estão escondidas e as vozes indígenas permanecem silenciadas. Isso ocorreu, talvez, devido a uma falta de informação ou memórias sobre o conhecimento indígena desses tempos pré-coloniais, dos tempos antigos e dos novos

tempos (Franchetto, 2020; Heckenberger, 2005). Talvez, também, devido à diversa natureza dos atores que estavam envolvidos nos processos de exploração econômica, colonização e empreendimentos desenvolvimentistas. Esses ocultamentos buscavam silenciar essas vozes, para impor e favorecer os interesses políticos e econômicos dos mais poderosos. Informações dos exploradores e acadêmicos europeus que passaram pelas áreas descritas, nos períodos políticos do Império, transição Império/República e Inícios da República, podem contribuir para exemplificar a anterior situação.

Nesse sentido, algumas das observações de Curt “Nimuendaju” Unkel, em sua publicação “Tribos do baixo e médio Xingu”⁵, discutem sobre o encontro de evidências da existência de terras pretas, cemitérios, pinturas rupestres (petróglifos) e monólitos, certamente reconhecidos como indicadores de assentamentos pré-históricos (Nimuendaju, 1948). As informações das suas viagens no Alto Xingu, entre 1917 e 1919, mencionam que tinham vários povos, que tendo sido mencionados nas crônicas dos missionários que se instalaram no território após o ano 1660, já não estavam fisicamente no território, como os Tacunyape. A esse respeito, Chambouleyron (2008) esclarece que possivelmente foram extintos a partir de duas incursões militares no seu território, no período da Colônia.

Esses impactos da imposição não indígena teriam provocado uma reconfiguração territorial na calha do Xingu, estruturada pela presença de quatro grupos de povos indígenas sobreviventes, que se distinguiram entre eles por suas formas características de uso do território. Nesse sentido, os povos do cerrado estariam constituídos por grupos Kayapó e outros da família linguística Jê, associados com ecossistemas de savana do sul do Brasil (Grande Chaco) e das cabeceiras dos rios Xingu e Tapajós (Mato Grosso): Kayapó (*Jê*), que se mobilizaram para os ecossistemas de floresta. O grupo dos povos canoeiros, estaria constituído principalmente por grupos da família linguística *Tupi*, como: Juruna, Xipaia e Arupai, associados às margens e as ilhas dos rios Xingu, Iriri e Curuá. Finalmente, os povos de mata central, constituídos por grupos Curuaia, Asurini e Arara (*Karib*), associados à habitação nos interflúvios de terra firme (Nimuendaju, 1948).

⁵ Título original em inglês: “Tribes of the lower and middle Xingu river”. Informação incluída no Volume III dedicado às tribos das florestas tropicais, do Handbook of South American Indians, organizado pelo Bureau de Etnologia Americana do Instituto Smithsonian dos Estados Unidos.

2.2 “A voz dos donos ou os donos das vozes?” Das capitânicas de porto à criação das sedes administrativas do Império

Como expressado na pergunta do título desta seção, se discorre sobre alguns dos elementos que permitam descrever, em linhas gerais, a colonização dos portugueses dos novos territórios que iam integrando ao que hoje é Brasil, dominado em grande parte pela sociedade maioritária brasileira, desde suas respectivas Unidades Federativas (UF), quanto os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, permanecem confinadas dentro de reduções de seus territórios tradicionais e áreas de habitação, como Terras Indígenas (TIs), Reservas indígenas (RIs) e Reservas Extrativistas (Resex), entre outras Unidades de Conservação (UCs), nas que se permitem o uso sustentável e a permanência de comunidades tradicionais. Estes polígonos territoriais, que por mandatos constitucionais, legais e oficiais, são determinados para a conservação do território, das culturas, da biodiversidade ou de todas as anteriores, não têm completa independência das UFs, apesar de ter enfoque e objetivos completamente opostos.

Assim sendo, as diferentes UCs ficam inscritas dentro de alguma, ou de várias, das divisões estaduais e municipais que compõem o sistema de UFs do Brasil, e dessa forma subordinadas aos interesses principalmente de natureza econômica, política ou de ambas. Outros povos indígenas e comunidades tradicionais nem sequer têm direitos territoriais e permanentemente estão subordinados e submetidos pelos mencionados interesses. Nesse sentido, o objetivo deste tópico é apresentar as formas de uso do território e a biodiversidade feitas pelos portugueses, no seu caminho para se transformar em sociedade brasileira, com a transição do período político do Império à República, a partir de 1889. Para isso, se fará um repasse de algumas informações sobre os períodos históricos da Colônia (1550-1750) e do Império (1808-1822). Posteriormente, se apresentaram informações no período de transição ao período da República, com ênfase nas informações das expedições científicas de Karl von den Steinen (1884) e Henri Coudreau (1896).

As informações apresentadas buscaram dar visibilidade aos interesses comerciais que guiavam a imposição territorial, com o permanente uso dos discursos desfavoráveis, relacionados com “território vazio” ocupado por “selvagens” “sem entendimento das questões da civilização”, como instrumento para a apropriação e a justificação das intervenções violentas, em caso de sobreposição com os interesses comerciais.

2.2.1 Período colonial

Antes do estabelecimento de um sistema de governo propriamente dito, após a chegada ao litoral atlântico em 1500, a coroa portuguesa praticamente não se ocupou de exercer um controle estrito sobre a vigilância e aproveitamento comercial desses territórios. Isso favoreceu a concorrência, principalmente dos franceses e holandeses, no empreendimento econômico extrativista da retirada de madeira de forma profusa, e da realização de outras atividades associadas ao comércio marítimo da época. Essa parecia ser a preocupação maior: controlar as perdas econômicas que causava essa concorrência. Para resolver essa situação, os portugueses implantam um sistema de governo oficial, que legitima a imposição territorial e a regulação político-econômica dos recursos que se exploravam e escoavam ao sistema econômico e comercial da época (Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023).

Em adição, para resolver outros problemas econômicos relacionados com a força de trabalho necessária para a realização das atividades de exploração mineral e vegetal nas áreas remotas, se fundamenta o trabalho escravo. O trabalho escravo também se fundamenta para resolver essas questões, na implantação de latifúndios para a criação pecuária e a plantação de monoculturas, por exemplo, de cana (*Saccharum officinarum*) e tabaco (*Nicotiana tabacum*), que se usavam como sustento econômico colonial (Figueiredo, 2011; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023). Segundo Pompeu (2023), uma das maiores motivações da entrada do império português nos planos de conquista e colonização do mundo americano esteve associada à busca de mercadorias que pudessem levantar seu debilitado comércio ultramarino, que já tinha tido seu auge durante o reinado de D. Manuel I, conhecido como “O Venturoso”.

Outras motivações dessa entrada poderiam se dever: aos fatores bélicos no continente asiático entre os hindus e os muçulmanos, que teriam desarticulado parte do complexo comercial do golfo de bengala; à “União Ibérica”, que exerceu uma influência negativa nos negócios de Portugal, no Índico; e à necessidade de investimento dos limitados recursos disponíveis, em duas frentes diferentes. Essas frentes seriam, por uma parte, o controle da expansão do império Otomano, e por outra, a implantação do regime político de controle no Brasil, similar ao instituído em outras colônias portuguesas. De acordo com as informações de Figueiredo (2011), os portugueses decidem colonizar o Brasil na década de 1530, repetindo no seu extenso litoral, um antigo sistema de natureza feudal, conhecido como capitânias hereditárias, usado no arquipélago dos Açores e na Ilha da Madeira.

No entanto, o imenso território brasileiro e as necessidades de uma alta e permanente injeção de recursos econômicos não pareciam viáveis para um país debilitado pela perda do controle das atividades comerciais no Índico, e pela divisão de suas reservas econômicas, nas duas frentes mencionadas (Pompeu, 2023). Em consequência, a partir de 1549, se resgatam as capitâneas doadas no início da Colônia e se implanta um sistema de sesmarias, que considerava a distribuição dessas terras a pessoas ou a grupos familiares que tivessem o suficiente músculo econômico para explorá-las e posteriormente dividir o benefício com a Coroa (Figueiredo, 2011). Outras medidas oficiais, evidenciam a intenção de Portugal em se estabelecer de uma forma mais contundente, em pontos territoriais específicos, para ter um controle definitivo da concorrência europeia.

Segundo as informações de Pompeu (2023), essa forma mais contundente se deu a partir das investidas militares de tropas lusitanas, para a expulsão de outras potências europeias, que já se tinham posicionado em alguns locais do litoral atlântico, e do vale amazônico. Estas investidas militares resultaram na tomada de São Luís, em 1615, e a fundação de Belém, em 1616. Posteriormente, em 1621, o território da América do Sul, tomado pelos portugueses, consistia em duas unidades administrativas autônomas, ambas com o fim principal de assegurar a posse do território e promover o desenvolvimento das atividades econômicas. Uma estava localizada ao sul, nomeada como Estado do Brasil, que abrangia várias Capitâneas de Porto e sua capital era Salvador. A outra, ao Norte, nomeada estado do Maranhão, com capital em São Luiz e que abrangia três Capitâneas de Porto, entre elas a Capitania do Grão-Pará (Figueiredo, 2011).

Nessa configuração territorial, se reconheciam dois polos econômicos formadores, um no sul do país, no Estado do Brasil, e o outro no Norte, no conquistado Estado do Maranhão. O sistema econômico do Estado do Brasil consistia principalmente do funcionamento das atividades agropecuárias que se tinham estabelecido em latifúndios para a criação pecuária e a plantação de cana-de-açúcar (*S. officinarum*) e tabaco (*N. tabacum*), principalmente (Figueiredo, 2011). Por outra parte, no Estado do Maranhão, o sistema econômico estava fundamentado nas atividades de exploração intensiva de produtos e subprodutos de origem, principalmente natural, que tinham aceitação comercial ultramarina. Esses produtos, especificamente os denominados “drogas do sertão”, se localizavam na bacia Amazônica e seus afluentes (Figura 5).

Em detalhe, aparecem delimitadas as áreas de implementação dos modelos de plantação de mono cultivo e criação pecuária na região norte. Também se localizam as áreas

de exploração extrativista de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) na mata atlântica, e das drogas do sertão, na Amazônia. Na área vermelha se ressalta a região do interflúvio de terra firme entre as calhas dos Rio Tapajós, Amazonas e Xingu. Em adição, segundo as informações, a apropriação deste território, entre os anos de 1616 e 1777, teve como base a exportação de drogas do sertão para o mercado europeu, possivelmente devido a tais produtos que ocuparam um lugar na demanda do mercado, como a que até então tinham tido as especiarias indianas, configurando uma solução para resolver os problemas econômicos da Coroa portuguesa, nas suas duas frentes de investimentos.

Figura 5 – Mapa localização geográfica das principais atividades econômicas no período político da Colônia portuguesa, durante os séculos XVII e XVIII



Fonte: Venâncio e Chelotti (2023). Editado pelo autor.

Dessa forma, tanto as investidas militares de tropas lusitanas no vale amazônico (Pompeu, 2023), quanto a localização desses produtos naturais de interesse econômico (Venâncio e Chelotti, 2023) marcaram o começo do processo de colonização da Amazônia, pela Coroa Portuguesa. Em adição, de acordo com Pompeu (2023), o interesse nas drogas do sertão se deu pelo fato de não poder reproduzir o modelo econômico latifundiário de cana-de-açúcar (*S. officinarum*), implementado no polo sul do País. Devido isso, um setor das autoridades portuguesas especulou sobre as possibilidades de encontrar algumas das especiarias asiáticas na Amazônia, para serem exploradas diretamente ou, então, trazidas da Ásia para serem plantadas no vale Amazônico, devido às semelhanças das duas regiões em termos climáticos, dando continuidade à sua lógica de plantação de monocultura como forma de atividade econômica produtiva.

Em concordância, a partir de 1650, os governadores e administradores oficiais, além dos empreendedores independentes que chegavam ao Estado do Maranhão, traziam ordens da metrópole para incentivar a busca e a descobertas espécies vegetais que pudessem encontrar valor econômico no mercado atlântico, na mesma linha das especiarias Asiáticas, no entanto, sem abandonar a tentativa de implementar o modelo latifundiário de criação de gado e plantação de monoculturas como a da cana-de-açúcar (Pompeu, 2023). Nesse sentido, para alguns autores, dentro da categorização “drogas do sertão” poderiam ter se incluídas, inicialmente, espécies vegetais, que por suas características aromáticas ou medicinais seriam sinônimos das especiarias asiáticas. Para outros, nesta categoria se incluíam também, outra grande quantidade de produtos de origem vegetal ou animal, que pudessem alcançar um valor comercial no mercado globalizado dessa época, como produtos de tinturaria, odoríferos, óleos e até alimentos.

De acordo com as informações, o cacau (*Theobroma cacao*) é reconhecido como a principal mercadoria dentro da categoria das drogas do sertão de origem Amazônica e foi profusamente comerciada pelos portugueses desde as últimas décadas do século XVII e continua sendo exportada pelo Brasil República até a atualidade, colocando o estado do Pará como o maior produtor de cacau no país (Pompeu, 2023). Outras espécies vegetais de importância econômica e comercial desta categoria destacadas pelos autores são: pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), salsaparrilha (*Smilax spp.*), baunilha (*Vanilla spp.*), anil (*Indigofera spp.*), guaraná (*Paullinia cupana*), a copaíba (*Copaifera spp.*) (Doninni e Dos Santos, 2017; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023) e madeiras como o pau brasil (*C.*

echinata), com populações distribuídas principalmente no litoral atlântico (Doninni e Dos Santos, 2017; Venâncio e Chelotti, 2023).

Conforme as informações de Pompeu (2023), as árvores de cacau silvestre (*T. cacao*) eram encontradas em vários locais da Amazônia associados às calhas dos rios do sistema hídrico e aos complexos de ilhas fluviais na desembocadura do rio Amazonas, no atual estado do Amapá. Em particular, o cacau silvestre parecia ser mais abundante nas margens dos rios Solimões e Madeira, e no complexo de ilhas da foz do rio Amazonas, que nas calhas dos rios como o Xingu e o Tapajós. Posteriormente se estabeleceram plantações desta espécie, pelo que passaram a ser consideradas como “cacau manso”, diferenciadas das árvores que se encontravam em estado silvestre, que eram reconhecidas como “cacau brabo”. Outras diferenças na produção sazonal das plantações e das espécies em estado silvestre também eram observadas (Pompeu, 2023).

Quanto às árvores de pau cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), outra das drogas do sertão amplamente comercializada, o autor aponta sobre as preferências desta espécie vegetal para se distribuir, associada aos interflúvios de “terra firme” das bacias do Tapajós e do Xingu; a diferença é que o cacau que se encontrava em grandes quantidades nas margens do sistema hídrico Amazônico. O cravo (*D. caryophyllaceum*) era comercializado de duas formas: como cravo fino, obtido a partir de cortes na casca da árvore, com os que os indígenas retiravam finas camadas do produto vegetal. Também como cravo grosso, em volumes maiores obtidos após retalhar em quadros o tronco inteiro das árvores derrubadas para este fim pelos exploradores que não dominavam a técnica dos trabalhadores indígenas, e costumavam "cortar todas as árvores que pudessem, sem cuidar da sua extinção" (Chambouleyron, 2008).

De acordo com as informações de Chambouleyron (2008), na segunda metade do século XVII, já tinha se reportado a abundância de pau cravo (*D. caryophyllaceum*) na região do rio Xingu, pelos missionários jesuítas, que por sua vez haviam fundado aldeias no Xingu, de uma forma sistemática desde a década de 1660. Por isso, exploradores e empreendedores de Belém, Gurupá e Cametá realizavam expedições em procura de escravos indígenas e pau cravo. No entanto, nessas expedições se enfrentavam duas grandes dificuldades: a navegação fluvial complicada pela correnteza, as corredeiras, cachoeiras e pedrais, que mantinham o risco permanente de naufragar, tanto na subida, quanto na descida; e a entrada no território tradicional ou de habitação de grupos indígenas não amansados.

Essa última dificuldade começou a se exacerbar na década de 1680 (Chambouleyron, 2008; Pompeu, 2023), depois de vários conflitos ocorridos com o povo Tacunyape, que se assentavam no interflúvio da margem direita do baixo Xingu, nas proximidades da Volta Grande. De acordo com Chambouleyron (2008), três canoas com gente de Cameté haviam entrado no território dos Tacunyape para a exploração de cravo e outros produtos que encontrassem, como faziam todos os anos. No entanto, “os indígenas acabaram atacando os portugueses e os nativos que com eles iam matando a vários”.

Em resposta, a Câmara de Belém pediu retaliações e castigo, para que não voltassem a impedir o passo dos não indígenas nesses sertões. Uma segunda ofensiva do governo oficial contra este mesmo povo ocorreu aproximadamente na metade dessa mesma década, depois, nada mais se soube sobre eles (Chambouleyron, 2008), até que as expedições oficiais no início do período político da República notaram sua ausência (Nimuendaju, 1948). Ou aqui também pode ir o quadro das espécies biológicas, uso, forma de uso, modelo plantação, somando impactos para as populações indígenas).

Nesse ponto, seguindo a orientação de Pompeu (2023: 114), que diz que: “quem atribui valor às mercadorias são os sujeitos” se passa a contribuir com a contextualização das atividades dos principais atores que participaram do processo exploratório das drogas do sertão nas regiões do Tapajós e Xingu. De acordo com esse autor, os missionários que tinham se estabelecido de forma sistemática desde a década de 1860, como mencionado acima, seriam um desses atores principais. Eles seriam os que tinham informado sobre a abundância de pau cravo (*D. caryophyllaceum*) em locais de terra firme dos interflúvios do Tapajós e Xingu. Também estariam relacionados com a legitimação da posse do território e favorecimento da concentração de mão de obra para os empreendimentos missionários ou para outros empreendimentos oficiais ou particulares, adquirindo assim uma função econômico-administrativa dos lucros e da mão de obra. A conversão das populações indígenas à fé católica e o “aldeamento” num local específico também foram suas funções (Chambouleyron, 2008; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023).

O governo central colonial, encarregado de toda a estratégia territorial de controle e imposição, e do sistema econômico-comercial ligado à exploração de recursos minerais e biológicos, especialmente as drogas do sertão, a partir dos quais esperava obter os lucros que permitissem o investimento em todas as suas frentes políticas de atuação, e as elites, geralmente famílias possuidoras de sesmarias, engenhos, cargos públicos, tinham participação efetiva na Câmara da cidade de Belém e nos comércios onde se estocavam as mercadorias.

Portanto, as elites estavam relacionadas com os diversos ramos da administração colonial, das forças militares, dos programas de agricultura, da exploração do extrativismo e do comércio. Os empreendedores particulares, também considerados como importantes, eram pessoas, grupos familiares ou organizações de pessoas, que realizavam toda a logística da organização das embarcações para fazer a exploração no sertão e comercializar a produção das mercadorias arrecadadas (Pompeu, 2023).

Outro grupo de atores sociais menos privilegiados, eram os povos indígenas e os práticos. Todos eles de fundamental importância nos empreendimentos de exploração. De acordo com Pompeu (2023), uma expedição podia ter todas as articulações oficiais e logísticas, mas não podia iniciar sem a força de trabalho e o conhecimento indígena, que compunha a maior proporção do total de pessoas efetivas da embarcação. Eles eram pilotos, proeiros remeiros, carregadores e coletores da exploração das diferentes drogas do sertão das beiras dos rios, como no caso do cacau (*T. cacao*), o das terras firmes, como no caso do pau cravo (*D. caryophyllaceum*) do Xingu. Quanto aos práticos, eles eram portugueses ou mestiços que acumulavam um largo conhecimento e habilidades específicas sobre diferentes regiões do interior da Amazônia, portanto existiam práticos especializados nas diferentes calhas, como as do Amazonas, do Xingu ou do Tapajós. Boa parte desse conhecimento veio dos povos indígenas (Pompeu, 2023).

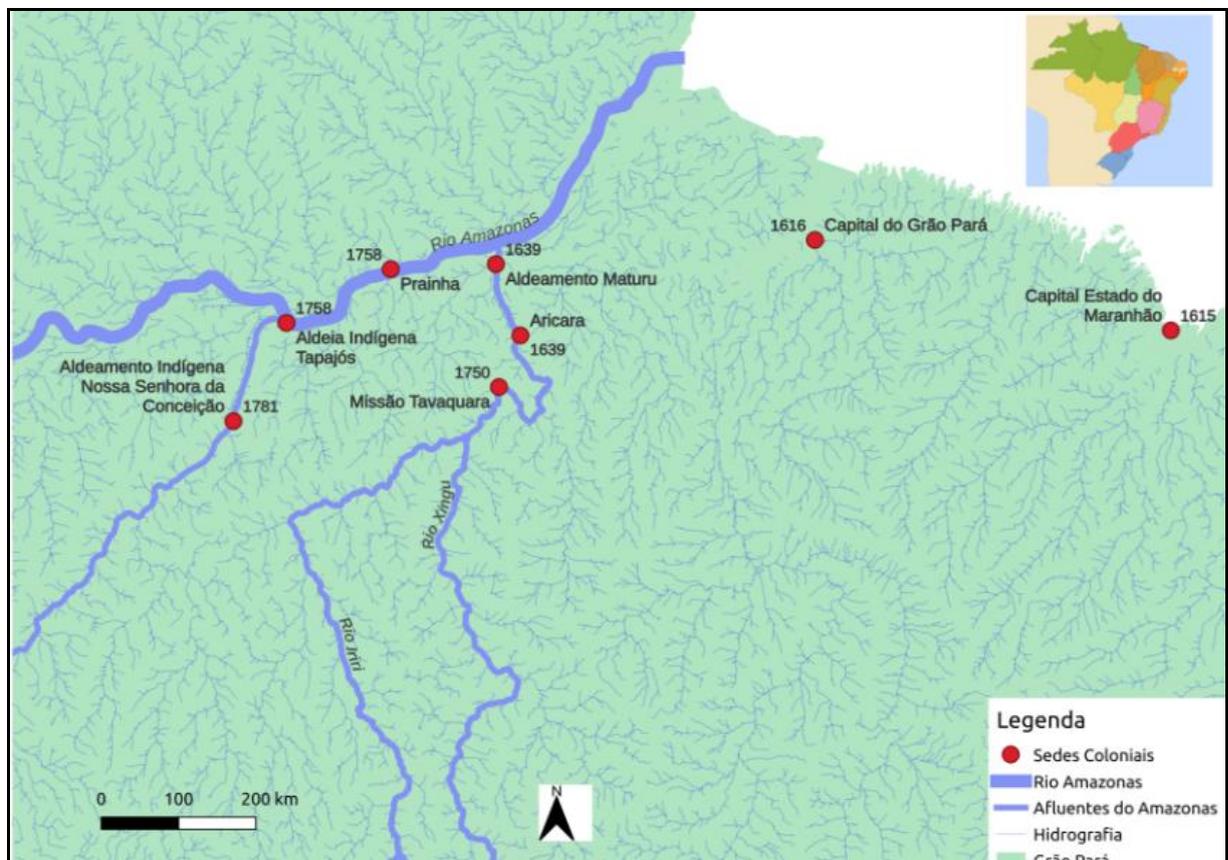
Todos esses atores deveriam receber salários por mês de viagem, exceto os escravos, que trabalhavam sob os comandos e confiança de seus “senhores”. No caso dos grupos indígenas envolvidos, os salários dos pilotos eram mais altos, e todos poderiam receber o valor de seus salários, representados em outros itens como: miçangas, tecidos, porções de sal, agulhas (Pompeu, 2023), e outras ferramentas não indígenas como espingardas, munição, fósforos, facas, terçados e anzóis (Kock- Grunberg, 2005). Conhecendo as evidências de extensos sistemas de troca (Villalón,) e das complexas sociedades interculturais da Amazônia (Franchetto, 2011; Heckenberger, 2011), na perspectiva de Pompeu (2023), alguns dos grupos indígenas, algumas vezes percebiam os portugueses como possuidores de novas mercadorias de seu interesse.

Outras vezes, eram percebidos como aliados nas questões particulares de natureza política, cultural e territorial. No entanto, as informações coincidem que, na maioria das vezes, os povos indígenas terminaram sendo vítimas da violência física, das guerras, da escravidão e dos agentes patógenos, dessas aproximações aos portugueses (Carneiro-da-Cunha, 2002). Isso deixa muita clareza sobre a aproximação entre dois mundos diferentes

(Pompeu, 2023), se não completamente opostos. Em geral, todos os atores mencionados fizeram parte da efetivação da sobreposição dos interesses econômicos e políticos, em cima dos territórios tradicionais e as áreas de habitação dos principais atores envolvidos: os povos indígenas que moravam desde várias gerações, ou incluso desde tempos imemoriais (Carneiro-da-Cunha, 2002; Heckenberger, 2003; 2005 Franchetto, 2011; Meira, 2005; Pompeu, 2023; Urban 2002). Estes não receberam participação, nem benefícios do lucro econômico, e sim prejuízos: pela imposição territorial, pelo despejo de seus territórios, pelo trabalho escravo, pela dizimação a causa das enfermidades e, em alguns casos, até aniquilação e extermínio (Carneiro-da-Cunha, 2002; Chambouleyron, 2008; Nimuendaju, 1948).

Segundo Venâncio e Chelotti (2023), após da instalação dos portugueses no Brasil, a colonização da Amazônia foi lenta e gradativa, se apoderando primeiro dos locais geográficos que considerava importantes, como a tomada dos portos e a fundação de unidades administrativas para o manejo das extensões territoriais dos Estados e das Capitânicas, como no caso de São Luiz e Belém em 1615 e 1616 (Figueiredo, 2011; Pompeu, 2023; Figura 6).

Figura 6 – Mapa da localização geográfica das principais localidades de assentamento de não indígenas, nas calhas dos Rios: Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, até 1781



Elaboração Cartográfica: Augusto Postigo. **Fontes:** Figueiredo (2011); Pompeu (2023). IBGE (2023); Serra (2020).

Também se foram estabelecendo e tomando posse do território, a partir da instalação de centros missionários com portos e construções para o assentamento permanente nas desembocaduras e outros locais estratégicos das calhas dos rios onde se distribuía aquelas drogas do sertão ou de aceitação no comércio global estabelecido na época (Venâncio e Chelotti, 2023). Desde ali começaram a controlar o escoamento da exploração das drogas do sertão, mas também marcaram os cimentos da posterior articulação dos processos de apropriação e expansão territorial, sobreposta aos territórios tradicionais e áreas de habitação dos povos indígenas da Amazônia, e da região do Xingu (Chambouleyron, 2008; Schaden, 1956; Nimuendaju, 1948; Von Den Steinen, 1885). De acordo com informações sobre alguns dos atuais municípios do interflúvio Tapajós-Xingu, suas origens se encontram nesses primeiros pontos de controle territorial e escoamento comercial no período da Colônia (ver Figura 6).

Desde essas localidades se tomava domínio do território, controlava o escoamento das atividades econômicas relacionadas com a exploração extrativista das drogas do sertão e outros recursos naturais durante a Colônia Portuguesa. Alguns desses pontos de controle foram o Aldeamento Indígena Nossa Senhora da Conceição (1781) na calha do Rio Tapajós; Aldeia Indígena Tapajós (1758), na foz do Tapajós; Freguesia de Prainha (1758) na calha do Amazonas; Aldeamento Maturu (1639) na foz do Xingu; Aldeamento Aricara (1639) na calha do Xingu, abaixo da Volta Grande; e a Missão Taquara (1750), acima da Volta Grande. Como vários de seus nomes indicam, todos esses pontos foram localizados onde existiam aldeamentos indígenas, que por seu conhecimento do território e dos recursos disponíveis, estavam ali localizados por sua fartura e suas boas condições para o assentamento dos grupos indígenas.

Essas boas condições foram favorecendo os pontos tomados, se foram transformando em localidades não indígenas, elevadas à categoria de freguesias, vilas e municípios, renomeadas com palavras em português, algumas com alusão às figuras da religião católica, pelo governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1751 e 1759, que também contribuiu com a expulsão dos missionários e a criação de uma companhia para o comércio do Estado (De Matos e Barros, 2020).

2.2.2 Período Imperial

Informações sobre o contexto político da transição Colônia/Império ajudam para o entendimento deste período político. Segundo Figueiredo (2011), a mudança da corte do Rei

João VI, em 1808, esteve influenciada por vários contextos diferentes. De forma geral, pode-se destacar que, na Europa, a consolidação do Parlamento na Inglaterra, ao longo do século XVIII, e a Revolução Francesa de 1789 trouxeram uma grande popularidade para a ideia de Constituição Política com a qual se poderia garantir a transição para governos representativos e, posteriormente, os governos com modelos democráticos, que puseram término ao absolutismo. Em território Americano, isso foi como o anúncio de que tinha chegado o momento para estabelecer as novas bases das relações entre as metrópoles e suas colônias americanas (Figueiredo, 2011).

Entretanto, na escala local, as informações colocam que já existia desconforto nas colônias, principalmente nas últimas duas décadas do Século XVIII, devido à forte repressão exercida nas atividades econômicas de exploração, provocando sucessivas revoltas e movimentos conspiratórios contra o domínio colonial português, que foram silenciados com violência extrema, degolando e esquartejando os corpos dos líderes das revoltas, como no caso da Inconfidência Mineira de 1789. Outros movimentos semelhantes, sem a mesma amplitude, ocorreram no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, inclusive depois da instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808 e a elevação do Brasil à condição do Reino em 1815.

A mobilização para território brasileiro era uma das medidas da Corte portuguesa para, por um lado, criar um arranjo político nas relações do sistema administrativo da Colônia com a metrópole em Portugal, e por outro, disponibilizar um novo grupo de instituições que assegurariam a plena autonomia da Metrópole, sem se desprender do absolutismo, que finalmente chega, com a declaratória da Constituição Imperial em 1824 (Figueiredo, 2011). De acordo com Figueiredo (2011), nessas medidas se evidencia uma intenção do governo imperial por resolver as diferenças, principalmente com as elites políticas e econômicas, que administravam as atividades e dividiam o lucro obtido. Contudo, a extrema violência e a repressão usadas pelo governo Imperial contra os movimentos e revoltas, chamados “conspiratórios”, talvez “tenham sedimentado para sempre” a ideia de independência do sistema imperial e a tomada do controle político e econômico do Brasil.

Posterior à declaratória da Constituição Imperial, outra medida com as que o Governo queria manter o controle e a autonomia do território foi a emissão da Lei de Terras, com a que se criaram os fundamentos para a revisão dos termos de antigas concessões territoriais, e a identificação das terras de uso comum. Nesse sentido, se definiu uma nova configuração das unidades administrativas maiores, que agora seriam Províncias e Comarcas, e unidades

menores, que seriam freguesias e municípios. Para isso, foram redigidas em 23 artigos as disposições para definir a quantidade e localização das terras que poderiam ser “cedidas a título oneroso” às empresas particulares para seus empreendimentos econômicos, ou para “promover projetos de colonização nacional ou estrangeira” (Brasil Império, 1850).

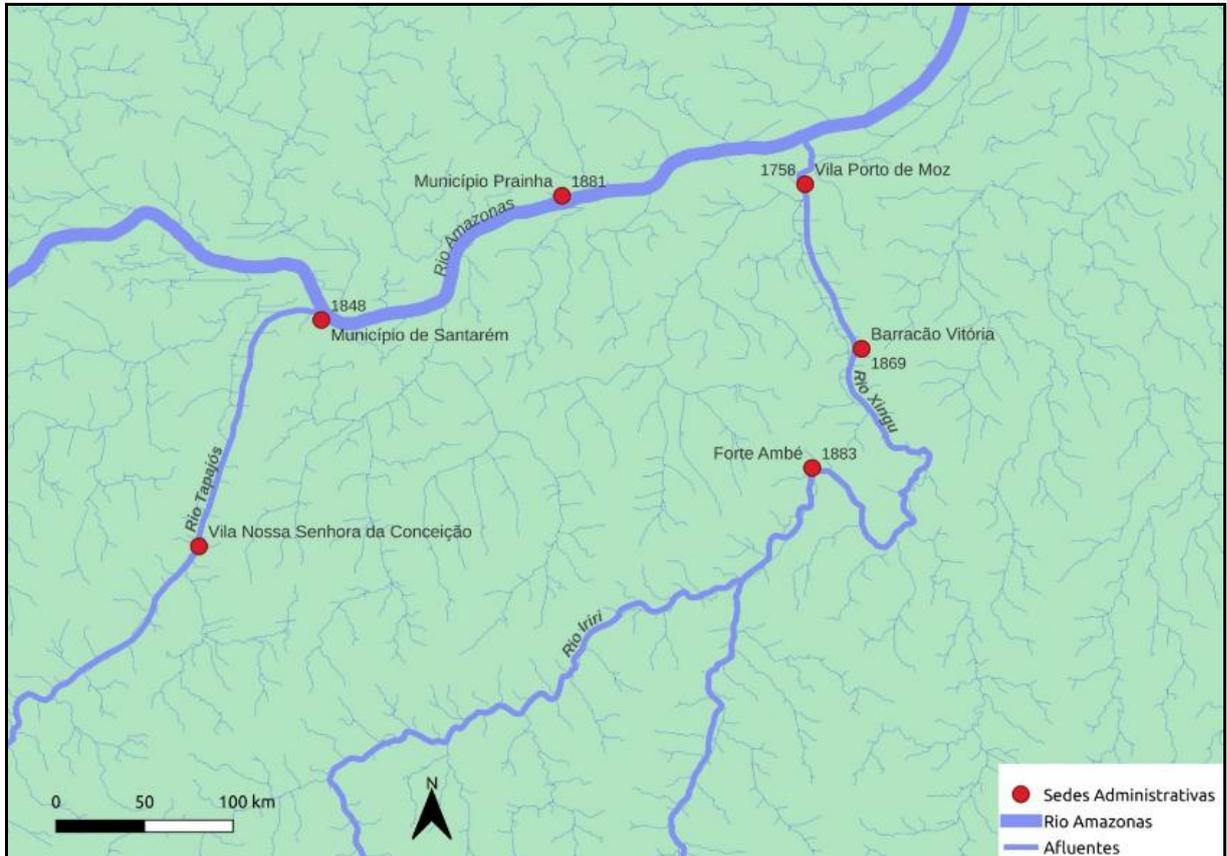
Dessa forma se dava continuidade aos processos de domínio e imposição territorial, a partir das instalações missionárias e os empreendimentos dos particulares desde 1650 (Chambouleyron, 2008; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023). Isso ocorreu porque a Lei incluía várias disposições nos artigos 12, 14, 17 e 18, que outorgavam autoridade ao governo para reservar terras devolutas, para a “fundação de povoações, abertura de estradas, assento de estabelecimentos públicos e quaisquer outras servidões” que fossem necessárias para esse fim. Isto também contemplava a construção de infraestrutura para a navegação (art. 12); a venda de terras devolutas para empreendimentos particulares (art. 14); incluídos estrangeiros (art. 17); a promoção dos processos de colonização, fosse ela para o fornecimento de mão de obra aos empreendimentos econômicos, públicos ou privados, ou para a “formação de colônias onde mais convenir” (art. 18) (Brasil Império, 1850).

Mantendo os privilégios dos empreendimentos econômicos públicos ou privados sobre a posse do território, e usando a colonização como uma outra forma de instrumentalizar essa imposição territorial, o Governo dá continuidade ao discurso de “território vazio”, para fundamentar os planos administrativos oficiais. Também do assentamento em conveniar sítios estratégicos para a exploração e controle da produção das drogas do sertão que iam se consolidando, ou tomando o controle de novos sítios, na medida em que se aumentava o domínio administrativo sobre o território, e/ou, se iam esgotando os estoques naturais, devido à sobre-exploração (Venâncio e Chelotti, 2023). Dois desses sítios estratégicos correspondem com os atuais municípios de Itaituba, onde, desde 1812, funcionava um importante “centro de controle da exploração e comércio de especiarias do Alto Tapajós”, e o município de Vitória do Xingu, onde a partir de 1869, se controlava o escoamento dos recursos explorados do rio Xingu (IBGE, 2022).

Outros assentamentos que tinham sido começados a partir de comunidades indígenas, instalações missionárias e empreendimentos particulares desde 1650 (Chambouleyron, 2008; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023), também se fortaleceram e alcançaram novas configurações administrativas, com as disposições deste período político. Um exemplo é a atual cidade de Santarém, que da categoria de “aldeia indígena”, passou a ser Vila de

Santarém a partir de 1758, e posteriormente foi elevada à categoria de município de Santarém em 1848 (Figura 7).

Figura 7 – Mapa da localização geográfica das principais localidades de assentamento de não indígenas, nas calhas dos Rios: Tapajós, Amazonas, Xingu e Irixi, até 1883



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fontes:** Coudreau (1896) IBGE (2023); Pompeu (2023); Serra (2020).

O atual município de Altamira é outro caso emblemático, porque teve suas origens desde 1750 no aldeamento missionário de Tavaquara, localizado num antigo assentamento indígena na foz do igarapé Ambé, afluente da margem esquerda do rio Xingu. Após a expulsão dos missionários em 1759, as instalações missionárias foram entregues aos empreendedores particulares, e passou a se chamar de Forte Ambé (Coudreau, 1896).

Exemplos similares, o do atual município de Porto de Moz, que teve seus inícios administrativos como aldeamento missionário de Maturu na Colônia, e em 1890, foi elevado à categoria de Vila, também o da freguesia de Prainha, que adquiriu sua configuração como município em 1881. Outros, como o atual município de Vitória do Xingu, configurado desde a Colônia como aldeamento missionário onde se fez contato com indígenas dos povos Xipaia e Arara, se transformou no barracão Vitória, de domínio seringalista em 1869, de onde se

articula o escoamento da exploração extrativista de ambas as margens do Xingu, junto com o Porto Ambé (Coudreau, 1896).

Com o início do primeiro ciclo da borracha da seringueira (*H. brasiliensis*) no ocaso do período político do império, os poderes do controle econômico, político e territorial foram transferidos, de certa forma, para os coronéis da borracha. Nesse sentido, segundo as informações de von den Steinen (1885) e Coudreau (1896), a localidade de Forte Ambé, estava sob administração do seringalista conhecido como coronel Gaioso⁶, que controlava o escoamento da exploração extrativista da borracha, junto com o barracão Vitória, antigo aldeamento missionário (ver mapa 6). Outro objetivo da presença do Gaioso no Forte Ambé era a abertura de picadas e caminhos que seriam as estradas públicas no futuro (Coudreau, 1896), conforme previa a Lei de Terras (Brasil Império, 1850).

De acordo com algumas informações, o látex produzido pela Seringueira (*Hevea Brasiliensis*) já era explorado de forma incipiente desde a década de 1830 (Weinstein, 1987), com motivo da permanente procura de produtos a serem aceitos no circuito internacional de comércio ultramarino, das drogas do sertão (Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023). Nessa procura, se identificou o uso indígena do látex vegetal na impermeabilização de embarcações, e na elaboração de instrumentos musicais, brinquedos e outras manufaturas artesanais (Weinstein, 1987). A importância deste produto natural adquiriu relevância econômica, por sua demanda como matéria-prima para a florescente indústria automobilística. Segundo informações, o primeiro ciclo econômico da “borracha” ocorreu no Xingu entre 1870 e 1920 (Villas Bôas et al., 2017a; 2017b).

Borracha é o termo como se conhece localmente as peças sólidas de látex vegetal coletado, armazenado em tigelas, defumado e compactado para seu transporte e comercialização. De acordo com a cronologia desse ciclo, isso ocorreu durante as últimas décadas do governo político do Império português e nas primeiras do novo período político da República. Para ser consequente, se descreveram os atores dessa nova atividade econômica de exploração de produtos da biodiversidade. O sistema geral estava conformado pelos empreendedores particulares, ou seringalistas, muitas vezes das elites políticas e econômicas

⁶ Raymundo José de Souza Gayoso, original do Piauí, conhecido como Coronel Gayoso, era dono de escravos e produtor rural nos estados do Maranhão e Piauí. Resolveu investir na região do Xingu, pois a considerou com grande potencial comercial, tanto na extração do látex da seringueira quanto na produção de farinha. Chegou por terra na foz do rio Ambé na data de 2 de abril de 1883, procedente da foz do rio Tucuruí. O local que correspondia à antiga missão de Tavaquara, passou a se chamar Forte Ambé. Seus escravos se alojaram no local onde se formou posteriormente o núcleo urbano de Altamira. Fonte: Boga- Umbuzeiro e Marques-Umbuzeiro (2012).

de Belém, outras vezes como no caso do Coronel Gaioso, homens de negócios de outras regiões, que queriam ampliar seus negócios na Amazônia. Eles recebiam grandes concessões de terras do governo político para a instalação dos seringais, compostos por “estradas de seringa”, que eram picadas e que interconectavam as árvores da seringa (*H. brasiliensis*), localizadas nas margens e na terra firme dos interflúvios, conforme a sua distribuição natural na floresta de terras baixas.

A mão de obra, ou seja, os seringueiros para realizar as atividades de exploração tinham a função de raspar as árvores para a obtenção do látex, a recolocação e transporte das estradas de seringa para as colocações ou ponto de base, das muitas que podia ter um seringal inteiro. Geralmente, essas colocações eram dispostas ao longo dos rios e igarapés, desde onde realizava a extração das seringueiras de sua estrada correspondente (Villas Bôas, 2017) e a posterior transformação para a entrega do produto ao “patrão” e liquidação de contas aviadas. Essas pessoas eram transportadas em embarcações que remontavam o Rio Amazonas até chegar às bacias do Tapajós, Xingu e seus afluentes, onde ficavam as concessões territoriais que seus patrões tinham recebido do Governo.

As respostas a esses desafios não foram só de natureza geográfica e ecológica, porque os seringueiros tiveram que resistir às imposições dos seringalistas e patrões que implantaram sistemas de trabalho quase escravo, além da mencionada liquidação de contas aviadas, que deduzia do pagamento da produção do seringueiro um valor exagerado pelos itens subministrados para o trabalho, o vestido e alimentação, o que obrigava as pessoas a permanecerem isoladas no território, no aguardo dos elementos de primeira necessidade que o patrão mandava, e que de vez iam gerando uma dívida impagável que tinham que sustentar com seu trabalho braçal. Também tiveram que resistir quando as flutuações da economia de mercado global tiraram o interesse dos donos do capital na exploração da borracha, portanto, os suprimentos também pararam de chegar (Villas Bôas *et al.*, 2017a). Por sorte deles, e desgraça dos povos indígenas, outros ciclos de exploração foram despontando e deste fluxo econômico se sustentaram por várias décadas na área de estudo⁷.

Segundo informações de Villas Bôas (2017a), durante esse tempo se foram construindo famílias, muitas vezes com mulheres e homens indígenas, usando o modo de vida, saberes e práticas desses povos com maior experiência histórica nas terras baixas, para

⁷ Em várias entrevistas sobre as histórias de vida de alguns moradores das Resex da Terra do Meio, se mencionaram diferentes momentos econômicos relacionados com a exploração da biodiversidade, como o comércio de peles de animais, a exploração mineira, o garimpo e a exploração madeireira, que nunca tem deixado de ser vigente, apesar das regulações da década de 1990. Fontes: mantidas em sigilo; Brasil (1994).

construir suas próprias estratégias de sobrevivência, resultando num modo de vida próprio, o modo de vida “beiradeiro”. Esse modo de vida próprio permitiu a essas populações que ficaram isoladas no mato à mercê, inicialmente, dos seringalistas, e depois, do abandono estatal, se adaptarem, se reproduzirem e continuarem enfrentando os desafios da Terra do Meio. No caso das populações remanescentes dos seringais, ou “beiradeiros”, como se reconhecem atualmente essas comunidades tradicionais, também têm construído um conjunto de saberes e práticas que caracterizam seu modo de vida e sua visão de mundo, integrando para isso boa parte do acervo de conhecimento indígena (Villas Bôas *et al.*, 2017).

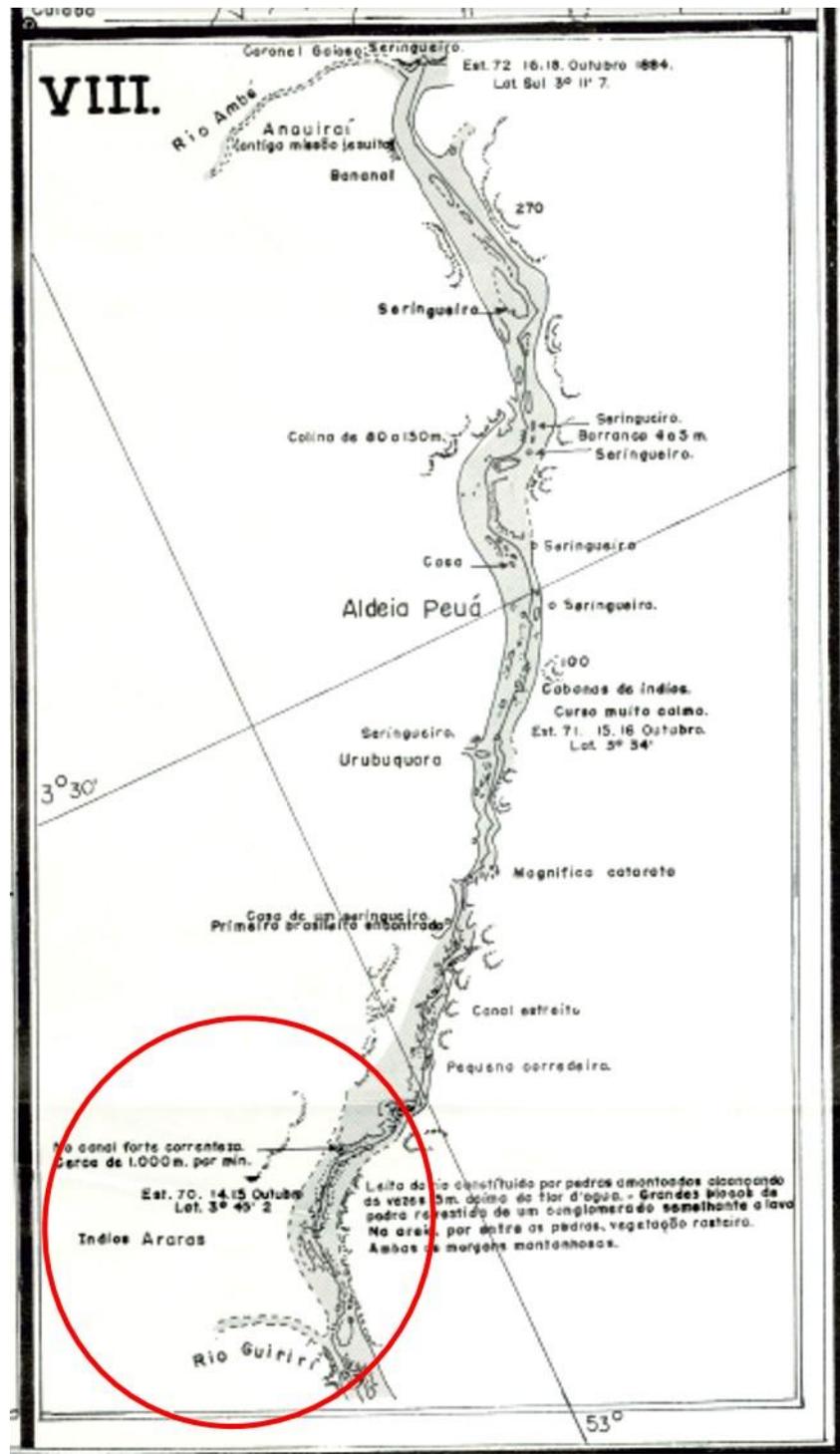
Nesse período, também tiveram lugar as expedições de Karl von den Steinen (1884-1888), Henry Coudreau (maio-outubro, 1896) e Curt Nimuendaju (1916-1919). Suas informações oferecem maiores detalhes sobre a ocupação da atividade de exploração seringalista na calha do Xingu, os interesses oficiais no estabelecimento de rotas comerciais e o escoamento da produção de outras atividades exploratórias e a localização das áreas de habitação do povo Arara (*Karib*) na região (Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948; Von Den Steinen, 1885). Karl von den Steinen realizou duas viagens às nascentes e tributários dos rios Tapajós e Xingu, entre 1884 e 1888. Suas informações geográficas sobre a localização das nascentes e tributários da calha do Xingu, e seus desdobramentos na produção cartográfica, foram encargo do Ministro Imperial de Guerra, após a tentativa fracassada do Príncipe Adalberto da Prússia, em 1883, vencido pela impossibilidade de remontar as cachoeiras (Schaden, 1956).

De acordo com Schaden (1956), em 1884, eles partiram da cidade de Cuiabá, capital do atual Mato Grosso, escoltado por 25 soldados e dois capitães, que tinham sido somados à expedição pela determinação do Ministro Imperial de Guerra. Navegaram à procura das aldeias Bakairi da região do alto Tapajós e depois prosseguiram até as nascentes do rio Batovi. Em direção nordeste, desceram até seu encontro com o Xingu, e finalizaram a expedição na cidade de Belém, após navegarem pelo Amazonas. O objetivo oficial da expedição era obter a cartografia das nascentes do Xingu, que não tinha podido completar em 1883, visto que na equipe da expedição ia o alemão de formação em física e astronomia, Otto Clauss, para a elaboração cartográfica (Schaden, 1956).

Finalmente, o levantamento topográfico e as coordenadas que suportaram a elaboração da cartografia reduzida em escala 1: 500.000, foram entregues ao Império em 1886. Nessa cartografia, se dá especial importância na legenda aos elementos geográficos característicos do rio Xingu e seus formadores, como: cataratas, corredeiras, bancos de areia, pedras,

penhascos e ilhotes (Claus, 1886), o que evidencia um interesse na determinação dos locais de ocorrência desses elementos geográficos, para favorecer a navegação fluvial e o escoamento da produção da exploração extrativista (Figura 8).

Figura 8 – Seção VIII. Mapa Especial do Rio Xingu. Elaborado por Otto Claus com os levantamentos e coordenadas da expedição de Karl von den Steinen em 1884



Elaboração Cartográfica: Claus (1886). Fonte: Coelho-Penteado *et al.* (1993). Editado pelo autor.

Em adição, no mapa completo com as oito seções também se coloca um interesse na descrição e localização da vegetação nas margens, definindo onde se apresentam coberturas vegetais classificadas como mato ou capim e definindo os trechos onde se apresenta distribuição específica de castanheiras (*B. excelsa*) e palmares de tucum (*Astrocaryum spp.*) e babaçu (*A. speciosa*) (Clauss, 1886), mostrando um interesse em ampliar as possibilidades dos produtos com possibilidades comerciais, diferentes da borracha (*H. brasiliensis*), mas também de delinear as rotas para seu escoamento até os portos comerciais em Belém (Coelho-Penteado *et al.*, 1993).

A localização do general Gayoso, com nome próprio, um empreendedor seringalista que chegou ao Xingu na década de 1880, também é uma evidência da atuação das elites econômicas e políticas na região do Xingu e de sua importância nos processos de colonização impositiva e de apropriação dos locais estratégicos e dos territórios produtivos. Os exemplos da apropriação dos locais estratégicos aparecem com a localização de Porto Ambé (Missão Taquara), antiga ocupação indígena, dominada por não indígenas desde 1750, que servia para evitar o trecho de difícil navegação das cachoeiras da Volta Grande, transportando a produção dos seringais do Alto e Médio Xingu, por terra até Barracão da Vitória, onde o Xingu era navegável.

Os exemplos de apropriação dos territórios produtivos aparecem com as referências das colocações dos seringueiros (não indígenas), que chegaram para sustentar as necessidades de mão de obra do sistema de exploração da borracha pelos empreendedores Seringalistas. No Xingu, este sistema consistia em grandes concessões territoriais, chamadas Seringais, onde se distribuem naturalmente as seringueiras (*H. brasiliensis*). Nesses seringais, se abriam umas picadas, conhecidas como estradas de seringa para interconectar, às vezes, até mais de 100 árvores dispersas aleatoriamente na terra firme das margens dos rios e igarapés (Villas Bôas, 2017a; 2017b; Weinstein, 1987).

Um detalhe específico dessa seção cartográfica, ressaltado dentro da linha vermelha, inclui uma referência da localização do território e as áreas de habitação do povo Arara (*Karib*). Nessa referência, se coloca o nome “Índios Arara” na margem esquerda do rio Xingu, e um traço de linha pontuada, delimitando uma parte do interflúvio entre a margem esquerda do “Rio Guiriri” (Iriiri), e a margem esquerda do rio Xingu, desde a foz do Guiriri, num trecho a jusante. De acordo com as informações de Coelho-Penteado (1993), aparições dos grupos de língua Arara também foram referenciadas nas proximidades do Rio Ambé, outro afluente da margem esquerda do Xingu.

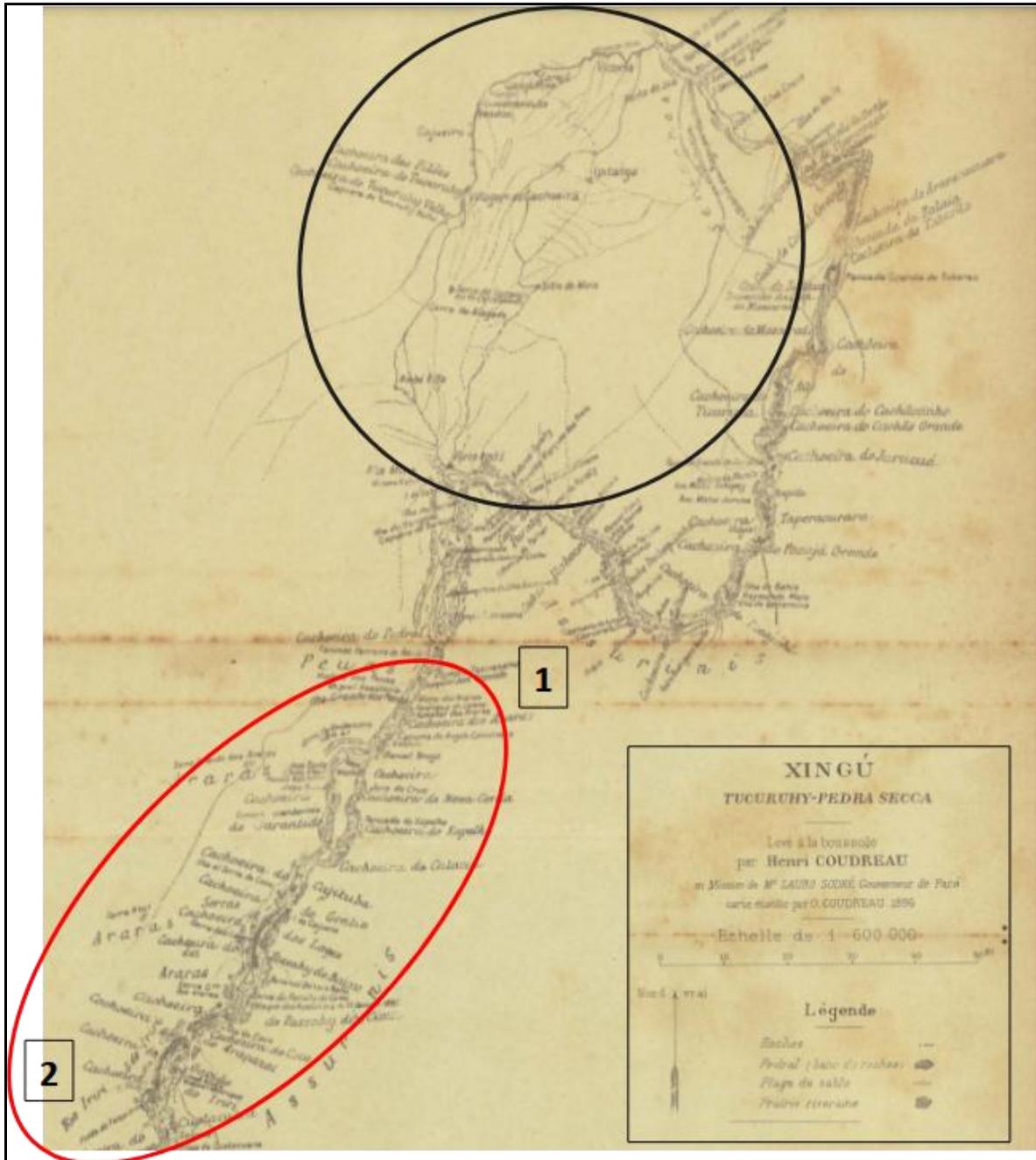
Segundo as informações de Schaden (1956), as contribuições de von den Steinen para o conhecimento científico do Brasil começam na geografia. Suas explorações no Alto Xingu foram descritas como “um dos acontecimentos mais importantes para as ciências e a geografia desta parte de América”, no conceito oficial do diretor do Museu Nacional sobre a viagem, dirigido em ofício escrito ao governo imperial (Schaden, 1956: 120).

De acordo com Meira (2006), seu trabalho foi de muita importância para o crescimento dos estudos linguísticos comparativos sobre a família Karib, por seus estudos de longo prazo com os Bakairi do Alto Xingu (ver mapa 3, Ramo Sul da família linguística Karib). Nesse sentido, Schaden (1956) destaca que a segunda expedição de Karl von den Steinen ao Alto Xingu, entre os anos 1887 e 1888, foi realizada para dar continuidade a umas indagações que tinham despertado sua curiosidade acadêmica sobre o estudo dos povos indígenas.

Durante a expedição, num trecho do rio Batovi, a equipe tinha feito contato pacífico com uma comunidade indígena e tinha solicitado informação sobre a malha hidrográfica e a localização de outras comunidades indígenas, no seu rumo às nascentes do Xingu. O velho cacique, ajudado por intérpretes que traduziram a pergunta da equipe, tinha desenhado na areia o sistema de formadores hidrográficos, e a localização de todas as comunidades segundo sua configuração linguística, o que Schaden (1956) destaca como um dado exclusivamente anedótico. Neste trabalho, é uma contribuição ao esvaziamento dos discursos desfavoráveis sobre despossuídos de conhecimento útil para a civilização.

Henri Coudreau passou pelo Xingu depois do von den Steinen, entre o dia 30 de maio e o 26 de outubro de 1896, já no período da República. Sua viagem foi por outra rota diferente da usada por von den Steinen (Schaden, 1956). Partindo do arquipélago amazonense de Marajó, remonta o rio Amazonas até a desembocadura do rio Xingu. Continuou a remontada do Xingu até os limites de Mato Grosso, depois de passar por Porto de Moz, Souzel, Barracão da Vitória, na desembocadura do rio Tucuruí e o Forte Ambé, na foz do rio Ambé. A expedição dirigida à exploração dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia também foi encomendada oficialmente, desta vez, pelo Governador do Estado do Pará, M. Lauro Sodré (Coudreau, 1897). Nesse sentido, as informações de Coudreau (1896) colocam que o mencionado Coronel Gayoso tinha começado a readequação da picada entre o Barracão Vitória e Porto Ambé, desde 1883. Os trabalhos de corte de vegetação e adequação da estrada, de “51 quilômetros e 500 metros em linha reta, e 62 km, seguindo as sinuosidades” eram feitos com ferramentas de corte manuais e com o auxílio de aproximadamente 70 escravos (Coudreau, 1896: 3; Figura 9).

Figura 9 – Localização geográfica das populações falantes da língua Arara (*Karib*), segundo o mapa de Henri Coudreau



Fonte: Coudreau (1897). Editado pelo autor.

Contudo, de acordo com Coudreau (1896), em 1889, um ano após a declaração do decreto de abolição da escravidão, o Coronel Gayoso teria ido à ruína econômica, e seus empreendimentos e objetivos tiveram que ser suspensos. No entanto, em 1891, seus bens materiais e suas benfeitorias foram adquiridas por Agrário Cavalcante, um baiano que arribou no baixo Xingu no período político da República. Posteriormente, vendeu suas propriedades a

seu sobrinho José Porfírio de Miranda Júnior⁸, uma das figuras financeiras e políticas mais importantes do período compreendido entre 1896 e 1930 (Bogea-Umbuzeiro e Marques-Umbuzeiro, 2012), evidenciando uma forma de transferência do controle territorial entre os empreendedores particulares do período do Império para as elites políticas do período da República.

As informações adicionais encontradas nos levantamentos cartográficos de Coudreau (1896), no seu Mapa Xingu, do trecho Tucuruí-Pedra Seca, em escala de 1: 600.000, mostram o avanço da abertura da rede de estradas caminhos e picadas na margem esquerda da Volta Grande do Xingu, iniciadas desde o final do período político do império, ressaltadas dentro da área da linha negra. Essa rede de caminhos facilitava a comunicação entre os barracões, colocações seringueiras e assentamentos não indígenas, tanto de forma terrestre, quanto terrestre-fluvial, usando o Rio Tucuruí e Rio Ambé, ambos afluentes da margem esquerda do Xingu, localizados entre o barracão Vitória, atual município de Senador Porfírio, e o Forte Ambé, atual município de Altamira (ver figura 9).

Sobre a localização dos grupos falantes da língua Arara (*Karib*), suas informações coincidem, em grande parte, com as de von den Steinen, porém, apresentam um maior detalhamento de vários aspectos. Um primeiro detalhe se relaciona com uma possível delimitação da área de habitação deste grupo, que estaria entre os locais geográficos nomeados como “morro dos Araras”, “bananal dos Araras e “cachoeira dos Araras” localizados na margem direita do rio Xingu, no montante da Volta Grande do Xingu, e outro grupo de locais geográficos da margem esquerda do Xingu. Esses locais parecem estar contornados e conectados por um traço de linhas ponteadas que pode indicar a continuidade de um grupo de terras altas que no mapa são caracterizadas como “Serra Grande dos Araras” e “Serra Azul Araras”, respectivamente localizadas no sentido do montante para a foz do rio Iri.

⁸ Coronel José Porfírio de Miranda Junior era baiano, veio ao Pará em 1893, adquiriu as propriedades, como Forte Ambé, Boa Vista, Fonte Nova, Vitória, Praia Grande, Três Irmãos, Pimental, Itaperibatuba, Costa Júnior e Novo Acordo, e também o usufruto comercial da Estrada de Vitória, iniciada pelo Coronel Gaioso, e passa a controlar a maior parte da extração de borracha na região a partir de Vitória para o Alto Xingu.

2.3 “A saga da Amazônia”: dos planos de desenvolvimento e colonização do início da República, até os dos governos militares da década de 1960

De acordo com as informações, vários elementos tiveram maior peso na derrocada do regime imperial e na instituição do sistema político da República. Segundo Figueiredo (2011), o autoritarismo da centralização política e administrativa, e a abolição da escravatura foram as principais causas do desconforto das elites políticas e econômicas, que dependiam do trabalho escravo para realizar uma grande proporção das atividades que geravam lucro, como o latifúndio para a produção agrícola e a criação de gado, e as atividades de exploração como a das drogas do sertão durante a Colônia, e a da borracha durante o Império. Nesse marco, se desenvolvem os eventos que levaram à organização do golpe militar contra o império em 15 de novembro de 1889. O Marechal Deodoro da Fonseca assume o comando provisório do país e no dia 03 de dezembro emite um decreto para a elaboração do projeto constitucional.

A dita Constituinte Republicana emite a constituição aprovada no dia 24 de fevereiro de 1891⁹, de acordo com o modelo usado nos Estados Unidos de Norte-América. A possibilidade de eleição popular dos presidentes dos Estados era uma medida que procurava resolver as antigas inconformidades com o centralismo e absolutismo imperial, aproximando as estruturas públicas da institucionalidade da União e dos Estados, às populações nas capitais e municípios do interior das Unidades Federativas-UFs (Figueiredo, 2011). Dessa forma, estabelece nos primeiros artigos constitucionais a “união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil” (Brasil, 1891).

Outras disposições são estabelecidas para manter as possibilidades de formar novas UF's, a partir da agrupação ou desapropriação, sem aprovação de separatismo da União, nem das guerras internas. Sobre a autonomia das UF's e dos Municípios, era entendida como a regulação de impostos e taxas, de acordo com as condições de cada UF e o funcionamento a expensas próprias, sem que isso impedisse as contribuições da União. Neste sentido, estabelece que o Governo Federal não poderá intervir nos negócios particulares das diferentes UF's, a menos que tenha que ver com assegurar a integridade nacional e o respeito aos

⁹ A União adota a forma de governo político: República Federativa, dividida em Estados ou Unidades Federativas (UFs), que possuem centros administrativos na capital e nos municípios, com autonomia da Federação. Também estabelece a possibilidade de eleição popular dos presidentes de Estado, e declara uma extensão territorial de 14.400 quilômetros quadrados, onde se estabelecerá a Capital Federal, no Planalto Central. Fonte: Figueiredo (2011).

princípios constitucionais¹⁰. Em outras seções, estabelece que todas as minas, terras devolutas, e outros prédios que não forem necessários para o serviço da União serão patrimônio territorial das respectivas UFs e que a União terá prioridade territorial para a defesa das fronteiras, levantamento de fortificações, construções militares, estradas de ferro federais e estabelecimento de linhas telegráficas (Brasil, 1891).

Antes disso, em 1890, o governo autorizou a expansão de três bancos emissores regionais com permissão para emitir títulos ao portador e apólices. Esses bancos estavam destinados ao financiamento dos empreendimentos econômicos e à colonização nas UFs e municípios localizados nas regiões, norte, centro e sul do país. De acordo com De Figueiredo (2013), o governo concedia gratuitamente terras devolutas nas suas regiões de atuação, e lhes dava preferência para a realização de contratos oficiais, em contrapartida de que os bancos não implantassem juros superiores ao 6%, e os recursos emprestados tivessem um prazo máximo de 30 anos para o pagamento. As terras cedidas eram exclusivamente para a fundação de empreendimentos industriais e os projetos de colonização e imigração. Quanto ao crédito liberado aos empreendimentos econômicos, boa parte foi destinado para os estabelecimentos agropecuários, a indústria e aos projetos de infraestrutura e comunicação.

Apesar dos decretos, das decisões financeiras e dos mandatos constitucionais, o período que sucedeu a Proclamação da República também foi marcado por instabilidade política, motins, revoltas e desbalanceamento nos gastos e nas finanças. Segundo De Figueiredo (2013), o momento político precisava de uma renovação de pensamentos e de métodos¹¹. Essa renovação e esses métodos, se focaram principalmente nas ideias positivistas de progresso e modernidade, ancoradas ao desenvolvimento econômico, a partir dos projetos de integração e de colonização de todo o território nacional, incluindo a ligação do interior do país com o centro da administração federal da capital da República. Nessa lógica, se iniciou a construção de infraestrutura para a extensão dos meios de transporte dos quais dispunham os beneficiários dos projetos de colonização para aumentar a produtividade industrial e

¹⁰ Ficam impedidos de participar das eleições representativas: as mulheres, os religiosos, os analfabetos e mendigos, e os povos indígenas que não são considerados como “nacionais” ao igual que ex-escravizados e seus descendentes, sertanejos e outros grupos. Fonte: Constituição Federal de 1891. (Brasil, 1891). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

¹¹ Várias figuras públicas se encontravam dentro dos quadros aceitáveis para tomar o comando políticas da Presidência: Rui Barbosa, Campos Sales, Afonso Pena e Nilo Peçanha, esses últimos dois, sugeridos por Pinheiro Machado, por representarem melhores indícios de renovação, mas também, pelo abandono da concorrência dos primeiros mencionados. Finalmente, Afonso Pena foi eleito. Carlos Peixoto seria o chefe parlamentar da política oficial, na pasta de Justiça, Tavares de Lima, David Campista (Fazenda), Rio Branco (Exterior), Hermes da Fonseca (Guerra) e o jovem Miguel Calmon, com 27 anos, na Viação. Fonte: De Figueiredo (2013).

agropecuária, e a implementação do meio de comunicação baseado na tecnologia do telégrafo (De Figueiredo, 2013).

Este último elemento sobre a interconexão das linhas telegráficas, desdobrou em questões de importância para a configuração territorial das atuais Terras Indígenas do Brasil, mas também para a criação do órgão oficial indigenista e a institucionalização de uma política específica para esses povos. De acordo com as informações em De Figueiredo (2013), a instalação das linhas telegráficas no centro-oeste e norte do Brasil começaram a ter conflitos, principalmente com populações indígenas, ao sul do estado de Mato Grosso. Isso fez com que as Comissões Telegráficas, constituídas com o objeto técnico de implementar o serviço de comunicação, fossem agregando outras funções governamentais, como as questões trabalhistas e de povoamento; pelos conflitos mencionados, também se inclui a questão indigenista. Nesse contexto, surgiu o primeiro serviço estatal que se preocupou com esses povos.

A pauta da necessidade de mão de obra para os empreendimentos econômicos e de infraestrutura já tinha aparecido nos anteriores políticos da Colônia e do Império, e tinha sido resolvida principalmente a partir do trabalho escravo, mas também com a promoção da migração de populações brasileiras e a imigração de estrangeiros. Dessa forma, o governo político da República estabelece as bases regulamentares para o povoamento do solo nacional, a partir do estabelecimento de núcleos coloniais, divididos em pequenas propriedades ocupadas por imigrantes para o abastecimento interno de gêneros alimentícios. A lógica destas disposições era a transformação de contingentes populacionais em produtores mercantis, em que as populações de trabalhadores nacionais também estavam incluídas, em porcentagem menor (Ricci- Camargo, 2018).

Assim, as questões territoriais e de povoamento, levantadas durante as iniciativas desenvolvimentistas e modernizadoras do governo político da República, como as Comissões Telegráficas, resultaram na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910 (Brasil, 1910), com os objetivos de promover uma melhor distribuição espacial da força de trabalho e administrar os conflitos indígenas resultantes da expansão das redes de comunicação telegráfica e ferroviária, relacionados principalmente com a especulação e a grilagem de terras, pelas facilidades para o registro e demarcação de terras particulares, até a inclusão de novas disposições em 1923, que permitiam a intervenção de um terceiro interessado em participar do processo judiciário de demarcação de terras particulares (De Figueiredo, 2013).

Posteriormente, em 1918, o órgão se transformou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com foco exclusivo nas questões tutelares dos povos indígenas. Uma figura importante no trabalho do novo órgão oficial, SPILTN, e na orientação filosófica da atuação dos servidores, no SPI, foi Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon¹². Por seu trabalho específico nas Comissões Telegráficas desde 1907, teria participado do contato com muitas populações indígenas no Mato Grosso, portanto, tinha um conhecimento experiencial de muitos dos conflitos que as decisões políticas de desenvolvimento da República teriam causado às populações indígenas e seus territórios. Também, pela sua origem indígena local, se inclinaria em flexibilizar as impositivas decisões políticas e as formas militares de cumprir “missões”.

De acordo com as informações, o Marechal Rondon foi o criador da expressão "morrer se preciso for, matar nunca", que pautou a ação dos funcionários do SPI e dos indigenistas brasileiros que fizeram os primeiros contatos com muitos povos indígenas desde 1910. Essa expressão e o comportamento seguido pelo SPI, para muitos autores, poderia ser entendido como o nascimento da política indigenista da República. No entanto, a dita política indigenista em construção, também se viu infiltrada pelo protecionismo tutelar e a integração dos povos indígenas, às lógicas e costumes dos “civilizados”, nas que os discursos desfavoráveis sobre ser incapazes de manejar a produção necessária para o desenvolvimento econômico de seus territórios, e sobre a necessidade de assistência tutelar, se mantiveram vigentes (Almeida- Cavalcante, 2018; De Figueiredo, 2013; Roccha-Freire, 2022).

Outras informações mencionam que este princípio rondoniano estava inspirado na postura política de Jose Bonifácio (Período político do Império)¹³, que defendia a abolição da escravidão, tanto para os índios, quanto para os negros. No entanto, quanto aos índios, se posicionava a favor de sua integração à civilização. Apesar destas críticas, de acordo com as informações de Milanez (2017), o próprio Rondon considerava que tinha “quebrado a tradição dos penetradores das selvas que, em caráter de aventuras industriais ou de estudos científicos, atropelavam sempre os silvícolas da região” (Milanez, 2017: 45). Isto na voz de Rondon já

¹² Nasceu em 1865, em Mimoso, no Estado do Mato Grosso, órfão de pai e de mãe, aos três anos de idade. Sua mãe era de descendência indígena das etnias Terena e Bororo. Terminou seus estudos no período político do Império. Membro do exército, positivista e republicano pela influência do professor Benjamin Constant. Atuou na derrubada da Monarquia e participou em temas políticos de importância da Primeira República. Fonte: De Figueiredo (2013); Ricci-Camargo (2018); Roccha-Freire (2022).

¹³ Para José Murilo de Carvalho, a principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro. Do lado brasileiro, o principal negociador foi José Bonifácio, que vivera longos anos em Portugal e fazia parte da alta burocracia da metrópole. Havia sem dúvida participantes mais radicais, sobretudo padres e maçons. Mas a maioria deles também aceitou uma independência negociada. Fonte: Figueiredo (2011: 125).

dialoga com um histórico de imposição hegemônica nos territórios com fins econômicos e de outras naturezas como os apresentados na seção anterior. Uma interpretação mais favorável dos princípios e a importância do trabalho de Rondon para os índios é oferecida pelo antropólogo Darcy Ribeiro¹⁴, também funcionário do SPI na década de 1940 (Milanez, 2017).

Segundo essa interpretação, mais três princípios, além do mencionado acima, teriam norteado as ações de Rondon. O segundo princípio seria “respeito às tribos indígenas como povos independentes”; o terceiro, “garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência; e o quarto “assegurar a proteção direta do Estado” (Milanez, 2017: 47). Em adição, o antropólogo complementa esses princípios com o reconhecimento do direito desses povos de viver suas vidas e reproduzir sua cultura e suas crenças, segundo suas próprias lógicas, sem compulsões de outras naturezas, além que a proteção do Estado, não deve ser uma caridade ou favor, e sim o direito, devido às assimetrias entre suas lógicas e as lógicas que envolvem o desenvolvimento econômico e a modernização. Nesse sentido, a interpretação e esclarecimentos dos princípios rondonianos, segundo Darcy Ribeiro, dialogam e encontram convergências com os elementos e as contribuições que busca este trabalho.

De acordo com as informações de Milanez (2017), o SPI sofreu constantes e profundas mudanças nos anos que existiu entre 1910 e 1967. Uma delas, foi separar da responsabilidade e da incumbência relacionada com a localização de trabalhadores, entre 1917 e 1918. O afastamento de Rondon do SPI na década de 1930 e seu retorno assumindo a presidência do Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI). Outra reformulação do SPI ocorre na década de 1940, com a contratação de novos quadros de formação profissional em medicina e Antropologia, como o médico sanitário Noel Nutels, e os antropólogos: Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão. A reestruturação do SPI na década de 1940 e a entrada dos novos quadros profissionais, converteu o SPI no centro das pesquisas mais sofisticadas em antropologia à época. Esta aproximação entre o SPI e a ciência, podia ser entendida como uma questão própria do positivismo (Milanez, 2017).

A criação do SPI após quase duas décadas de iniciado o período político da República, também pode ser vista como uma nova disposição hegemônica para normalizar a sobreposição dos interesses desenvolvimentistas e econômicos, acima dos territórios

¹⁴ Darcy Ribeiro: Antropólogo que entra a conformar a equipe do SPI na década de 1940. Darcy Ribeiro criou o Museu do Índio em 1953, e segundo ele mesmo, esta instituição se empregava a combater o preconceito e o racismo. Uma pesquisa sua sobre a integração dos índios à sociedade brasileira estimou que na primeira metade do século XX, pelo menos 87 grupos indígenas teriam sido levados ao completo extermínio, por conflitos e doenças. As grandes causas dos conflitos eram as frentes de expansão e colonização extrativas, agrícolas e pecuárias (Milanez, 2017: 47-48).

ocupados pelos povos indígenas e traçar os caminhos para a integração dessas populações, no modelo de sociedade moderna, que as ideias positivistas da época impunham. Com o discurso altruísta de integrar as populações no modelo republicano para sacá-las de seu atraso natural, e com as disposições do capítulo I sobre a proteção aos Índios, mencionavam que cabia: ao Órgão, em representação do Governo, a promoção dos meios necessários para modificar a construção de suas habitações; o subministro dos elementos ou noções para melhorar a produtividade de suas ocupações ordinárias; e o ensino das artes, ofícios e técnicas da produção agrícola e industrial (Brasil, 1910). Nesse sentido, a questão da integração dos povos indígenas de acordo com os padrões da sociedade brasileira, e o desprezo das atividades cotidianas desses povos, se fazia mais evidente.

Por outra parte, com a relação entre o SPI e a ciência, o trabalho antropológico também se permeia de um princípio de engajamento na defesa dos povos indígenas, criando uma linhagem de antropólogos que mudariam o padrão normalizado no Brasil. Segundo Milanez (2017: 47), um dos precursores dessa linha foi o “brilhante etnólogo e sertanista Curt Unkel, mais conhecido como Nimuendaju. Curt Nimuendaju, nascido em Jena (Alemanha) em 1883, cruzou o Atlântico com uma leva de migrantes e se instalou em São Paulo, antes de cumprir sua maioridade. Após uma convivência interrompida entre um grupo de guaranis, ao oeste de São Paulo, durante os anos 1905 e 1907, as relações de confiança se fortaleceram tanto, que antes de sua partida, Curt Unkel foi rebatizado numa cerimônia ritual com o nome de Nimuendaju: “o ser que cria ou faz seu próprio lar”. Segundo as informações, essa credencial abriu as portas do acolhimento e da confiança dos povos indígenas com que trabalhou toda sua vida (Correia-Filho, 1981). No tempo em que esteve em São Paulo, se interessou por integrar a equipe do Museu, porém, os posicionamentos de Hermann von Ihering, diretor do museu dessa época, o afastaram desse empreendimento¹⁵.

As informações produzidas por Nimuendaju são adequadas para contextualizar alguns assuntos, num período de transição à República, quando se mantiveram e se reproduziram muitas formas hegemônicas de domínio político, econômico e territorial da Colônia e do Império (De Figueiredo, 2013; Figueiredo, 2011). A diferença de von den Steinen e Coudreau

¹⁵ Curt Nimuendaju se distancia desta instituição, pelo grande desacordo com os postulados de seu diretor Hermann von Ihering, sobre a “incorporação dos aborígenes aos meios civilizados” e preferiu se juntar aos colaboradores do recém conformado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais-SPILTN, a partir de 1911. Von Ihering teria publicado um artigo na revista do Museu Paulista em 1907, onde planteava que os povos indígenas não representam um elemento de trabalho nem de progresso, frisando que a conversão deles no catolicismo, não teria dado resultados satisfatórios, e colocando no horizonte, o extermínio como resultado desse fracasso. Fonte: Correia-Filho (1981); IBGE (1981); Milanez (2017).

é que não precisou do acompanhamento de representantes políticos nem militares nas suas expedições, pela sua vinculação ao SPI em 1911. Ele realizou quatro expedições nas bacias dos rios Tapajós e Xingu entre os anos 1916 e 1940. Na primeira, percorre os rios Xingu, Iriri e Curuá, entre o ano 1916 e 1919, realizando levantamentos dos povos Juruna, Xipaia, Arara e Kayapó.

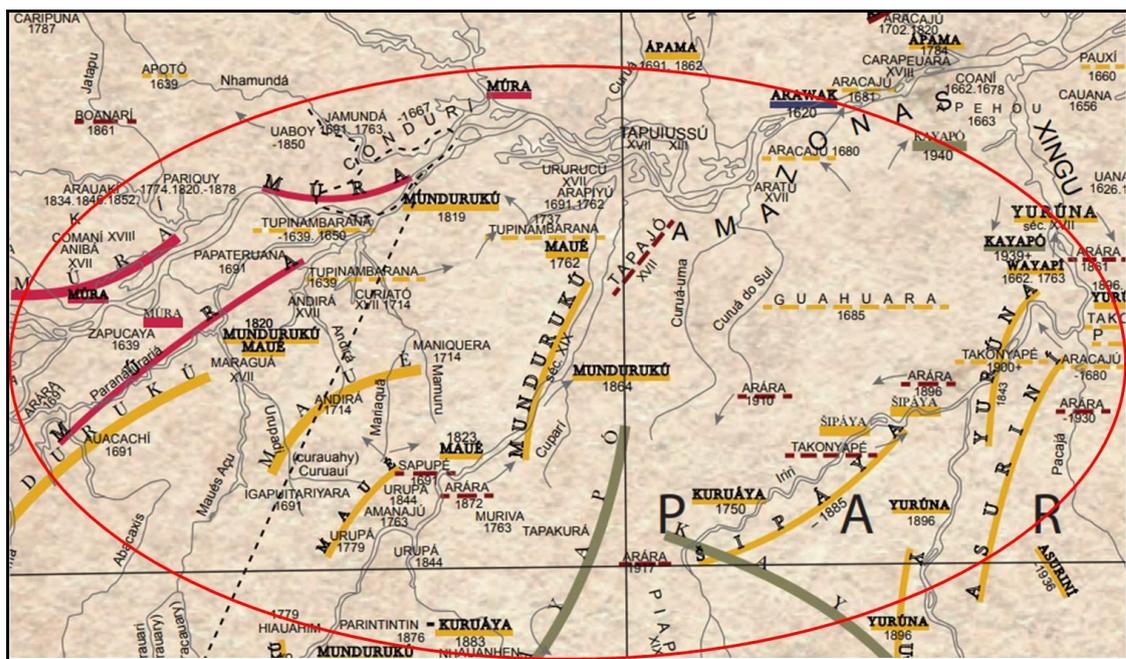
Entre 1924 e 1925, regressa à região do Tapajós e adiciona as dos rios Trombetas, Jamundá e Ceviane, para realizar uma série de escavações sobre a ocupação dos povos indígenas. Em 1928, regressa ao tapajós para continuar com as escavações, e em 1940, volta à região do Xingu e Araguaia para realizar levantamento sobre o povo Gorotire e Kayapó de Arraias (Castro Faria, 1981).

As informações sobre a sua primeira viagem ao Xingu, entre 1916 e 1919, publicadas academicamente em 1948, informaram que existiam vestígios antiquíssimos de ocupação pré-histórica; que tinham desaparecido da configuração territorial, vários povos mencionados pelos missionários desde o período político da Colônia; que existia uma nova configuração de ocupação territorial dos povos que teriam resistido os diferentes processos de penetração e imposição não indígena; e que esses povos expressavam características evidentes de suas preferências e conhecimentos tradicionais para o assentamento e uso do território, que serviam para diferenciar três grupos diferentes: povos do cerrado (Família linguística *Jê*), povos canoeiros (Família Linguística *Tupi*) e os povos de mata central, entre os que se encontravam os grupos Arara da família linguística *Karib* (Nimuendaju, 1948).

Outros elementos importantes sobre esses grupos e configuração encontrada mencionam que os povos do cerrado, principalmente os grupos Kayapó, teriam se mobilizado desde ecossistemas de savana, localizados ao sul das nascentes do rio Xingu, com menor conectividade de dossel da vegetação arbórea e topografia menos ondulada que os interflúvios da calha do Xingu. Segundo as observações de Nimuendaju (1948), a numerosidade e a disposição bélica destes grupos, também foram importantes na configuração encontrada. Nesse sentido, menciona que a aparição dos grupos Arara na região da Volta Grande do Xingu, se desdobrou de conflitos desses grupos Arara (*Karib*), com grupos Kayapó (*Jê*), que vinham migrando do sul. Em específico, de acordo com as percepções dos povos canoeiros Juruna (*Tupi*), os grupos Arara teriam chegado a Volta Grande por volta da década de 1850, procedentes de um igarapé da margem direita do Xingu, fugindo dos ataques e das intenções de ocupação dos Kayapó (Nimuendaju, 1948).

De acordo com outras informações específicas sobre os grupos Arara que chegaram na Volta Grande, os conflitos com os Kayapó seriam só o início da diáspora desse povo, na tentativa de manter uma fração de suas áreas de assentamento, habitação e abastecimento. Segundo Nimuendaju (1948). Entre 1861 e 1862, o grupo Arara consistia em 343 pessoas sem contar as crianças. Esse grupo teria se estabelecido abaixo de Volta Grande, onde mantiveram contato pacífico com seringueiros que tinham se assentado nas diferentes colocações seringueiras desde o primeiro Ciclo da Borracha (Villas Bôas, 2017a; 2017b; Weinstein, 1983). No final desse período, um conflito com os canoeiros Juruna, que resultou com balanço de mortos e feridos em ambos os povos, fez o grupo Arara abandonar a volta grande (Figura 10).

Figura 10 – Localização geográfica das populações falantes da língua Arara (Karib), segundo o mapa de Curt Nimuendaju¹⁶



Fontes: IBGE (1981); IPHAN (2023); Nimuendaju (2017); Pinto-Barbosa (1981). Editado pelo autor.

¹⁶ Mapa Etno Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, desenvolvido por Curt Nimuendaju, publicado originalmente em 1942 pelo Instituto Smithsonian, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1943, e pelo Museu Nacional em 1944. A atualização do Mapa, que adiciona o último registro do povo Arara no baixo Pacajá em 1930, foi

feita em 2017. No entanto, começa em 1981, com um trabalho organizativo conjunto, entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e a Fundação Nacional Pró-Memória, que complementa a sistematização apresentada, com contribuições do próprio Curt Nimuendaju e de outros autores no livro sobre sua obra. O referido livro teve uma nova versão em 1987, no entanto, o Mapa Etno Histórico, teve novas atualizações em 2002 e 2017.

Em 1884 o grupo estava assentado no interflúvio da margem esquerda do Xingu, a partir da foz do rio Iriri (Clauss, 1886; Coudreau, 1897), no entanto, um grupo pequeno tinha morrido, após tentar se integrar numa aldeia de outro povo indígena (Nimuendaju, 1948). Em 1894, os grupos Arara continuavam assentados na margem esquerda do rio Xingu, a jusante da foz do rio Iriri. No entanto, as informações de Nimuendaju (1948) colocam que nesse mesmo ano, uma fracção desse grupo, teria se mobilizado para o oeste, e se concentraram nas cabeceiras do igarapé Curuá do Sul, um dos formadores do rio Curuá-Uma, afluente da margem direita do Amazonas. Lá foram “cruelmente perseguidos pelos seringueiros” dos Seringais do Tapajós, porém em 1914, “ainda existia uma moradia com uma pequena clareira” nessas nascentes (Nimuendaju, 1948: 224; ver figura 10).

A fracção que continuou ocupando o interflúvio associado à margem esquerda da confluência do rio Iriri com o Xingu teve que se mobilizar de seu local de assentamento em 1897, mantendo se na margem esquerda, mas no montante do rio Iriri, acima da sua foz no Xingu, devido a conflitos com os seringueiros do Iriri, que provocaram mortes em ambos os grupos. Em adição, em 1917, tiveram conflitos similares com os seringueiros de São Francisco, comunidade que atualmente ocupa a margem direita do rio Iriri, na Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri. Já em 1918, foram avistados vestígios desse grupo na margem oeste do Rio Curuá do Iriri. Por outra parte, as informações de Nimuendaju (1948), mencionam que outro grupo Arara, de aproximadamente 30 pessoas, tinha sido registrado em 1917, trabalhando com não indígenas na margem direita do rio Pacajá.

Lá teriam sido instrumentados por esses não indígenas, para participar em correrias¹⁷ contra os Asurini, aproximadamente em 1922. A partir disso, só voltam a ser registrados na margem esquerda do baixo Pacajá, em 1930 (Nimuendaju, 1948). Isto poderia indicar uma divisão do grupo principal que foi registrado nessa região desde a década de 1850. Juntando as informações, existe a possibilidade que esse primeiro grupo, tivesse-se fragmentado em três partes: a que perdeu a língua e se integrou às comunidades da Volta Grande; a que ocupou a margem esquerda e foram contatados oficialmente, após da construção da

¹⁷ As chamadas correrias seriam expedições não indígenas, com o objetivo principal de localizar as aldeias e locais de assentamento dos grupos indígenas, que ficavam sobrepostos aos terrenos concessionados aos Seringalistas e Coronéis da Borracha, tanto no primeiro quanto no segundo ciclo. Os fins desta localização eram variados, escravização, estabelecimento de acordos de não agressão, extermínio e rapto de mulheres e crianças, entre outros. Os guias dessas expedições poderiam ser outros indígenas instrumentalizados para isto, ou conhecedores locais, mestiços ou não, que tinham adquirido esses conhecimentos através do convívio com essas populações. Fonte: Builes-Puertas (2015b; 2017); MTI-PBOT (2019); Nimuendaju (1948); Zárate (2008); Pohl (2020).

Transamazônica, e a pequena parte que continuou na margem direito do Xingu, especificamente associada à calha do Pacajá¹⁸ (ver figura 10).

Como ilustrado nos mapas apresentados nas figuras 7 e 8, outro dos processos influentes na configuração territorial atual da região do interflúvio entre as calhas dos rios Tapajós, Riozinho, Iriri e Xingu, é dado pela chegada de populações não indígenas durante os ciclos econômicos da borracha, que ocorreram nos períodos políticos do Império e da República entre décadas de 1870 e 1950. Essa chegada, como apresentado, ocasionou conflitos territoriais entre as comunidades indígenas e os seringueiros, acirrados durante o segundo ciclo, pela maior quantidade de não indígenas que se integraram como mão de obra de regiões diferentes do país. A periodização apresentada é diferente de outras regiões da Amazônia, onde se distribuem as populações naturais da seringueira (*H. brasiliensis*), porque as dificuldades para a navegabilidade dos rios Xingu e Iriri, modificaram essa periodização.

De acordo com Villas Bôas *et al.* (2017a), o primeiro ciclo teve ocorrência entre as décadas de 1870 e 1920. Nessa última década, plantações de seringueiras nas colônias europeias da Ásia, estabelecidas com sementes contrabandeadas do Brasil, começaram a produzir látex, e concorreram com a produção da Amazônia que gerava mais custos e menor produção, devido a sua distribuição natural dispersa, nas condições das terras baixas da Amazônia. Isto, ao igual que a abolição da escravidão, gerou a ruína e a saída do negócio de vários patrões e coronéis (Coudreau, 1897), deixando as famílias dos seringueiros isolados e com poucas opções econômicas para a subsistência, naqueles territórios ocupados. Apesar de quase meio século de duração, uma menor quantidade de pessoas se mobilizou para se integrar aos trabalhos de exploração, se comparados com os mobilizados na colonização de segundo ciclo.

O segundo ciclo começa na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, quando os países aliados perdem o controle da produção das plantações estabelecidas na Ásia, depois da invasão japonesa. De novo, os seringais distribuídos de forma natural na Amazônia, ganharam interesse para suprir as necessidades de abastecimento desta importante matéria-prima. Um processo de colonização industrial, icônico deste ciclo econômico, foi o projeto agroindustrial, “Fordlândia”, chamado assim por seu principal representante econômico, o empresário estadunidense Henry Ford, pioneiro da indústria automobilística desse país (Vilas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b).

¹⁸ Revisando com detalhe a figura 10, é muito possível que se refira ao Rio Bacajá, afluente do Xingu, com sua foz na margem direita da Volta Grande, como se apresenta no mapa dessa figura.

O projeto teve vigência entre 1910 e 1945 e consistia na criação de um distrito industrial baseado na plantação de seringueiras (*H. brasiliensis*), tentando reproduzir o modelo implantado pelos britânicos nas suas colônias tropicais da Indonésia. Esse fato é de relevância por várias questões. Primeiro, porque as plantações de seringueiras de forma agregada, ao invés que dispersa, como ocorria de forma natural, favoreceu o ataque de pragas e patógenos, que mataram as plantações e as intenções de industrialização e desenvolvimento econômico por essa via. Segundo, porque para o estabelecimento da vila industrial se escolheram locais especialmente férteis da margem direita do Rio Tapajós antes de sua foz no rio Amazonas. Esses terrenos eram ricos em “terras pretas”, consideradas pelos expertos, indicadores de antigos assentamentos indígenas, como os já descritos na região por Nimuendaju (1948) e em outros estudos posteriores (Heckenberger, 2003; Balée *et al.*, 2022). Terceiro, porque aproximadamente 1.112 hectares foram derrubadas para estabelecimento da vila e das plantações, e quarto, porque essa área deu origem ao atual município de Belterra (IBGE, 2023).

Outras questões sociais também resultam importantes. Segundo as informações de Villas Bôas *et al.* (2017a; 2017b), a remuneração pelo trabalho nas plantações da Fordlândia era em moeda e não por aviamento, como ocorria nos seringais controlados pelos grandes seringalistas e coronéis da borracha, nas calhas do Tapajós, Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio. Isso também trouxe mais elementos de contexto. Por uma parte, ao se espalhar a notícia, muitos dos seringueiros que trabalhavam nos Seringais fugiram de suas colocações e tentaram alcançar as plantações da vila industrial, para sair da exploração a que eram submetidos pelo sistema de aviamento. No entanto, os encarregados do funcionamento dos seringais, capatazes e capangas, mantinham um estrito controle da navegação por essas calhas e não permitiam ninguém sair sem pagar a conta da dívida. Até o sistema de trilhas e caminhos que comunicavam os principais barracões de produção e armazenamento da produção era vigiado para evitar que as pessoas fugissem por terra também.

Alguns desses locais estratégicos pelos quais pessoas conseguiram fugir foram também controlados, e batizados localmente como “paga-contas”, porque ninguém podia sair sem saldar suas contas. Sem dúvidas essa imposição territorial, que além exercia um controle para a mobilidade nos rios e outros locais estratégicos da terra firme, também deve ter sido imposto para os grupos indígenas, restringindo seu assentamento e habitação, às áreas mais afastadas das nascentes dos rios e igarapés. Outros processos de colonização dirigida e espontânea, diferentes a este tipo de colonização de mão de obra do sistema econômico da

exploração dos ciclos da borracha também têm seus impactos para a configuração territorial atual, nas calhas e nos interflúvios desses rios.

De acordo com as informações de Vilas Boas *et al.* (2017a), centenas de milhares de nordestinos foram deslocados para trabalhar nas concessões territoriais onde se instalaram os Seringais que uma vez em posse, continuavam em expansão. Essa mão de obra estava constituída por pessoas naturais de estados como: Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, onde as condições geográficas e ecológicas eram muito diferentes das encontradas nestas terras baixas. No entanto, pelo fato de o sistema econômico de exploração da borracha ter se reproduzido, pelos quase 80 anos que duraram os dois ciclos da borracha, impus um grande desafio às pessoas e as famílias de seringueiros que se consolidaram, para se adaptar, entender as características do território, do clima, dos rios e da produtividade das espécies biológicas, para construir as suas estratégias de uso para a alimentação e sobrevivência física e cultural (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b).

Segundo Villas Bôas *et al.* (2017), esse desafio para os recém-chegados só poderia ser possível pela integração dos conhecimentos dos povos indígenas. Isto não é novo, se levado em conta que os chamados práticos, no sistema econômico da exploração das drogas do sertão na Colônia e no Império, já tinham usado os conhecimentos aprendidos dos povos indígenas, para a navegação e as negociações nas expedições desses empreendimentos (Pompeu, 2023). Também não estranha, levando em conta, a ocupação pré-histórica do território (Carneiro da Cunha, 2002, Urban, 2002); a centenária formação de complexas sociedades do Alto Xingu (Franchetto, 2011; Heckenberger, 2011) e à especialização no uso do território por esses povos na região (Nimuendaju, 1948).

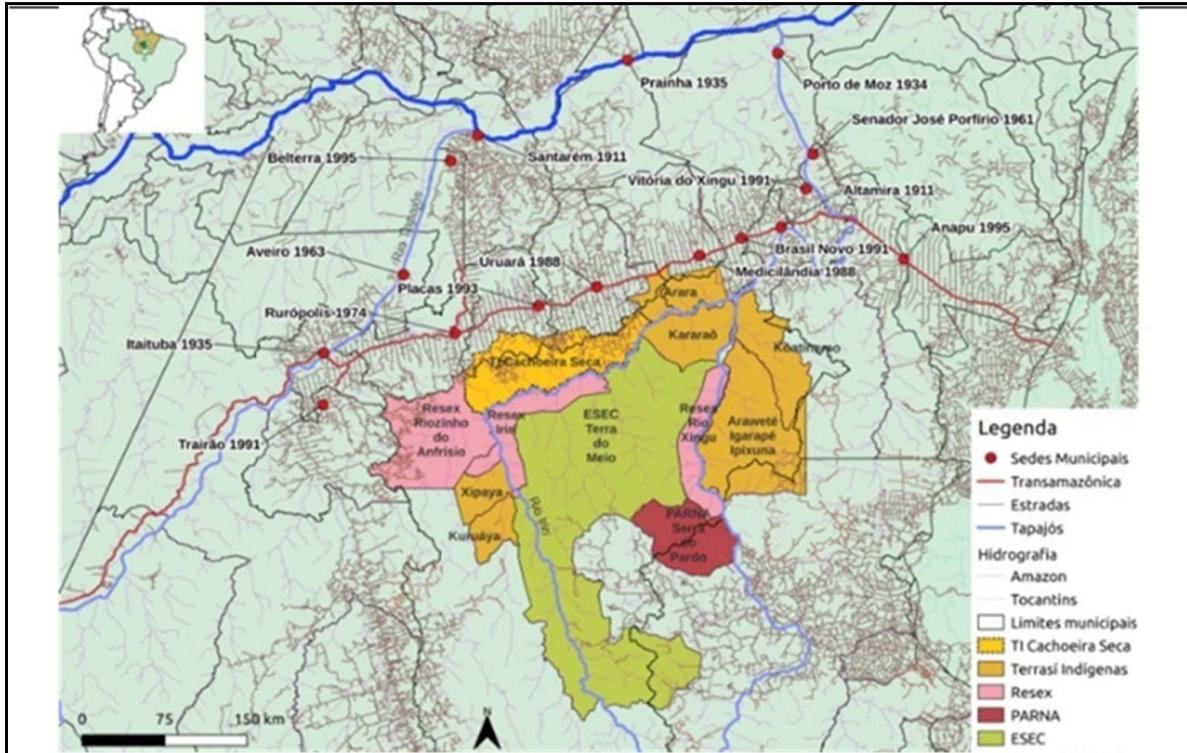
Os outros processos de colonização dirigida e espontânea que afetaram a configuração territorial nesta região estão associados às sedes de controle territorial e administrativo, criadas durante os períodos políticos da Colônia e do Império. Estas sedes, foram-se transformando de capitânicas em províncias e de províncias em estados, ao igual que as unidades menores de sesmarias e outras concessões territoriais como as missões, as plantações e outros grandes Seringais, em vilas, povoados e freguesias, que deram origem aos atuais municípios. Dentre esses, alguns dos que tiveram origem em assentamentos indígenas como: Santarém, Aveiro, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Altamira e Vitória do Xingu. Outros, como Belterra, Uruará, Souzel, Medicilândia, Placas e Trairão, foram criados por desmembramento dos já existentes.

Os atuais municípios de Porto de Moz e Senador Porfírio, foram fundados a partir de assentamentos indígenas ocupados por missionários capuchinhos (Maturu) e jesuítas (Aricara) respectivamente, em 1639 (Colônia). O primeiro ascendeu à categoria de vila em 1758 (Império) e posteriormente foi elevado à categoria de município em 1890 (Velha República) e ratificado nessa categoria em 1934 (República). Quanto ao município de Senador Porfírio sua elevação à categoria de município só é alcançada em 1961 (República), contudo jogou um papel muito importante como assentamento não indígena, durante os ciclos da borracha, junto com os atuais municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Nesse sentido, esses três municípios são icônicos nesta dinâmica de transformação das figuras administrativas de controle, porque incluem os empreendimentos particulares, deixando ver a ligação público-privada, para contribuir e reproduzir a hegemonia e o domínio territorial.

Altamira tem sua origem num assentamento indígena tomado pelos aldeamentos missionários, desde 1750 até sua expulsão em 1759 (Colônia). Posteriormente é ocupado pelo empreendedor particular Coronel Gayoso em 1883 (Império), e toma o nome de Forte Ambé. Desde esse posicionamento estratégico controlou o estoque e rota de extração da borracha, junto com o Barracão Vitória, atual município de Vitória do Xingu (1992), tomado também pelos particulares, após a expulsão dos capuchinhos. No entanto, após a abolição da escravidão, vendeu suas propriedades ao político José Porfírio de Miranda Júnior, que estendeu seu domínio até as antigas missões de Aricara, onde estabeleceu outro barracão, desde o qual, controlou totalmente a produção da borracha do Xingu e os seus afluentes, como o Orlândia Iriri e o Pacajá, além do transporte pela Volta Grande do Xingu, onde estavam assentados os povos indígenas como os Juruna, e os grupos Arara (Coudreau, 1896; Clauss, 1886; Nimuendaju, 1948).

Aveiro e Itaituba mantêm essas semelhanças. No caso, Aveiro tem suas origens num assentamento indígena das margens do rio Tapajós, caracterizado pela sua produtividade e organização. Esse sítio foi tomado e nomeado como freguesia N. Senhora da Conceição de Aveiro até ser elevado à categoria de Vila Nossa Senhora da Conceição de Aveiro em 1781 (Colônia), e ratificado como município em 1963 (República). Quanto a Itaituba, também tem origem em assentamentos indígenas da margem direita da calha do Tapajós. Esses assentamentos foram tomados e instalados neles, centros de exploração e comércio das drogas do sertão exploradas nessa região durante os períodos da Colônia e do Império, até ser elevado à categoria de município em 1935 e ratificado em 1995 durante a República (Figura11).

Figura 11 – Mapa da configuração territorial desde o início do período da República em 1889 até a atualidade



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fonte:** Base cartográfica ISA; IBGE (2023). SIRGAS 2000

Tem mais um atual município importante neste controle territorial estratégico. Prainha foi elevado à categoria de freguesia em 1758, para o controle estratégico de terras, em ambas as margens do rio Amazonas. Logo em 1881 é elevado à categoria de Município, ratificada em 1935. Posteriormente, em 1988, seu território da margem direita do Amazonas foi desmembrado para criar dois dos municípios associados aos Planos de Integração Nacional (PIN) e a construção da Transamazônica BR-230: Uruará e Medicilândia. No mesmo caso se encontram outros Municípios atuais como: Rurópolis (1974); Brasil Novo e Trairão (1991); Placas (1993); e Anapu e Belterra (1995).

3 “AS VOZES DAS DIÁSPORAS”. ELEMENTOS DA MOBILIDADE, REDUÇÕES DO TERRITÓRIO E RECRIAÇÃO DOS ELEMENTOS DA MEMÓRIA COLETIVA SOBRE O CONTATO COM OS *KAREI* (NÃO INDÍGENAS)

As últimas observações de Nimuendaju (1948) sobre os grupos Arara (*Karib*), se apresenta um panorama geral, que mudou, de relações amistosas e de convívio com os não indígenas que tinham colonizado os locais de importância para a exploração da borracha na calha do Xingu, durante o primeiro ciclo, para uma outra situação desfavorável, na que foram perseguidos e obrigados a se deslocar de um local para outro, e realizar consecutivas divisões em grupos e subgrupos, antes do começo do segundo ciclo em 1940. Em seguida, foram considerados praticamente extintos e pouco mais se soube deles, até a década de 1960.

Nesta década, vários conflitos que envolviam a presença de integrantes dos grupos Arara, deixam saber que ainda resistiam, assentados em algum lugar da região. Outros conflitos especialmente acirrados e frequentes em locais específicos do traçado da Transamazônica BR-230 ofereceram maiores informações sobre os sítios de concentração dos remanescentes dos grupos Arara, sobreviventes aos conflitos e correrias dos ciclos econômicos anteriores (Coudreau, 1896; Nimundaju, 1948). Isto, deixa uma lacuna temporal entre as décadas de 1940 e 1960, na que não se conhecem informações oficiais sobre a localização e as áreas de habitação dos grupos Arara.

Por outro lado, a construção da Transamazônica BR-230 e de outras rodovias, estava ancorada como principal eixo de articulação das políticas expansionistas e desenvolvimentistas do período político da ditadura militar da década de 1960 (Milanez, 2015). De acordo com as informações de Milanez (2015), em 1966, é iniciada a Operação Amazônia e criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para financiamento e empréstimo aos empreendimentos agropecuários.

Anos depois, com a instituição do Plano de Integração Nacional (PIN) pelo decreto-lei 1106 de 1970, se projeta a construção de quatro estradas principais: a mencionada BR-230; a estrada Cuiabá-Santarém BR-163; a Perimetral Norte BR-210; e a estrada Manaus-Porto Velho BR-319, entre muitas outras. Também, se dispõe que a terras públicas estaduais no eixo das rodovias, seria federalizado numa faixa de terra de até cem (100) quilômetros em ambas as margens, para desenvolver as operações fundiárias e logísticas estratégicas para o PIN, como a abertura do sistema de travessões de comunicação e a implementação dos programas de colonização oficiais e particulares.

Todas essas iniciativas oficiais, enquadradas no ideário da Amazônia como um espaço deserto, um território vazio para ser incorporado e tomado pela civilização (Milanez, 2015: 66). Os programas de colonização foram justificados oficialmente, por estarem dirigidos a atender as necessidades das populações pobres do Nordeste, afetadas pela extrema seca. Contudo, a estratégia geopolítica completa para o controle territorial deste período político veio “casada” com a perspectiva da expansão capitalista e acumulação de capital (Milanez, 2015: 66).

Segundo Milanez (2015), “a maior diáspora da humanidade” teria sido iniciada por pessoas e famílias que somaram cerca de meio milhão de novos colonos na Amazônia. Estes foram usados como mão de obra para desbravar a terra e para os empreendimentos privados das grandes propriedades rurais e das incipientes economias urbanas. Essas políticas também abririam as portas para destinar novas áreas ao mercado de terras e a grilagem ilegal das mesmas (Milanez, 2015; Torres *et al.*, 2017).

Nesse sentido, para escutar as vozes dessas diásporas, este capítulo se estrutura em duas seções. Na primeira, “Das vozes silenciadas ao esquarteramento do território” se retomam as informações de Nimuendaju (1948), para reconstruir as possíveis rotas da diáspora dos grupos do povo Arara (*Karib*), localizando as informações qualitativas em cartografia convencional de base. Depois se apresentam os detalhes da imposição hegemônica dos planos de colonização e desenvolvimento do período político da ditadura militar da década de 1960.

Logo se discorre sobre as informações do “choque de trens” entre o INCRA e a Frente de Atração Arara (FAA) da Funai, na disputa por um mesmo território destinado a duas lógicas diferentes. Complementa-se com detalhes das contínuas contestações à declaração dos limites da TI Cachoeira Seca, pelos interesses econômicos e políticos associados aos municípios do traçado da Transamazônica BR-230 e se conclui com os elementos da demarcação e homologação desta TI e criação do mosaico de Áreas Protegidas (APs) conhecido como a Terra do Meio, para conter o avanço do desmatamento e a grilagem de terras no baixo e médio Xingu.

Na segunda seção, “As vozes dos *ogorogmó* resistindo no território”, se apresentam as informações de várias pesquisas que se produziram após o contato oficial com a FAA e se detalham os elementos da estratégia do contato oficial com a recriação das informações da memória coletiva, para analisar as perdas territoriais, devidas à construção da Transamazônica-BR 230, a prolongação do travessão 185 e a colonização. Após se priorizam

os elementos da memória coletiva e as percepções sobre os *karei* (não indígenas) no período aproximado entre a década de 1940 e 1980, que incluem os contatos com populações de seringueiros da beira do rio Iriri e com as levas de colonização associadas ao PIN e ao traçado da Transamazônica. Se conclui a seção, com as representações da mobilidade do grupo da TI Cachoeira Seca desde sua separação dos grupos das nascentes do Jarauçu e Penetecal, até a atualidade.

3.1 “Das vozes silenciadas ao cercamento do território pelo PIN e a Transamazônica”. Detalhes da mobilidade até o contato oficial e a homologação da TI Cachoeira Seca

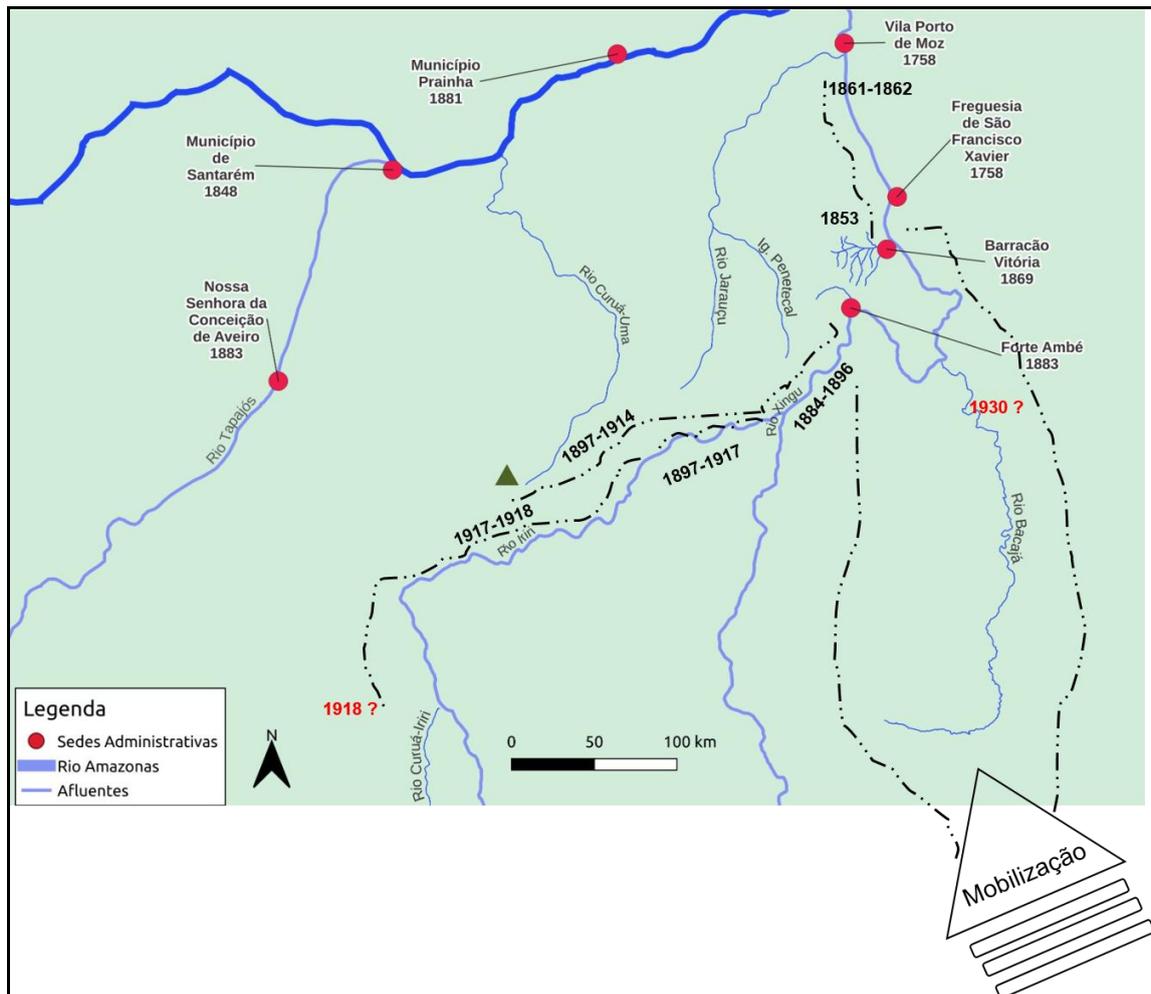
Recolhendo as informações de Nimuendaju (1946), as primeiras informações sobre os grupos Arara, na região da Volta Grande são aportadas pelos grupos Juruna, que detalham a chegada desses grupos Arara, provenientes de um igarapé afluente no montante do Xingu, de onde teriam se deslocado pelas pressões dos grupos Kayapó. O tamanho do grupo registrado foi de aproximadamente 300 pessoas. Após sua chegada à região, os registros oficiais, mencionam que em 1853, os grupos já teriam chegado abaixo da Volta Grande, evitando os conflitos com os grupos Juruna, desde onde teriam cruzado para a margem esquerda e convivido por algum tempo entre seringueiros que já ocupavam as diferentes colocações e barracões dos Seringais (Clauss, 1886; Coudreau, 1896).

Após isso, em 1861, já teriam alcançado outras localidades dos seringais da margem esquerda abaixo da Volta Grande, e permaneceram lá até 1862, quando abandonaram esses locais, por conflitos. Em 1884 os grupos são registrados ocupando os territórios mais acima, entre a foz do Rios Ambé e a foz do Rio Iriri (ver figura 8; Clauss, 1886) e em 1896, vários elementos topográficos referenciados, fazem menção das possíveis áreas de habitação e conexão, entre locais de ambas as margens do Xingu, e da margem esquerda do Rio Iriri (ver figura 9; Coudreau, 1896). Depois, em 1897, o grupo da margem esquerda teria tido uma divisão interna, e abandonado os locais de assentamento abaixo da foz do Iriri, por conflitos com os não indígenas dos barracos e colocações seringalistas.

Ambos grupos resistiram as correrias, os ataques, e os conflitos até que as últimas informações sobre os grupos da margem esquerda, só consistiram do registro de clareiras e outros vestígios de sua ocupação nas nascentes do Curuá-Uma, em 1914; do registro dos vestígios de seus acampamentos temporais, na margem esquerda do Curuá do Iriri, em 1917; e do registro em 1930, de outro grupo Arara, resistindo na calha do rio Bacajá, afluente da margem direita do Xingu (ver figura 9 e rodapé 19; Nimuendaju, 1948). Isto pode sugerir uma

anterior divisão, dos grupos que cruzaram à margem esquerda. Também, que tenham tido outros grupos e subgrupos que continuaram suas diásporas na margem direita. Numa tentativa de reconstrução dessa mobilidade se sistematizam os dados qualitativos apresentados, e se localizam no território, aproveitando as informações do mapa sobre a configuração territorial das sedes administrativas e de controle territorial dos períodos políticos da Colônia e do Império (Figura 12).

Figura 12 – Mapa temático sobre a mobilidade, a habitação e a diáspora dos grupos do povo Arara após seu registro nos relatórios oficiais do período político do Império na Região da Volta Grande, em 1853



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fontes:** Clauss (1886); Coudreau (1897); Nimuendaju (1948). Editado pelo autor.

Analisando as informações e colocando em contexto a localização dos não indígenas, neste caso, todos os pontos relacionados com a economia de exploração das “drogas do sertão” e do primeiro ciclo da borracha (*H. brasiliensis*), e a localização de vários dos elementos da hidrografia maiormente mencionados como os rios Iriri, Bacajá, Jarauçu e Penetecal afluentes do Xingu; o Curuá-Uma, afluente do Amazonas e o Curuá-Iriri, afluente

do Iriri. De acordo com as informações dos Juruna, os grupos Arara procedentes do montante do Xingu, já perambulavam pela volta grande, muito antes do registro oficial nos relatórios do Império, em 1853.

Levando em conta isso, e considerando a posição do rio Bacajá e os registros dos viajantes, von den Steinen e Coudreau, se apresentam duas possíveis rotas para a chegada dos grupos na região da Volta Grande. A primeira, acompanhando a margem direita do rio Bacajá, seria a forma mais direta de chegar a Volta Grande, evitando o cruze deste rio, para alcançar os locais mais abaixo da Volta Grande entre 1853 e 1862, como mencionam as informações de Nimuendaju (1948).

A outra rota apresentada, acompanhando a margem esquerda do rio Bacajá, também oferece a possibilidade de alcançar a região próxima da Volta Grande, e se fundamenta principalmente nas informações de Coudreau (1896) que registra uma série de elementos geográficos e locais, que se referenciam com nomes alusivos aos Arara, em ambas as margens do rio Xingu, no trecho entre a foz do Rio Iriri e a foz do igarapé Ambé. Dez (10) anos antes, os mapas da viagem de von den Steinen, também teriam relacionado as populações dos grupos Arara, neste trecho (ver figura 8; Clauss, 1886). As duas possibilidades propostas, não necessariamente, teriam que ser excludentes. De acordo com os padrões de mobilidade e dispersão dos povos indígenas, e as informações sobre a organização social dos Arara em grupos e subgrupos que se concentra e dispersam sazonalmente (Teixeira-Pinto, 1997), se considera muito possível que fossem duas rotas concomitantes.

Por outra parte, também é muito possível que os grupos Arara que chegaram na Volta Grande, não só estivessem fugindo das pressões dos Kayapó, mais também conseguindo aliados para enfrentá-los e combatê-los. Talvez por isso, as relações iniciais com os não indígenas que encontraram na Volta Grande, foram pacíficas e de convivência. De fato, essas alianças com os não indígenas, foram registradas por Nimuendaju (1948: 224), para o grupo que ficou associado à margem do rio Bacajá, onde trabalharam com seringueiros e foram instrumentalizados para colaborar em correrias contra outros grupos indígenas. No entanto, as informações também deixam ver que, quanto aos grupos que cruzaram para a margem esquerda do Xingu em 1853, e os que alcançaram a margem esquerda do rio Iriri, acima de sua foz no Xingu, desde 1897, essas relações de aliança política ou territorial, foram todas falidas (ver figura 12).

Dois elementos importantes, relacionados com as formas de uso do território e a biodiversidade, servem para complementar esta análise sobre a diáspora e a mobilidade dos

grupos Arara (*Karib*) da calha do Xingu. Por uma parte, as questões culturais descritas por Teixeira-Pinto (1997) após o contato, e por outra, as questões da configuração territorial, colocadas por Nimuendaju (1948) antes de serem considerados quase extintos. De acordo com as informações de Teixeira-Pinto (1997), os Arara (*Karib*), se dispersavam em grupos e subgrupos, como forma cultural para resolver os conflitos internos e como estratégia para a distribuição das áreas produtivas, também dispersas no território.

Os grupos e subgrupos eram unidades autônomas que estabeleciam os seus roçados comunitários em locais nas proximidades das áreas de assentamento e se abasteciam nos locais, onde estivesse acontecendo a produtividade da biodiversidade. Os grupos e subgrupos não perdiam o contato entre eles, porque teciam redes de cooperação e alianças matrimoniais, além que tinham uma prática cultural, que favorecia a concentração dos grupos, principalmente no período sazonal do verão amazônico ou “seca”, como se conhece localmente. Nesse período, os grupos e subgrupos realizavam o intercâmbio cultural de *ekuru* ou “sustância vital”, que todos os seres precisam para a alimentação e sobrevivência.

O intercâmbio cultural de *ekuru* se efetivava quando os grupos e subgrupos visitantes, entregavam os volumes de caça por eles obtidos, e recebiam dos grupos anfitriões, os volumes da produção de bebida fermentada obtida da produção de seus roçados. Posteriormente, com o início do período do inverno, ou das chuvas, como se conhece localmente, os grupos visitantes retornavam aos seus locais de assentamento, onde tinham seus próprios roçados e áreas de uso. Isto pode indicar que o grupo de 300 adultos registrado entre 1853 e 1862, já tivesse sofrido divisões internas e tomando rotas diferentes. Isto pode explicar que alguns grupos tivessem usado a rota da margem esquerda do rio Bacajá, e outros a margem direita. Além que, os grupos que continuaram pela margem direita do Bacajá, também poderiam ter se fragmentando, ficando uns associados aos não indígenas da calha desse rio e os outros continuaram até alcançar a margem esquerda do rio Xingu, abaixo da Volta Grande. Em adição, os grupos que cruzaram à margem esquerda do Xingu, também mostraram esta tendência.

Nesse sentido, os grupos que se estabeleceram entre a foz do Iriri e a foz do igarapé Ambé, teriam se dividido em 1897, uns, indo em direção das nascentes do igarapé Curuá-Una, onde foram registrados até 1914, e os outros, teriam continuado resistindo aos conflitos, na margem esquerda do rio Iriri, até seu último registro na margem esquerda do igarapé Curuá-Iriri até 1918. No entanto, fica uma lacuna sobre a mobilidade dos grupos da margem esquerda do Xingu, que desceram da região da Volta Grande, aos locais ocupados por

seringueiros, no período entre 1861 e 1862, quando desapareceram pelos conflitos (Nimuendaju, 1948: 224). É neste ponto, onde se considera útil, o outro elemento sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, mencionadas por Nimuendaju (1948). Segundo Nimuendaju (1848: 213), os grupos Arara (*Karib*), tinham preferências pelas áreas dos interflúvios de terra firme, ou como ele define textualmente “tribes of the central virgin forest”. Nessa mesma categoria, considerava aos Curuaia, Asurini, e Tacunyape, os extintos em sucessivos ataques militares durante os períodos políticos da Colônia e do Império (Chambouleyron, 2008).

Isto pode explicar a divisão de 1897, quando uns grupos buscaram as nascentes do Curuá-Una, localizadas no interflúvio, onde teriam um maior domínio do território e de vez, evitariam os conflitos com os não indígenas da margem do rio Iriri. Também que os grupos que mantiveram resistindo na margem esquerda do Iriri, desde essa data, se mobilizaram na direção do interflúvio da margem esquerda do igarapé Curuá-Iriri, em 1917. Devido isso, o autor, considerou que os grupos estavam quase extintos, levando a mesma sorte que os Tacunyape no passado. No entanto, hoje se sabe que eles tinham continuado resistindo, sobrevivendo e reproduzindo suas formas culturais, nas nascentes dos igarapés Jarauçu e Penetecal.

Segundo esta análise, existe a possibilidade de que o assentamento nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, tivesse sido feito pelos grupos que mantiveram abaixo da Volta Grande até 1862, para evitar definitivamente o contato e os conflitos com os não indígenas da margem do Xingu, por isso não voltaram a ser registrados. Outra possibilidade é que os remanescentes dos grupos das nascentes do Curuá-Uma, e/ou, os da margem esquerda de Curuá-Iriri, tivessem recorrido à mesma estratégia, se refugiando nesses locais do interflúvio e evitando definitivamente o contato e os conflitos. Também cabe a possibilidade, que tivessem ocorrido ambas as possibilidades (ver figura 12). A partir disso, os grupos Arara, só voltaram a ser registrados na década de 1960, quando o governo político da ditadura militar dava continuidade aos projetos desenvolvimentistas oficiais, e executava os seus próprios, entre eles o PIN (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Santos, 2017; Tonacci, 1980).

O PIN teria boa parte de suas ações no imenso interflúvio delimitado pelos rios: Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu. O forte componente de construção de infraestrutura para a comunicação e geração elétrica, do PIN, estava justificado com atendimento das necessidades das comunidades beneficiárias dos programas de colonização oficiais e particulares. Segundo as informações de Villas Bôas *et al.* (2017b: 280), o PIN lançado em 1970 pela ditadura

militar, previa a construção imediata das rodovias: Transamazônica BR-230 e a Cuiabá-Santarém BR-163, e de Usinas Hidroelétricas (UHE). Na Terra do Meio, a Transamazônica BR-230 foi o principal eixo de penetração e avanço das frentes de expansão agropecuária, de exploração da biodiversidade e de colonização nessa década. Se estimava que os Projetos Integrados de Colonização (PICs), localizados em ambas as margens do traçado da Transamazônica, albergariam mais de 10.000 famílias de colonos (Villas Bôas *et al.*, 2017b: 281).

Segundo as informações, a ditadura militar, tinha previsto a promoção da colonização desse interflúvio, a partir de programas públicos e particulares. De acordo com Villas Bôas *et al.*, (2017b: 281), o Estado se comprometia com assistência técnica, crédito agrícola, saúde, educação e acesso a outras políticas públicas, relacionadas com a implantação de infraestrutura básica. Os programas públicos teriam a finalidade de estabelecer agrovilas, que gradualmente se foram transformando em novos municípios. Por outra parte, os programas particulares, seriam dirigidos à implantação de outros sistemas econômicos, entre os que se incluíam as atividades pecuárias e a monocultura. Ambas as iniciativas, contavam com outras atividades de exploração extrativa, devido às necessidades de retirada da vegetação natural para a execução das obras. Essas atividades de exploração extrativa também significaram uma entrada adicional para o sustento das necessidades alimentícias e econômicas dos colonos e trabalhadores (Milanez, 2015; Santos, 2017).

Isto é lógico, levando em conta que esses programas de colonização, teriam seu eixo articulador na construção de infraestrutura de comunicação composta de estradas e rodovias, que por sua vez, estariam conectadas a um sistema de travessões, para permitir a ocupação das áreas adjacentes ao traçado. A abertura e ocupação, também permitiria o acesso aos recursos da biodiversidade, fáceis de integrar no sistema econômico extrativo, mesmo que também úteis para a alimentação. De acordo com Milanez (2017), milhares de quilômetros quadrados teriam sido desmatados e substituídos por pastagens para a atividade pecuária até a década de 2010. Esse desmatamento da abertura, também nutria outra das eternas atividades de exploração, a madeireira.

De acordo com as informações, nas redondezas do traçado, tinha muita presença de madeireiros, devido à sua importância como atividade econômica extrativista principal, que para as comunidades locais, representava a forma de sustento econômico, sucedia ao ciclo da borracha e a exploração de peles, mas para outros, representava a melhor forma de enriquecimento e apropriação ilegal de terras públicas (Torres *et al.*, 2017). Quanto às

intenções oficiais, outras economias de exploração extrativa, como a dos minerais e o petróleo, também estavam na perspectiva (Milanez, 2015).

De acordo com as informações de Santos (2017), tanto a colonização pública, quanto a colonização particular contempladas no PIN, já tinham sido definidas e regulamentadas no estatuto da terra em 1964. O estatuto regulava os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (Brasil, 1964), mas, segundo as informações, foi direcionada para garantir a hegemonia e o controle das terras da União, pelo seu resultado na reprodução do modelo de grandes propriedades rurais para as atividades agropecuárias; dos empreendimentos privados com mão de obra articulada como programa de colonização particular; e da especulação do mercado de terras, que rapidamente se articulou com a grilagem (Torres *et al.*, 2017). A Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. (Cotrijuí) era uma das cooperativas industriais que iria participar do PIN associado à construção da Transamazônica e seus de travessões (Milanez, 2015; Santos, 2017).

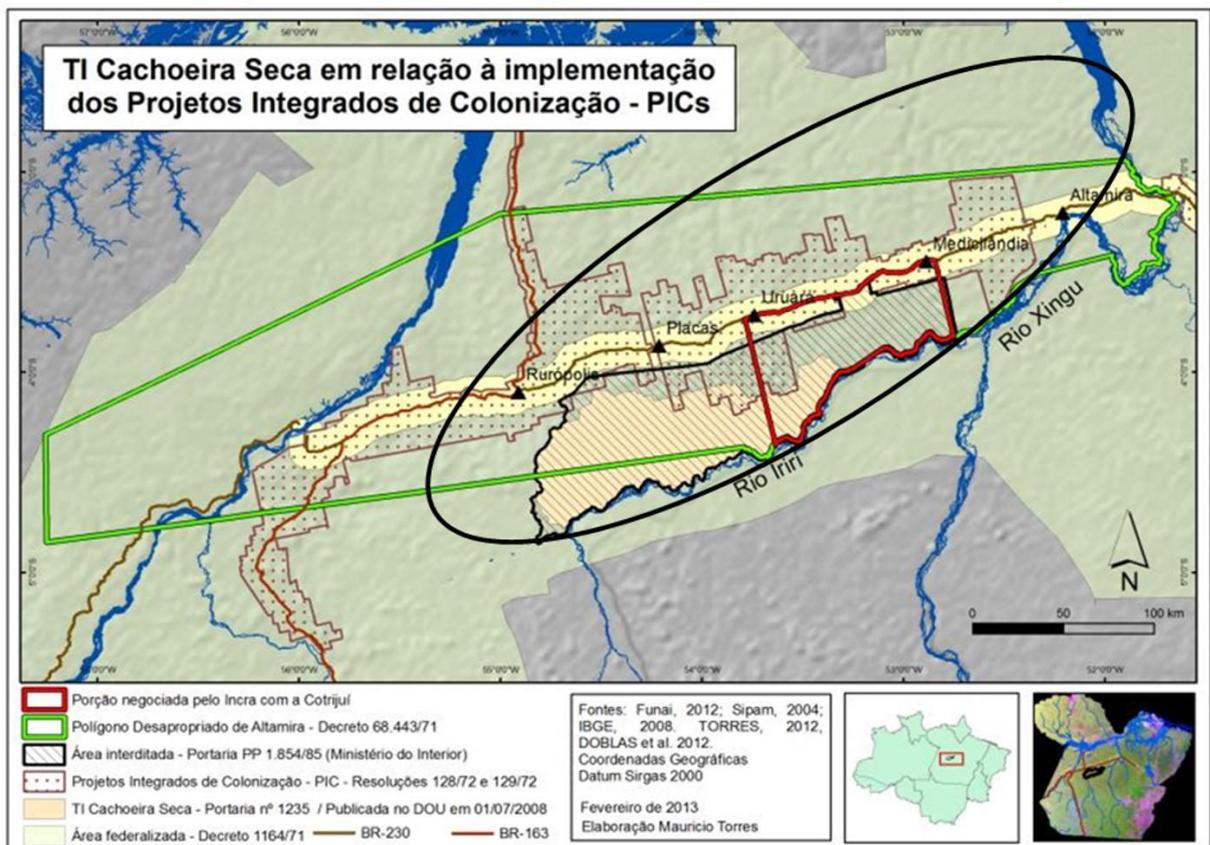
Os estudos e levantamentos para a construção do traçado da Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões¹⁹, interconectados perpendicularmente ao traçado principal, e se internando até por 20 km em ambas as margens do mesmo, começaram na década de 1960. Contudo, a colonização oficial das áreas abertas, começou a ser efetivada desde 1970, instalando levas colonizadoras de várias partes do país, mas com o enfoque político de atender as necessidades sociais da seca nordestina (Milanez, 2015). Por outra parte, a colonização particular começaria a partir de 1974. De acordo com as previsões, definições e legislações (Brasil, 1964), a modalidade particular devia ser executada por uma firma de colonização que promoveria o aproveitamento da terra no modelo de “empresa particular”, e em adição, receberia estímulos como: terras disponíveis e financiamento ao longo prazo; obra e recursos de infraestrutura; seleção e capacitação de agricultores; apoio a pedidos de financiamento dos seus projetos, etc. Segundo essas disposições, a finalidade colonização particular era completar e ampliar a ação estatal na política de acesso facilitado à propriedade rural (Brasil, 1964; Santos, 2017).

Neste marco, e depois da emissão das instruções especiais do INCRA em 1976, onde se estabeleciam os critérios para a alienação de terras da União e dos municípios para atender as empresas particulares de colonização, e se definira a participação de cooperativas

¹⁹ O sistema de travessões contemplava a abertura de ramais perpendiculares a cada 5 km, com uma longitude entre 15 e 20 km, distribuídos em “espinha de peixe”. Fonte: Milanez (2015); Monteiro (2020).

agropecuárias nos programas de colonização da Amazônia, que a Cotrijuí, uma cooperativa de pequenos agricultores da região sul de brasileira, recebe 400 mil hectares do polígono desapropriado de Altamira (PDA), em 1977, para a implantação de um projeto de colonização particular voltado para 2 mil famílias, numa área compreendida entre a Transamazônica e o rio Iriri (Santos, 2017). Essa evidente sobreposição de áreas, explica a expressão de Santos (2017) “a atuação do Estado gestou o cenário conflitante”, para se referir aos impactos sociais de esta sobreposição (Figura 13).

Figura 13 – Mapa temático sobre o esquiteamento do território tradicional de habitação dos grupos do povo Arara, pelos projetos de desenvolvimento e colonização do período político da ditadura militar da década de 1960



Fonte: Santos (2017). **Fontes Históricas:** Clauss (1886); Coudreau (1896); Nimuendaju (1948). Editado pelo autor.

Em detalhe, o polígono desapropriado do município de Altamira para efetivar as concessões territoriais, indicado dentro da linha verde. Dentro desse polígono, as áreas destinadas para a construção do traçado da Transamazônica BR-230 e seu sistema de travessões na cor creme, os polígonos para a instalação dos Projetos Integrados de Colonização (PICs), nas áreas ponteadas, e o polígono territorial para a colonização particular concedido à Cotrijuí, dentro da linha vermelha. Também, o polígono da área interditada para a

atração e contato dos grupos Arara pela FAA, identificado com a linha azul escura, evidenciando a sobreposição de áreas com fins opostos (Santos, 2017). Em adição, se apresenta uma estimacão da área de habitacão dos grupos Arara, baseado nas informacões históricas (Clauss, 1886; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948), indicada com a linha negra exterior, para visualizar o esartejamento do território dos grupos Arara, pelos interesses econômicos e políticos.

Em particular, a área concedida à Cotrijuí foi oficializada mediante contrato com o INCRA, assinado no dia 17 de março de 1977, onde se instalaram fisicamente durante o primeiro semestre deste mesmo ano. Nesse trâmite, a Cotrijuí recebeu do governo federal uma certidão negativa de existêcia de povos indígenas nas terras destinadas à de colonizacão (Santos, 2017). Obviamente, a mesma lógica de “certidão negativa” foi usada para a designacão dos territórios destinados para a construçã da infraestrutur da BR-230, para a implantacão dos PICs, e para a criaçã de agrovilas e outros municípios associados, como Medicilândia, Brasil Novo, Uruará, Placas, Rurópolis e Trairão (ver mapa 4). Em adição, os interesses econômicos ligados a economia da exploracão madeireira, também foram percebidos na década de 1980, quando a renovada chefia da FAA, continuava os trabalhos de atraçã dos grupos Arara que se encontravam nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, cotados pela Transamazônica.

A Madernach Indústria, Comércio e Exportaçã de Madeira, mais conhecida como “Bannach”, aparece nessa década de 1980, em uma coincidêcia de temporalidade com a suspensã temporal das atividades da FAA. Nesse marco, a empresa madeireira inicia conversaçõs com o INCRA, para combinar a abertura de uma estrada que prolongasse o travessã 185, que iniciava perto do município de Uruará, na parte norte, até a beira do rio Iriri, onde hoje fica o porto Maribel. A prolongaçã do travessã 185 até Maribel, hoje é conhecido localmente como “trans Iriri”.

Segundo as conversaçõs entre o INCRA e a empresa particular, a abertura dessa estrada contribuiria com o êxito dos planos oficiais de colonizacão, e de passo ajudaria nos interesses da empresa, que tinha concessõs madeireiras numa área na margem direita do rio Iriri (Santos, 2017). Segundo as informacões da autora, a Bannach não só realizou atividade madeireira nas terras onde tinha suas concessõs ao outro lado do rio Iriri, também o fez, em ambas as margens da chamada trans Iriri, dentro da área que seria interditada em 1985, e muito perto de onde se realizavam as açõs de atraçã dos grupos Arara.

De fato, as vozes dos antigos colonos que chegaram nessa época, recolhidas pela autora, confirmam que durante a abertura da trans Iriri, espécies de madeira de lei como o mogno (*Swietenia macrophylla*) e ipê, amarelo (*Tabebuia ochracea*), foram escoadas pela trans Iriri, além que, assumindo a autorização oficial do INCRA, famílias de colonos se foram instalando espontaneamente ao longo deste traçado, antes da interdição da área da TI Cachoeira Seca. Dita ocupação espontânea, principalmente das famílias de localidades do traçado da Transamazônica, pode ser explicada por vários elementos. Por uma parte, o funcionamento do INCRA na região se dava por meio do PIC Altamira, que se localizava no atual município de Brasil Novo.

Desde lá, se teriam iniciado as demarcações para os posseiros e trabalhadores rurais, que ocupariam as margens do traçado e as áreas da Cotrijuí. Com a suspensão dessas demarcações pela interdição da área para o contato Arara, e o espalhamento da notícia da abertura da trans Iriri, as famílias desesperadas iniciaram a colonização espontânea das áreas adjacentes, com a esperança de regularizar suas ocupações, o que até a atualidade não ocorreu, pela declaração e homologação da TI Cachoeira Seca, que prevê a desintrusão da população não indígena, de dentro da área homologada, para a regularização oficial.

Por outra parte, de acordo com as informações de Santos (2017), os políticos locais também incentivaram as famílias para a ocupação, e se manifestaram diretamente durante o processo de delimitação da TI Cachoeira Seca, que se estendeu desde a década de 1990 com a primeira proposta de limites até a declaratória da TI em 2008. Durante esse período, municípios, como Uruará, Medicilândia e Brasil Novo, apoiados por cooperativas produtoras, opuseram várias contestações ao processo, retardando a demarcação e incentivando o assentamento de não indígenas, nas áreas de amortecimento e a prolongação dos travessões ao interior da TI, com justificativas econômicas e discursos desfavoráveis sobre os povos indígenas.

Nesse marco de “choque de trens” entre as políticas oficiais, por um lado, para a colonização e desenvolvimento econômico, e por outro, para a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados pelas populações indígenas, que se deu o contato oficial dos grupos Arara, nos que se inclui o grupo formador da TI Cachoeira Seca, em 1987 (Milanez, 2015; Santos, 2017; Tonacci, 1980).

A série de conflitos acirrados após a implantação do PIN e dos seus programas associados à colonização oficial e particular, principalmente localizados no traçado da BR-

230, mas também, nos travessões, foram os anúncios da presença dos grupos Arara, e de sua feroz oposição a invasão de seus territórios de assentamento. Esses conflitos incluíram ataques dos grupos Arara, aos extrativistas não indígenas, que remontavam os igarapés Penetecal e Jaracuçu; vinganças desses ataques que incluíram correrias às áreas de assentamento dos grupos Arara, e abandono de objetos e itens alimentícios contaminados e envenenados com estricnina (Milanez, 2015; Tonacci, 1980). O primeiro conflito causou a morte de 3 não indígenas e ferimento de 4 mais. Os revides não indígenas, causaram a morte de 12 pessoas, registrados de forma oficial nos relatórios. Sobre os mortos das diferentes correrias, não se tem dados oficiais, e só se dispõe da informação qualitativa levantada quando ativada a FAA a partir de 1971.

No final da década de 1960, vários episódios de estes conflitos incluíram ataques e esquartejamento de suas vítimas, por parte dos Arara, deixando as extremidades e corpo espalhados, e tomando os crânios como recompensa ritual. As informações desses ataques também se espalharam rapidamente, e passaram da mídia local para a internacional, deixando as iniciativas desenvolvimentistas desse período político, expostas às críticas. No entanto, durante o período político da República, o governo já tinha instituído as bases para a sua atuação, nos casos que as populações indígenas estivessem no caminho dessas iniciativas.

Para isso, tinha encomendado ao SPI desde 1917, sua função de tutelar, assessorar e articular todos os assuntos relacionados com as comunidades indígenas assentadas em áreas de interesse político e econômico. A experiência prévia neste sentido, tinha mostrado efetiva a atração forçada desses grupos, como uma alternativa adequada para sua “proteção” dos impactos da modernização e o desenvolvimento, sendo reassentados os sobreviventes ao contato forçado, em áreas protegidas e reservas indígenas, fora das áreas de interesse político e econômico.

Também com a promulgação do estatuto do Índio em 1973, e a desativação do SPI, para configurar uma nova imagem institucional com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, o governo tinha os instrumentos necessários para encarar os conflitos da Transamazônica. Segundo as informações, a criação da FAA, obedecia em grande proporção à necessidade de garantir a continuidade das obras da Transamazônica BR-230 e da colonização dos PICs. Para isto, se instituiu a primeira FAA, em 1971, encarregada ao sertanista de experiência, Afonso Alves da Cruz, conhecido como “Afonzinho”, que já tinha trabalhado junto com os irmãos Villas-Bôas na atração de povos indígenas no Parque Xingu (Milanez, 2015).

De acordo com Milanez (2015: 53-55), o Parque Nacional do Xingu, criado em 1961, foi o resultado da articulação política, dos irmãos Orlando e Cláudio Villas Bôas, e da inovação histórica da prática sertanista do SPI, que tinha renovado seus quadros de atuação com profissionais em antropologia e medicina. De acordo com suas informações, a proposta inicial do parque Xingu teria sido redigida por Darcy Ribeiro, em colaboração com seu colega antropólogo, Eduardo Galvão, e o médico sanitário Noel Nutels, na perspectiva etnológica de formação de territórios culturais, e que as sociedades indígenas dispusessem dos recursos naturais para sua sobrevivência física e a efetivação de suas formas de vida e suas culturas, e para que fossem protegidas do avanço da “violenta frente de expansão agropastoril, que avançava pelo estado de Mato Grosso grilando terras”.

Nesse marco, dez (10) anos após a criação do Parque Xingu, a FAA inicia os trabalhos de atração dos grupos Arara, colaborando paralelamente com os trabalhos de ocupação desenvolvidos pelo INCRA (Santos, 2017). Sua função principal era atrair os grupos Arara, espalhados em ambos os lados do traçado da Transamazônica, no trecho desde a agrovila Brasil Novo (hoje um município) localizada à altura do quilômetro 46 antes do município de Altamira, até aproximadamente o quilômetro 300 em direção leste. A função desta primeira FAA não foi nada fácil, levando em conta que só tinham um posto para tentar atrair os diferentes grupos espalhados nessa imensa área. Também porque de forma legítima, os grupos do povo Arara, defendiam ferozmente, seu território tradicional de habitação, onde tinham suas áreas de assentamento, seus roçados e suas áreas de uso.

Essas e outras dificuldades fizeram com que o trabalho da FAA, não rendesse o esperado. Por uma parte, a estratégia de atração consistia na realização de expedições de busca de vestígios, localização de trilhas e áreas de habitação, acompanhadas por indígenas experientes e falantes da língua, que seriam aproveitados como tradutores, no caso de contatar aos grupos. No entanto, a equipe da FAA sempre teve dificuldades e constantes revides dos grupos Arara, localizados nas áreas onde se estabeleciam os tapiris de brindes, nas áreas de habitação ou nos postos de vigilância (PVs) móveis. Agora se sabe que a equipe de tradutores indígenas era falante da língua Kayapó, os inimigos culturais dos grupos Arara (Milanez, 2015; Nimuendaju, 1948), isto ocasionou os recorrentes confrontos com a FAA.

Por outro lado, o trabalho conjunto com o INCRA para a ocupação dos colonos, também não conseguiu diminuir os conflitos, que pelo contrário, se acirraram. De acordo com Tonacci (1980), as atividades extrativistas, principalmente relacionadas com a exploração madeireira, eram realizadas muito perto das áreas nas que atuava a FAA, dificultando ainda

mais as iniciativas de atração. Por isto, se ativou a primeira interdição, em 1978, de uma área de aproximadamente 247.600 há, que compreendia 80 km do traçado transamazônica entre os quilômetros 80 e 160, na que estava impedida a realização dessas atividades extrativistas e o assentamento de colonos. Porém, as invasões exploratórias na área interditada continuaram. Essa primeira área interditada, fica localizada atualmente, entre os municípios de Medicilândia e Uruará.

Finalmente em 1979 um ataque dos Arara à base da FAA, onde são feridos com flecha três funcionários, incluindo Afonso Alves da Cruz, ocasiona a suspensão temporária das ações da FAA. Hoje se sabe, que os grupos Arara achavam que a FAA era um local de onde se articulavam e favoreciam as invasões não indígenas, associadas aos trabalhos das máquinas da Transamazônica (Milanez, 2015, Tonacci, 1980). Também se sabe que o traçado deste trecho, cortou em partes o território tradicional, impedindo a livre habitação e a comunicação entre os grupos, além de que os locais onde ficavam as áreas de uso e assentamento deste povo, agora estavam sendo destinadas para a demarcação dos polígonos territoriais onde se assentaram as frentes de colonização das agrovilas e dos municípios associados ao PIN, a Transamazônica BR-230 e seus travessões (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Teixeira-Pinto, 1997; Tonacci, 1980).

Em consequência, a FAA fica abandonada até 1981, quando retomados os trabalhos definitivamente até o contato de 1987. Uma nova equipe de sertanistas profissionais, chefiada por Sydney Possuelo, em colaboração com Wellington Figueiredo é designada para dar continuidade às ações de atração dos grupos Arara. A nova equipe tinha apoio do Batalhão de Infantaria do Exército, para a instalação dos novos PVs fixos, na altura dos quilômetros 80, 100, 120 e 140, perto da atual agrovila Progresso. Também tinha novas ideias para mudar a perspectiva da atração forçada realizada como norma geral até o momento. Seu objetivo principal era assegurar que na área interditada, estivesse impedida a entrada de qualquer não indígena, e dessa forma esperar a aproximação gradual e voluntária dos grupos que se encontrassem nas redondezas. Para isto, serão muito úteis, a instalação dos PVs fixos e a colaboração do exército.

Outro PV foi instalado na beira de rio Iriri, acima da sua foz no Xingu (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980), num local histórico de habitação dos grupos Arara (Clauss, 1896; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948), conhecido como “Laranjal”, após da permanente ocupação por descendentes da colonização do ciclo da borracha (Milanez, 2017; Tonacci, 1980). Posteriormente, outro PV foi aberto na margem do Iriri, muito perto, do local onde se

estabeleceram os primeiros contatos oficiais com o grupo da TI Cachoeira Seca, em 1987. Quanto aos PVs da Transamazônica, todos estão nas proximidades dos municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas. Também, aos igarapés Jarauçu (Brasil Novo) e Penetecal (Medicilândia). Em particular o PV do quilômetro 120, estava muito perto do Travessão 185 (trans Iriri), que o INCRA tinha permitido prolongar até a margem do rio Iriri, com trabalhos que duraram até 1984, favorecendo a colonização espontânea dos colonos e o escoamento da exploração de madeira (Milanez, 2015; Santos, 2017).

Espalhados nessa área territorial, os grupos Arara que tinham deixado de ser registrados na margem esquerda dos Rios Xingu-Iriri desde 1917 (Nimuendaju, 1948), tinham construído grandes casas de teto de palha para sua moradia; estabelecido seus sistemas de abastecimento alimentício com roçados de mandioca, milho, mamão e cará, que além estavam em produção; aberto caminhos para a interconexão dos grupos; e realizavam suas práticas tradicionais de pesca, de caça e de coleta (Milanez, 2015; Teixeira-Pinto, 1997; Tonacci, 1980), com as que seguravam sua alimentação e sobrevivência, evidenciando dessa forma, o domínio de um acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade da região do Xingu, refinado através das gerações.

Sydney Possuelo já mencionava quando chefiava a FAA, que o traçado da Transamazônica, teria partido em dois, o território tradicional dos grupos do povo Arara da margem esquerda dos rios Xingu-Iriri (Tonacci, 1980). Outras informações, somando os dados dos relatórios oficiais e dos depoimentos dos protagonistas, colocam que dita rodovia, tinha partido no meio, o território tradicional (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Santos, 2017). Seja em dois, ou seja no meio, os indígenas prestigiaram o esartejamento de seu território e só receberam a menor parte desta porção, levando em conta a perda das áreas de habitação histórica, que incluem o corredor de terras altas das serras do Iriri e dos Arara e a divisória das águas Iriri-Xingu/Amazonas, utilizado pelos grupos que alcançaram o Curuá-Uma, e que permaneciam com clareiras abertas ainda em 1914 (Nimuendaju, 1948). Finalmente, foi nesse marco de sobreposição hegemônica e com essa estratégia de atração, que se conseguiu estabelecer o contato oficial definitivo, com os principais grupos Arara da margem esquerda dos rios Xingu-Iriri.

Em 1983 e 1984, com os grupos que conformam a atual TI Arara, e em 1987, com o grupo que conforma atualmente a TI Cachoeira Seca (ver mapa 4). O isolamento deste subgrupo teria ocorrido, por um conflito interno entre membros de grupos diferentes, existindo debate pela data dessa separação, os motivos e o local de ocorrência (De Souza,

2010; Teixeira- Pinto, 1997). Por outra parte, o mecanismo de fragmentação dos grupos, em subgrupos, já tinha aparecido nas informações históricas sobre eles, em Coudreau (1896) e Nimuendaju (1948). Também nas informações etnográficas sobre sua cosmogonia e sua configuração política, social e territorial, que resultaram após o contato definitivo, indicavam que o mecanismo de separação de grupos em subgrupos era frequente, contudo, não definitivo, pela existência de redes e alianças familiares, e pela realização de um ritual cultural no período da seca que concentrava os grupos espalhados no território (Teixeira-Pinto, 1997), portanto, outros fatores adicionais deveriam ter influenciado o isolamento desse grupo. Esses fatores serão retomados na próxima seção, sobre a recriação das vozes da memória coletiva do grupo da TI Cachoeira Seca.

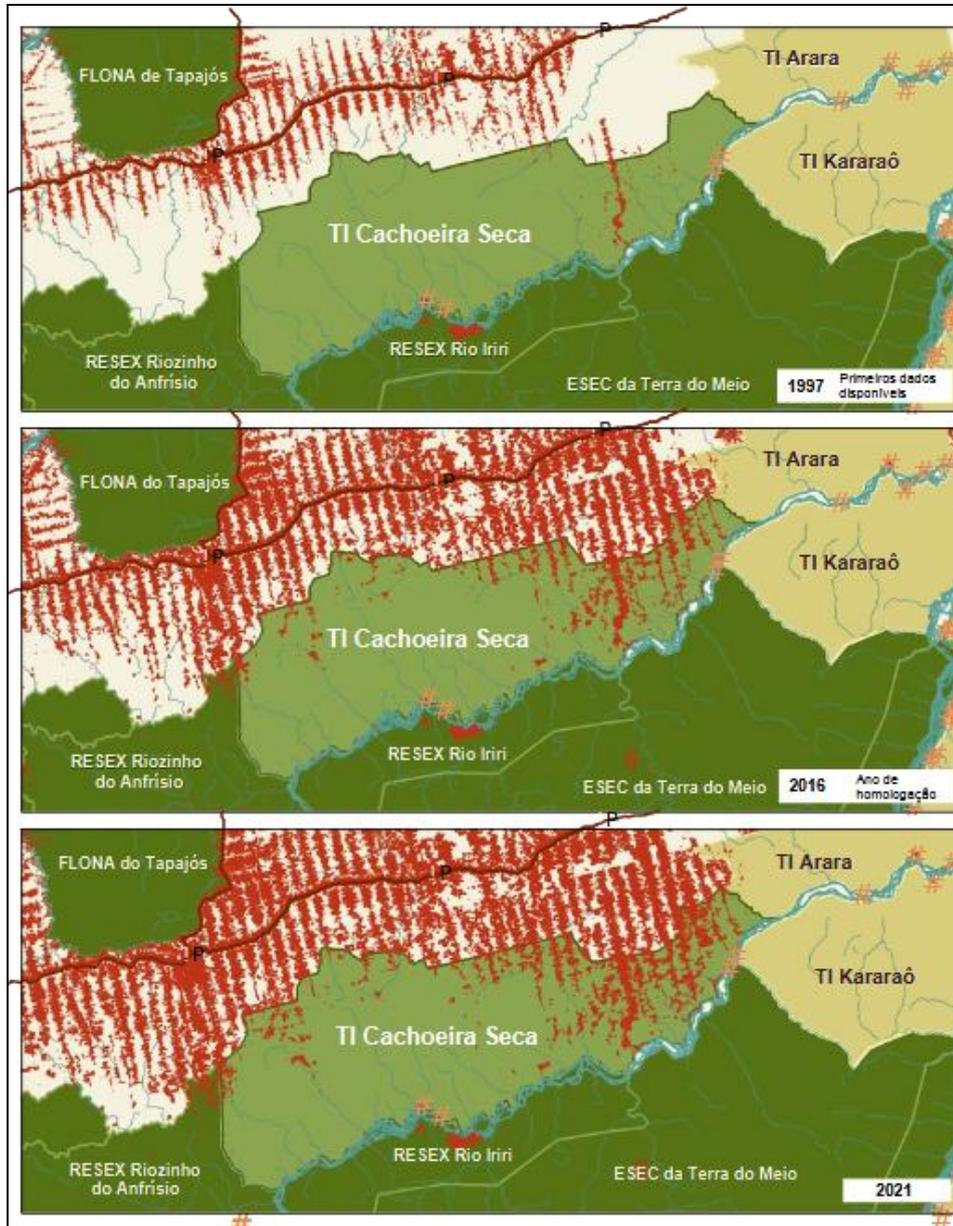
Após o complicado processo de contato inicial com os primeiros grupos, a FAA consegue aumentar o tamanho da área interditada para 1.060.400 hectares, tentando promover a atração do grupo que se encontrava em fuga e que se resistia a fazer contato. A ampliação da área interditada contemplava o trecho da trans Iriri, onde se já se realizavam os trabalhos de abertura de estrada, exploração madeireira e colonização espontânea, desde 1981, num período em que a FAA se encontrava desativada. Nesses locais associados ao traçado dessa via, também se tinham recrudescido os conflitos com os grupos Arara. Isto coloca mais um fator para o isolamento do grupo da TI Cachoeira Seca, que se encontrava cercado pelo Norte, pelo traçado da Transamazônica e a penetração das frentes de colonização, e pelo Leste, pelo traçado da trans Iriri e a penetração da atividade exploratória e da colonização espontânea (Figura 14), promovida pelo INCRA e as lideranças políticas e econômicas dos municípios e as associações particulares (Santos, 2017).

Essa situação, propiciada pelo próprio governo (Santos, 2017), tem ocasionado o que neste trabalho se define como o “choque de trens”²⁰ entre as lógicas da FAA, que procuravam a proteção de uma porção territorial para os grupos Arara, das atuais TIs Arara e Cachoeira Seca, e os dos demais atores oficiais e particulares, que pretendiam o aproveitamento econômico, em cima de todas as coisas. Ficavam sempre no transfundo, diluídos e instrumentalizados, os interesses dos colonos pobres, e tristemente invisibilizados, os interesses dos grupos Arara, de novo assediados, perseguidos, atacados e marginalizados

²⁰ Choque de trens é a expressão que se usa neste trabalho para identificar especificamente os desencontros entre os órgãos oficiais; FUNAI e INCRA pela disputa pelos territórios aos quais o próprio governo político deu duas destinações distintas. O trabalho acadêmico de Santos (2017), presta bastante interesse neste assunto, e aprofunda os detalhes, nos capítulos sobre a política agrária dos governos militares e o território tradicionalmente ocupado pelos Arara; os colonos da Transiriri; e sobre a demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca.

longe dos seus locais de assentamento e de suas áreas de uso da biodiversidade, para a alimentação e sobrevivência.

Figura 14 - Progressão histórica das invasões da TI Cachoeira Seca a partir dos travessões da Transamazônica BR 230, desde 1997 até 2021



Fonte: Protocolo de Consulta do Povo Arara da TI Cachoeira Seca. Kowit (2022). Editado pelo autor.

A figura 14 ilustra a progressão do desmatamento e a transformação do território causada pela construção da Transamazônica-BR-230 e seu sistema de travessões para a comunicação dos colonos e o escoamento dos produtos relacionados com as atividades econômicas sustentadas pelos sistemas exploratórios de extração de biodiversidade,

estabelecimento de monoculturas, criação pecuária, e em certa medida, da agricultura familiar.

No mapa superior da figura, se apresenta o cenário em 1997, três anos após a declaratória inicial de limites em 1994, e em meio das contestações a esta declaratória, feitas pelas lideranças dos municípios e das associações econômicas, que tinham seus interesses neste território. Nesta data, já se apreciam os impactos da transformação da prolongação do travessão 185, que em 1984, tinha alcançado a margem do rio Iriri (Santos, 2017). Porém, até essa data, só se insinuavam algumas invasões de outros travessões, na parte norte do limite da TI Cachoeira Seca.

No entanto, a tendência de invasões continuou durante o período das contestações entre 1994 e 2008, quando se aprovaram os limites definitivos desta TI, mostrando as marcas de seu grande avanço, até 2016, quando foi homologada pela Presidência da República (Brasil, 2016). Apesar da homologação, as invasões continuam, como se evidencia no cenário de 2021, impossibilitando o acesso efetivo do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, ficando cada vez mais cercados pelo avanço das invasões e perdendo as áreas do interflúvio, que uma vez serviram de refúgio e garantiram a alimentação e sobrevivência até a atualidade (ver figura 14).

Como mencionado acima, o choque de trens entre os diferentes interesses, foi a principal causa do tortuoso processo de estudo e declaração dos limites da TI Cachoeira Seca, que começou com os primeiros trabalhos em 1989, e continuaram depois da homologação em 2016. A homologação da TI Cachoeira Seca ocorreu, quase como a última atuação da Presidenta Dilma Rousseff, antes de ser retirada de seu cargo, e no mesmo ano que começaram as operações e o funcionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Na atualidade, o processo oficial de regularização fundiária no cartório local de imóveis da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), não está concluído, desta vez, pela continuidade dos tropeços no processo de desintrusão dos moradores não indígenas, principalmente concentrados em ambos os lados da trans Iriri (Santos, 2017), no limite norte, onde ficaram sobrepostos os polígonos de assentamento dos PICs dos municípios Uruará, Placas e Trairão e no limite leste, com a TI Arara.

3.1.1 “As vozes atrás da seringa, da castanha, das promessas”. Contexto da criação da Terra do Meio

Como mencionado até aqui, antes da colonização propiciada pelo governo da ditadura militar, os não indígenas da região do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, teriam chegado desde o período colonial, em diferentes momentos, nos que, a partir das missões evangelizadoras e os empreendimentos particulares, se vincularam na exploração extrativa de recursos da biodiversidade, e de outras naturezas, assentados no comércio e associados aos sistemas econômicos. Após a decadência da exploração das drogas do sertão, a exploração da borracha (*H. brasilienses*), entra em vigor. No primeiro ciclo, entre alguns dos momentos mais importantes, pode-se considerar, a chegada do Coronel Gaioso, na foz do rio Ambé, com aproximadamente cem (100) escravos e outros trabalhadores (Coudreau, 1896). Sua chegada por terra, marcou o início da abertura de picadas e caminhos pelo interflúvio, que rasgavam a mata, para unir localidades e facilitar o escoamento da produção do sistema econômico de exploração.

Quanto ao segundo ciclo, a partir da década de 1940, os autores coincidem em que uma de suas características, é que mobilizou uma maior quantidade de pessoas, além que foi incentivado diretamente pelo Estado (Villas Bôas *et al.*, 2017a). Com esse incentivo, milhares de famílias empobrecidas e afeitadas pela seca no nordeste brasileiro, migraram atrás das promessas de trabalho e terra (Castro-Euler *et al.*, 2021; Villas Bôas *et al.*, 2017a). No entanto, se encontraram com condições, que impunham regimes de trabalho extenuantes, com um lucro que se diluía no aviamento de itens como: ferramentas e alimento, que eram subministrados pelos donos dos empreendimentos. Por outra parte, devido a que a produção da borracha, só podia ser coletada na época da seca, os seringueiros se viam na necessidade de acumular uma maior dívida com seus patrões, para não ficar desabastecidos. Com o tempo, foram acumulando conhecimentos sobre a produtividade das castanheiras (*B. excelsa*), e pela sua aceitação comercial, começou a servir de moeda de câmbio para suprir as necessidades básicas.

Com a decadência do sistema econômico de exploração da borracha, depois da Segunda Guerra Mundial, o declive da economia, fez com que os grandes monopolizadores do sistema se retirassem do negócio, interrompendo o fluxo de bens, mercadorias, ferramentas e outros itens, deixando no abandono as populações de seringueiros dispersos nas colocações da mata. As famílias que ficaram seguiram integrando conhecimentos sobre o território, que com o passo das gerações, foram configurando um modo de vida particular, que dependia da

produção da floresta e dos rios aos que estavam ancorados (Castro-Euler *et al.*, 2021; Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b). No entanto, com as disposições desenvolvimentistas, particularmente da década de 1960, consistentes na realização de grandes obras de infraestrutura, como rodovias e projetos hidroelétricos, se favoreceu a expansão agropecuária (Castro-Euler *et al.*, 2021) que segundo Milanez (2017: 54), avançava desde Mato Grosso grilando terras. A indefinição fundiária, como aconteceu com os grupos Arara (*Karib*) das TIs Cachoeira Seca e Arara, acabou punindo seringueiros, castanheiros, e ribeirinhos por toda Amazônia, gerando inúmeros conflitos fundiários e o crescimento da violência no campo (Castro-Euler *et al.*, 2021), como os apresentados, com os povos indígenas.

As vozes dos trabalhadores seringueiros, começaram a reverberar no estado de Acre. Lá esses trabalhadores seringueiros se opunham à expansão do desmatamento e a proliferação do sistema econômico da criação de gado, incentivados pelo governo federal, a ocupar o suposto “vazio demográfico” na Amazônia. De acordo com Castro-Euler *et al.* (2021), uma de suas formas de resistência pacífica, consistia na prática dos “empates”²¹, onde os trabalhadores se concentravam nas áreas que estavam sendo desmatadas e impediam a continuidade dos trabalhos das máquinas, convencendo aos operários. Segundo os autores, o empate às derrubadas favoreceu a organização e fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Acre, e a difusão da necessidade imperante de ter um direito de posse, como estabelecido no Estatuto da Terra (Brasil, 1964).

Chico Mendes, um descendente de seringueiros, era uma das lideranças deste movimento reivindicatório dos trabalhadores de Acre. Sua defesa dos direitos dos trabalhadores seringueiros também estava articulada ao direito à terra e a defesa da floresta em pé. Em 1985, liderou o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, na cidade de Brasília, onde surge o conceito de reserva extrativista (Castro-Euler *et al.*, 2021). Segundo as informações, de Castro-Euler *et al.* (2021), nos debates desse encontro se começa a contornar a ideia de reserva extrativista (Resex), como um espaço público que devia ser concedido às comunidades que por gerações tinham sua condição fundamental de vida, no usufruto dos recursos naturais, dos quais dependiam para seu sustento alimentício e econômico. Infelizmente, igual que na área de estudo, o acirramento dos conflitos fundiários, resultou em perdas humanas.

²¹ De acordo com Castro-Euler (2021), no vocabulário dos seringueiros de Acre, empatar era o termo usado para significar “impedir”

Chico Mendes, o líder seringueiro, foi assassinado em 1988 na sua própria casa por jagunços ao serviço dos interesses econômicos. No entanto, este doloroso episódio teve uma enorme repercussão na mídia nacional e internacional, alcançando grupos ambientalistas, de direitos humanos, e inclusive, aos dinamizadores econômicos dos empreendimentos, como bancos financiadores dos projetos de infraestrutura (Castro-Euler *et al.*, 2021). De acordo com os autores, com a grande difusão, se abriu uma janela para a visibilidade destas comunidades tradicionais da Amazônia, e no final da década de 1980, se cria a figura de reserva extrativista (Resex), que implicava a concessão de direito real de uso coletivo, a uma entidade representativa da comunidade local, mediante a elaboração e a aprovação de um “plano de utilização”, com normas para garantir a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Sua nova disposição legal, as definia como espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social, destinados a ambas, à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis. Esta definição partia de suposto que as áreas concedidas, possuíam as características naturais que possibilitariam a exploração pelas comunidades beneficiadas, sem prejuízo da conservação ambiental (Brasil, 1990).

Posteriormente, no ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Resex foram consideradas Unidades de Conservação (UCs) e sua definição teve alguns detalhamentos, que incluía outras atividades que complementavam o extrativismo, como a agricultura familiar e a criação de animais de pequeno porte, para cumprir com a função de subsistência das comunidades, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000; Castro-Euler *et al.*, 2021). Também estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, nos que se considera a realização de estudos prévios, sobre a necessidade de proteger uma área que alberga populações extrativistas e recursos da biodiversidade, fundamentais para a reprodução dos modos de vida dessa comunidade. Além prevê, mecanismos de consulta pública as comunidades que fazem a solicitação (Brasil, 2020). Após a aprovação, se estabelece um contrato de concessão intransferível, com a associação comunitária cogestora da Resex, que poderia ser residido, em caso de degradação do meio ambiente por parte das populações extrativistas beneficiárias (Castro-Euler *et al.*, 2021).

Em particular, a Terra do Meio, contornada entre os interflúvios dos rios: Tapajós, Amazonas, Xingu, Iriri e a microbacia do riozinho do Anfrísio, também alberga uma comunidade de remanescentes dos seringueiros que chegaram durante os dos ciclos da borracha, como mencionado em seções anteriores deste texto. Essas comunidades beiradeiras

também tiveram que resistir os embates da expansão agropecuária, a grillagem de terras e imposições hegemônicas fundamentadas nos discursos desfavoráveis. De acordo com as informações de Villas Bôas *et al.* (2017b: 280), o governo militar da década de 1960, apontava a implementar um projeto de integração, que desconsiderava a existência dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a partir do uso de expressões como “terra sem homens” para se referir a Amazônia, e neste caso também, à região da Terra do Meio. Como apresentado ao longo deste trabalho, esses discursos de violência simbólica, abriam caminho para a violência física, e a expropriação dos territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e posseiros (Villas Bôas *et al.*, 2017b: 280).

Segundo Villas Bôas *et al.* (2017a), as famílias das camadas mais pobres se encontraram com as dificuldades para aceder às promessas políticas e diante da impossibilidade de se estabelecer e prosperar, se vem obrigadas à venda ou abandono de seus lotes, propiciando a concentração de terras pelos donos do poder econômico, atraídos pela abertura das rodovias, estradas e travessões, do PIN. Em adição, com as disposições do PIN, que previam a participação dos particulares, outras cooperativas e empresas, como a Cotrijuí e a Bannach (Santos, 2017), também aproveitaram as vantagens, e buscaram seu benefício econômico, na Terra do Meio. Empresas mineradoras e madeireiras particulares, praticamente se converteram na ponta de lança do desmatamento e a grillagem de terras nesta região, entre as décadas de 1970 e 1990.

Com a descoberta de jazidas de cassiterita no interflúvio Xingu Iriri, onde se localizam atualmente a Estação Ecológica Terra do Meio, o Parque Nacional Serra do Pardo, as Resex dos Rios Xingu e Iriri e outras TIs, a Mineração Taboca do grupo Paranapanema, abriu uma estrada, para interconectar os pontos de exploração, à vila dos trabalhadores, que se configura hoje, como um dos povoados mais importantes do município de São Félix do Xingu. A Mineração Canopus, em 1985, também se tomou as mesmas atribuições e abriu uma vicinal que rasgou a mata até o Rio Xingu, para favorecer o escoamento da produção que só podia ser feito por via aérea, ou por via fluvial, dependendo do período da cheia do rio Iriri. Mesmo que os travessões e vicinais, tivessem facilitado a colonização espontânea de famílias de colonos pobres, essa ocupação, não tinha comparação com a concentração e especulação fundiária das terras públicas, por fazendeiros e grileiros, que aproveitaram o legado da abertura das estradas clandestinas, feitas pelas madeireiras, ao longo de sua atuação na economia de exploração de madeiras nobres, incluso durante a década de 1990 (Santos, 2017; Torres *et al.*, 2017; Villas Bôas *et al.*, 2017b).

Quanto à infraestrutura para geração elétrica, os estudos para o barramento do Xingu e construção da UHE Belo Monte, começaram concomitantes com a construção da Transamazônica, com o nome de projeto Kararaô. Mais na frente, na década de 1980, outras UHE, como Tucuruí no Pará, e Balbina no Amazonas, foram inauguradas, contudo, seriam ingratamente lembradas, por seus danos socioambientais irreversíveis e seus reduzidos potenciais de geração energética. (Villas Bôas *et al.*, 2017b: 280). Nessa mesma década, o projeto Kararaô foi suspenso, e reempacotado mais tarde, como Belo Monte, que em sua nova versão, teria uma única usina localizada nas proximidades da Volta Grande do Xingu. A expectativa dessa mega obra de infraestrutura, também foi um importante fator que jogou a favor da especulação fundiária, a grilagem de terras e a colonização espontânea, no entanto, o território e as populações que nele habitavam, voltavam a estar em risco (De Francesco, 2021; De Francesco e Carneiro, 2015).

Segundo Villas Bôas *et al.*, (2017b: 281), a UHE Belo Monte é leiloadada em 2010, e sua construção inicia em 2011, “cercada de questionamentos sobre a dimensão dos impactos socioambientais e sobre o cumprimento das medidas de mitigação”. No sentido de cumprimento das medidas, pode se dizer, que após a homologação da TI Cachoeira Seca em 2016, um dos compromissos para seu funcionamento era contribuir com o processo de desintração dos não indígenas dentro desta TI. Como mencionado nesta seção, na atualidade uns dos principais dinamizadores das invasões ilegais, o desmatamento e a grilagem de terras, nesta TI é a falta de culminação da desintração não indígena, propiciada pelas recorrentes invasões a partir do traçado da Transamazônica BR-230 e a abertura das estradas e travessões.

Nesse marco, e em meio às denúncias das populações locais sobre o complexo problema socioambiental descrito, se deu a criação das Resex dos rios Riozinho de Anfrísio, Iriri e Xingu, na década de 2000. Seguindo o protocolo descrito nas diretrizes oficiais, as denúncias foram respaldadas pelas associações e outros movimentos sociais, que conseguiram que o Ministério do Meio Ambiente abrisse os concursos para os estudos e as consultas. No ano de 2003, o resultado desses estudos realizados pelo Instituto Socioambiental (ISA) era a proposta para a criação de um mosaico de áreas protegidas para a Terra do Meio, que incluiria as três Resex, para atender às demandas comunitárias, além de outras UCs de proteção integral da biodiversidade, como mecanismo de controle ao desmatamento e a grilagem de terras.

Após a criação da Resex do Riozinho de Anfrísio, em 2004, as expectativas para a criação das outras duas se foram diluindo com o passar desse ano. Infelizmente, igual ao

acontecido no Acre com Chico Mendes, só após o assassinato da missionária e ativista Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, no município de Anapu, que a difusão na mídia nacional e internacional favoreceu a continuidade da implementação das UCs da Terra do Meio.

Antes da criação das Resex do Rio Iriri, em 2006 e a Resex do Rio Xingu em 2008, se criaram as UCs de conservação integral, Parque Nacional (PARNA) Serra do Pardo e a Estação Ecológica (Esec) da Terra de Meio, em 2005. Quanto às TIs que conformam este mosaico, elas foram homologadas a partir de 2006. Só a TI Kararaô, homologada em 1999, fica por fora do marco temporal apresentado (Quadro 2).

Quadro 2 - Informações gerais sobre as Unidades de Conservação (UCs) na Terra do Meio

Nome	Categoria	Criação	Contexto
Esec Terra do Meio	Proteção Integral	2005	Grilagem de terras, especulação fundiária. PIN, Transamazônica, UHE Belo Monte.
PARNA Serra do Pardo	Proteção Integral	2005	Grilagem de terras, especulação fundiária. UHE Belo Monte Assassinato Dorothy Stang.
Resex do Rio Iriri	Uso Sustentável	2006	Grilagem de terras, especulação fundiária. PIN, Transamazônica, minério, garimpo. UHE Belo Monte.
Resex Riozinho do Anfrísio	Uso Sustentável	2004	Grilagem de terras, especulação fundiária. PIN, Transamazônica, minério e garimpo.
Resex do Rio Xingu	Uso Sustentável	2008	Grilagem de terras, especulação fundiária. UHE Belo Monte.
TI Arara (Homologação)	Usufruto Exclusivo	2009	Transamazônica, Projetos colonização Inkra, Projeto Cotrijuí.
TI Cachoeira Seca (Homologação)	Usufruto Exclusivo	2016	Transamazônica, Projetos colonização Inkra, Projeto Cotrijuí, Madeireira Bannach.
TI Kararaô	Usufruto Exclusivo	1999	Grilagem de terras, especulação fundiária. UHE Belo Monte.
TI Curuaia	Usufruto Exclusivo	2006	Grilagem de terras, especulação fundiária. PIN, Transamazônica, minério e garimpo.
TI Xipaia	Usufruto Exclusivo	2012	Grilagem de terras, especulação fundiária. PIN, Transamazônica, minério e garimpo.

Fonte: ICMBio. Elaborado pelo autor.

Apesar de a criação do mosaico de UCs da Terra do Meio ter ajudado com a visualização dos problemas socioambientais, a atenção de algumas necessidades básicas da população, com a chegada das políticas públicas de saúde e educação, principalmente para a população beiradeira das Resex, até esse momento não era atendida oficialmente. As questões territoriais das invasões ilegais para exploração dos recursos minerais e da biodiversidade continuam pelo norte, pelo sul, pelo leste e pelo oeste, incluso nas UCs de proteção Integral, numa situação que parece desbordar a capacidade de atuação das ações de proteção territorial independentes, e uma opção é o trabalho conjunto e articulado. Na voz de Ailton Krenak, sobrevivente do extermínio dos botocudos no Rio Doce, a aliança dos povos da floresta foi o melhor ensinamento do movimento liderado por Chico Mendes: “Vamos ver se o legado da Aliança dos Povos da Floresta ainda é capaz de criar alguma potência transformadora” (Krenak, 2020).

3.2 “As vozes dos *Ogorogmó* resistindo no território”. Desdobramentos do contato oficial, perdas territoriais, percepções sobre o contato com os *karei* e mobilidade até a atualidade

Com o contato oficial definitivo com os grupos Arara, um grande acúmulo de informações, relatórios oficiais, matérias jornalísticas, laudos antropológicos, trabalhos comunitários e pesquisas acadêmicas se desdobraram do processo da posterior habituação ao convívio permanente nas diferentes aldeias destas TIs. Nesse sentido, existem maiores informações sobre os grupos da TI Arara, inicialmente concentrados no PV Laranjal, acima da foz do Iriri. A partir desta concentração, o PV Laranjal, se configurou como a aldeia principal e mais antiga desta TI, mantendo o nome não indígena de “Laranjal”. Por muito tempo, os diferentes grupos permaneceram concentrados na aldeia Laranjal, até se espalharem e configurarem as atuais aldeias desta TI. Isso pode explicar essa maior quantidade de informação. As facilidades logísticas, o domínio do português e a preservação da língua Arara (*Karib*) nessa aldeia também contribuem com essa explicação, sem que isto signifique que nas Aldeias da TI Cachoeira Seca não se possuam as mesmas habilidades linguísticas.

Algumas das pessoas mais importantes que têm realizado trabalhos com ou sobre os grupos Arara, são: Afonso Alves da Cruz, primeiro encarregado da FAA; Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo, indigenistas profissionais que planejaram a estratégia de contato efetivo dos grupos Arara; Andrea Tonacci, cineasta que documentou o processo de contato, a partir de 1980; Milton Guran, fotógrafo oficial que registrou processo; Márnio Teixeira Pinto,

antropólogo que realizou um completo relatório sobre as contestações da delimitação da TI Cachoeira Seca, além de possuir a mais nutrida produção acadêmica sobre os grupos Arara; Isaac Costa de Souza, linguista que acompanhou a equipe da Funai desde 1982 e escreveu uma tese de pós-graduação sobre as falas dos animais de estimação (De Souza, 2010).

Outros nomes mais recentes são: Ana Carolina Ferreira Alves, linguista que realizou tese de pós-graduação sobre a fonologia da língua Arara (*Karib*), em 2010; Kerley Diane Silva dos Santos, que realizou tese de pós-graduação sobre a questão fundiária da TI Cachoeira Seca, em 2017; Daniel Lopes Faggiano, assessor da associação Kowit da TI Cachoeira Seca, e promotor da campanha de proteção territorial “Guardiões do Iriri”, que disponibilizam informações sobre a trajetória de resistência deste povo (<http://guardioesdoiriri.org.br/#:~:text=E%20a%20campanha%20%E2%80%9CPovo%20Arara,Nenhum%20direito%20deve%20ser%20violado>); e Leonardo de Moura, assessor técnico das TIs do Povo Arara, que recentemente publicou sua dissertação de Mestrado sobre os recursos da biodiversidade usados para a alimentação tradicional (De Moura, 2023).

De particular importância para este trabalho, são as informações do antropólogo Márnio Teixeira Pinto, que realizou seus trabalhos acadêmicos, de Mestrado e Doutorado, com os grupos contatados da Aldeia Laranjal. Seus estudos, baseados no acervo de conhecimento tradicional do povo Arara, abordam temáticas sobre as histórias de origem, a cosmovisão, os rituais, a organização social e as atividades para o sustento e reprodução social, cultural e física (Teixeira-Pinto, 1989; 1993a; 1993b; 1995; 1997; 2002).

Essas informações e outras de natureza linguística (Alves, 2010; 2013) destacam a importância da linguagem como um sistema cognitivo, que permite ao indivíduo se comunicar e explicar seu mundo físico e espiritual, a partir da transmissão de geração em geração. Os elementos favoráveis dessa explicação construída, sendo eles refinados e atualizados permanentemente pelas interações dos falantes com o seu entorno territorial e com os outros grupos sociais, vão tendo contato e estabelecendo formas de relacionamento.

Alguns exemplos dessa construção podem ser encontrados no trabalho de Teixeira-Pinto (1997). Segundo informações do autor, na cosmogonia dos grupos Arara existe uma explicação para o começo da vida na floresta. De acordo com essa construção, o povo Arara vivia em um mundo espiritual, dentro de uma “casca”, que servia de proteção contra os inimigos espirituais de seu entorno. No entanto, num momento de euforia, em que tinha muita

gente reunida, se apresentou uma feroz briga entre alguns dos participantes, que ocasionou a fratura dessa casca.

Os julgados causantes desse acidente foram obrigados a abandonar o recinto espiritual, e morar ao outro lado do buraco, no espaço desprotegido. A partir disso, a organização em grupos e subgrupos é que mantém redes de alianças e cooperação social. Em adição, esta configuração social de grupos e subgrupos espalhados no território também funcionava como estratégia para a distribuição espacial dos recursos disponíveis, de acordo com o comportamento sazonal do regime climático e hidrológico (Teixeira-Pinto, 1997).

De acordo com as informações deste autor, já comentadas anteriormente, a efetivação das redes de aliança e cooperação se dá na temporada das festas culturais que acontecem na época da seca (verão amazônico), isso devido à produtividade nas culturas dos roçados, que permite a obtenção de bebida fermentada (*piktu*), que será intercambiada pela carne de caça que os grupos visitantes trazem durante a concentração cultural. Com o início do período das chuvas (inverno amazônico), os grupos se separam e retornam aos seus locais de assentamento, para atenderem suas atividades culturais e sociais cotidianas. Neste período de concentração, e durante o tempo de espaçamento da época das chuvas, novos arranjos e configurações grupais e territoriais podem ser conformados, evidenciando a alta mobilidade dos grupos por conflitos internos e externos apresentada até aqui.

Por outra parte, também se têm informações produzidas pelas vozes do grupo Arara da TI Cachoeira Seca. Essas vozes representam uma parte da memória coletiva acumulada a partir dos ensinamentos e da experiência de vida das mulheres mais experientes do grupo: *Tjibie Arara*²² e sua filha mais velha, *Iogo Arara*²³. Baseado no cálculo das suas idades pelos métodos médicos da FUNAI, se apresentam alguns dos relatos desta memória coletiva sobre a vida destas duas representativas mulheres. Essas informações podem se enquadrar temporalmente no período que começaram a chegar as levas colonizadoras do segundo ciclo da borracha e dos projetos de colonização e desenvolvimento relacionados ao PIN e à construção da Transamazônica BR-230. Nesse sentido, se abre o espaço para escutar suas percepções sobre o contato com os *karei* (não indígenas), sobre um período temporal no qual foram considerados quase extintos (Nimuendaju, 1948).

²² *Tjibie Arara* é considerada a matriarca do grupo da TI Cachoeira Seca, tinha aproximadamente 60 anos em 1987, calculados com estudos dentários pela equipe da FUNAI.

²³ *Iogo Arara* é uma das filhas da *Tjibie Arara*. Ainda viva durante os levantamentos desta pesquisa, representa o legado de resistência de sua mãe, e garante a continuidade de suas histórias de vida na memória coletiva das aldeias da TI Cachoeira Seca. Tinha aproximadamente 40 anos em 1987.

A maior parte dessas informações foram depoimentos sobre as lembranças dessas duas mulheres, mas também recolhem experiências pessoais de outras filhas e netas mais novas como, *Tatji Arara*, *Onatjiodo Arara* e *Typu Arara*, todas adultas no momento do primeiro contato com a equipe da FAA, em 1987. Também se incluem as percepções e a memória de vida de *Pui Arara*, um dos homens adultos mais experientes no contato oficial (Figura 15).

Figura 15 – Imagem do contato oficial do grupo Arara da atual TI Cachoeira Seca com a Frente de Atração Arara (FAA) da Funai em 1987



Fonte: Milanez (2015). **Fotografia:** Milton Guran.

As atuais lideranças das aldeias *Mobu Odo Arara* (Aldeia Iriri), *Ioru Arara* (Aldeia Awy) e *Timbektodem Arara*²⁴ (Presidente Associação Kowit) também fizeram suas contribuições. Esses depoimentos foram levantados durante o acompanhamento de uma atividade de formação educativa²⁵.

²⁴ *Timbektodem Arara* falecido tragicamente num acidente no rio Iriri, em 2023, após sua volta de uma participação na Organização de Nações Unidas (ONU), na qual denunciou as problemáticas da TI Cachoeira Seca.

²⁵ Curso de Direitos Humanos, organizado pelo Instituto Maira e Anistia Internacional Brasil, consistente de três módulos, dois de eles realizados nas aldeias da TI Cachoeira Seca entre maio e setembro de 2022, e o terceiro realizado na cidade de Altamira no período de fevereiro de 2023.

Um segundo grupo de informações sobre vários temas como: a configuração territorial dos grupos; alguns locais específicos de concentração e habitação; motivos de separação do grupo da TI Cachoeira Seca e mobilidade interna até o contato oficial com a FAA; e, criação de novas aldeias pela fragmentação do grupo original, foram levantadas durante um período de convívio permanente na TI Cachoeira Seca, ocorrido entre o 01 de março e o 14 de abril de 2023²⁶. Nesse período, as informações de *Iaut Arara* e “*Arapuca*” *Arara*, filhos mais velhos de *Iogo Arara*, que também participaram do contato inicial com a FAA, foram fundamentais. Outros jovens e adultos que nasceram na TI Cachoeira seca após o contato oficial fizeram suas contribuições durante os acompanhamentos de expedições às áreas de uso²⁷.

Todos esses elementos sobre as antigas e as novas elaborações, contidos na memória coletiva e no acervo de conhecimento tradicional, são efetivados para o uso e habitação do território e se alinham como possíveis respostas às indagações gerais desta pesquisa, direcionadas à contribuição com a melhoria da eficiência e a eficácia das políticas e das ações de proteção territorial e defesa dos direitos constitucionais, algumas contempladas na política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras indígenas-PNGATI²⁸. Isso também se contribui com o esvaziamento dos discursos desfavoráveis sobre os povos indígenas. As informações apresentadas se complementam com as vozes da memória coletiva do Grupo da TI Cachoeira Seca, para ajudar no entendimento das questões relacionadas com a estrutura social e territorial dos grupos: as percepções sobre os *karei* e as histórias das relações da juventude da *Tjibie Arara*; a história da separação do grupo da TI Cachoeira Seca e o contato oficial com a FAA; a análise da área de habitação e as perdas com as disposições hegemônicas; e finalmente, as questões da fragmentação do grupo para a criação de novas aldeias na TI Cachoeira Seca.

A defesa do território foi um dos elementos importantes nos depoimentos de muitos membros da comunidade da Aldeia Iriri que participaram do curso de direitos humanos. Considera-se importante, porque apareceu nas intervenções de jovens e velhos, de mulheres e de homens e cada um deles construía sua própria argumentação desde seu entendimento. Por exemplo, as lideranças como *Mobu Odo* e *Timbektodem* mostravam um amplo conhecimento

²⁶ Nesse período, se completaram os requerimentos oficiais do protocolo de consulta (Kowit, 2022), e se conseguiu a aprovação para o uso dos dados nesta pesquisa acadêmica. Também se realizaram oficinas colaborativas, entrevistas, conversas e expedições de mapeamento das formas de uso do território e a biodiversidade.

²⁷ *Katiel Arara*, *Toto Arara*, *Irotjiam Arara*, *Muta Arara*, *Vito Xipaia* e Pinheiro, um não indígena casado com uma jovem Arara da aldeia Iriri.

²⁸ O histórico da criação e os detalhes da legislação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/>.

dos grandes problemas da TI Cachoeira Seca, começando pelas invasões históricas de suas áreas de uso e assentamento pelas frentes de colonização na década de 1940, através das lembranças de suas mães, filhas de *Tjibie Arara*. Outra parte dos adultos mais idosos que participaram do contato, em 1987, relataram diversos eventos dos encontros com as frentes de colonização incrementados pelos programas oficiais como o PIN e a construção da Transamazônica BR-230, desde finais do ciclo na década de 1950.

Um grupo de mulheres, encabeçado por *Tatji*, *Typu* e *Onatjiodo*, relatou que por um tempo se deixou seduzir pelos “brindes” deixados pelos não indígenas nas áreas de habitação. Estes brindes, institucionalizados pelos sertanistas do indigenismo brasileiro²⁹, consistiam em deixar panelas, ferramentas, facas, miçangas e itens alimentícios, como farinha, para iniciar processos de contato e relações de troca (Milanez, 2015; Tonacci, 1980). Segundo o relato de *Onatjiodo*, filha de *Iogo* e neta de *Tjibie Arara*, a matriarca do grupo da TI Cachoeira Seca se juntou por um tempo com um não indígena. De acordo com os detalhes da história de sua avó, o homem abusava da bebida alcoólica e começou a dar maus-tratos, cada vez que estava bêbado. Um dia bateu muito forte nela, deixando-a sem sentido, jogada no chão. Quando acordou, juntou forças para fugir em busca do grupo, aproveitando a embriaguez de seu agressor. Tempo depois, já recuperada, voltou à colocação e tomou vingança do homem.

Por outra parte *Pui Arara*, um dos homens adultos protagonistas do contato de 1987, junto com *Tjibi Arara*³⁰, filho de *Tjibie Arara*, relatou que os homens do grupo da TI Cachoeira Seca ficaram com muita raiva da violência contra sua matriarca, mas também dos atos traiçoeiros de outros não indígenas, com quem tinham feito contatos ocasionais. Por isso, começaram a destruir sistematicamente todos os “tapiris de brindes” que encontravam nas áreas de habitação, e realizaram outras ações para incomodar os invasores, consistentes em espalhar armadilhas com pontas de taboca (*Guadua spp.*), enterradas no chão e cobertas com folhas para furar os pés dos desprevenidos que passassem. Em certas ocasiões, também efetivaram o confronto direto e lançaram ataques com flechas a todos os invasores que encontravam perto das áreas de uso e de assentamento. De fato, mencionou que na sua

²⁹ Os sertanistas começam com o Marechal Rondon e continuam com grandes figuras históricas como os Irmãos Villas-Bôas, famosos pela atuação para a criação do Parque Indígena Xingu, até a atualidade. Algumas das práticas institucionalizadas por eles foram a não agressão e o estímulo para estabelecer relações de troca e de confiança como os povos indígenas a partir de objetos considerados de interesse, deixados nas áreas de habitação. Para maior informação sobre os primeiros cem anos do trabalho desses sertanistas do indigenismo brasileiro, ver Milanez (2015).

³⁰ *Tjibi Arara* foi um dos homens adultos que participaram do contato oficial com a FAA em 1987, registrado por Milton Guran, ao lado direito do Sertanista de experiência, Afonso Alves da Cruz “Afonzinho”.

juventude, antes do contato de 1987, ele e seu parceiro de caçada, *Tjibi*, tinham flechado dezenas de homens brancos, segundo a tradução de *Ioru Arara*, cacique da aldeia *Awy*.

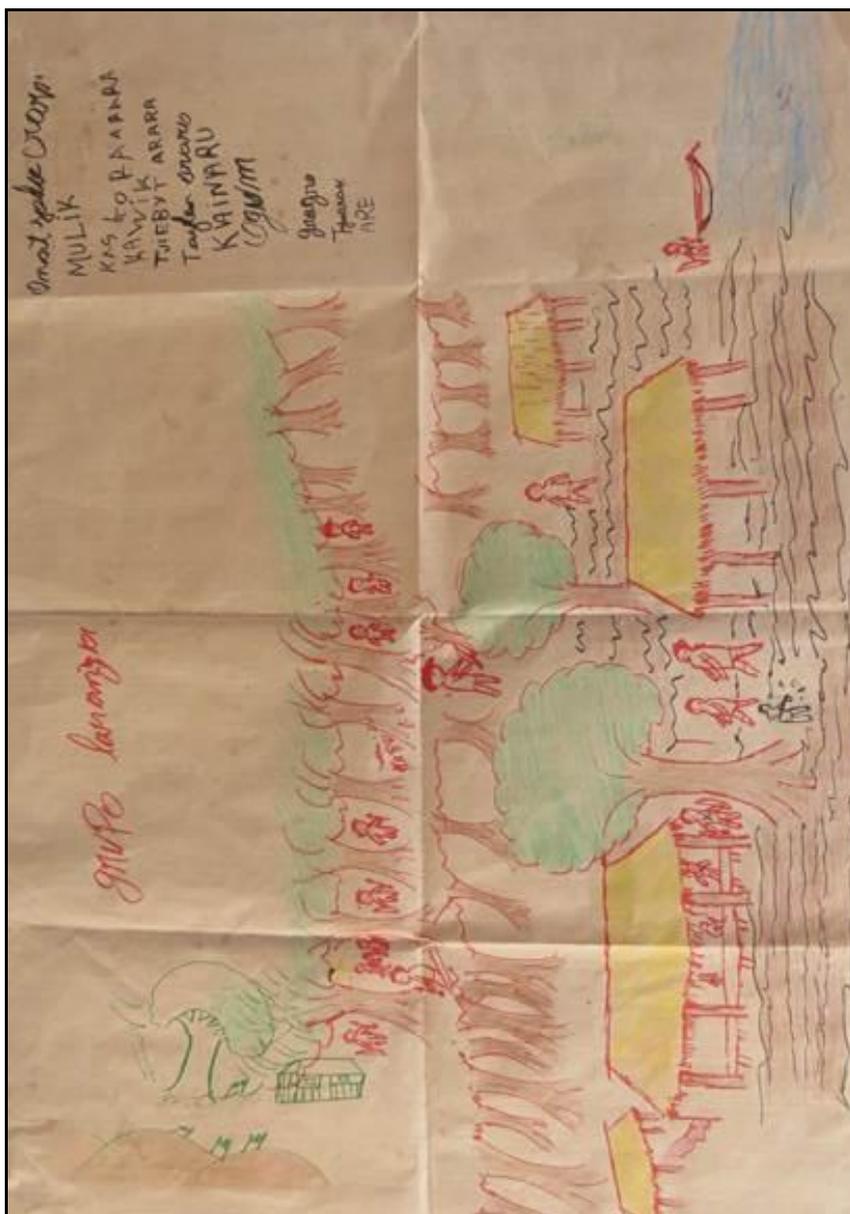
Muitos outros eventos de violência histórica contra o Povo Arara já foram mencionados (Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948). Também, desde a década de 1960, os eventos de violência física foram registrados em outras aproximações sobre o problema territorial deste povo indígena, implicando grupos organizados pelas diferentes frentes de colonização que se impuseram no território tradicional (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Teixeira-Pinto, 1997). O próprio Sidney Possuelo, chefe do processo de atração do povo Arara em 1980, relata que desde a década de 1960, teve evidências que 12 indígenas foram mortos com tiros de espingarda numa das chamadas “correrias” e que hoje seriam categorizadas como chacinas, além de várias evidências de tapiris de brindes com itens alimentícios contaminados com estricnina, que teriam eliminado vilmente outra dúzia de Araras (Tonacci, 1980).

Essas percepções de violência e invasão também apareceram nos mapas mentais que se foram desdobrando durante o acompanhamento do curso de direitos humanos em junho e agosto de 2022. Os relatos das mulheres adultas que participaram do contato convergiam em explicar uma intensa mobilidade evasiva, como resposta às invasões e perturbações provocadas pelos estudos e as obras da Transamazônica, iniciados a partir da década de 1960. Num desses mapas mentais se representou a conformação de uma das aldeias de assentamento antes do contato de 1987. Também continha outro cúmulo de elementos, mencionados em todos esses depoimentos e relatos. O grupo responsável pela elaboração deste mapa mental, explicou que nele se resumiam os depoimentos feitos pelos mais velhos sobre os primeiros contatos com não indígenas das margens dos rios, e pelos adultos que participaram do contato, após as perturbações e invasões ocasionadas pelas obras do traçado principal da Transamazônica BR-230 e seus travessões (Figura 16).

Na parte superior do desenho, eles representam os diferentes momentos em que foram narrados os contatos com não indígenas, fazendo referência aos encontros com seringueiros e colonizadores na época de juventude da *Tjibie Arara*, que deve corresponder com o período entre 1940 e 1960, levando em conta a idade calculada da mulher, em 1987, de aproximadamente 60 anos. Nessa representação dos eventos do contato, os desenhos que identificam os integrantes do povo Arara estão caracterizados com arco e flecha. Os desenhos dos não indígenas estão colocados do lado oposto, caracterizados com chapéus, espingardas, e um deles derrubando uma árvore com um motosserra. Para completar este conjunto de

eventos representado nesta parte do mapa mental, o grupo elaborador coloca dois elementos importantes: uma seta e embaixo a palavra “*karei*”. Nesse sentido, o grupo explicou que a palavra *karei* foi nome genérico com a que os Arara batizaram esses outros atores sociais caracterizados por usar roupas, chapéus na cabeça, ao invés de outros adornos, e possuir espingardas, ao invés de arco e flecha.

Figura 16 – Mapa mental com a representação de vários eventos de contato do povo Arara da TI Cachoeira Seca com não indígenas (*karei*) antes do contato oficial com a FAA em 1897



Elaboração: Comunidade das aldeias Iriri e Awy. **Fonte:** Acompanhamento Curso Direitos Humanos. **Local:** TI Cachoeira Seca. **Data:** Maio/2022.

Dessa forma, os não indígenas *karei* são diferenciados de outros grupos indígenas vizinhos com os que tinham, em alguns casos, relações amistosas e de troca, mas em outros

casos, declarada inimidade, como com os Kayapó. As informações de Nimuendaju (1948) dão fé dessa inimidade cultural. Quanto o desenho da seta em cima da palavra *karei*, os elaboradores esclareceram que representava uma flecha em direção aos invasores, para explicar o acirramento das agressões entre os dois grupos de atores, de acordo com os depoimentos de *Pui*, *Onatjiodo*, e o grupo de mulheres mais idosas. Esse acirramento também foi produto das invasões da construção da mencionada BR-230 e seu sistema de travessões. Em adição, os contatos com seringueiros são caracterizados por ocorrerem nas margens do rio; quanto aos contatos com as frentes colonizadoras associados ao PIN e à Transamazônica, estão localizados em terra firme (ver figura 16).

De acordo com os depoimentos, uma etapa intermediária da diáspora do grupo da TI Cachoeira Seca se deu em um local remoto de terras altas nas nascentes do igarapé que dá o nome a esta TI, antes do contato com a Frente de Atração Arara (FAA). Isso coloca elementos para contribuir com o debate da data da separação deste grupo, dos que se concentravam nas nascentes do Penetecal e Jaracuçu. Nesse sentido, as informações de De Souza (2010), sugerem que essa separação tinha ocorrido na década de 1910, com os primeiros conflitos com os seringueiros do rio Iriri (Nimuendaju, 1948). Por outra parte, Teixeira-Pinto (1997), estima que essa separação tenha ocorrido uns 20 anos antes do contato oficial de 1987, ou seja, em 1967. Em adição, segundo informações do grupo Arara, é muito provável que a separação tenha ocorrido em algum ano da década de 1970, pelas estimativas do último autor, que parecem ser mais acertadas.

No mapa mental também aparecem as percepções sobre os primeiros contatos com a FAA, e a representação de um ataque realizado por grupos Arara, na parte inferior esquerda deste mapa mental. Neste detalhe, aparece um grupo de pessoas dentro da construção, duas delas com marcas em formas de letra “x” em cor vermelha, indicando pessoas não indígenas atingidas (ver figura 16). Esse relato parece coincidir com um fato ocorrido em 1979, no qual resultou ferido Afonso Alves da Cruz, provocando a interrupção das ações da FAA, até 1982, com a designação da nova chefia, a cargo de Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo (Milanez, 2015). Nesse sentido, se o grupo da TI Cachoeira Seca tivesse participado desse ataque específico, reduziria pelo menos dez anos a estimativa de separação do local de concentração das nascentes do Penetecal e Jaracuçu.

Em adição, a última parte do depoimento faz alusão a outra mudança de local de assentamento, pois depois do Ataque, estavam sentido as pressões dos não indígenas se aproximando. Isso resulta muito evidente devido à interrupção das ações da FAA. Depois do

ferimento de Afonsinho, as obras, as máquinas, os trabalhadores e os colonizadores retomaram suas ações livremente (Milanez, 2015; Tonacci, 1980). De acordo com o relato de *Iaut Arara*, após do mencionado ataque ao posto de vigilância (PV), o grupo se preparou para o revide dos servidores da FAA, mas este não ocorreu.

Pouco tempo passou até começar de novo a escutar o intimidador barulho característico dos motores, dos tratores, dos motosserras e dos geradores, acompanhado pelas levadas de colonizadores e trabalhadores, que iam se aproximando do local de assentamento. Em resposta, o grupo inicia um novo deslocamento, abandonando os roçados e as moradias, seguindo o corredor de terras altas em direção oeste, até encontrar um sítio seguro para o assentamento permanente, longe das pressões e das intimidações do ruído das máquinas.

Esse local seguro foi desenhado na parte superior esquerda do mapa mental, no aparecem uma série de moradias de estilo indígena, na parte alta de uma cadeia de terras altas ou morros (ver figura 16). De acordo com as informações, neste local o grupo encontrou um período de tranquilidade, durante o qual não precisaram fugir por um tempo. Esse local pode coincidir com uma faixa de terras altas que causam a divisória de águas dos igarapés que desembocam no Rio Amazonas, ao norte, e o rio Iriri ao sul, como ocorre respectivamente com os igarapés Curuá-Uma e Cachoeira Seca. Em cuias nascentes, moraram até 1914 um dos grupos registrados por Nimuendaju (1948), e como ocorreu antes do contato de 1987, com o grupo da TI Cachoeira Seca (Milanez, 2015; Tonucci, 1980). Essa faixa de terras altas poderia ter funcionado como refúgio natural, pela dificuldade de acesso a essas zonas quebradas, mas também como corredor de habitação, como tinha sido indicado por Nimuendaju (1948), pelas preferências dos grupos Arara (*Karib*), pelos interflúvios de terra firme e as nascentes dos igarapés.

Ao respeito, *Iaut Arara* complementou: “Majapais, moço, esse morro era alto, o céu ficava quase do lado, e de manhã cedinho quase dava pra tocar as nuvens. Nós ficamos muito *kurep*³¹ lá, lá tinha boa caça, fartura mesmo...”. Após isso, novas manifestações da presença não indígena, fez com que abandonassem as nascentes e se assentassem em algum lugar da calha média, na jusante do Igarapé Cachoeira Seca. Desde esse local, ocorreu o contato oficial e definitivo com a FAA, após sua reativação na década de 1980. A nova chefia tinha mudado sua estratégia de atração, aumentando os postos de vigilância PVs, e localizando-os nos sítios

³¹ *Kurep*: palavra da língua Arara (*Karib*), que poderia ser traduzida ao português como: bom, agradável, gostoso, satisfatório, adequado, combinado, dependendo do contexto. Apesar da polissemia, a palavra expressa um sentimento positivo.

onde se apresentavam os conflitos ou os registros da presença dos grupos Arara, principalmente na Transamazônica. Com essas inovações, mas com a continuidade das velhas práticas de atração consistentes em instalar os “tapiris de brindes”, a FAA conseguiu as primeiras aproximações nos PVs da Transamazônica, e do Rio Iriri (Milanez, 2015; Monteiro, 2020: 215; Teixeira-Pinto, 1997; Tonacci, 1980; Figura 17).

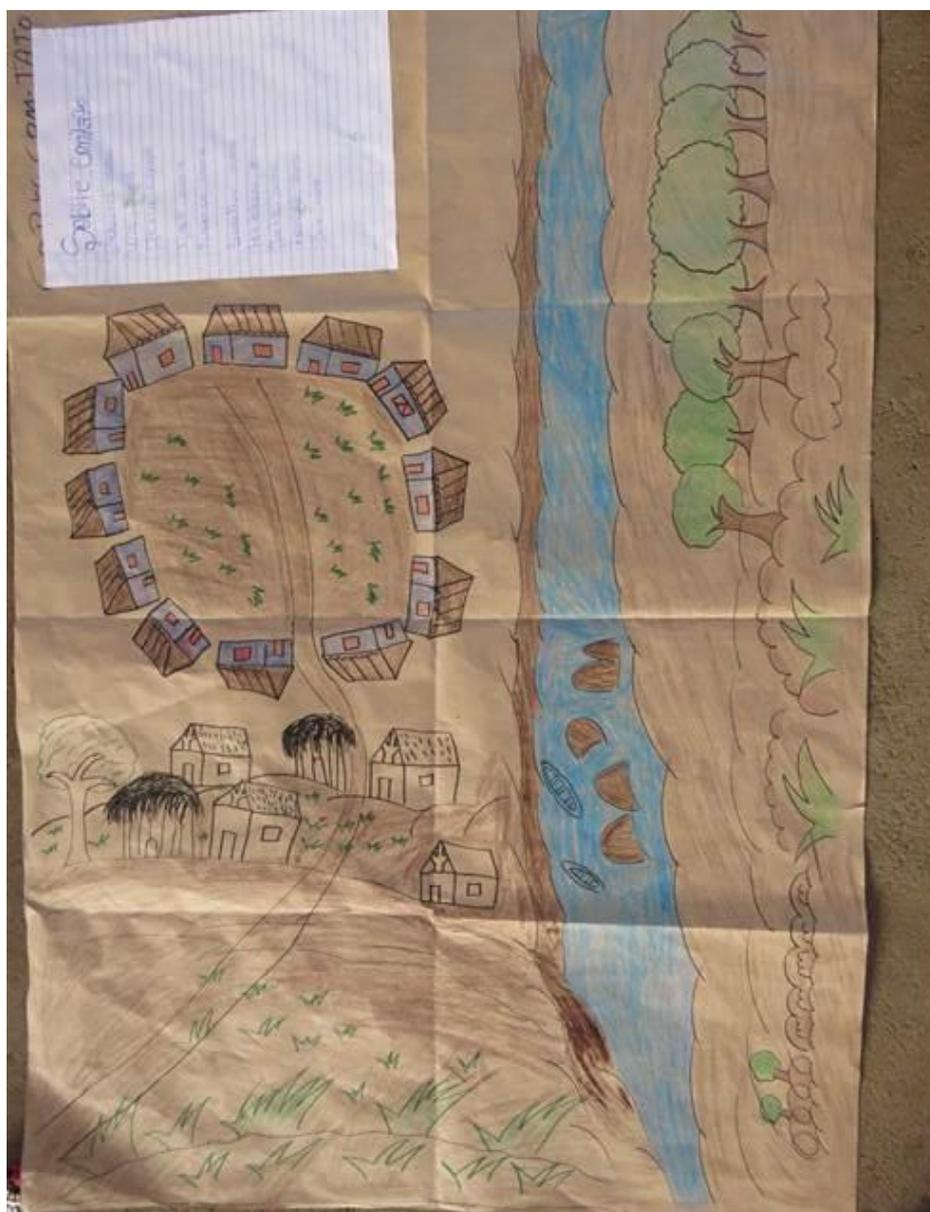
Figura 17 – Imagem do Afonso Alves da Cruz entrega uma rede a Tjibi Arara durante o contato definitivo do grupo da TI Cachoeira Seca com a FAA, em 1987.



Fotografia: Milton Guran. **Fonte:** Monteiro (2020: 219). Acervo da família de Afonso Alves da Cruz.

No detalhe da fotografia, o Chefe da FAA, Sidney Possuelo, observa como Afonso Alves da Cruz entrega uma rede de brinde para *Tjibi Arara*, um dos adultos do grupo Arara que liderou a iniciativa de contato com o órgão institucional. Em adição, em outro mapa mental, um grupo comunitário participante faz uma representação do caminho da diáspora do grupo da TI Cachoeira Seca, que levou ao contato definitivo com o pessoal da FAA. Esse mapa mental foi produzido de acordo com os depoimentos e relatos dos adultos que participaram do contato, em 1987 (Figura 18).

Figura 18 – Mapa Mental 1 sobre a representação do caminho percorrido pelo grupo Arara desde seu último local de assentamento permanente nas nascentes do igarapé Cachoeira Seca até o PV localizado na beira do rio Iriri, em 1987



Elaboração: Comunidade das aldeias Iriri e Awy. **Fonte:** Acompanhamento Curso Direitos Humanos. **Local:** TI Cachoeira Seca. **Data:** Maio/2022.

Segundo as explicações dos elaboradores, o caminho desenhado na parte esquerda do mapa mental simboliza o percurso realizado pelo grupo que procurava o contato, desde seu último local de assentamento. O fato que neste mapa não apareça o local específico onde estavam assentados antes do contato, buscava indicar que existia uma distância considerável entre esse sítio e o PV, onde se encontravam os servidores da FAA.

Neste mapa mental, o PV está localizado na parte média, caracterizado por construções rústicas de teto de palha e outros desenhos de casas com o estilo característico das

construções não indígenas da Terra do Meio. Também explicaram que o caminho que simboliza a movimentação do grupo Arara passa primeiro pelo PV e depois continua seu percurso com rumo à aldeia, desenhada e construída em formato circular como outras aldeias da calha do Xingu e do Tapajós. Está também colorida, para indicar sua ocupação atual pelo grupo da TI Cachoeira Seca.

Outro fato que foi considerado de relevância pelos autores deste mapa mental é que o significado de o caminho passar primeiro pelo PV não é uma questão unicamente da ordem dos acontecimentos, mas também de temporalidade e espacialidade, já que após o contato inicial, o grupo indígena conviveu muito tempo sob a tutela do pessoal da FAA no local do PV. Depois, o grupo da TI Cachoeira Seca se estabeleceu definitivamente na aldeia desenhada, que corresponde à aldeia Iriri, a principal das aldeias desta TI (ver mapa mental 2).

Um último detalhe desse mapa mental, que não foi explicado pelos elaboradores, está relacionado com as pedras e a praia desenhadas na parte inferior. Depois de indagar sobre esse detalhe, os elaboradores explicaram que o rio Iriri tem um comportamento variável segundo a época do ano, que eles denominam *Iromu* (época da seca), em que aparecem as praias e as pedras (ver figura 2) e *Imelãm* (época de chuvas), quando o rio enche e cobre estes elementos.

Isso representa um refinamento na construção do acervo de conhecimento tradicional sobre as dinâmicas e os fenômenos de ocorrência, nos espaços territoriais que eles têm habitado. Esses elementos de construção e elaboração do acervo de conhecimento tradicional relacionado com as formas de uso e manejo do território e a biodiversidade, de acordo com a movimentação dos astros, a sazonalidade, o período hidrológico, entre outros, para aproveitar a expressão fenológica e comportamento das espécies biológicas, como recurso de sobrevivência, já tinham despertado indagações em outros trabalhos com povos indígenas amazônicos (Candré e Echeverri, 2008; Koch Grunberg, 2005; Reichel Dolmatoff, 1997; Román *et al.*, 2020) e com os grupos Arara (Teixeira-Pinto, 1997). Essas questões serão abordadas mais adiante.

Como apresentado até aqui, foram vários os relatos, depoimentos e histórias sobre mobilidade do grupo indígena da TI Cachoeira Seca levantados durante o acompanhamento do curso de direitos humanos em 2022. Isso colocou de relevo a importância de aprofundar as indagações para entender melhor este aspecto. Portanto, durante o segundo momento de

convívio nas aldeias da TI Cachoeira Seca, durante março e abril de 2023, se programaram várias sessões de oficinas participativas e colaborativas para este fim.

Por isso, se organizaram duas equipes de trabalho para tratar essa temática específica. Um dos grupos ficou sob a assessoria de *Iaut Arara* e o outro com “*Arapuca*” *Arara*, ambos adultos com idades entre os 50 e 60 anos. Sua ajuda foi definitiva, visto que ambos são conhecedores das histórias de vida da matriarca *Tjibie*, e sua filha *Iogo*, e da experiência direta na diáspora do grupo da TI Cachoeira Seca. Outros jovens e crianças que não estavam na época do contato oficial com a FAA também participaram dos trabalhos (Figura 19).

Figura 19 – Oficinas participativas para a produção de mapas mentais sobre os detalhes da mobilidade do grupo Arara da TI Cachoeira Seca



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Oficinas participativas e colaborativas sobre história e mobilidade territorial. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

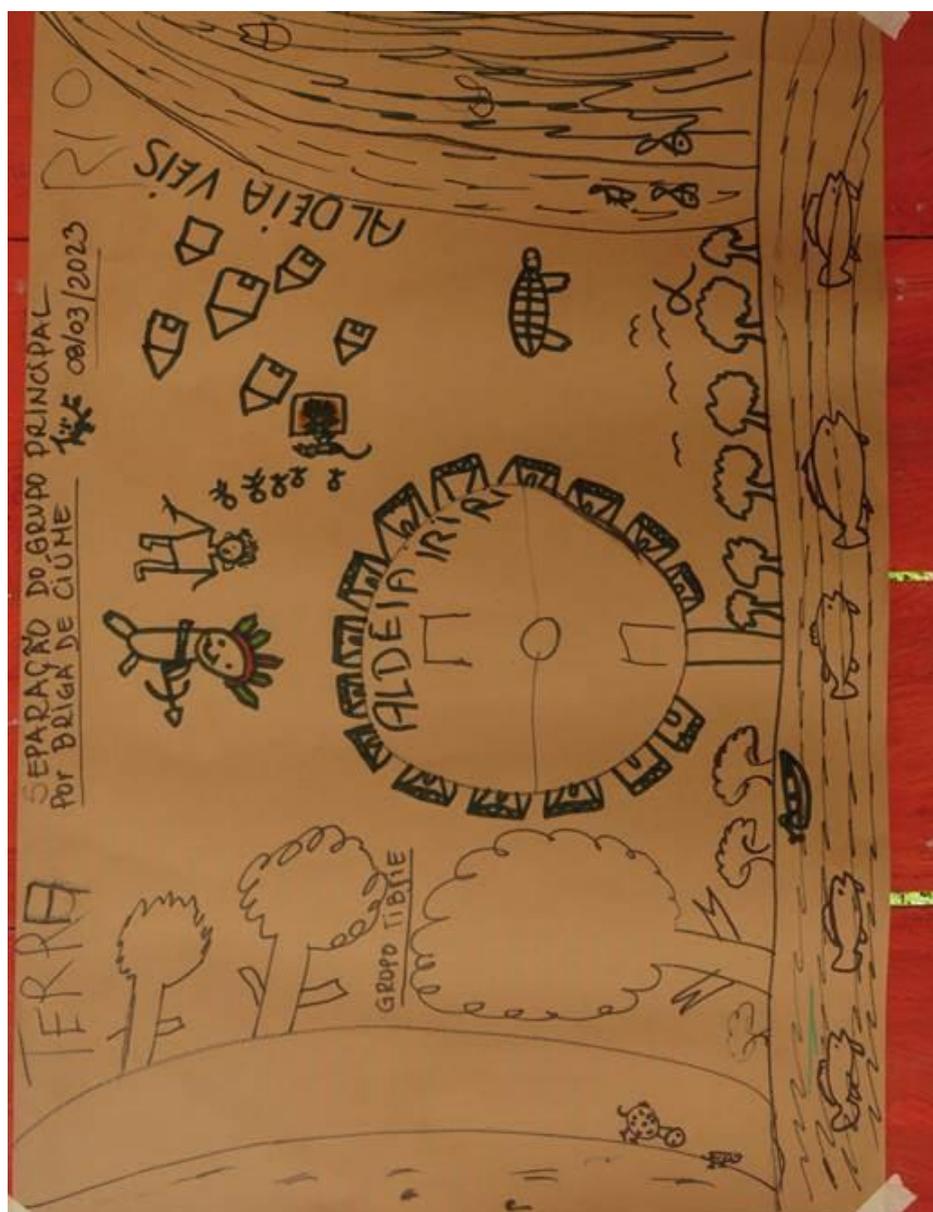
Iaut fez um relato muito completo sobre o momento crucial para a separação do grupo da TI Cachoeira Seca, dos outros grupos do povo Arara que compartilhavam o território tradicional, que juntando as informações históricas até século XX, estava delimitado de forma geral pelas calhas dos rios Amazonas ao Norte, o Iriri ao Sul, o Xingu ao leste, e o Tapajós no oeste (Clauss, 1886; Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948; 1981), o que hoje é considerado a

parte norte da Terra do Meio (Vilas Bôas *et al.*, 2017). Segundo o seu relato, vários grupos do povo Arara se encontravam concentrados num grande assentamento nas nascentes de dois igarapés irmãos, que correspondam com os Igarapés Penetecal e Jaracuçu. Apesar da concentração dos grupos, *Iaut* explica que cada um deles tinha suas moradias em local específico, sem isto ser impedimento para os intercâmbios e reuniões intergrupais.

No entanto, houve um momento que causou muita tensão, quando uma mulher visitou um dos grupos onde estavam assando um tatu-canastra (*Priodontes maximus*). De acordo com o relato, ela sentiu o cheiro do assado e deu-lhe muita vontade de comer, pelo qual se deslocou à procura da origem do delicioso cheiro. A mulher encontrou o local e pediu um pedaço para comer. Quando estava comendo, chegou seu companheiro, irritado por ela ter sumido, pelo que reclamou fortemente. Outro homem quis intervir, mas foi como colocar lenha na fogueira. A grande confusão que se formou, terminou ocasionando a separação do grupo da TI Cachoeira Seca dos demais grupos Arara dá área de concentração (Figura 20). Essa separação ocasional terminaria sendo definitiva, devido às barreiras físicas impostas principalmente pela prolongação do travessão 185 (trans Iriri) até a margem do rio Iriri, e pela colonização espontânea associada em ambas as margens deste traçado, durante os primeiros anos da década de 1980.

Revisando vários elementos da representação do mapa mental do relato, a equipe explicou seu trabalho. As calhas para delimitar o território foram as do rio Iriri ao sul, o igarapé Penetecal, no Leste, e o igarapé Cachoeira Seca, no Oeste. Na parte superior direita localizaram o sítio de concentração dos grupos Arara, que caracterizam como aldeia “veis” (velha) onde aparece um grupo de moradias ou aldeias, que exemplificam a concentração dos grupos nessa área, das nascentes do Penetecal. Referências sobre este igarapé colocam que é um afluente da margem esquerda do Xingu, e na sua jusante corta em sentido perpendicular o traçado da Transamazônica, entre os atuais municípios de Medicilândia e Brasil Novo. Também se menciona que neste trecho eram mais frequentes os avistamentos e conflitos com o povo Arara, na década de 1970 (Milanez, 2015; Monteiro, 2020, Teixeira-Pinto, 1997, Tonacci, 1980).

Figura 20 – Mapa Mental sobre a representação do evento da separação definitiva do grupo da TI Cachoeira Seca da área de concentração dos grupos principais localizada nas cabeceiras dos Igarapés Penetecal e Jaraçu



Elaboração: Comunidade aldeia Iriri. **Relatos históricos:** Iaut e Arapuca Arara. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Por outra parte, de acordo com o trabalho antropológico de Teixeira-Pinto (1997), o agrupamento e desagregação ligados ao comportamento climático sazonal faz parte de uma estratégia ancestral de repartição do território e dos recursos disponíveis nas diferentes áreas de uso, além de efetivar intercâmbios e casamentos entre os grupos e subgrupos. No mapa mental, também aparece o elemento principal da separação do grupo, representado por um desenho que mostra o tatu-canastra (*P. maximus*) que estava sendo assado, localizado ao lado esquerdo do agrupamento das aldeias. A separação após o conflito é caracterizada com os

desenhos do grupo de pessoas que fugia, se mobilizando em sentido contrário à localização da aldeia.

Em adição, o grupo de pessoas que fugia estava comandado por um casal adulto, perfeitamente enfeitado e armado com arco e flecha, que foi seguido por figuras menores, que representam as crianças e os adolescentes, entre os que se encontravam estavam *Arapuca* e *Iaut*, que também correspondem ao grupo formador da atual população do TI Cachoeira Seca. Eles continuam em fuga, na direção que indica o adulto que leva o arco e flecha, que corresponde com as nascentes do igarapé Cachoeira Seca, desenhado no extremo esquerdo do mapa mental (ver figura 20). Outro detalhe tem a ver com o desenho da aldeia atual na parte central do mapa mental, que indica o grande interesse na configuração atual da aldeia Iriri, colocada no centro da representação. Nesse sentido, se destaca que a equipe elaboradora da representação dos relatos de *Iaut* e *Arapuca* estava conformada por crianças e jovens entre os 10 e 25 anos, aproximadamente.

Outro elemento desse interesse dos mais jovens pela configuração atual de sua aldeia é o desenho do campo de futebol no centro da aldeia Iriri. Esse elemento existe na atualidade e é usado diariamente no horário das 17:00 às 19:00 para jogo de bola e vôlei, acompanhado por plateia e torcedores. Em detalhe, a menina que desde sua plateia torce pelo time no qual estejam seus familiares e afins. No campo, os jogadores disputando a bola. No fundo, as moradias das unidades familiares dispostas em formato circular, algumas com teto de palha, outras com telha de fibrocimento, e estrutura de madeira com o formato não indígena, construídas pelos programas de compensação, exigidas pelo funcionamento da UHE Belo Monte. Atrás das casas se localizam as áreas onde se estabelecem os roçados com macaxeira (*Manihot sculenta*), cará (*Dioscorea spp.*), banana (*Musa spp.*), milho (*Zea mais*), pimenta (*Capsicum spp.*), entre outras, usadas para o consumo familiar. Também, outras áreas adjacentes onde começam a crescer as capoeiras (Figura 21).

Figura 21 – Imagem de uma sessão diária no campo de jogo de bola da Aldeia Iriri, com a meninada torcendo pelo seu time de preferência desde sua plateia.



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Por sua parte, *Arapuca* fez um relato que se focou em outros detalhes relacionados principalmente com o percurso do grupo que se separou. Segundo seu relato, o grupo não parava mais de um dia num mesmo local, porque agora tinham outros motivos para fugir: o barulho das máquinas e motosserras, que acompanhavam sempre o traçado da BR-230 e os encontros com colonos e trabalhadores dessas linhas de penetração. Esse medo e essa sensação de insegurança permanente durante a fuga e a movimentação do grupo da Cachoeira Seca também estavam presentes nos relatos de *Iaut* e de outros adultos que participaram da diáspora, como *Tatji Arara*, irmã da *Iogo*, e uma das mulheres adultas que participaram do contato em 1987 (Figura 22).

Ela se referiu sobre essa experiência muito emocionada e com uma expressão de angústia, que se podia sentir no seu olhar e no movimento das suas mãos, que constantemente esfregava no seu rosto. Também no seu tom de voz e nas suas palavras: “A gente rodou muito pelo mato, só parava pra criança pequena descansar. Caminhávamos a noite toda, quando

aquele barulho parava. De dia era tudo mundo escondido e só dava para comer bicho pequeno. Aquele tempo foi sofrido demais”.

Figura 22 – Imagem de *Tatji Arara* se protegendo do sol e carregando sua filha de colo, no momento do contato definitivo com a FAA chefiada pelo Sertanista de carreira, Sidney Possuelo



Fonte: Protocolo de Consulta Prévia da TI Cachoeira Seca (Kowit, 2022). **Fotografia:** Milton Guran.

Para complementar as informações sobre o evento que causou a separação do grupo da TI Cachoeira Seca, a equipe de trabalho assessorada por Arapuca realizou outra

representação, com detalhes sobre a constante fuga pelo corredor de terras altas e os locais de assentamento nas nascentes do igarapé Cachoeira Seca, antes do contato oficial com a FAA em 1987 (Figura 23).

Figura 23 – Mapa Mental sobre os relatos da separação do grupo da TI Cachoeira Seca da área de concentração grupal, nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu.



Elaboração: Comunidade aldeia Iriri. **Relatos históricos:** Iaut e Arapuça Arara. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Nesse sentido, a equipe de trabalho desenha na sua representação dos relatos, o sol e as estrelas na parte direita, em um tamanho muito evidente, de maior escala. De acordo com as explicações do grupo, esses elementos indicam que no relato o grupo em fuga não parava de andar, nem de dia nem de noite, como indicava o relato de *Tatji*. Nesta representação, o casal

é desenhado no meio do mapa mental, perfeitamente enfeitado e armado com arcos e flechas. A equipe de trabalho também explicou que o sol desenhado obedece à nascente do sol; isso quer dizer que coincide com o ponto leste (L). Dessa forma, coincide com a orientação usada na cartografia convencional, portanto, a parte esquerda do mapa é o Oeste (O), a parte superior, corresponde com o Norte (N) e a parte inferior representa o Sul (S).

Segundo isso, a equipe de trabalho desenhou uma cadeia de morros que aparecem na parte superior (N), que foi usado como corredor pelo grupo que fugia para alcançar as cabeceiras do igarapé Cachoeira Seca. Uma nova menção deste corredor de habitação denota sua importância para os grupos Arara. Em adição, em ambos os relatos de *Iaut e Arapuca*, aparece a referência aos assentamentos temporais, numa área de morros altos (ver mapas mentais 1 e 4). Nessa representação, se mostram três aldeias: a primeira, localizada em terras altas, correspondentes às nascentes do igarapé Cachoeira Seca. A segunda, na calha média do mesmo igarapé e a terceira, correspondente com a aldeia Iriri, que é um dos atuais sítios de assentamento permanente, localizados na margem esquerda do rio Iriri.

Por outra parte, é só nesse novo mapa mental que aparece desenhada a sequência de mobilidade, desde esse local de assentamento, para o outro local na margem esquerda da calha média do igarapé Cachoeira Seca, caracterizada aqui como “segunda aldeia” (ver mapa mental 4). Foi neste último local, “segunda aldeia”, que se iniciou o processo de contato, que se concretizou em 1987, depois do ataque à base da FAA em 1979, e do posterior abandono do local “primeira aldeia”, ao perceber que o barulho do avanço das obras e as frentes de colonização, ganhava cada dia mais força. De acordo com os relatos, ao tempo de morar neste assentamento começaram a encontrar “tapiris de brindes” nas trilhas de habitação que foram aceitando, iniciando assim as relações de troca e boa vontade, que finalmente propiciaram o contato definitivo com a FAA, em 1987.

Um detalhe interessante mencionado por *Arapuca* em seu relato, e que não aparece em nenhum dos mapas mentais elaborados pelas equipes de trabalho, tem a ver com um surto de enfermidade que afeitou uma boa parte do grupo e causou a morte de seu sobrinho, filho de seu irmão *Tjiagat Arara*, quando estavam assentados no local caracterizado como “segunda aldeia” (ver mapa mental 4). Esse tipo de surto de enfermidade pode estar associado com o processo de contato e intercâmbio de bens materiais, no qual também se intercambiaram agentes contaminantes e patógenos, para os quais as populações indígenas não tinham defesas biológicas, causando grandes dizimações da população (Carneiro da Cunha, 2002; Krenak, 2023). No caso específico do povo Arara, Wellington Figueiredo, Afonso Alves da Cruz e o

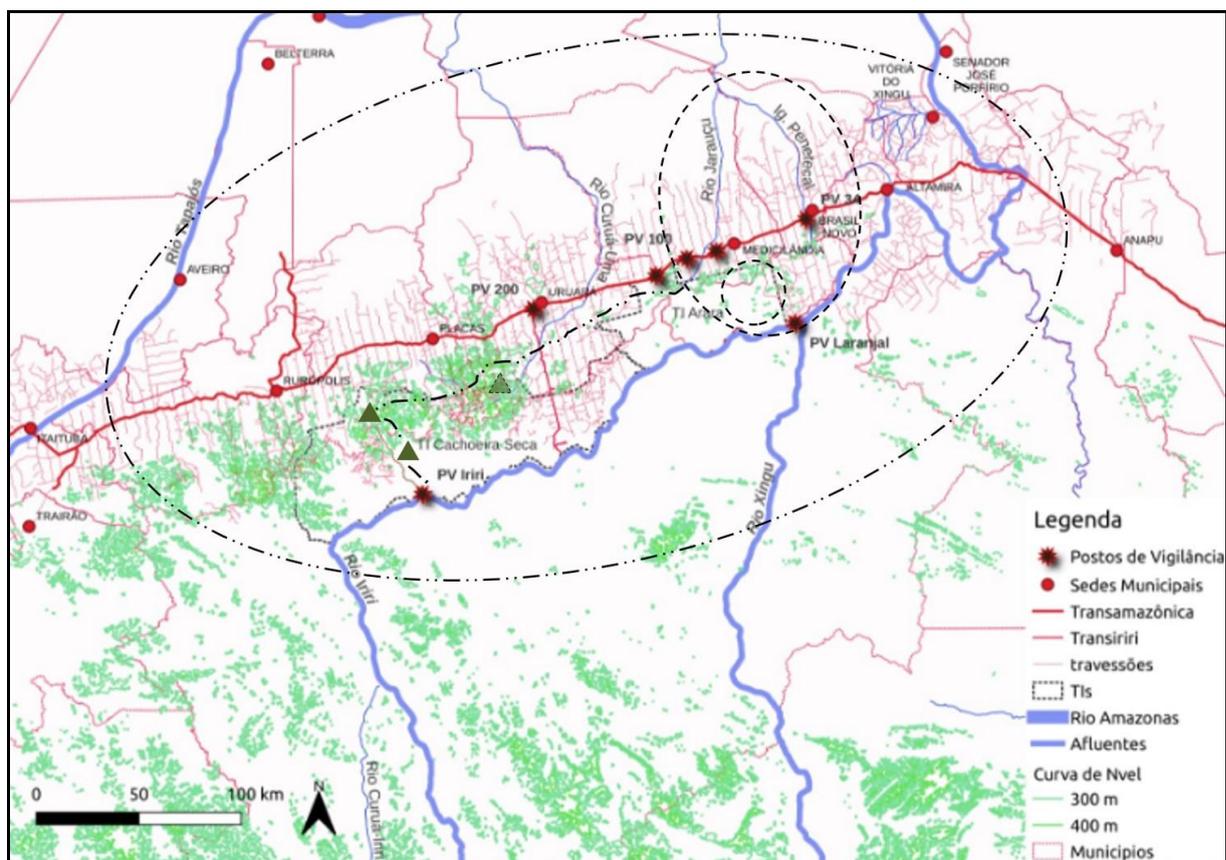
próprio Sydney Possuelo confirmam essa dizimação, por patógenos como gripe, varíola e coqueluche, mas também por contaminantes como estricnina, durante seu processo de contato com não indígenas (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

As informações históricas não fazem muitas referências sobre este tipo de dizimações por contaminação com patógenos ou agentes químicos, no entanto, descrevem muitos dos eventos de violência contra os grupos Arara (*Karib*) no passado. Por isso, após as viagens do Nimuendaju nas calhas do Xingu e do Iriri, e da publicação de suas informações, os grupos do que ocupavam essa região foram considerados praticamente extintos, por não se terem maiores registros de sua presença nas margens desses rios (Nimuendaju, 1948). No entanto, conforme a recriação da sua memória coletiva, eles estavam resistindo às pressões dos não indígenas, fazendo uso de seu acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade.

Segundo as informações da memória coletiva, os grupos Arara tinham localizado seus assentamentos permanentes nas terras altas das nascentes de dois igarapés “irmãos”, que correspondem com os igarapés Jarauçu e Penetecal. De acordo com os depoimentos, tinham assentamentos de grupos Arara nas nascentes desses igarapés e em outros locais a jusante, mais abaixo do seu encontro. Eles usaram o termo irmãos, porque sabiam que mesmo nascendo em locais diferentes, suas calhas se encontravam e continuavam juntas até a foz do Xingu. Esse elemento daria maiores justificativas para a possibilidade de que os grupos que foram registrados no período entre 1861 e 1862, na margem esquerda do Xingu, abaixo da Volta Grande, tivessem conhecido a foz desse igarapé no Xingu e no seu escape dos conflitos, tivessem remontado seu curso até as nascentes, por isso o detalhado conhecimento do encontro dos dois igarapés irmãos, e da localização de outros grupos neste local, mencionados nos relatos.

Numa tentativa de análise do acúmulo informações apresentadas, se realizou uma reconstrução dos dados qualitativos, usando as ferramentas da cartografia convencional para indicar o traçado da Transamazônica BR-230, os polígonos dos atuais municípios e das TIs Arara e Cachoeira Seca, os pontos de localização dos centros administrativos desses municípios, o sistema hidrográfico de referência, as elevações entre 300 e 400 m, e os diferentes PVs instalados pela FAA (Figura 24).

Figura 24 – Mapa temático sobre a configuração territorial dos grupos Arara entre as décadas de 1940 e 1980 e a rota de mobilização na separação do grupo da TI Cachoeira Seca



Elaboração cartográfica: Augusto Postigo. **Fontes:** Memória Coletiva do Grupo Arara da TI Cachoeira Seca; Milanez (2015); Monteiro (2020); Tonacci (1980). Editado pelo autor.

Para facilitar a análise, se faz uma estimativa conservadora sobre a área de habitação histórica, a partir das informações de Clauss (1886), Coudreau (1896) e Nimuendaju (1948), com o traço ponteadado maior. A área de concentração dos grupos é baseada nas informações sobre o contato no período entre as décadas de 1960 e 1980 (Milanez, 2017; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980) e as informações da memória coletiva do grupo da TI Cachoeira Seca, referenciada dentro da linha ponteadada intermédia. Como outras construções da memória coletiva indicam que nessa área de concentração existiam vários locais de importância cultural, que justificavam e facilitavam, a concentração e dispersão dos grupos, também se faz uma estimativa para referenciar esses elementos. Em particular eram: um grande lago entre as duas nascentes, que era considerado a habitação dos espíritos de várias mulheres e homens Arara, que tinham morrido, ocupando esses locais e um grande tabocal (*Guadua spp.*) usado para a elaboração de flechas para a defesa, a caça, a pesca e a coleta, indicado com o traço ponteadado de menor tamanho.

Em adição, o corredor de habitação nas terras altas que permitia um maior domínio territorial e comunicação entre os grupos, se identifica com as elevações entre 300 e 400 m. Neste sentido, as informações de Nimuendaju (1948) mencionam a movimentação de um grupo até as nascentes do Curuá-Uma, desde finais do século XIX e continuavam lá resistindo às pressões dos não indígenas até a quase a metade da década de 1910, e, por isso, se referencia o local, com o triangulo ponteadado e de cor desvanecida.

Também, se simula a rota usada pelo grupo da TI Cachoeira Seca, quando se separou da área de concentração dos grupos, usando o corredor de terras altas como refúgio, segundo a construção da memória oral. Um elemento destaque na figura é o traçado da prolongação do travessão 185 (trans Iriri), identificado com traço vermelho, perpendicular ao traçado da transamazônica e da calha do rio Iriri. Devido a abertura e término deste ramal, começou e terminou no período de 1981 até 1984, é muito possível que tenha sido uma barreira física impassável, que provocou o isolamento permanente do grupo da TI Cachoeira Seca até seu contato em 1987.

Finalmente se referenciam os últimos dois locais de assentamento permanente deste grupo, localizados nas nascentes e na calha médio do Igarapé Cachoeira Seca, indicados com os triângulos verdes escuros. Em conjunto, os elementos da separação representam uma parte do caminho da diáspora deste grupo, e, em geral, dos grupos Arara (*Karib*) da região do Xingu.

A resistência a esse cercamento, produzido pela presença não indígena, teve que estar acompanhada por estratégias e elaborações sobre o uso do território e a biodiversidade, para segurar a alimentação e reprodução física e cultural dos grupos até o contato oficial. As informações de *Pui Arara* sobre a pesca de grandes peixes e quelônios com arco e flecha nos igarapés, e coleta de ovos nas praias durante a seca, nessas áreas de concentração são evidências dessas construções. Em adição, segundo Milanez (2015), na década de 1960 se apresentou um conflito entre os grupos Arara e caçadores não indígenas, extrativistas de quelônios, que se aventuraram subindo o Penetecal. Essa disputa demonstra, por um lado, a importância cultural e alimentícia desses recursos, e por outro, a ocupação Arara desses locais antes que as levadas colonizadoras ancoradas ao PIN e à construção da Transamazônica.

A partir de 1987, e intermediado pela presença permanente dos servidores da FAA, começa a conformação da aldeia Iriri, que aparece representada na sua configuração atual, na maioria dos mapas mentais apresentados (ver mapas mentais 2; 3; 4). Este assentamento num

mesmo local foi inicialmente pensado como um mecanismo para a proteção dos grupos indígenas que iam fazendo contato, para que não ficassem expostos aos impactos da construção da Transamazônica e dos choques com as frentes de colonização. Este mecanismo, foi comum na atuação do SPI e posteriormente, nos inícios da atuação da Funai, como no caso dos grupos da TI Arara, concentrados muito tempo na aldeia Laranjal na margem do rio Iriri, apesar de terem sido contatados no trecho entre os quilômetros 100 e 120 do traçado da Transamazônica, nas nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, e do grupo da TI Cachoeira Seca, das nascentes do Igarapé Cachoeira Seca, para sua foz com o Iriri.

Contudo, essa determinação provoca uma mudança na configuração tradicional do povo Arara, consistente na ocupação do território a partir de grupos espalhados que se concentravam e desagregavam, segundo as condições da sazonalidade e a produtividade das áreas de uso dispersas no território. Como descrito no trabalho antropológico de Teixeira-Pinto, isso formava parte das estratégias de uso do território e a biodiversidade, mas também era uma estratégia de fortalecimento da coesão grupal e efetivação do intercâmbio social e casamentos (1997). Essa mobilidade do povo Arara também foi reconhecida como uma característica importante deste povo por Sydney Possuelo, quando menciona as informações sobre grandes “peregrinações” até as cabeceiras do rio Xingu e a região do Tucuruí, no documentário oficial sobre o contato do povo Arara (Possuelo, 1980: 04’:10” - 04’:57” min.).

Mesmo com essa nova configuração das aldeias na margem do rio Iriri, em vez de localizadas nas nascentes de alguns dos igarapés do território tradicional, como ocorria antes do contato, as dinâmicas territoriais continuam nas duas TIs. e mesmo por diferentes motivações, novas aldeias vão se configurando, apesar que as redes de coesão entre os grupos separados nas duas TIs, não seja tão evidente, nem frequente. No caso da TI Arara, segundo o depoimento de *Tatjim Arara*, servidor da atual Frente de Proteção da Funai, duas novas aldeias foram ocupadas na margem do traçado da Transamazônica, após quase três décadas de abandono dessa parte do território. De acordo com *Tatjim*, essa retomada foi uma estratégia de proteção territorial da TI Arara, aproveitando a permanência de postos de vigilância interinstitucionais da Força Nacional e do IBAMA localizados nesse trecho da BR-230.

No relato do servidor indígena, aparece que as populações não indígenas que moram nas vilas da redondeza têm flexibilizado sua postura, e já não se sente tanta desconfiança na habitação. Parece, segundo ele, que as pessoas começam a se acostumar com a presença permanente desses grupos Arara, aceitando o estabelecimento de relações de troca e a participação das crianças indígenas nas escolas não indígenas. Essa parece ser uma percepção

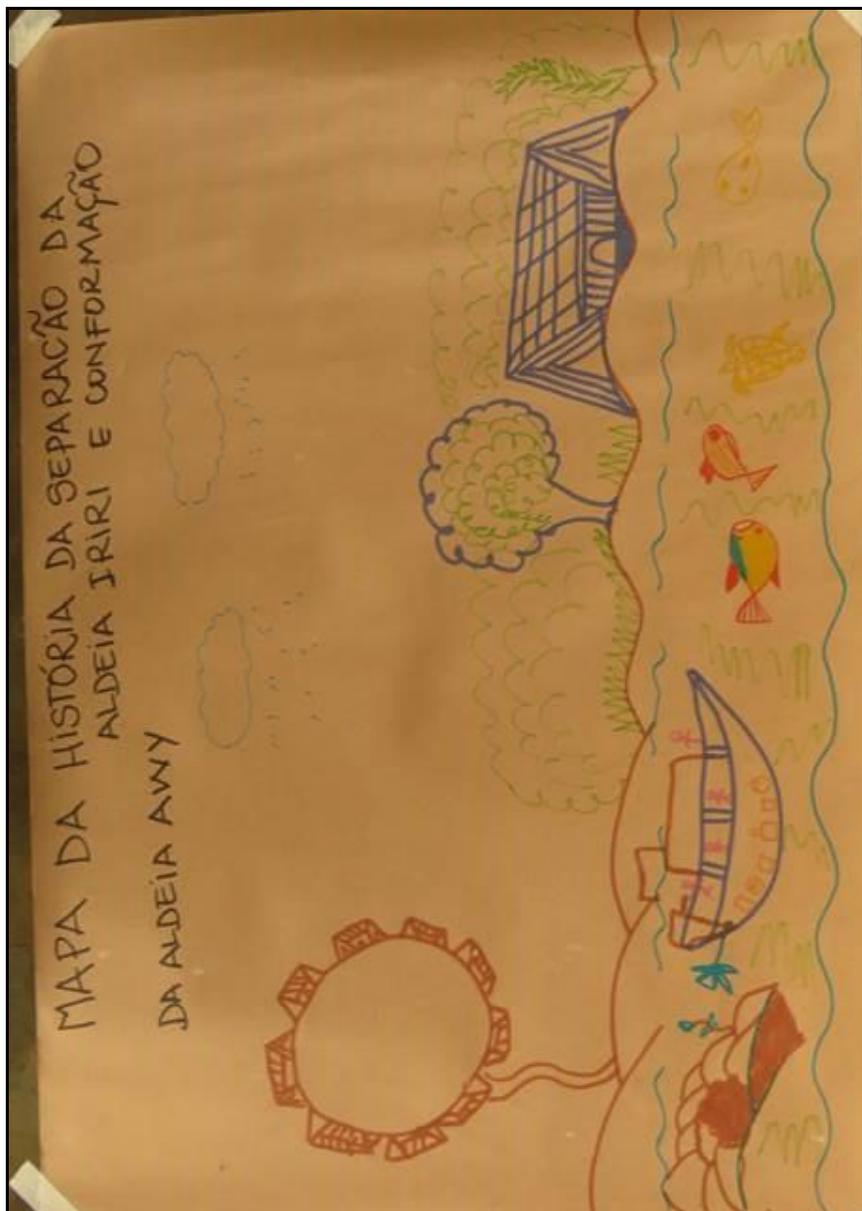
positiva desta proximidade, ao igual que a melhora nas possibilidades de articulação com o município de Altamira. A questão mais interessante é uma percepção da diminuição do tráfego de caminhões com madeira ilegalmente extraída da TI Arara, a partir da presença da comunidade nas aldeias, e de sua articulação com os postos de vigilância oficiais, neste trecho da Transamazônica.

Por outra parte, na TI Cachoeira Seca, duas aldeias se configuraram recentemente, aparentemente devido a motivações de natureza político-organizativa. A primeira corresponde com a aldeia *Awy*, na margem esquerda do rio Iriri na jusante da aldeia Iriri, perto do local conhecido como “cachoeira do Iriri velho”, fazendo referência à cercania com a desembocadura do igarapé do mesmo nome, afluente da margem esquerda do rio Iriri. A outra, ainda mais recente, começou a se configurar em julho de 2023, num local na margem esquerda do rio Iriri, conhecido como “Pedra do O”, por ter inscrições rupestres nas pedras que afloram no período da seca (*ironu*). Deste último processo de configuração, se conhece que quem lidera é o adulto jovem Totó Arara, grande colaborador nas expedições de mapeamento realizadas e partícipe importante dos registros de desembarco de caça e pesca. Considera-se que sua grande habilidade nestas duas artes de aprovisionamento e sobrevivência cultural e biológica será de muita utilidade para sacar adiante o novo grupo conformado.

Também, no final do mês de abril de 2023, se realizaram uma série de oficinas participativas e conversas na aldeia *Awy* com a liderança *Ioru Arara*, irmão mais novo do *Mobu Odo Arara*, liderança da aldeia Iriri. Também com sua esposa *Lorigo Arara*, e outros membros do grupo seu familiar próximo, que são os que conformam esta aldeia. O local que o grupo familiar de *Ioru* escolheu para a instalação da aldeia *Awy* corresponde com uma antiga moradia não indígena, aberta desde antes da interdição da área que seria a TI Cachoeira Seca. No mapa mental produzido para ilustrar o processo de mobilidade deste grupo familiar, os elaboradores desenharam no extremo esquerdo a aldeia Iriri, e no lado oposto, um desenho de uma casa com estilo da construção não indígena com uma grande árvore de mangueira (*Mangifera indica*) do lado (Figura 25). Essa árvore existe na atualidade e pode ter mais de 50 anos de idade. Muitas dessas árvores são consideradas marcadores das colocações e moradias

dos seringais estabelecidos na década de 1920 durante o segundo ciclo da borracha (*Hevea brasiliensis*), nas calhas do Xingu e do Iriri³².

Figura 25 – Mapa mental sobre a separação do grupo familiar de Ioru Arara, da aldeia principal, Iriri, localizada no montante da atual aldeia Awy, como denominada após a separação



Elaboração: Comunidade aldeia Awy. **Fonte:** Oficinas participativas e colaborativas sobre mobilidade e uso do território. **Relatos históricos:** Ioru e Lorigo Arara. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Abril/2023.

Entre os locais de assentamento representados, os realizadores desenharam a embarcação que usaram para a sua mobilidade, fluando no rio Iriri no sentido da jusante. Na

³² Várias entrevistas e conversas com moradores beiradeiros das Resex, Xingu, Iriri e Riozinho, as árvores de mangueira (*M. indica*), foram plantadas por seus pais ou outros familiares, que chegaram nos ciclos da borracha. Outros trabalhos também colocam esta espécie como indicadora de ocupação não indígena. Fonte: Seu Josevaldo (Xingu); Seu Regino (Riozinho do Anfrísio; Dona Chagas (Iriri). Villas Bôas (2017a).

embarcação de motor “rabeta”, estavam indicadas as funções de proeiro, desenhado na frente, o motorista na parte de trás da embarcação, e as famílias dentro, com os seus pertences no chão, evidenciando a importância desta forma de transporte e locomoção integrada a partir do assentamento permanente na margem do rio Iriri e do convívio com os beiradeiros e outros não indígenas que moram ou perambulam pela região.

Segundo o relato dos realizadores, a separação político-organizativa se dá no marco da implementação do “Plano Básico Ambiental, Componente Indígena” (PBA-CI). Este PBA-CI se consolidou como instrumento de mitigação dos impactos da UHE Belo Monte, exigido à empresa Norte Energia (NE) para a continuidade da operação após 2016. Com a chegada das empresas terceirizadas para executar as ações contempladas PBA-CI para a TI Cachoeira Seca, as lideranças comunitárias e associativas tiveram um maior acesso ao recurso econômico “em mãos”, e/ou através dos programas preestabelecidos pelas terceirizadas

De acordo com o relato da atual liderança da aldeia *Awy*, após vários anos recebendo os recursos do PBA-CI por pertencer à presidência da Associação *Kowit*, seu nome foi substituído numa das eleições contempladas nos estatutos da associação. Por esta mudança na equipe administrativa dessa Associação indígena, esses recursos deixaram de chegar à sua família. Na percepção desta liderança, uma alternativa para que esses recursos continuassem chegando à sua família, sem intermediação das lideranças da aldeia Iriri, era a abertura da nova aldeia *Awy*. Outra razão comentada pela liderança menciona que a movimentação também foi exigência da sua mãe, que manifestava estar em desacordo com a troca dos telhados tradicionais de palha, pelos atuais de Brasilit, favorecidos pelas ações financiadas no marco do mencionado PBA- CI. Na percepção da mulher, as casas esquentavam muito todo o dia, e isso estava danificando sua saúde.

Na visão deste grupo familiar, após a separação do grupo principal da aldeia Iriri, a aldeia *Awy* vem se consolidando neste novo espaço territorial. Isto é colocado num novo mapa mental produzido pela comunidade. No mapa, os elaboradores representam a condição atual da aldeia, com um porto no qual aparecem as embarcações, e uma estrada central de acesso, aberta e espaçosa, que se corresponde com a situação atual. Nessa representação, eles narram o processo de limpeza das antigas capoeiras desse local abandonado, para o estabelecimento dos seus roçados e distribuição das novas moradias, indicando o nome do dono na parte de cima do desenho, e os locais onde estão localizados os seus roçados. Duas das construções identificadas não correspondem a moradias e estão referenciadas como: “paiol” e “cuzinha de

forno”. No “paiol”, se armazena a coleta de castanha e babaçu para a comercialização, mas eventualmente também funciona como local para alojamento dos visitantes. A “cusinha de forno” corresponde com o lugar onde se processa a macaxeira e a mandioca brava para produção de farinha, para o consumo interno e a comercialização (Figura 26).

Figura 26 – Representação das melhorias realizadas no novo local de assentamento na Aldeia Awy liderada pelo grupo familiar de *Ioru* e *Lorigo Arara*, após a separação da aldeia principal, Iriri, liderada pelo seu irmão *Mobu Odo Arara*



Elaboração: Comunidade aldeia Awy. **Fonte:** Oficinas participativas e colaborativas sobre uso do território e da biodiversidade. **Relatos históricos:** *Ioru* e *Lorigo Arara*. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Abril/2023.

Ambas as construções têm sido auxiliadas com os recursos dos programas do PBA-CI, e a comercialização desta produção também se articula com a gestão e administração das agências terceirizadas que desenvolvem ditos programas³³. A equipe também relata que a abertura de uma estrada central que comunicasse o porto com as moradias foi uma das recomendações dos assessores das executoras terceirizadas do PBA-CI, para facilitar o embarque e escoamento da produção da aldeia e das pessoas. Outros elementos que a equipe localiza no mapa mental correspondem com algumas áreas de uso do território, como as áreas de pesca no rio Iriri, representadas na parte de abaixo do mapa mental, e as áreas de coleta de castanha, localizadas na parte superior esquerda, simbolizadas pelo conjunto de árvores ali desenhado (ver figura 26). Esse mapa mental não só traz informação sobre a mobilidade do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, que tem sido o objeto deste tópico, mas também introduz os outros elementos sobre as formas de uso do território e a biodiversidade que serão abordados nos próximos tópicos sobre as formas de uso do território e a biodiversidade, elaboradas pelo povo Arara da TI Cachoeira Seca para sua sobrevivência.

³³ Apesar de ter feito solicitação direta dos programas e as ações do PBA-CI desenvolvidos na TI Cachoeira Seca, no escritório da Unyleya em Altamira e mediante ofício encaminhado pelo e-mail aos funcionários encarregados, nunca se recebeu informação solicitada, argumentando o sigilo imposto pela Norte Energia às agências terceirizadas. No entanto, se teve a oportunidade de realizar uma entrevista informal a uns funcionários da Unyleya, que passaram pela aldeia Iriri, entre os dias 01-05 de março de 2023. De acordo com suas informações, o PBA-CI da TI Cachoeira Seca atendia tanto as aldeias do povo Arara, quanto as do povo Xipaia. Os programas executados estavam relacionados principalmente com a comercialização da produção da safra de castanha (*B. excelsa*) em Altamira, da qual se devolviam os rendimentos de dita comercialização, em grana ou em produtos industrializados considerados dentro da categoria de cesta básica, como açúcar, sal, arroz, doces e bolachas, entre outros. Também tinham um programa de comercialização de artesanato produzido pelas mulheres, que funcionava bancando o deslocamento de algumas das mulheres produtoras, às férias artesanais de Altamira e de outros municípios do Estado do Pará. As outras duas ações realizadas pelos funcionários nas suas vistas nas aldeias consistiam por uma parte no mapeamento dos roçados, para avaliar a possibilidade de participar na comercialização de farinha de mandioca, para isto já tinham sido instalados os fornos e casas de farinha nas aldeias Iriri e *Awy*, e por outra parte, na implementação de pequenas plantações de cacau familiares, entregando 263 mudas por família, para evitar os custos de manutenção de um viveiro em cada aldeia. Pela experiência de ter acompanhado as ações desenvolvidas nesses dias e em algumas participações das mulheres da TI Cachoeira Seca em férias artesanais bancadas pelo PBA-CI, a prestação de contas é superficial e nem se aproxima à diretrizes financeiras e contábeis, escrevendo cifras e realizando operações de soma, resta, multiplicação e divisão em cartais, sem nenhum suporte com notas fiscais.

4 “AS VOZES DE UM ACERVO DINÂMICO”. PERCEPÇÕES E CONHECIMENTO TRADICIONAL SOBRE O USO DO TERRITÓRIO E DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA (*KARIB*) DA TI CACHOEIRA SECA

Após uma feroz briga no mundo espiritual, na cosmogonia dos Arara (*Karib*), os causantes foram indicados a abandonar o mundo espiritual, e obrigados a sair pelo buraco que eles tinham provocado. Portanto, foi preciso ocupar outro plano de habitação desconhecido, que existia no lado oposto, no qual moravam seus inimigos espirituais. No seu perambular neste novo plano de ocupação, a história cosmológica menciona o encontro com a preguiça gigante, que é a personagem mítica que transmite a maioria dos conhecimentos para a sobrevivência. Outro mecanismo de sobrevivência apreendido pelo povo Arara ancestral foi o de se organizar em subgrupos que se distribuem em diferentes pontos do novo território, mantendo redes de cooperação e alianças (Teixeira-Pinto, 1997). A primeira parte do título deste capítulo indica que o conhecimento tradicional não é estático e, pelo contrário, está em contínua transformação e atualização de acordo com as mudanças no território e das condições de vida (Alves, 2013; Liebenberg, 2013).

De acordo com as informações dos primeiros estudos (Clauss, 1886; Coundreau, 1896; Meira, 2006; Nimuendaju, 1948; 1981), os estudos antropológicos e documentários do contato oficial da FAA (Milanez, 2015, Monteiro, 2020; Teixeira-Pinto, 1997; Tonacci, 1980) e as compilações gerais sobre o povo Arara (Teixeira-Pinto, 2021) coincidem com um território ancestral, levando em conta as informações da origem e distribuição da família linguística *Karib*, que se foi estreitando até ficar configurado numa área de habitação delimitada pelas calhas dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu.

Os relatos e depoimentos sobre as histórias de vida e a mobilidade do grupo da TI Cachoeira Seca também dialogam com esta delimitação e evidenciam seu conhecimento destas calhas principais e de outras importantes dentro do território, como os Igarapés Penetecal, Jaracuçu, Curuá-Una, Cachoeira Seca, Dois Irmãos e Iriri Velho. Os dois primeiros são afluentes da calha do Xingu, onde se concentravam os grupos para efetivar as redes de troca, ou para a defesa do território, segundo as pesquisas e relatos³⁴ do contato oficial (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonucci, 1980). O terceiro, afluente do Amazonas. Os últimos três afluentes do Iriri é onde se localizam, atualmente, as principais áreas de uso.

³⁴ Nesse caso, também se incluem os relatos e depoimentos das oficinas participativas e colaborativas realizadas em março-abril de 2023. Fonte: *Iaut Arara* (2023); *Arapuca Arara* (2023).

No caso do Igarapé Cachoeira Seca, foi usado como local de proteção, quando o grupo se encontrava em fuga, pelas pressões permanentes, fosse pelos conflitos internos, ou, pelas invasões das frentes de colonização e trabalhadores das obras da Transamazônica, quando tiveram seu período de acirramento entre as décadas de 1960 e 1980. As informações colocadas nos mapas mentais também deixam ver um conhecimento das terras altas que fazem parte desta divisória das calhas do Rio Amazonas e o rio Iriri, que foram usadas como corredor para o deslocamento das margens do igarapé Penetecal às cabeceiras do Igarapé Cachoeira Seca, mas que também tinha sido usado como corredor de habitação e fuga, para resistir aos conflitos com não indígenas nas margens do rio Iriri, entre 1897 e 1914 (Nimuendaju, 1948).

Os relatos³⁵ e informações também coincidem com uma distribuição espacial da população, consistente em grupos espalhados pelo território tradicional, caracterizados por uma permanente mobilidade. Essa permanente mobilidade, que incluía separação e concentração dos grupos, podia obedecer às diversas necessidades ou motivações. Por uma parte, quando os grupos estavam espalhados, obedecia às necessidades de alcançar as áreas de uso dispersas no território, para a consecução de alimento. Por outra parte, a mobilidade para as concentrações dos grupos poderia estar associada à produção sazonal (Teixeira-Pinto, 1997) ou como resposta aos conflitos territoriais com outros atores que se adentrassem no território (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980), também como corroborado pelas vozes Arara, para o fortalecimento das redes de cooperação e a efetivação de alianças entre os grupos, mas também para evitar os conflitos internos e de outras naturezas (ver Mapas Mentais 3, 4, 5).

Nesse sentido, neste capítulo se discorre sobre os elementos do acervo de conhecimento tradicional sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, para garantir a alimentação e sobrevivência, na atualidade. Para isso, se apresentam cinco seções. Na primeira, se discorre pelas indagações feitas sobre as percepções da sazonalidade no território, e a relação com a distribuição, a produtividade e comportamento das espécies biológicas de interesse. Na segunda seção, se apresentam as formas específicas com as que os *ogorogmó*, como se autorreconhecem as pessoas dos grupos Arara (*Karib*), conseguem o alimento para a sobrevivência das famílias.

³⁵ Nesta parte, os relatos também incluem os depoimentos de adultos, jovens e crianças que participaram do contato oficial com a FAA em 1987, realizados durante os módulos do Curso de Direitos Humanos em 2022. Fontes: *Onatjiodo Arara, Tatji Arara, Typu Arara* (Mulheres). *Pui Arara, Timbektodem Arara, Moku Odo Arara, Ioru Arara, Iaut Arara, Arapuca Arara* (Homens).

Na terceira seção, se apresentam as informações sobre o estabelecimento dos roçados e as principais espécies usadas para a alimentação. Na quarta seção, se recolhem as informações sobre um grupo de componentes da biodiversidade, e se propõe um diálogo com as informações de outros trabalhos, a maioria desenvolvidos na Terra do Meio. Também se reflete sobre alguns desses trabalhos que conseguiram se consolidar como “insumos potentes” para a proteção territorial e a garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas e beiradeiros da Terra do Meio. Na quinta seção, se continua com os resultados da organização social das aldeias da TI Cachoeira Seca para formular mais uma denúncia às instituições oficiais em 2023, sobre as invasões ilegais, o que resultou em uma iniciativa comunitária de mapeamento dessas áreas. Encerra-se com uma análise desse mapeamento, usando as ferramentas da cartografia convencional.

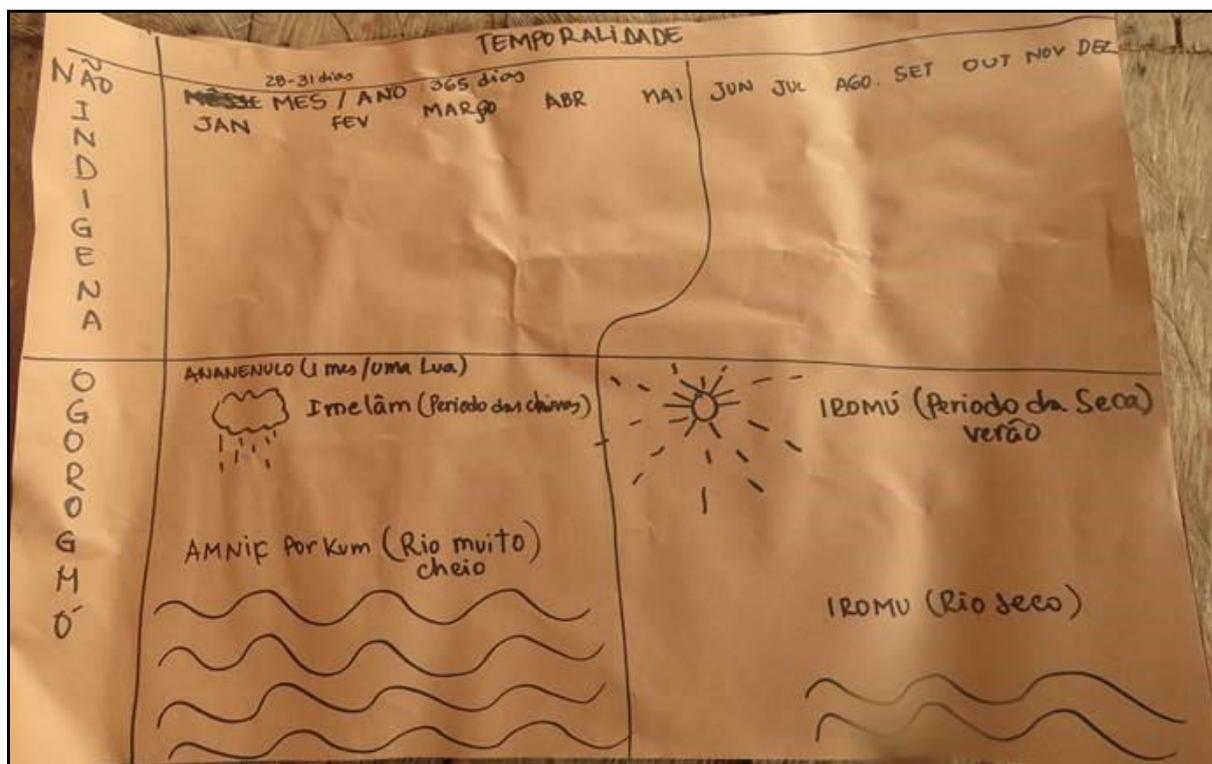
4.1 “A voz do território”. O complexo sazonal *imelãm/iromu* e a elaboração de estratégias para o uso do território e da biodiversidade para a alimentação e sobrevivência

As informações sobre a mobilidade do grupo da TI Cachoeira Seca, apresentadas nos capítulos anteriores, neste trabalho são entendidas como um dos componentes das formas de uso do território e da biodiversidade fundamentais para a sua sobrevivência. Para seu melhor entendimento e detalhamento, as informações se organizaram numa sequência cronológica. Outros componentes estão relacionados com o acervo de conhecimento tradicional, sobre o clima, os rios, e das suas associações condicionantes no comportamento das espécies, para facilitar a pesca, a caça ou a coleta das mesmas, que depois serão usadas para a alimentação, para o estabelecimento de redes de intercâmbio, ou para fortalecimento das redes de cooperação entre os afins. Alguns dos elementos tratados nas oficinas participativas realizadas com *Iaut* e *Arapuca* ajudam no entendimento da medição da sazonalidade anual, baseada principalmente no comportamento dos ciclos climático e hidrológico.

Nesse sentido, as indagações permitiram construir uma representação esquemática, com a qual se conseguiu sistematizar várias dessas informações. Quanto à sazonalidade, entre os *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca, o período das chuvas se denomina *imelãm*; no entanto, o período da seca é nomeado como *iromu*. Nesses períodos, o rio tem muita água durante *imelãm*, por isso é acompanhado da expressão “*amnif por kun*” (rio muito cheio). Em alternância, no período *iromu*, o rio reduz muito mais que a metade seu nível de água. Usando como referência a informação do calendário não indígena, para um melhor detalhamento,

imelâm ocorreria entre os meses de janeiro e maio; no entanto, *Iromu* ocorreria entre os meses de junho e dezembro (Figura 27).

Figura 27 – Mapa Mental com a representação esquemática da percepção da sazonalidade entre os *Ogorogmó* da TI Cachoeira Seca.



Fonte: Oficinas participativas e colaborativas sobre uso do território e da biodiversidade. **Assessoria:** Arapuça e Iaut Arara. **Local:** Aldeia Iriiri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Na representação esquemática do entendimento do comportamento sazonal, não aparecem denominações específicas para os períodos hidrológicos da enchente e vazante respectivamente, e é muito possível que dentro do acervo da língua Arara (*Karib*) exista sim esse detalhamento para esses períodos. De fato, até pode existir um nível de detalhe maior para indicar, o início, o fim e as transições desses fenômenos, no entanto, não se fizeram indagações para apresentar esse detalhamento. Por outra parte, na representação gráfica, se aprecia que no acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade existe um entendimento dos fenômenos climáticos, associados aos fenômenos hidrológicos.

Em adição, se evidenciou que neste acervo também se podem encontrar outras associações com locais geográficos específicos que estão influenciados pelas percepções sazonais e comportamento hidrológico, resultando em um complexo de alternância de locais disponíveis para a alimentação e reprodução das espécies biológicas, que é usado pelo grupo Arara da TI Cachoeira Seca para sua sobrevivência.

Outro elemento de recorrente aparição nas informações obtidas no convívio com o grupo desta TI esteve relacionado com a existência de construções de conhecimento detalhado sobre o espaço geográfico habitado e o comportamento das espécies biológicas, que foi fundamental para resistir nos momentos de fuga, conseguindo se mobilizar pelos locais seguros, e garantindo a sobrevivência, a partir das práticas culturais para a consecução do alimento. Esse acervo também formou parte das indagações e observações que se incluíram nos levantamentos de dados durante os meses de maio e agosto de 2022, e em março e abril de 2023. Esses levantamentos dão conta de um refinamento na identificação de locais específicos que se diferenciam por suas características paisagísticas e que se associam com as percepções sobre a sazonalidade, o comportamento hidrológico e a produtividade e distribuição das espécies biológicas.

Elementos diferenciados, como rio, igarapé, ilha, praia, beira, igapó e terra firme, numa escala maior, se complementam com outros de escala menor como: pedral (na terra e no rio), cachoeira, corredeira, poços, morro, baixo, gruta, e barreiros, entre outros, que são usados para obtenção de recursos para a alimentação e sobrevivência. As percepções sobre esses elementos e suas associações com a distribuição e produtividade estacional das espécies biológicas são algumas das questões indagadas. De acordo com os depoimentos do *Iaut Arara* sobre as histórias de vida de *Tjibie Arara*, ela contava que o território do povo Arara chegava até um imenso rio, do qual não se podia ver a outra margem ou beira. Segundo a história de *Tjibie* relatada por *Iaut*, o povo Arara concebia esse grande rio, como um dos limites de seu território tradicional, porque *awy*, a ave mítica deste povo, correspondente com a arara-vermelha (*Ara macao*), não tinha conseguido alcançar a outra margem, perdendo força no intento, e morrendo afogada, depois de cair na água exausta. Também porque desconfiavam de cruzar suas águas que não eram cristalinas.

Em adição, nos relatos de *Pui Arara* sobre as formas de vida do grupo da TI Cachoeira Seca, antes do contato oficial em 1987, também se evidenciou o estreito conhecimento do sistema hídrico e sua importância para alimentação, quando relatava as artes de pesca com flecha, nas margens dos igarapés associados aos sítios de assentamento dos grupos, como os mencionados igarapés Penetecal, Jarauçu, com certeza essas artes também foram úteis no seu período de isolamento nas nascentes do igarapé Cachoeira Seca. Por outra parte, as informações históricas também mencionam a presença dos grupos Arara, nas margens do rio Iriri e de sua confluência com o Rio Xingu (Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1946; 1982; Tonucci, 1980), colocando nestes elementos geográficos, importância para a prática e

efetivação das formas de uso do território e a biodiversidade. Segundo com as explicações de Iaut e Arapuca, os corpos de água que compõem o sistema hidrográfico, tem suas nascentes nas terras altas, e vão se juntando com outros no caminho a jusante. Os córregos que se encontram depois das nascentes, ou que se separam antes de sua foz, são considerados “irmãos”.

A diferenciação entre rios e igarapés, portanto, vai depender das percepções sobre a quantidade de água deste corpo, a contribuição com outros corpos de água, a distância entre as margens, e possivelmente a cor, como indica a história de vida da *Tjibie* contada pelo Iaut, mencionada acima. As diferenciações de natureza linguísticas de estas classificações não foram aprofundadas, no entanto, se indagou sobre as percepções que dão origem a estas diferenciações. Por exemplo, no mapa mental sobre a sazonalidade e sua relação com os corpos de água, se encontrou que, quanto à quantidade de água que movem os corpos de água, rios grandes ou na época da cheia, são definidos como *amnif por kum*, com muita água (ver mapa mental 7). Também se evidenciou que diferenciam os nascimentos ou cabeceiras, das bocas ou desembocaduras, e que entendem seu aumento da quantidade de água, devido à contribuição dos afluentes que se vão juntando à medida que se avança na jusante. A possibilidade de observar o céu, entre ambas as margens, também é um critério para estas classificações.

Em termos gerais, as classificações correspondem com as definições locais de rios para os principais corpos de água como: o rio Iriri e o Xingu; igarapés para os corpos de água que desembocam nos rios principais, e grotas para os pequenos corpos de água que nascem nos morros ou terras altas dos interflúvios, permanentemente cobertos pela vegetação de ambas as margens, impedindo a observação direta do céu. Estes últimos, na época das chuvas (*imelâm*), podem ser cruzados de um pulo ou com pontes improvisadas com varas cortadas da vegetação circundante, como se evidenciou nas expedições às áreas de uso em março-abril de 2023.

Em alternância, na da época da seca (*iromu*), sua condição fica reduzida e podem estar quase sem água, associados com barreiros, locais muito visitados pelas espécies de grandes mamíferos como anta (*Tapirus Terrestris*), porco de mato (*Tayassu pecari*), veados (*Mazama spp.*) e felinos, como a onça (*Panthera onça*). As informações sobre esses barreiros colocam que são locais de afloramento de sais minerais fundamentais para a alimentação e metabolismo das espécies biológicas que os visitam. Na Amazônia são comuns e os povos

indígenas e as comunidades tradicionais as associam com alta presença de fauna e as usam cotidianamente nas artes de caça³⁶.

Apesar de existirem essas diferenciações nas percepções do grupo da TI Cachoeira Seca, relacionadas com os elementos geográficos de maior escala como os rios e igarapés, e dos outros de escala menor como as grotas, comentado anteriormente, de acordo com as observações e informações levantadas, esses elementos não são concebidos como independentes, ou seja, não estão isolados dos demais, porque estão em permanente ligação, integração e alternância dependendo do complexo sazonal: *imelãm/iromu*. Nesse sentido, o que é reconhecido como beira, pode se transformar em igapó durante imelãm ou em praia durante iromu. Essas dinâmicas de alternância dos elementos geográficos mencionados, já têm sido descritos em vários trabalhos desenvolvidos na Amazônia, alguns deles caracterizam essa alternância, como paisagens evanescentes, que são integrados no acervo de conhecimento das comunidades tradicionais, para seu aproveitamento e uso para alimentação e sobrevivência (Stoll *et al.*, 2019).

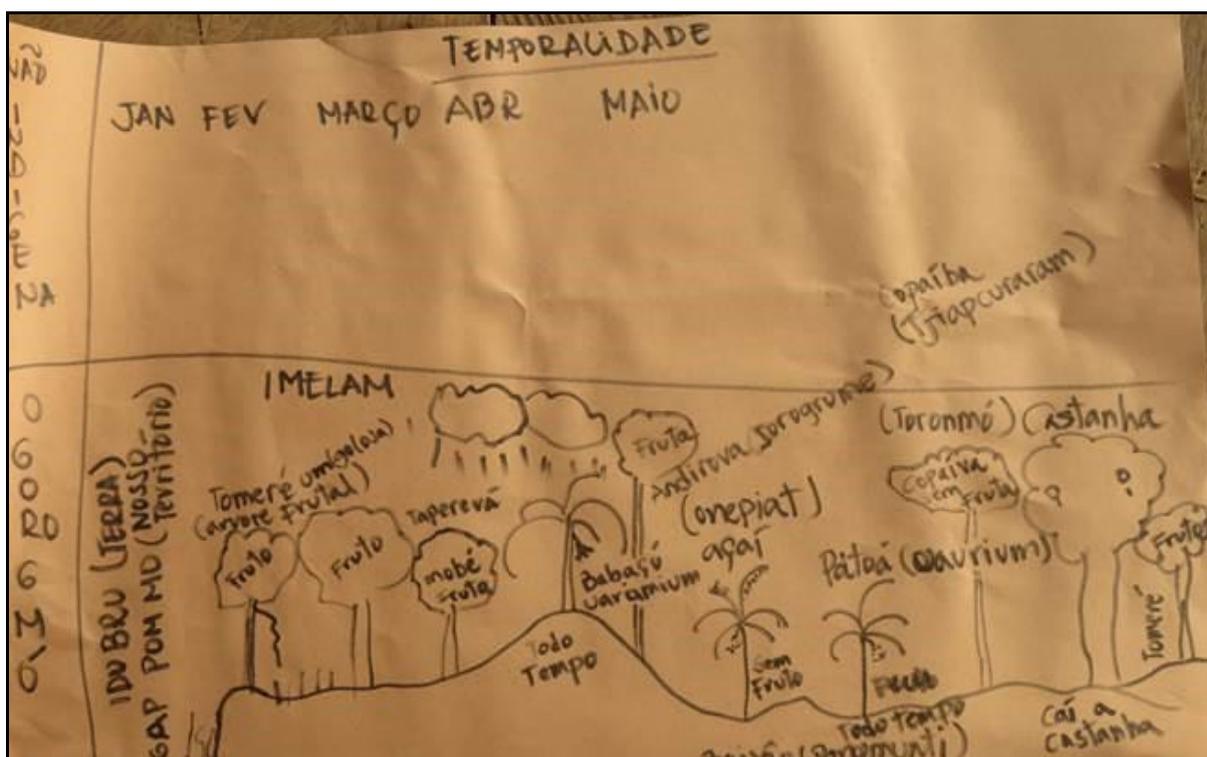
Outro elemento importante que se evidenciou, foi a capacidade de identificação dos tipos de coberturas vegetais onde se distribuem as espécies vegetais mais usadas dentro de seu território. Nesse sentido reconhecem de forma geral as diferenças entre as roças, as capoeiras, e outras coberturas vegetais da terra firme, composta por agrupações de espécies biológicas como os castanhais (*Bertholletia excelsa*), os açazais (*Euterpe oleraceae*) os babaçuais (*Attalea speciosa*) e os tabocais (*Guadua spp.*), por exemplo. Sobre a identificação das capoeiras, na percepção de Arapuça, estes locais têm perdido a sua porção de vegetação composta por árvores de grande tamanho, que têm sido removidas em antigos processos de estabelecimento de roçados ou de clareamento de áreas para habitação.

Nesse sentido, a maioria de capoeiras usadas para o estabelecimento dos roçados das aldeias da TI Cachoeira Seca correspondem com locais aproveitados pelas comunidades não indígenas que se assentaram nas margens do rio Iriri, a partir do primeiro ciclo da borracha, e com maior intensidade, a partir do segundo ciclo na década de 1940 (Milanez, 2015; Tonacci, 1980; Villas Bôas *et al.*, 2017a). Sobre os outros locais da terra firme onde se distribuem as espécies de interesse, se fizeram algumas indagações e oficinas colaborativas. Um dos

³⁶ Os barreiros são locais de caça muito apreciados pela grande quantidade de animais de fauna cinegética que se congregam nas redondezas destes recursos alimentícios e de suplementação alimentícia, especialmente no período da seca, os caçadores Arara fazem expedições de caça nestes sítios. Os beiradeiros também integraram este conhecimento e realizam expedições de caça de espera, aguardando escondidos, a entrada dos animais a “chupar” no barreiro. Fonte: Tonho Beiradeiro (Iriri); Seu Regino (Riozinho do Anfrísio); Iaut Arara; Arapuça Arara; Totó Arara; Katiel Arara; Vito Xipaia.

insumos foi uma representação esquemática com as percepções sobre as associações entre os períodos sazonais, o comportamento hidrológico, a configuração de alguns dos elementos geográficos e o comportamento e distribuição de algumas das espécies biológicas importantes (Figura 28).

Figura 28 – Mapa Mental com a representação esquemática da localização de algumas das espécies vegetais de interesse para o povo da *Ogorogmó* da TI Cachoeira Seca, num perfil de elevação, simulado para o período das chuvas (*imelâm*)



Fonte: Oficinas participativas e colaborativas sobre uso do território e da biodiversidade. **Assessoria:** Arapuca e Iaut Arara. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Essas percepções se consolidaram em um perfil topográfico, que inicia na margem do rio Iriri e se estende em direção à terra firme, simulando as ondulações naturais. Nesse perfil, se localizaram as espécies biológicas, segundo as percepções sobre sua distribuição espacial. Também, os elementos sobre a produtividade destas espécies segundo o período sazonal. Em adição, localizam alguns dos elementos geográficos de maior e menor escala, como morros, representados na ondulação maior, os baixos (baixões) de terra firme e as grotas, representados nas depressões menores que o nível da margem do Iriri, e as transições entre estas áreas e outras de maior elevação, no final do perfil. O perfil se complementou com a produtividade durante o período *imelâm* (chuvas). Na parte superior do mapa, se colocaram os nomes dos meses do calendário não indígena para ter uma referência do tempo de duração.

Também se representa a alternância da composição vegetal, com destaque para as espécies: Gulosa (*Chrysophyllum sanguinolentum*), taperebá (*Spondias mombin*), andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), castanheira (*B. excelsa*), açai (*E. oleraceae*), patoá (*Oenocarpus bataua*) e babaçu (*A. speciosa*), que são distribuídas nos diferentes locais de acordo com suas preferências. Essas espécies podem ser categorizadas em grupos de alimentícias, comerciais e medicinais. No entanto, juntando as percepções do povo Arara com a dos beiradeiros, só andiroba e copaíba não são usadas para a alimentação, o restante poderia ser usado nas três categorias mencionadas. Outras agrupações poderiam diferenciar entre árvores e palmeiras, preferências topográficas para a distribuição, ou produtividade de acordo com o período sazonal.

Segundo as percepções de *Iaut* e *Arapuca*, sobre a produtividade destas espécies biológicas, durante o período das chuvas (*imelãm*), só açai está sem fruto, os demais estão em produção. Apesar de as espécies apresentadas mostrarem um padrão de produtividade associado com o período das chuvas (*imelãm*), de acordo com as informações subministradas pelos informantes sobre o período da seca (*iromu*), as palmeiras das espécies de babaçu (*A. speciosa*) e patoá (*O. bataua*) estariam em produção nos dois períodos (*imelãm/iromu*). Outras associações, de acordo com as percepções, estariam relacionadas com as preferências topográficas para a distribuição dessas espécies. Nesse sentido, essas preferências não são tão evidentes no caso da palmeira de babaçu (*A. speciosa*), porque se distribui, tanto nos morros e terras altas, quanto nos “baixões”, que compõem a terra firme. Em alternância, as palmeiras açai (*E. oleraceae*) e patoá (*O. bataua*) preferem os baixões para sua distribuição, se diferenciando da anterior espécie biológica (ver Figura 28).

Quanto às outras espécies vegetais mencionadas, gulosa (*C. sanguinolentum*), taperebá (*S. mombin*), andiroba (*C. guianensis*), copaíba (*C. langsdorffii*) e castanheira (*B. excelsa*), só a andiroba (*C. guianensis*) é apresentada com preferências exclusivas pelo crescimento em terras altas com menor possibilidade de alagação. As demais, gulosa (*C. sanguinolentum*), copaíba (*C. langsdorffii*) e castanheira (*B. excelsa*) podem-se encontrar tanto nas margens próximas dos igapós, quanto em terras altas, próximas aos baixões associados às palmeiras de açai (*E. oleraceae*) e patoá (*O. bataua*).

Referente à sua produtividade, todas as espécies de árvores mencionadas anteriormente apresentam alternância de acordo com a expressão do complexo sazonal *imelãm/iromu*, sendo produtivas no período *imelãm*. Entretanto, outras percepções dos

beiradeiros que moram nas Resex do Xingu, Iriri e Riozinho³⁷, colocam que apesar de que a palmeira de açaí prefere os baixões também se distribui no morro, e a diferença dos açazais dos baixões, os do morro, se encontram produtivos na época das chuvas (*imelãm*). Isto desdobra a possibilidade da expressão da produtividade desta espécie durante quase todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, no entanto, mostrando uma alternância da produtividade, segundo o local de distribuição.

4.2 “A voz das estratégias”. Efetivação dos conhecimentos tradicionais nas atividades de caça, pesca e coleta

Todos estes elementos das percepções sobre a configuração do território, a distribuição das espécies e de sua produtividade, associada às condições da sazonalidade climática e hidrológica, formam parte das construções culturais que servem para a alimentação e sobrevivência física, atuais, mas também têm acompanhado o caminho da resistência às invasões, à violência e às imposições de outros atores no seu território. Nesse sentido, os relatos e depoimentos³⁸ também mostram um entendimento de processos ecológicos de maior escala, que à semelhança do comportamento fenológico e distribuição das espécies, contribuem com a efetivação desse acervo para a alimentação e sobrevivência deste grupo humano.

Este entendimento dos processos ecológicos, lhes permite identificar os períodos sazonais que marcam o início da atividade reprodutiva das espécies biológicas, como as piracemas em peixes, e a desova em quelônios, além dos locais geográficos, onde estes fenômenos biológicos e ecológicos ocorrem. Dessa forma, elaboram suas artes de pesca, caça ou coleta para o aproveitamento destes recursos disponíveis no território. O entendimento das formas de propagação, requerimentos para o crescimento e a produtividade de outras espécies vegetais, também lhes permite o estabelecimento de roçados, que servem como completo alimentício, como reserva para os momentos de menor produtividade natural, e que, o passado, serviram como mecanismo cultural para a concentração de grupos e subgrupos e realizar o intercâmbio de *ekuru*: bebida fermentada dos roçados por carne de caça do mato (Teixeira-Pinto, 1997).

³⁷ Se obteve esse tipo de informações sobre a distribuição, comportamento e produtividade das espécies, em conversas, entrevistas e expedições de campo, no marco do programa Monitora do ICMBio. Fontes: Seu Josevaldo (Xingu); Beiradeiro Marlon; Beiradeiro Tonho; Beiradeiro Nei; Beiradeiro Gelson (Iriri) Seu Regino; Seu Jesimar; Márcio (Riozinho).

³⁸ Nesta parte também se incluem as informações sobre as formas de uso do território e a biodiversidade do grupo da TI Cachoeira Seca. Fontes: *Pui, Tybrybi, Mobu Odo, Timbektodem, Toto, Katiel, Puiaka* (Homens) *Tatji, Onatjiodo, Adoum, Katiela, Talem, Poudem* (Mulheres).

Quanto às piracemas, desde a perspectiva da biologia se define como um fenômeno de migração estacional de muitas espécies de peixes, as quais aproveitam os pulsos de inundação dos rios amazônicos (Junk, 1989), para alcançar as nascentes de rios e afluentes, além das margens da floresta alagada, onde as fêmeas realizaram a desova, e os machos, a consecutiva fertilização, que garantem a continuidade do processo reprodutivo dessas espécies (Camargo *et al.*, 2012). As nascentes desses componentes hídricos e as margens de floresta alagadas, ou igapós, funcionam como locais de reprodução e criação, que limitam a depredação tanto de ovos, quando dos filhotes nas suas primeiras etapas formativas (Camargo *et al.*, 2012; De Almeida, 2018; Román, 2016). A importância do processo da piracema tem sido destacada desde diferentes aproximações, tanto para o aproveitamento econômico sustentável, quanto para a alimentação e sobrevivência dos povos indígenas e as comunidades tradicionais da Terra do Meio (De Francesco e Carneiro, 2015; Pezzuti *et al.*, 2018).

Um depoimento de Pui Arara, um dos adultos que participaram do contato com a FAA em 1987, em uma entrevista com registro audiovisual, realizada em maio de 2022, oferece evidências sobre o conhecimento e ocorrência desse, e de outros processos biológicos usados para a alimentação e sobrevivência. *Pui* só se expressa em língua Arara (*Karib*) e fala poucas palavras do português como: café, açúcar, motor. De acordo com *Ioru Arara* e *Talem Arara*, que ajudaram na interlocução deste registro audiovisual, *Pui* “entende muito mais do que fala”. O objetivo do registro era levantar informações com as pessoas mais idosas sobre as formas de vida e atividades desenvolvidas para alimentação e sobrevivência dos grupos antes do contato com a FAA (Figura 29).

Depois de os interlocutores traduzirem a pergunta específica: “como os *ogorogmó* conseguiram o alimento para as famílias? *Pui* respondeu com um depoimento na sua língua, que ia sendo traduzido simultaneamente, e por vezes, contado de forma resumida, só apontando os elementos do discurso que os tradutores achavam importantes. Os interlocutores explicaram que *Pui* fazia ênfase e que o povo *ogorogmó* contava com seu arco e flecha para sobreviver e se alimentar, e que não precisava de anzol, nem malhadeira para pegar peixe, nem de espingarda para matar bicho. Dizia que os *ogorogmó* tinham um território com muita fartura e que também tinham roçados com abundante comida. Indicaram que o ancião comentou que em *ironu*, durante o período da seca, pegavam ovos de tartarugas e tracajás nas praias. Depois, quando os rios enchiam no período de *imelãm*, eles caçavam com flecha os adultos destas espécies, e, adultos das espécies de peixes que iam subindo os rios, de poço em poço até as nascentes.

Figura 29 – Imagem do *Pui Arara* localizado no centro, fazendo um depoimento sobre as formas de vida antigas e do contato com os *karei* (não indígenas)



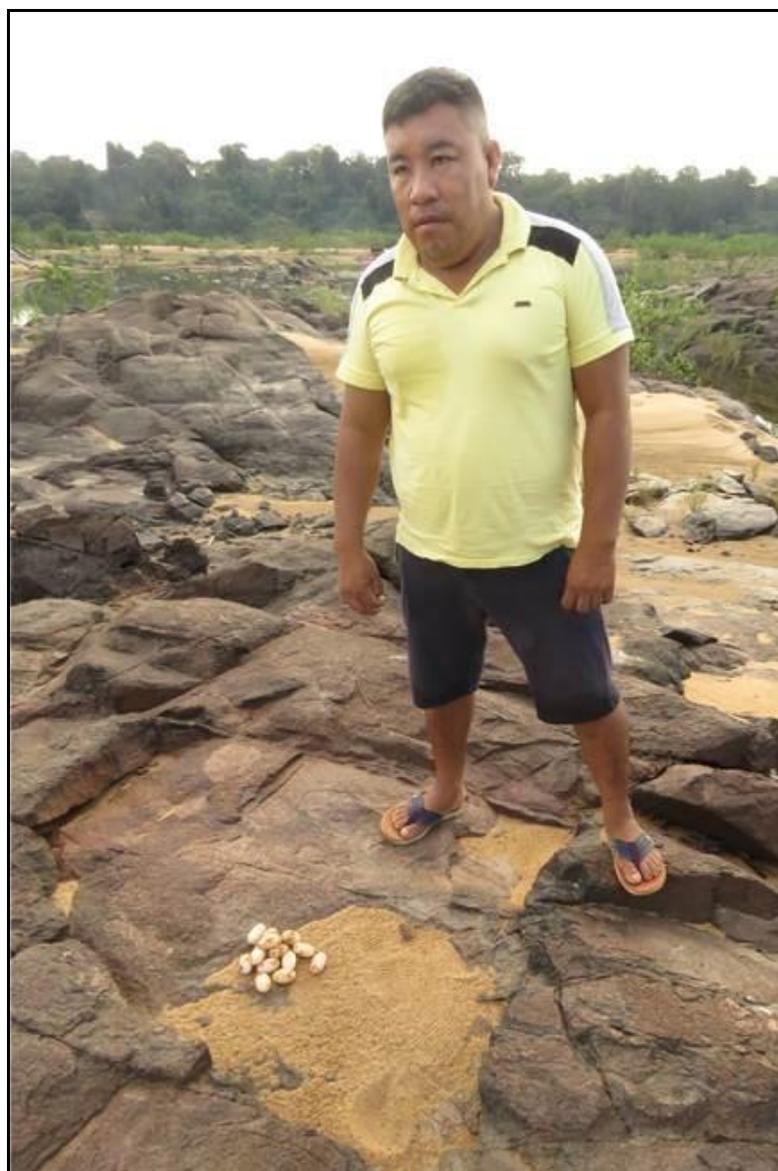
Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento Curso de Direitos Humanos. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Agosto/2022.

Estes conhecimentos permanecem e, na atualidade, as percepções sobre a ocorrência das piracemas e o processo reprodutivo dos quelônios fazem parte das formas de uso do território e a biodiversidade, como na utilização do arco e flecha nas artes de caça e pesca. Em particular para os quelônios, seu aproveitamento se realiza durante os dois períodos do complexo sazonal *imelãm/iromu*, configurando, uma alternância no uso do recurso: coleta de ovos no período da seca (*iromu*) e carne dos adultos, no período das chuvas (*imelãm*), abrindo o leque de aproveitamento desta importante fonte de recurso alimentício, durante os dois períodos. No entanto, com a nova configuração do assentamento das aldeias nas margens do rio Iriri, este aproveitamento se realiza principalmente na calha deste rio e de forma secundária nos outros igarapés afluentes da sua margem esquerda.

Dessa forma, segundo o relato de *Mobu Odo Arara* durante um deslocamento fluvial de voadeira pelo rio Iriri no período da seca (*iromu*), os grupos familiares da TI Cachoeira Seca visitam as praias que aparecem com o descenso das águas, porque correspondem com os locais de desova dessas espécies. Uma vez identificados os locais de desova, localizam os ninhos na areia, nos quais os quelônios escondem seus ovos e usam este recurso para sua própria alimentação. Nessa vez, o próprio *Mobu Odo* indicou um local de desova conhecido

como “Cachoeira do Iriri Velho”, que se localiza entre a aldeia Iriri, e a aldeia *Awy*. Seu grupo familiar desceu da embarcação para evitar o trecho encachoeirado e perigoso para a navegação na seca, mas também para aproveitar o momento para realizar a coleta de alguns ninhos, que tinham sido identificados desde a embarcação (Figura 30). Este local de uso, também permanece em alternância sazonal, porque em *imelãm*, as águas do rio Iriri cobrem os pedrais e as praias que aparecem em *iromu*, exemplificando também a evanescência destas paisagens (Stoll *et al.*, 2019).

Figura 30 - Imagem do *Mobu Odo Arara*, liderança da aldeia Iriri da TI Cachoeira Seca, visitando uma das áreas de uso, nas praias que se formam no afloramento rochoso conhecido como: “Cachoeira Iriri Velho”



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento Curso de Direitos Humanos. **Local:** Cachoeira Iriri Velho, TI Cachoeira Seca. **Data:** Agosto/2022.

Por outra parte, no seu depoimento, a liderança confirmou que durante o período das chuvas (*imelãm*) aproveitam principalmente indivíduos adultos, que na maioria das vezes, são caçados com arco e flecha da forma tradicional, surpreendendo-os quando estão acima da vegetação do igapó tomando o sol.

Um exemplo desta última forma de aproveitamento usando arco e flecha foi registrada durante o convívio na TI Cachoeira Seca, entre os meses de março e abril, que coincidem com o período das chuvas (*imelãm*) (Figura 31). *Tybrybi Arara* relatou que tinha pegado esse tracajá no igapó do igarapé Cachoeira Seca, se aproximando cuidadosamente na sua canoa de madeira, para flechar o animal que estava acima da vegetação. Também explicou que essa forma de captura de tracajá é muito efetiva porque quando a flecha entra no corpo do animal, facilita a recuperação, porque impede que se afunde na água.

Figura 31 - Imagem do *Tybrybi Arara*, exibindo um tracajá capturado da forma tradicional com arco e flecha



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Os tracajás adultos também são capturados ocasionalmente nas malhadeiras para pesca, comuns nas artes de pesca das comunidades tradicionais das diferentes Resex da Terra do Meio (Villas Bôas *et al.*, 2017a), que têm sido integradas pelo grupo Arara, a partir de seu convívio com estes atores desde seu assentamento nas margens do rio Iriri, após o contato com a FAA em 1987. A comprovada eficácia da captura de tracajás com arco e flecha, e da pesca com malhadeira, tem expandido seu uso como arte de pesca aceita, tanto nas aldeias indígenas da TI Cachoeira Seca, quanto nas comunidades de beiradeiros das Resex. De acordo com as informações, a diferença principal é que o estoque de captura com malhadeiras nas Resex é principalmente para a comercialização e sustento econômico³⁹. Por outra parte, nas aldeias, o estoque de captura com malhadeiras é principalmente para alimentação familiar e repartição entre os afiliados, e uma menor proporção, para a comercialização e troca de serviços com outros atores não indígenas⁴⁰.

Dessa elaboração cultural das diferentes formas de uso do território e a biodiversidade e sua efetivação para a alimentação e sobrevivência, resultam as artes de pesca, caça e coleta. Alguns aspectos sobre essas artes já foram comentados a partir dos relatos históricos, das histórias de vida e do convívio com as pessoas do grupo da TI Cachoeira Seca. Com os relatos do *Pui Arara*, se conheceu o uso do arco e flecha como instrumento fundamental para a proteção e sobrevivência dos grupos no território. Sobre uso do arco e flecha para pesca durante as piracemas e a caça de tracajá na vegetação do igapó, mostra também a importância deste instrumento, e de uma complementaridade de várias práticas, para melhorar a eficácia, na consecução do recurso alimentício. Nesse sentido, se percebeu que quando uma pessoa, um grupo familiar ou um grupo de famílias iniciam as atividades para conseguir a alimentação para o dia a dia, na maioria das vezes estão dispostos para pescar, caçar e coletar.

³⁹ De acordo com as informações, existe um sistema econômico extrativista da pesca, para o atendimento da demanda de consumo na cidade de Altamira, e fora dela. Nesse sistema, participam os atravessadores, que geralmente são de Altamira, cuja função é recolher a produção de pesca e aviamento de alguns materiais como instrumentos de pesca, caixas de isopor e gelo. Os pescadores que geralmente são das Resex, mas que também podem ser dos povos indígenas, recebem entre R\$ 5,00 e 10,00 por quilogramas de peixe congelado, dependendo da espécie e da demanda econômica. Na atualidade, existem vários empreendimentos de pesca nas Resex, para se articular nesse sistema econômico sem os atravessadores. Fontes: Beiradeiro Cê Ronaldo, Beiradeiro Gelson, Beiradeiro Nei, Beiradeiro Tonho.

⁴⁰ De acordo com as informações de *Vito Xipaia*, um jovem da aldeia Iriri casado com *Poudem Arara*, os indígenas da TI Cachoeira Seca, não estão muito acostumados com as questões econômicas do sistema de aviamento, nem com a prática da pesca com fins comerciais, pelo que a entrada deles neste sistema sempre gerou conflitos, na hora da prestação de contas e o pagamento da produção pesqueira, principalmente usada para a alimentação das famílias e da rede de afiliados. Portanto, na atualidade só *Vito Xipaia* está engajado e consegue ter lucro.

Isto deve ocorrer porque durante os eventos de pesca com linha ou com flecha no igapó, também podem se apresentar eventos de caça de aves e macacos na vegetação, ou de outros mamíferos como o porco (*Tayassu pecari*) e anta (*Tapirus terrestris*), atravessando os corpos de água, de uma margem à outra. Igualmente, sejam nos eventos de coleta nos roçados, castanhais (*B. excelsa*), açazais (*E. oleraceae*) e babaçuais (*A. speciosa*), ou nos eventos de caça de “arrastão” nas ilhas, o grupo indígena da TI Cachoeira Seca vai preparado para pescar, caçar ou coletar espécies biológicas para a sua alimentação e sobrevivência. Além disso, cada evento realizado para a consecução de alimento vai dirigido a um local específico em que previamente foram identificados os indicadores de presença das espécies biológicas, ou onde historicamente essa pessoa, grupo familiar, ou grupo de famílias tiveram sucesso na caça, pesca ou coleta.

Em adição, a complementaridade com a nova configuração dos lugares de assentamento das aldeias da TI Cachoeira Seca na beira do rio Iriri tem favorecido outras integrações. Alguns exemplos dessas integrações incluem várias formas de pesca com malhas, linhas e anzóis, e de caça com espingarda, praticadas inicialmente pelos servidores da FAA. Também, das outras artes de pesca, de caça e de coleta, também refinadas culturalmente pelos povos indígenas como: Juruna e Xipaia, e pelos beiradeiros das margens dos rios Iriri e Xingu, que também construíram suas formas de vida e de uso do território e da biodiversidade (Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b). Outras integrações, como o uso de cachorros para a caça, também foram observadas. Em adição, também se observou que os eventos de pesca, de caça e de coleta se realizam permanentemente durante os dois períodos do complexo sazonal: *imelãm/iromu*, estando presentes sempre os fatores de complementaridade e de integração.

Quanto às artes de pesca, já foi mencionado que o arco e flecha foram os principais instrumentos utilizados para a realização dessas atividades antes do contato oficial em 1987. No entanto, existe a grande possibilidade que se usaram outros instrumentos como: armadilhas e redes de pesca construídas com cipó e outras fibras vegetais, ou, que se aplicassem extratos vegetais ou animais para a pesca, como o apresentado no trabalho de, De Moura (2023), sobre a alimentação tradicional dos Arara. Em adição, se percebeu que o uso da canoa e outras embarcações é fundamental para a realização das pescarias, caçadas e coletas, procurando os locais de uso que as espécies biológicas preferem de acordo com a alternância dos períodos do complexo *imelãm/iromu* e das percepções sobre seu comportamento, de acordo com as preferências biológicas.

O uso de voadeiras (embarcações de alumínio) e de outras embarcações de madeira também são consideradas integrações de outras artes de pesca. Geralmente, as voadeiras são usadas para deslocamentos distantes, seja para as atividades de caça pesca ou coleta, ou para deslocamentos de emergência, para o transporte de feridos ou doentes, aos postos de saúde comunitários da Terra do Meio, ou na cidade de Altamira. As embarcações de madeira são de uso mais comum nas atividades cotidianas de caça, pesca ou coleta, que podem ser impulsadas por pequenos motores de rabeta, por remos, ou por ambos, se necessário. Nesse sentido, uma limitante para o uso de voadeiras e pequenos motores é a disponibilidade de combustível, por isso o uso do remo também é cotidiano (Figura 32).

Figura 32 – Imagem da utilização de canoa de madeira no cotidiano das ações do uso do território e da biodiversidade



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca **Data:** Março/2023.

No entanto, a existência em língua Arara (*Karib*), da palavra *mobu* para nomear a canoa de madeira de uma peça (Dinkelmann *et al.*, 2021), pode indicar a existência de um acervo de conhecimento sobre a história dessa embarcação e seu uso entre o povo Arara. Em adição, a palavra *mobu* também é usada atualmente para nomeação de pessoas, como no caso da liderança da aldeia Iriri: *Mobu Odo*. Contudo, não se conseguiu registrar nenhuma atividade de elaboração de uma canoa de madeira (*mobu*), mesmo que o uso atual e o domínio dessa embarcação, por crianças, jovens, mulheres e adultos, também evidencia a existência desse acervo.

Segundo as observações e informações, as principais artes de pesca integradas correspondem à pesca com tela, com espinhel e com malhadeira. A primeira é uma prática principalmente individual ou em pequenos grupos que consiste no uso de linha, anzol e isca para capturar as diferentes espécies de peixes, de acordo com as suas preferências alimentícias e sazonais. Contudo, a pesca com linha pode ser realizada se deslocando a pé até as beiras e pedrais que aparecem no período da seca (*iromu*) ou até os igapós que se configuram durante o período das chuvas (*imelãm*), nas redondezas das aldeias. Outra característica desta modalidade de pesca sem canoa ou embarcação, consiste em que na maioria dos casos, é praticada por pequenos grupos familiares conformados pelas mulheres, crianças e jovens, contribuindo dessa forma com a busca de alimento para a família e configurando-se como uma nova forma de alternância das artes de pesca, para ajudar na sobrevivência do grupo da TI Cachoeira Seca (Figura 33).

A pesca com espinhel tem o mesmo princípio da pesca com tela, porque se usa linha, anzol e isca, mas com uma instalação em sequência que oferece maiores opções de captura que a pesca com linha. As sequências de linha, anzol e isca se amarram de outra corda transversal que fica fora da água, deixando uma distância de separação entre a sequência de linhas amarradas. A corda transversal se segura de ambos os extremos, usando a vegetação existente ou varas previamente cortadas para sua instalação nos locais de pesca.

Figura 33 – Imagem dos Jovens voltando de pescar com linha, uma das artes integradas pela sua efetividade para pesca de diferentes espécies



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

A malhadeira não usa os princípios de anzol e isca, mas sim o princípio de instalação do espinhel, amarrada nas duas pontas da vegetação existente, ou com âncoras, dependendo do local de instalação. Além disso, se usam boias na parte de cima, para evitar que a malhadeira se afunde⁴¹. A pesca com malhadeira é muito apreciada pela eficiência e a eficácia na captura de diversas espécies biológicas, como o tucunaré (*Cichla spp.*), a pescada (*Plagioscion squamosissimus*) e o surubim (*Pseudoplatystoma spp.*) (Figura 34).

⁴¹ Informações específicas foram concedidas em entrevistas e conversas com *Tybrybi*, *Toto*, *Katiel*, *Vito Xipaia* (Aldeia Iriri), *Ioru* (Aldeia Awy).

Figura 34 – Arte de pesca com malhadeira, uma das formas de sustento integradas pela eficiência e eficácia na captura de espécies biológicas de importância para a alimentação e de aceitação nas atividades econômicas comerciais



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

A prática da pesca com malhadeira oferece uma melhora na eficácia de captura, que se usa principalmente para o abastecimento dos diferentes grupos familiares e o fortalecimento das redes de cooperação. Também se pode usar para a comercialização com os regatões e atravessadores que visitam as aldeias para comprar e/ou trocar por bens e serviços de diferente natureza.

Outra prática dessa modalidade comercial se estabelece através dum contrato tácito de aviamento com os regatões e comercializadores. Este contrato tácito consiste no adiantamento de caixas de isopor e gelo, e em alguns casos, os instrumentos para a pesca como linhas, anzóis e malhadeiras, por parte dos comercializadores. A dívida adquirida pelos comunitários vai sendo descontada da produção de pesca por eles entregue, durante a vigência do contrato. No entanto, segundo os depoimentos e explicações, as diversas atividades para a consecução dos recursos para a alimentação das famílias e outras atividades demandadas no dia a dia, entre o grupo de TI Cachoeira Seca, limitam a realização dessas atividades exclusivas (ver

rodapés 33 e 34). As artes de caça e coleta também possuem uma estreita relação, devido serem praticadas de forma conjunta, e contribuem com a eficiência e eficácia na consecução do alimento para a sobrevivência. A eficiência se dá pela complementaridade mencionada, e a eficácia pelo seu refinamento na identificação dos locais específicos de preferência das espécies biológicas, de acordo com as percepções sobre o determinado período do complexo sazonal *imelãm/iromu*. Ambas garantem o sucesso da consecução de alimentação para a sobrevivência.

Geralmente, a quantidade de alimento conseguido a partir dessas práticas deve ser carregado e transportado em grandes distâncias, devido à dispersão natural desses recursos no território. Para isso, existe outro instrumento associado no acervo de conhecimento tradicional do grupo Arara da TI Cachoeira Seca. O *porido* é uma elaboração do grupo das cestarias, que é tecido com cipós flexíveis e resistentes, embora a integração de outros materiais para sua elaboração também seja comum (Figura 35).

Figura 35 – Imagem de *Iogo Arara*, filha da matriarca *Tjibie Arara*, utilizando um *porido* elaborado com a integração de técnicas e materiais dos não indígenas



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Maio/2022.

O *porido* é usado para carregar a produção de castanha (*Bertholletia excelsa*), açaí (*Euterpe oleraceae*), babaçu (*Attalea speciosa*), ou animais como jabutis (*Chelonoidis spp.*) e pequenos mamíferos, como pacas (*Cuniculus paca*) e cutias (*Dasyprocta spp.*). Também há outros recursos alimentícios conseguidos em áreas de uso distantes dos sítios de assentamento, ou nos rocados. A existência da nomeação no acervo linguístico Arara (*Karib*) (Dinkelmann *et al.*, 2021) e seu uso atual colocam a importância dessa elaboração material para a efetivação do aprovisionamento de alimento para a sobrevivência.

Por outra parte, a prática e integração de todas essas atividades para a consecução de alimento pode ser realizada por uma pessoa, por pequenos grupos familiares, e/ou com a contribuição de vários grupos familiares que se juntam principalmente nos momentos em que se reconhecem e identificam locais de altíssima produtividade e concentração de espécies biológicas. Esses locais, no período da seca em *ironmu*, podem ser barreiros em terra firme, ou praias nas margens e nas ilhas. No entanto, durante o período das chuvas em *imelãm*, podem ser castanhais em terra firme, ou ilhas grandes, como a ilha do Tucunaré, muito visitada durante esse período pela sua reconhecida alta produtividade (Figura 36).

Figura 36 – Imagem de *Puiaka Arara*, filho de *Onatjodo Arara* preparado para sair à caça na ilha do tucunaré, com seus instrumentos tradicionais: arco e flechas, mas também leva cachorros e terçado, integrados das artes dos não indígenas



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias.
Local: Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Geralmente, nesse momento de altíssima produtividade é onde se evidencia melhor a integração do uso de espingardas e cachorros, apreendidas a partir do convívio com os beiradeiros e com outros atores não indígenas. Contudo, também se evidenciaram eventos de caça e coleta individual, integrando um ou vários desses elementos. Outro esclarecimento válido tem a ver com o uso da palavra “caça” para indicar obtenção de alguma espécie, seja captura de animal vivo, como no caso dos jabutis (*Chelonoidis spp.*), coleta de recursos vegetais, como no caso da castanheira (*B. excelsa*), ou abatimento de algum animal de qualquer dos grupos de aves, mamíferos e répteis. Isso não indica que não exista uma diferenciação de cada uma dessas atividades no acervo linguístico Arara (*Karib*), mas bem responde a uma integração dessa palavra do português, como generalização para um grupo de atividades que tenham a ver com a consecução de algum recurso desejado.

Um elemento transversal ao sucesso nas atividades de caça e coleta é o treinamento dos sentidos como a audição e a visão para a localização das espécies biológicas nestas atividades. De acordo com as observações nas expedições às áreas de uso, a efetivação da captura e/ou abatimento se conseguiu a partir do refinamento desses sentidos. Também se percebeu a alternância no uso dessas ferramentas sensoriais, dependendo das características de determinada atividade de pesca, caça e coleta. Por exemplo, a audição é mais relevante quando essas atividades se realizam na terra firme. Nesses espaços territoriais, a visão é limitada, e as espécies de aves, primatas e outros mamíferos terrestres são localizadas a partir da identificação de seus respectivos sons. Uma vez identificados os sinais de presença, se direcionam e focalizam todos os esforços de captura e abatimento ao local específico de onde provém o som escutado, tentando cercar as possíveis rotas de escape do animal identificado, segundo o conhecimento do comportamento dessas espécies.

Essa alternância foi evidenciada quando as atividades de caça e coleta incluíam um trecho de deslocamento por rio em embarcações propulsadas por motor. Nesses casos, o barulho do motor impede uma correta audição, então a visão joga um papel importante na localização das espécies biológicas que se encontram na vegetação das margens ou cruzando pelo rio. Esse sentido também é importante para: a localização dos animais escondidos na parte alta da vegetação de terra firme, que muitas vezes supera os 20 metros de altura; para a identificação de vegetação produtiva nas trilhas de caça e coleta; e para a identificação de vestígios da presença das espécies biológicas, como pegadas, rastros, frutos comidos, tocas e excrementos que ajudam com a localização das espécies de interesse para alimentação. Neste

sentido, várias modalidades dessas práticas se diferenciam entre si por algumas características específicas.

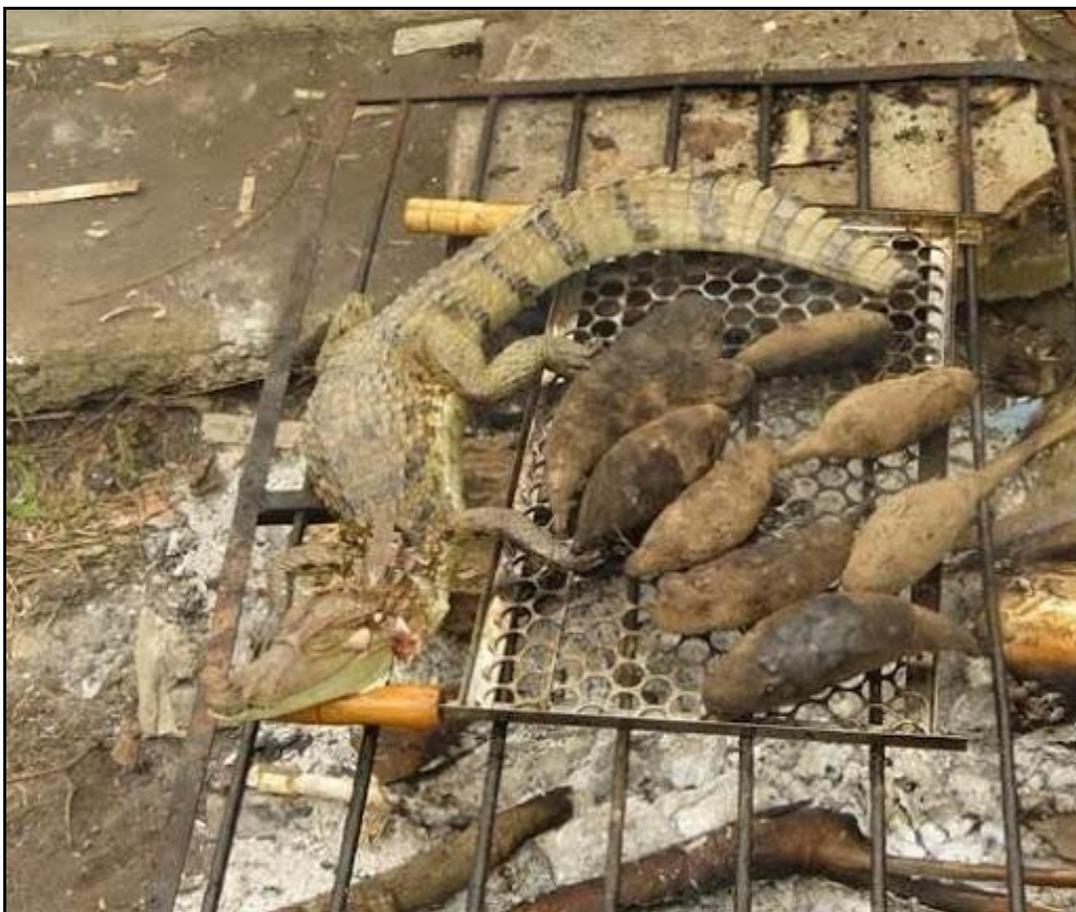
A caça e a coleta em terra firme se direcionam aos locais produtivos associados a essa unidade geográfica de maior escala. Dependendo do período específico do complexo sazonal *imelãm/iromu*, a terra firme também apresenta alternância. Por exemplo, durante o período da seca (*iromu*), começa na beira do rio, e durante o período das chuvas (*imelãm*), começa depois de finalizar a área alagada pelo rio, ou igapó. Logo, a terra firme se estende pelo interflúvio, até encontrar uma nova margem ou igapó. A prática dessa modalidade se realiza durante o período das chuvas (*imelãm*), principalmente quando os castanhais (*B. excelsa*) e outras espécies de árvores, como taperebá (*S. mombin*), gulosa (*C. sanguinolentum*) e copaíba (*C. langsdorffii*), além de palmeirais, como patoá (*O. bataua*), estão em produção. Por outro lado, durante o período de seca (*iromu*), a prática dessa modalidade é direcionada principalmente aos baixões, onde se encontram produtivos os açazais e a grotas associadas aos barreiros, onde se concentra grande parte da fauna, incluídas as espécies de maior porte.

As ilhas são outros locais geográficos de maior escala, que fazem parte das áreas de uso. É comum na Amazônia que os grandes rios como o Amazonas e seus afluentes como o Tapajós, Xingu e Iriri, no caso da Terra do Meio, apresentem sistemas de ilhas que aparecem e desaparecem com os pulsos hidrológicos sazonais de enchente e vazante (Stoll *et al.*, 2018). Em particular no rio Iriri, também há a ocorrência desses sistemas de ilhas, que devido à sua maior elevação, permanecem como remanescentes de terra firme, apesar dos pulsos hidrológicos estacionais. Em adição, nas ilhas que funcionam como remanescentes de terra firme, também se evidencia a alternância entre igapó na enchente, e praias na vazante. A modalidade de caça e coleta em ilhas, a maioria das vezes é realizada por grupos familiares que se juntam para fazer um melhor aproveitamento ou “arrastão” dos recursos para a alimentação e sobrevivência disponíveis nestes locais.

Apesar das possíveis generalizações quanto ao número de pessoas e o aproveitamento em forma de arrastão, se apresentam diferenças dependendo do complexo sazonal *imelãm/iromu*. Assim, durante o período da seca (*iromu*), os grupos familiares se embarçam em procura dos lugares de desova dos quelônios, que preferem praias e pedrais com areia como os que se formam nas cachoeiras (ver figura 30). Uma vez nos locais, os grupos familiares se dispersam na procura de identificar os ninhos. Se a ilha possui vegetação, se organizam outros grupos que cercam a área e entram na vegetação na procura de aves, mamíferos e répteis como os jacarés (*Caiman crocodilus*) que também preferem esses locais

neste período sazonal. As capturas geralmente se realizam com um golpe de terçado na cabeça e se prepararam assados acompanhados de macaxeira (*Manihot sculenta*) ou cará (*Dioscorea spp.*), também assados (Figura 37).

Figura 37 – Imagem de um assado de jacaré (*Caiman crocodilus*) e cará (*Dioscorea spp.*) para alimentação



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Maio/2022.

Por outra parte, durante o período das chuvas (*imelãm*), as ilhas grandes com vegetação se convertem em “oásis” de produtividade devido à formação dos igapós onde as espécies que participam das piracemas se concentram para se alimentar e se refugiar. Além disso, de acordo com as percepções dos *ogorogmó*, a outra porção vegetal que se distribui nos remanescentes de terra firme das ilhas se encontra em produção e por isso são frequentadas por diversas espécies de aves e mamíferos de interesse para a alimentação. Por essa razão, os grupos familiares embarcam para alcançar as ilhas, pescar com linha, instalar malhadeiras, e cercar as aves e mamíferos que se encontrem lá. O cerco é realizado por um grupo de pessoas, muitas vezes integrando a ajuda de cachorros, com a intenção de localizar e/ou afugentar os animais que encontrem. Alguns deles são flechados, baleados e/ou capturados nas tocas, como os jabutis (*Chelonoidis spp.*).

Os que logram escapar são direcionados pelo grupo de terra para locais nas margens dos igapós, onde se encontram uma ou várias embarcações que ficam vigiando os mamíferos, como porcos (*Tayassu pecari*), antas (*Tapirus terrestris*) e capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) que, afugentados, entram na água para sair da ilha. Na água, essas espécies podem ser caçadas, usando cassetes e remos para batê-los fortemente na cabeça e recuperar os corpos antes de afundar. Também com arpões, facas, terçados e, em último caso, com tiro de espingarda, para economizar a munição para outros eventos de caça nas árvores, quando os animais se encontram numa distância maior e fora do alcance. Nesse sentido, se configura outra modalidade de caça e coleta, das espécies que estejam atravessando os rios ou igarapés, principalmente no período das chuvas (*imelãm*).

Essa modalidade consiste em coletar pequenos mamíferos como o tatu (*Dasypus spp.*) e quelônios terrestres, como o jabuti, que são arrastados pela correnteza quando tentam alcançar ou sair das ilhas e/ou quando cruzam de uma margem a outra. Também, são caçados atravessando mamíferos de grande e médio porte como a anta (*Tapirus terrestris*), o porcão (*T. pecari*), o caititu (*Tayassu tajacu*) e a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*). Neste tipo de modalidade, também ganha muita importância o sentido da visão, pois seja desde uma embarcação ou desde os portos das aldeias, os *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca permanecem em constante vigilância para detectar esses cruzamentos. Um aspecto importante da caça e coleta atravessando é que pode ser realizada com as próprias mãos ou com ajuda de um objeto contundente para bater na cabeça do animal enquanto está nadando. No entanto, também podem ser usadas zagaia e espingarda, principalmente no caso de o animal ser a anta ou a capivara, que são expertos nadadores e conseguem mergulhar durante vários segundos.

A caça e a coleta em tocas também se configuram como uma modalidade diferenciada deste tipo de atividade usada para a consecução da alimentação para a sobrevivência. De acordo com o acervo de conhecimento tradicional do grupo da TI Cachoeira Seca sobre o comportamento das espécies biológicas, várias espécies podem ser localizadas em seus ninhos ou refúgios, consistentes em buracos naturais ou cavados por eles mesmos. Essas espécies são, principalmente, jabuti (*Chelonoidis spp.*), tatu (*Dasypus spp.*), tatu-canastra (*P. maximus*), caititu (*T. tajacu*), veado (*Mazama sp.*) e paca (*Cuniculus spp.*). Essa modalidade é praticada tanto em terra firme, como nas ilhas, com ou sem a integração do uso de cachorros e espingardas durante todo o complexo *imelãm/iromu*. A prática dessa modalidade com integração de cachorros e espingarda está direcionada principalmente às espécies maiores

como o veado (*Mazama spp.*) e o caititu (*T. tajacu*), que, acuados pelos cachorros e as pessoas, buscam refúgio nas tocas, onde são capturados e baleados.

Por outra parte, a prática dessa modalidade sem integração, está dirigida principalmente à captura de tatus (*Dasypus spp. e P. maximus*) e de jabutis (*Chelonoidis spp.*). O sucesso desta modalidade depende da identificação de sinais de atividade dessas espécies nas redondezas de tocas identificadas durante o percurso de caça e coleta. Depois de identificados os sinais, se corta uma vara para introduzir no buraco e “cutucar” para confirmar a presença do animal, e começa a cavar para facilitar sua captura.

Outra maneira de caça e coleta em tocas específicas para jabuti (*Chelonoidis spp.*) consiste na identificação de locais com produtividade de frutos e outros recursos alimentícios da preferência desta espécie para verificar se os recursos disponíveis no chão apresentam marcas de estar sendo comidos. Uma vez identificados estes vestígios, os *ogorogmó* se dão a tarefa de cutucar em todas as tocas, buracos e embaixo de troncos de árvores caídos, para capturar os indivíduos que, segundo as percepções dos *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca, dormem e se refugiam muito perto dos seus locais de alimentação.

4.3 “As vozes dos animais e da cultura dos *ogorogmó*”. Estabelecimento de roçados e calendários culturais relacionados com as formas de uso do território e biodiversidade

Os animais e os roçados têm uma conexão com os *ogorogmó*, registrada nas construções da cosmogonia. De acordo com De Souza (2010: 86-87), no passado mitológico, os Arara se reproduziam por ovos, como sua ave emblemática *awy* (*Ara spp.*). No entanto, outro protagonista importante destas construções, o macaco-prego (*Cebus spp. ou Sapanjus spp.*), ensinou que tinha outras maneiras de reprodução. Também, entregou as sementes para plantar a macaxeira, à sua irmã a cutia (*Dasyprocta spp.*). Para isso, subiu a uma grande sumaúma (*Ceiba pentandra*), quebrou uns galhos e jogou no chão. Pelo comportamento e os hábitos da cutia de escavar para esconder rações de alimento, a cutia é considerada um excelente dispersor de sementes. A associação desse hábito de escavar com a plantação da macaxeira nos roçados é uma possível explicação dessa história cosmológica e não só demonstra a importância cultural dos animais de caça, mas também a importância da macaxeira e das outras espécies cultivadas nos roçados para complementar a alimentação.

Quanto ao estabelecimento de roçados, as primeiras informações acadêmicas descrevem a existência de trilhas que interconectavam os locais de assentamento dos

diferentes grupos espalhados no território, mas também com os locais onde se estabeleciam seus próprios roçados (Coudreau, 1896; Nimuendaju, 1948). Diziam que as trilhas que conduziam aos roçados eram amplas, e se encontravam limpas de vegetação, diferente das outras trilhas de caça, pesca e coleta, mais fechadas e difíceis de identificar sem um experto indígena. As culturas ali estabelecidas eram de várias espécies diferentes, algumas delas em produção, e outras em formação e crescimento, evidenciando as lavouras que essa atividade exige. Em uma situação similar, encontraram as levadas de trabalhadores e colonizadores, que chegaram com o PIN e a Transamazônica BR-230. Muitas dessas áreas produtivas ficaram sobrepostas às áreas onde o governo político do Brasil tinha colocado seus interesses para concretizar os programas de colonização e desenvolvimento (Milanez, 2015; Monteiro, 2020; Tonacci, 1980).

Os próprios sertanistas da Funai que participaram das expedições de localização, atração e contato dos Arara, no início da década de 1970, no comando de Afonso Alves da Cruz, e posteriormente na década de 1980, na chefia de Sydney Possuelo e Wellington Gomes, confirmaram a existência dessas áreas produtivas do povo Arara e da sobreposição territorial imposta pelos planos do governo central. No seu relato, Afonso Alves da Cruz coloca que durante seu período de trabalho de localização e atração dos grupos Arara, encontrou vários locais de assentamento abandonados, que contavam com grandes áreas de roçados produtivos, que poderiam ser para abastecimento grupal; vários destes estavam localizados em terrenos destinados à agrovila que deu origem ao atual município de Brasil Novo (Milanez, 2015).

Por sua parte, Sydney Possuelo relata que outros grupos Arara também tinham suas áreas de uso, de assentamento e de estabelecimento de roçados, em ambas as margens do traçado da Transamazônica, e que além das ocupações das chamadas agrovilas, a abertura dos ramais ou travessões em estrutura de espinha de peixe e a implantação de projetos produtivos privados, também se estavam sobrepondo aos locais de assentamento e impedindo o acesso às áreas de uso que garantiam alimentação e subsistência dos grupos Arara no seu território tradicional. Em específico, menciona que nestas áreas de estabelecimento dos roçados para possível aproveitamento grupal era frequente encontrar os clássicos cultivares amazônicos de macaxeira (*M. sculenta*) e cará (*Dioscorea spp.*), mas também eram comuns banana (*Mussa spp.*), mamão (*Carica papaya*) e milho (*Zea mays*) (Milanez, 2015; Tonacci, 1980).

De acordo com as informações, as percepções sobre o complexo sazonal imelâm/iromu e sobre outros elementos geográficos, se usam para a escolha dos locais do

território, adequados para o estabelecimento dos cultivares. Segundo a entrevista realizada a *Timbektodem Arara (Rip)*, em março de 2023, sobre essa temática, as ações para o estabelecimento de um novo roçado começavam durante o período da seca (*ironu*). Os locais para este estabelecimento geralmente estão em terra firme, principalmente em antigas capoeiras onde já foi retirada a vegetação de árvores maiores, o que facilita o trabalho. Também são estabelecidos nos remanescentes de terra firme das ilhas maiores, contudo essa última prática é mais comum entre os beiradeiros. Os registros e informações sobre roçados do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, localizados nas ilhas, estão associados a casamentos e alianças de mulheres indígenas com homens não indígenas, sejam eles beiradeiros ou não.

Depois de definido o local, se procede com a derrubada da vegetação menor para que o efeito dos raios solares nesta estação favoreça a secagem da vegetação derrubada e melhore a posterior queima desse material. Depois da queima, as “sementes” dos cultivares são plantadas um pouco antes do início do período das chuvas (*imelãm*), para dessa forma aproveitar o rego natural que ajudará na germinação e crescimento das plantas e posterior produção de alimentos. De acordo com suas percepções e práticas, os principais cultivares dos roçados são cará (*Dioscorea spp.*), inhame (*Colocasia spp.*), pimenta (*Capsicum spp.*) e as duas variedades de *M. sculenta*, conhecidos como macaxeira e mandioca brava. A primeira é usada principalmente cozida ou assada, para a alimentação, e a outra para seu processamento e preparação da farinha de mandioca, que estende por muito tempo a durabilidade deste produto e é bem-aceita na cadeia comercial ou na troca de serviços. Também como fortalecimento das redes de cooperação com os afiliados.

Também se estabelecem outros cultivares de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), banana (*Musa spp.*), mamão (*C. papaya*) e milho (*Z. mays*). Outra forma de efetivação desse acervo de conhecimento é a preparação dos alimentos. Segundo as observações durante o convívio, e os depoimentos de algumas mulheres, nunca faltam peixe, farinha de mandioca ou de babaçu, macaxeira, cará, e banana, fritos, cozidos e/ou assados, nos alimentos preparados no dia a dia familiar. Outra característica atual dos roçados é a sua localização próxima aos locais de assentamento das diferentes famílias, para facilitar seu cuidado e seu aproveitamento. Essas informações foram confirmadas em outras interlocuções com Iaut e Arapuca, durante recorridos e mapeamento de seus roçados (Figura 38).

Figura 38 – Imagem da coleta de tubérculos de macaxeira (*M. sculenta*) para a alimentação no roçado da família de Arapuca Arara localizado atrás da sua casa, durante o período das chuvas (*imelãm*)

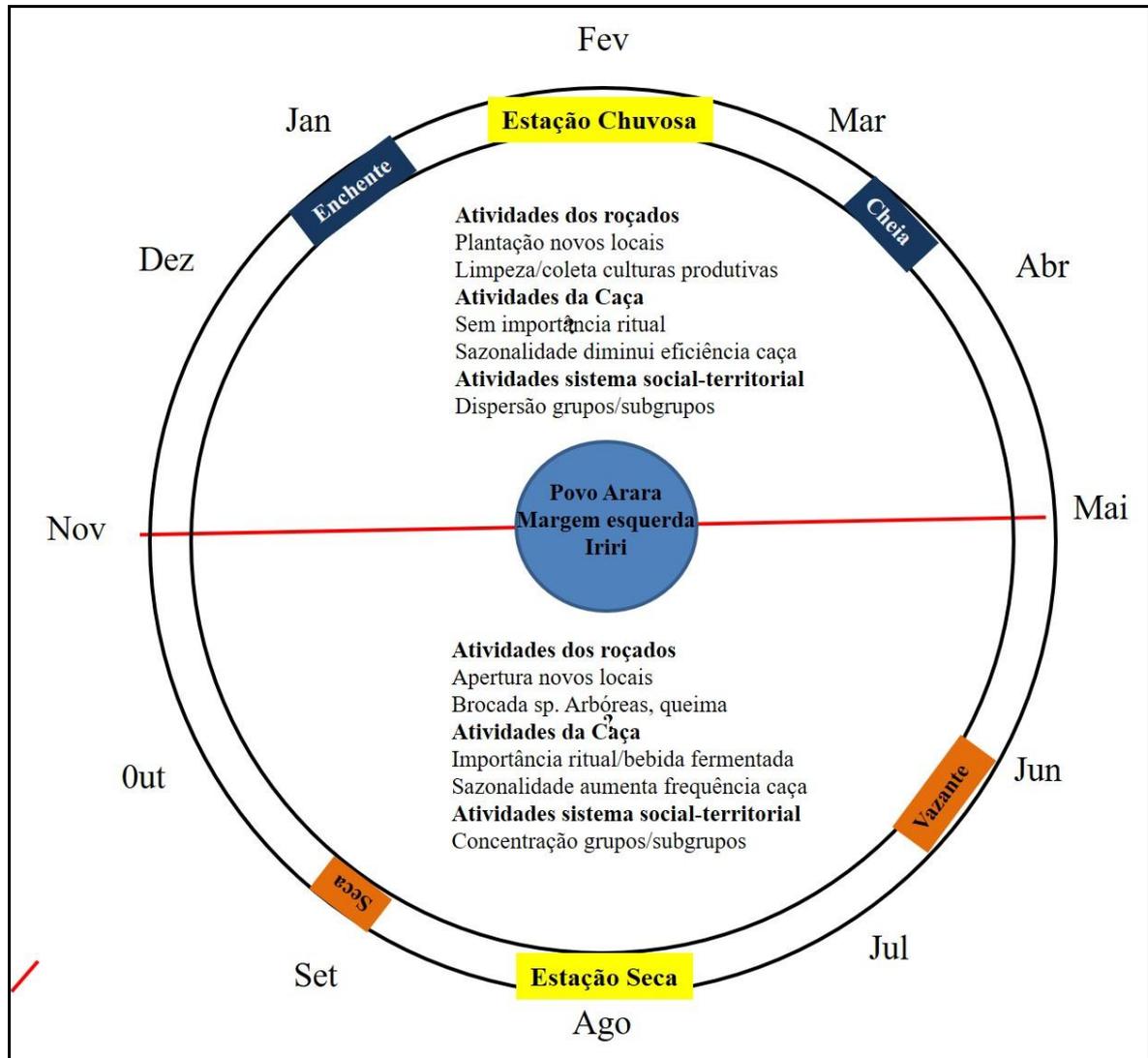


Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

De acordo com seus depoimentos e percepções, na atualidade o estabelecimento dos roçados é uma atividade dos diferentes núcleos familiares, os quais se encarregam da manutenção e aproveitamento de seus locais específicos, evidenciando-se uma mudança no aproveitamento coletivo que se fazia antes do contato. Além dessa mudança, se percebe uma integração de outras formas de uso associadas às ilhas do rio Iriri, que se relacionam com o estabelecimento de roçados nestes locais, feitos pela população de beiradeiros estabelecidos nas Resex da Terra do Meio (Villas Bôas *et al.*, 2017a).

Outras informações sobre o estabelecimento de roçados do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, nas ilhas do rio Iriri, antes do contato em 1987, não foram encontradas. Baseado nas informações apresentadas, se elaboraram duas aproximações para a sistematização de calendários das formas do uso do território e a biodiversidade, usadas pelos grupos Arara da margem esquerda do rio Iriri. Na primeira, se organizam os dados do levantamento de Teixeira-Pinto (1997), relacionados com o ritual cultural de concentração e separação dos grupos e subgrupos (Figura 39).

Figura 39 – Calendário das atividades do sistema social-territorial do povo Arara da margem esquerda do rio Iriri, realizadas antes do contato oficial com a FAA na década de 1980



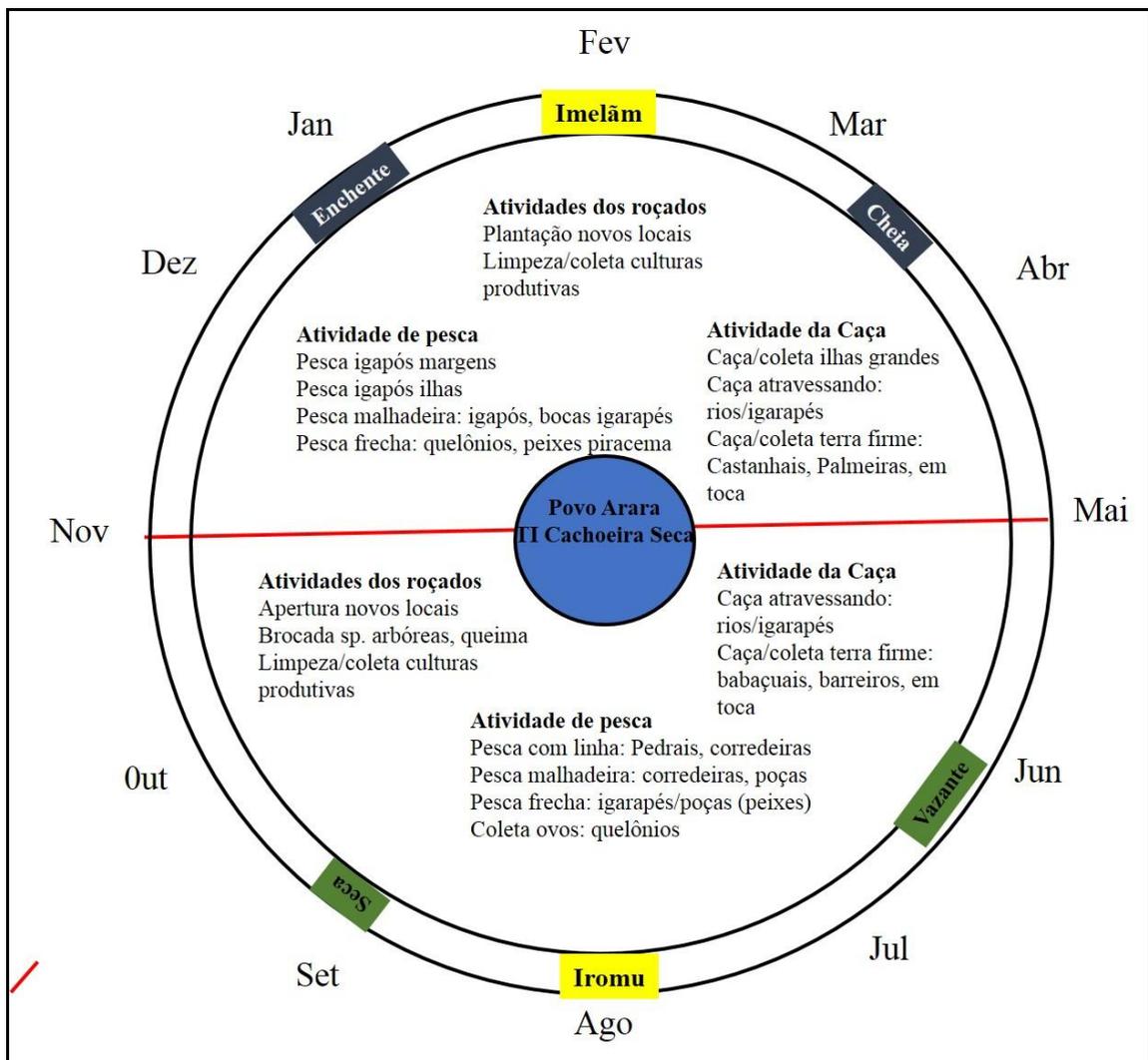
Fonte: Teixeira-Pinto (1997). Elaborado pelo autor.

De acordo com as informações desse autor, os grupos e subgrupos dispersos pelo território se juntam em locais das redondezas das aldeias principais, durante o período da seca, quando a produtividade dos roçados está sendo coletada e transformada em bebida fermentada ou *piktu*. Os grupos/subgrupos que se aproximam das aldeias de concentração trazem o produto da caça/coleta acumulada por dias de labores. No final da estação seca, os grupos/subgrupos se dispersam no território durante a estação chuvosa. Dessa forma se efetiva o intercâmbio de *ekuru* da bebida fermentada, com o *ekuru* da caça/coleta e se fortalecem as redes dos grupos/subgrupos no território.

Esse calendário se representa em forma circular, para indicar sua continuidade, além, na parte de fora, se referenciam os meses que caracterizam a medição anual do calendário não

indígena. Também, na faixa circular superior, se colocam as formas de medição sazonal dos beiradeiros, levando em conta o comportamento de alagação sazonal dos rios principais e igarapés, e a medição sazonal proposta por Teixeira-Pinto (1997). A outra aproximação de organização do calendário inclui as informações das indagações sobre o acervo de conhecimento dos grupos da TI Cachoeira Seca, sobre as principais formas atuais de uso do território e biodiversidade (Figura 40).

Figura 40 – Calendário do complexo sazonal *imelâm/iromu* sistematizado a partir do acervo de conhecimento tradicional do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca



Fonte: Informações das aldeias da TI Cachoeira Seca. Elaborado pelo autor.

Igual que na anterior organização, se colocam as referências da medição anual, convencional e dos beiradeiros. De acordo com as informações sistematizadas, se propõe um modelo de “alternância” entre os locais e as práticas desenvolvidas, como resposta ao entendimento da influência do clima e dos pulsos de alagação do sistema hidrológico, na

distribuição e comportamento das espécies biológicas. Neste modelo de alternância de locais e de práticas segundo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, se encontrariam locais como igapós e praias, que aparecem e se transformam com o avanço do mencionado complexo sazonal, pois em imelãm se configuram os igapós; em iromu, se configuram as praias, ambos altamente produtivos. Nos igapós, essa produtividade é devida à concentração de peixes associados ao processo ecológico das piracemas, uns buscando refúgio para as ovas e os filhotes, outros procurando seu alimento. Também onde são frequentes os adultos de tracajá (*P. unifilis*). Nas praias, a produtividade é marcada pela desova dos quelônios, e pela proximidade desses locais com poças e corredeiras, onde se concentram as espécies de peixes após a piracema.

Por outra parte, se evidenciou que tem uma aparente maior produtividade no *imelãm* (estação chuvosa), se comparado com iromu. Isto tanto nas percepções do grupo, quanto nas observações da pesquisa. Nesse sentido, uma possível diminuição da produtividade em *iromu* (estação seca) poderia reforçar a necessidade dos grupos se juntar para efetivar a cooperação em procura de aumentar a eficiência das atividades de caça/pesca/coleta, em locais produtivos como poças, corredeiras, praias, morros e roçados das aldeias, além de efetivar a troca ritual do *ekuru*, expressado no intercâmbio de produtividade da caça/pesca/coleta, por bebida fermentada da produtividade dos roçados, segundo Teixeira-Pinto (1997). Por outra parte, essa necessidade não parece tão evidente em Imelãm (estação chuvosa), que se percebe como de maior produtividade dos roçados, mas também de outros locais altamente produtivos como: castanhais, babaçuais, açazais, e concentrações de outras palmeiras de importância ritual e cultural como o inajá (*Attalea maripa*), dispersos nos interflúvios de terra firme.

Sejam essas, ou não, as explicações para a expressão do complexo sazonal *imelãm/iromu* (estação chuvosa/estação seca), na atualidade, essa concentração ritual sazonal e a celebração de festas relacionadas ao intercâmbio de *ekuru* têm entrado em desuso na TI Arara (Teixeira-Pinto, 1997; 2021); na TI Cachoeira Seca, não se praticam sequer. Isso é mais evidente, relacionando-o com as informações sobre a mobilidade histórica dos povos do grupo Arara da calha do Xingu, onde se apresenta que, com a nova configuração territorial de ambas Tis, não só ficaram por fora importantes áreas para a mobilidade territorial, como o corredor do divisor das águas, Amazonas-Xingu-Iriri, mas também outras áreas de manejo especial indígena, como: as áreas de concentração dos grupos nas cabeceiras dos igarapés Jarauçu e Penetecal e as áreas sagradas do lago das nascentes desses igarapés. Outras, como as áreas de coleta de taboca para flechas, agora só estão disponíveis para os grupos da TI Arara (ver mapa 15). Além disso, com o prolongamento do travessão 184-Transiriri, até a margem do rio Iriri,

uma barreira de natureza física, muito invasiva (ver mapa 14), impede, de forma agressiva, as possíveis intenções de reconexão do grupo da TI Cachoeira Seca, com os outros grupos/subgrupos com os que, segundo as informações, nunca se cortavam definitivamente as relações, pelas redes familiares e de casamentos efetivadas (Teixeira-Pinto, 1997).

4.4 “O que dizem as vozes juntas”. Diálogo sobre alguns dos elementos do território e da biodiversidade

Nesta seção, se discorre sobre as possíveis formas para configurar, com os resultados obtidos, caminhos para a proteção territorial e a garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas e beiradeiros da Terra do Meio. Esses caminhos, neste trabalho, estão direcionados à produção de “insumos potentes” que não têm sido outra coisa que mapas, mapas mentais, fotos figuras e análises da situação da TI Cachoeira Seca, e das percepções dos *ogorogmó* sobre o território e a biodiversidade, até aqui apresentados. Em particular, se apresenta uma lista de componentes da biodiversidade, que apareceram em diferentes formas de registro durante esta pesquisa. Esses componentes serão os eixos da discussão com outros estudos realizados na Terra do Meio. Também se apresentam os resultados da organização social das aldeias da TI Cachoeira Seca, para se analisar a precária situação da TI Cachoeira Seca, cercada por invasões ilegais, em fevereiro 2023. Esses temas foram retomados em oficinas participativas e colaborativas realizadas em março de 2023 o que resultou em uma iniciativa comunitária de mapeamento dessas áreas e outras de uso comunitário para a alimentação e sobrevivência. Finalmente se apresenta uma análise desse mapeamento usando as ferramentas da cartografia convencional.

Para começar, se apresenta o grupo de componentes da biodiversidade selecionado. Para a dita seleção, se usaram vários critérios, e o de maior peso foram as percepções do grupo do povo Arara e de seu acervo de conhecimento tradicional sobre o comportamento das espécies. Onze espécies e dois processos ecológicos foram incluídos nesta seleção (Quadro 3). Isso não quer dizer que tão poucas espécies biológicas sejam usadas, e de importância, para a alimentação e sobrevivência física e cultural do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, pelo contrário, outros estudos demonstram a importância da biodiversidade e a grande variedade de espécies biológicas relacionadas com a cultura e a alimentação na TI Arara, em particular, os estudos realizados por De Souza (2010), sobre os ensinamentos dos animais silvestres de estimação, e sobre os recursos alimentícios de uso tradicional, realizados por De Moura

(2023). Estudos mais aprofundados e continuidade aos já iniciados, também seriam adequados para a TI Cachoeira Seca, levando em conta a riqueza das informações levantadas em um período de dois meses de convívio nas aldeias desta TI.

Quadro 3 – Seleção de espécies biológicas baseada nas percepções do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca e seu acervo de conhecimento tradicional sobre o comportamento das espécies

Grupo	Nome comum	Nome Arara	N. científico	Registro
Árvores	Seringa	<i>Tyvai</i>	<i>Hevea brasiliensis</i>	F; H; \$
Árvores	Castanheira	<i>Toronto</i>	<i>Bertholletia excelsa</i>	F; H; A, \$
Palmeiras	Inajá	<i>Varemi</i>	<i>Attalea maripa</i>	C; R; A; \$
Palmeiras	Babaçu	<i>Varaum</i>	<i>Attalea speciosa</i>	F; C; A; \$
Palmeiras	Açaí	<i>Vapia</i>	<i>Euterpe oleraceae</i>	F; C; A; \$
Mamíferos	Anta	<i>Wotomo</i>	<i>Tapirus terrestris</i>	F; C; A
Mamíferos	Porco	<i>Abiana</i>	<i>Tayassu pecari</i>	F; C; A
Mamíferos	Macacão	<i>Voghoun</i>	<i>Ateles marginatus</i>	F; C; A
Mamíferos	Onça	<i>Ogoro</i>	<i>Panthera onca</i>	C+; C; R
Peixes	Piracema	<i>paru monjti</i>	Processo ecológico	H; A; C
Quelônios	Tracajá	<i>Peum</i>	<i>Podocnemis unifilis</i>	F; H; A; C
Quelônios	Desova de tracajá	<i>ïromumo poda peum</i>	Processo biológico	F; H; A; C
Quelônios	Jabuti	<i>Ioru</i>	<i>Chelonoidis carbonaria</i>	F; H; A; C

Convenções: H: Histórico; A: Alimentação; \$: Comercial; C: Cultural; F: Fotográfico; C+: Cosmogonia; R: Ritual. **Fonte:** Elaborado pelo autor.

As espécies selecionadas fazem parte de grandes grupos reconhecidos pelo conhecimento científico, como: árvores, palmeiras, mamíferos, peixes e quelônios. Todos esses grupos são caracterizados por sua importante diversidade e heterogeneidade intergrupar, contendo grande número de espécies em diferentes subcategorias taxonômicas. No quadro, se oferecem informações adicionais sobre o grupo biológico geral, e o nome comum aceitado localmente e reconhecido pelo povo Arara, o nome em língua Arara, o nome científico e tipo de registro efetuado. Dessa forma, registro histórico (H), se a espécie foi registrada na revisão de informações documentais; registro na alimentação (A), se a espécie foi usada para a alimentação; registro comercial (\$), se a espécie tem um valor no mercado; registro cultural (C), se se registraram informações sobre a importância específica para o povo Arara; registro fotográfico (F) se foi identificada nesta pesquisa; registro na cosmogonia (C+), se a espécie se

encontrou nas histórias de origem ou nas explicações sobre o mundo físico e espiritual; e ritual, se estão associadas a celebrações culturais e processos espirituais. Essa classificação do tipo de registro é arbitrária, portanto, sujeita a imprecisões e redundâncias, como no caso dos registros (C+) e (R), que poderiam estar dentro de uma única categoria (C).

Sobre cada uma dessas espécies apresentadas e os dois processos ecológicos, se comentam algumas observações e detalhes sobre o tipo de registro realizado, o comportamento das espécies e as percepções dos *ogorogmó*. Após, comentam-se outras questões sobre essas espécies. Em vista da incalculável quantidade de informações que existem em ambos os acervos, conhecimento tradicional e conhecimento científico, sobre as espécies destacadas, se manterá a mesma ordem apresentada no quadro, e se filtram as informações mais relacionadas, usando o recorte temático: Amazônia, calha do Xingu e conhecimento tradicional sobre o território e a biodiversidade.

Nesse sentido, sobre a seringueira (*H. brasiliensis*), várias informações armazenadas no diário de campo podem ser interessantes. Se registrou que as sementes de seringa são usadas como isca para a pesca, principalmente no período *imelãm* (chuvoso), quando se configuram os igapós. Segundo o acervo de conhecimento do grupo da TI Cachoeira Seca, nesse mesmo período, as seringueiras são produtivas e suas sementes consumidas pelos peixes do igapó, dos quais, o pacu seringa é reconhecido pela preferência alimentícia por estas sementes. Também foram registradas várias árvores com cicatrizes que evidenciam seu aproveitamento pelos antigos seringueiros que chegaram nos ciclos da borracha⁴² e se assentaram nas colocações dos rios Xingu e Iriri desde o período político do Império e o início da República (ver figuras 7 e 8).

Quanto à Castanheira (*B. excelsa*), aparece nas percepções, desde as primeiras oficinas participativas e colaborativas sobre as formas de uso do território e a biodiversidade. Nesse momento, se indagou sobre as percepções da medição do tempo. Segundo as suas percepções, a produtividade desta espécie começa com o início das chuvas em *imelãm*, quando os frutos começam a crescer e aumentar seu tamanho, até que começam a cair vários meses depois. A coleta deve ser antes, que: os animais do mato comam tudo, em especial a cutia (*Dasyprocta spp.*); que outros colem, por exemplo, os beiradeiros das Resex, nas áreas de uso compartilhado; ou, simplesmente, antes que apodreça e entre no ciclo de intercâmbio de

⁴² Maiores informações sobre os ciclos da borracha na Amazônia e seu contexto econômico podem ser encontradas em Weinstein (1993). Outras informações importantes sobre esta espécie e as formas de vida das comunidades tradicionais da Terra do Meio, na calha do Xingu, em Villas-Bôas (2017).

ekuru. Em adição, em pequenas expedições indicadas por eles aos igarapés dois Irmãos, Cachoeira Seca e Iriri Velho, se registraram grandes áreas com indivíduos dessa espécie, espalhados e distanciados entre si, muitos deles com diâmetro estimado em dois metros ou mais.

Esses castanhais representam importantes áreas de uso. Durante a visita nesses locais, eles coletaram castanha (*B. excelsa*) e jabuti (*C. carbonaria*); caçaram macacão (*A. marginatus*) e pescaram com malhadeiras instaladas na boca dos igarapés nos igapós de ilhas e nas corredeiras. As informações acadêmicas sugerem que os castanhais são exemplos de uma ancestral história de “domesticação de paisagens” na Amazônia (Shepard e Ramirez, 2011; Junqueira *et al.*, 2011; Balée *et al.*, 2020). Sobre a calha do rio Iriri, as informações de Balée e colaboradores (2020), apresentam evidências da ocupação indígena de aproximadamente 3800 anos antes do presente, e ocupação não indígena de descendentes de seringueiros, de aproximadamente 130 anos até hoje. Além disso, sobre a domesticação de paisagens, menciona que as evidências de trilhas que interconectam as castanheiras de uma grande área, e que se estendem até outros locais de concentração vegetal de outras espécies como babaçu (*Attalea speciosa*) e cacau (*Theobroma cacao*), sugerindo o aproveitamento de grandes extensões fora dos locais de assentamento onde se realizava a produção agrária baseada no estabelecimento de roçados.

Nesse sentido, as espécies de babaçu (*A. speciosa*) e inajá (*A. maripa*) aparecem nas percepções dos *ogorogmó* como espécies importantes para alimentação, mas também para o intercâmbio cultural. Quanto ao babaçu (*A. speciosa*), foi registrado de várias formas (Ver quadro 3). Sua importância para o povo Arara se relaciona com sua produtividade, já que é uma das poucas espécies vegetais usadas para a alimentação, que permanecem produtivas durante todo o complexo sazonal imelãm/iromu, além que também apresentam um padrão de distribuição territorial, que pode alternar entre terras altas ou morros, e baixos de terra firme, associados a grotas e córregos de água. De Moura (2023) destaca sua importância nas questões alimentícias da atualidade e aponta o interesse comunitário em recuperar o uso cotidiano deste recurso para ser incluído no programa oficial de merenda escolar.

Sobre o inajá (*Attalea maripa*), não se tiveram registros fotográficos, e não se fez menção dessa espécie nas percepções dos mapas mentais. Porém, o trabalho de Teixeira-Pinto (1997) destaca sua importância para a obtenção de uma das bebidas fermentadas de uso ritual. Na sua descrição, a bebida é obtida da fermentação natural dos brotes de palmito, no topo da palmeira. Junto com as outras bebidas fermentadas (*piktu*) fazem parte de intercâmbio ritual

de *ekuru*. Por outra parte, as informações de Balée *et al.* (2020) colocam que um termo para a nomeação desta espécie, por parte dos atuais beiradeiros, que usam a palavra “anajá” do nordeste, ou invés de “inajá” usado em outras comunidades caboclas e ribeirinha da Amazônia, é outra evidência de sua influência no vocabulário etnobotânico dos rios Xingu e Iriri. Segundo os dados apresentados na revisão histórica de sua chegada à região e sobre as artes de caça, pesca e coleta praticadas pelos *ogorogmó*, o convívio tem favorecido um fluxo desses diferentes acervos de conhecimento e das novas elaborações, em ambas as direções.

Outras espécies deste gênero de palmeiras também eram integradas na dieta dos *ogorogmó* tradicionalmente. De acordo com De Moura (2023), os frutos de ouricuri (*A. phalerata*) são cozidos para extrair seu mesocarpo para alimentação, no mês de outubro, quando os frutos começam a cair. Os frutos de *A. phalerata* (*mitaum*) devem ser coletados antes da depredação dos insetos. A data de outubro coincide com o final da seca (*iromu*) e o início das chuvas (*imelãm*), colocando a expressão da produtividade desta espécie, como um possível indicador biológico da transição do complexo *imelãm/iromu*. Em adição, se juntarmos as percepções da expressão da produtividade deste gênero de palmeiras, seriam fontes de sustento alimentício disponíveis durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*.

Outras espécies de palmeira importante nas percepções dos *ogorogmó* foi o açaí (*E. oleraceae*). Nas informações sobre o complexo sazonal, foi identificada sendo produtiva em imelãm, onde se encontra associada aos baixões e outras terras baixas. No entanto, as informações de De Moura (2023) mencionam a existência de outra espécie desta palmeira, que se distribui exclusivamente nas terras mais altas e nos morros. Essa espécie diferenciada localmente como açaí de morro (*E. longibracteata*), tem menor espessura e não é possível ascender pelo seu tronco para pegar os frutos.

Por isto, as palmeiras de *E. longibracteata* (*wanpiatjum*) são derrubadas para coletar sua produção. A polpa do fruto pode ser consumida diretamente, ou misturada com água, quando as palmeiras expressam sua produtividade em outubro e novembro, no final do período da seca, *iromu* (De Moura, 2023). Em adição, informações dos beiradeiros, confirmam o conhecimento da distribuição do açaí nos morros e de sua produtividade na estação da seca, como eles denominam o período *iromu*. Mais informações sobre as práticas beiradeiras e os usos de esta espécie por eles, se encontram bem detalhadas em Villas Bôas *et al.* (2017a).

Outras espécies de palmeiras dos gêneros *Astrocaryum* e *Oenocarpus* são mencionadas como importantes para a alimentação dos *ogorogmó* da TI Arara, e apresentam alternância na expressão da produtividade, segundo as suas percepções. Nesse sentido, a palmeira murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) apresentam dois momentos de produção sazonal. *A. murumuru* se coleta para consumo, quando a semente está germinando no chão, nos meses de março (*imelãm*) e em novembro (final do *romu*). Quanto à *O. bacaba*, segundo as percepções, se encontra produtiva de novembro, no final do *romu*, até janeiro, no início de *imelãm* (De Moura, 2023), podendo ser outro indicador biológico da transição do complexo sazonal *imelãm/romu*.

Sobre as espécies animais, se observou um uso principalmente para alimentação, mas também em alguns casos, as percepções indicam um estreito relacionamento de algumas questões culturais e sociais, além da caça destas espécies. Em particular, se conseguiu ver várias espécies de animais silvestres nas redondezas das aldeias, nas casas e acompanhando as pessoas também. Nesse caso, esses animais compartilham a história de terem chegado às aldeias depois de seus parentais terem sido abatidos para a alimentação do grupo humano. Nesses casos, os filhotes são levados às aldeias e criados pelas famílias. De acordo com Teixeira-Pinto (1997), os filhotes animais para criação familiar também podem ser encarregados especificamente por uma pessoa ou família, mas, nesse caso, teria que ocorrer uma mediação ritual com os donos espirituais dos animais (*oto*).

Esse ritual poderia ser feito por qualquer adulto caçador, que deveria ter que cumprir algumas restrições relacionadas com o consumo e com a caça desta espécie, durante um período de tempo. Potencialmente, cada adulto pode fazer pajelança, o cumprimento das restrições alimentares também é variável, e podem ser flexibilizadas. Segundo Teixeira-Pinto (1997), um caçador pode evadir as restrições alimentícias de uma espécie que mora com sua família, se não foi ele que caçou. O mesmo ocorre quando o caçador abate um indivíduo da mesma espécie de algum dos animais familiares, porque pode dar de presente para a sua rede de afiliados e depois comer da preparação feita em outra casa (Teixeira-Pinto, 1997).

As aves, os quelônios e os mamíferos foram os grupos de animais silvestres identificados durante o convívio. Estes grupos de animais também são considerados, dentro do estudo sobre algumas figuras linguísticas do lenguaje, associados aos comportamentos e às percepções dos animais. De acordo com De Souza (2010), várias formas de essas expressões linguísticas associadas às percepções do comportamento animal persistem depois do contato oficial, mas no tempo de seu trabalho, só alguns anciões tinham esse conhecimento. Este

conhecimento, associado às figuras linguísticas para expressar sentimentos, fazer piadas, ou realizar comparações, demonstra o detalhamento desses comportamentos animais e sua importância para a expressão cultural do acervo de conhecimento tradicional.

Segundo o autor, espécies animais e vegetais aparecem recorrentemente nas histórias da cosmogonia Arara, mostrando outro uso da biodiversidade além da alimentação. A história da cosmogonia Arara, sobre a relação dos animais com o cultivo da macaxeira nos roçados, é bem interessante. Nela, também aparecem relações de familiaridade, afiliação e conveniência, além dos ensinamentos para a construção de práticas utilizadas para a alimentação dos grupos Arara. Maiores detalhes da história cosmológica apresentam a cutia (*Dasyprocta spp.*), que é irmã de um macaco (*Cebus spp.* ou *Sapajus spp.*) que estavam emparentados com uma anta (*T. terrestris*) e todos eram amigos do urubu. Só nesta história se apresentam relações sociais, que vão desde aproximações biológicas e taxonômicas, que ficariam fora de foco, apesar da profundidade de suas implicações para as elaborações culturais sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, para a efetivação das artes de caça, pesca e coleta para alimentação e sobrevivência, que são de interesse nesta pesquisa.

Outros estudos biológicos na calha do Iriri e nas UCs da Terra do Meio apresentam resultados interessantes, sobre as respostas dos vertebrados terrestres de médio e grande porte às pressões de caça de comunidades beiradeiras, instaladas nas Resex do Iriri e do Riozinho do Anfrísio, e nas proximidades da Estação Ecológica (Esec) Terra do Meio. Os resultados demonstraram que nas áreas de uso dos beiradeiros foram registradas todas as espécies analisadas, e suas abundâncias relativas, não expressaram uma resposta negativa às pressões de caça, nem para o porco de mato (*T. pecari*), que registrou os valores mais altos de abatimento.

Para outras 25 espécies de mamíferos e aves de médio e grande porte, também não encontraram tendências de declínio, estatisticamente significativas. Outras informações indicam que as áreas habitadas pelos beiradeiros das Resex possuem uma extensa área de floresta bem preservada sobre o mosaico da Terra do Meio, mas pelo que seu modo de vida tradicional, não mostram fatores negativos determinantes para os objetivos de conservação da biodiversidade nessas UCs (De Paula, 2020).

Quanto à anta (*T. terrestris*), é um dos animais de caça de grande porte, o mesmo que o porco-do-mato (*T. pecari*). Ambas as espécies biológicas foram registradas fotograficamente quando se acompanhavam atividades de caça/pesca/coleta, ou no convívio,

durante os dois períodos do complexo sazonal *imelãm/iromu*. Sobre o comportamento destes dois ungulados, também se fizeram indagações. De acordo com o acervo de conhecimento tradicional e as percepções sobre esses animais, eles colocam que tanto a anta quanto o porco permanecem em contínuo movimento em procura de alimento pela floresta toda, e só param quando dormem. Nessa lógica de percepção, os animais selecionam os locais que se encontram produtivos durante todo o complexo sazonal, dependendo de seus próprios gostos e hábitos (Figura 41).

Figura 41 – Imagem dos caçadores da aldeia Iriri, depois de terem feito uma caçada de anta (*T. terrestris*), na modalidade de arrastão na ilha do Tucunaré



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento das expedições às áreas de caça, pesca e coleta. **Local:** Ilha do Tucunaré, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

De acordo com os registros e as anotações no diário de campo, duas antas foram caçadas no período de *iromu*, e cinco no período de *imelãm*. Das duas primeiras, segundo informações dos caçadores, a primeira, no mês de maio/2022, foi baleada na boca do igarapé Iriri velho, e a segunda, no mês de setembro, foi baleada num barreiro perto de um açaizal. Ambas encarregadas pelo cacique *Mobu Odo*, da aldeia Iriri, para encerrar as aulas dos

módulos do curso de direitos humanos. As outras cinco, no período de *imelãm*, todas foram capturadas na modalidade de caça arrastão em ilhas. Quanto aos porcos, se registraram como eventos de caça atravessando, quando os grupos cruzam os rios e igarapés para alcançar as ilhas ou procurar na outra margem os locais produtivos para sua alimentação.

Cada evento registrado inclui um número entre cinco e vinte animais abatidos enquanto nadam. De igual tendência como a anta, dois eventos foram registrados em iromu e cinco em imelãm. Em todos os eventos de caça destas espécies, sem importar o número, a chegada dos caçadores foi celebrada com grande euforia, e os animais eviscerados e divididos no porto da aldeia, se evidenciando as relações de cooperação e solidariedade entre as famílias do grupo da TI Cachoeira Seca (Figura 42). Outros animais, como cachorros, urubus e piranhas, aproveitam o intercâmbio de sustância vital, *ekuru*.

Figura 42 – Imagem da repartição de vários porcos caçados usando a modalidade de caça atravessando, em que homens e mulheres participam da evisceração e corte das partes para o aproveitamento das famílias



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento das expedições às áreas de caça, pesca e coleta. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Estudos anteriores, para explorar a existência de um padrão de seleção ou rejeição de unidades paisagísticas associadas aos locais de terra firme ou aos de margem do rio, dependendo do pulso hidrológico característico dos rios amazônicos, mostraram uma tendência da anta, para se associar aos cursos de água independentemente do período hidrológico, se registrando tanto em terra firme, quanto nas margens. Quanto ao porco-do-mato, os resultados sugeriram uma seleção de locais das margens na enchente, no período de *imelãm*, e dos baixões de terra firme, durante o período da seca em *iromu* (Builes, 2007).

Os estudos de Ramos *et al.*, (2016) e de De Paula (2020) informam sobre consumo de carne de caça e frequência de consumo, que a carne de porco-do-mato é a mais consumida nas calhas do Xingu e do Iriri, pelas comunidades das Resex e das TIs, nas que se inclui a TI Cachoeira Seca. Também, que na estação seca (*iromu*) esta espécie é menos caçada nas margens dos rios pelas comunidades das Resex, que complementam sua dieta com a pesca (Ramos *et al.*, 2016). No entanto, na mesma época, continua sendo caçada pelas comunidades indígenas, e seu consumo nas TIs segue nos registros (Ramos *et al.*, 2016), mesmo que em menor frequência que na época da cheia, durante *imelãm*.

Ambas as informações quantitativas sobre esta espécie biológica coincidem com uma menor presença do porco-do-mato nas margens dos rios, durante a estação da seca (*iromu*). No entanto, as informações sobre a caça e consumo dessas espécies nas comunidades indígenas sugerem que estes possuem detalhes dos locais de preferência destas espécies na terra firme, por isso permanecem sendo caçadas e consumidas, apesar de sua baixa disponibilidade nas margens, demonstrando a refinada construção permanente, das percepções sobre o comportamento das espécies biológicas, usadas para a alimentação e sobrevivência. Também apontam à possibilidade de sua maior disponibilidade nas margens dos rios na época da enchente durante o período de *imelãm*.

Todas as informações juntas, coincidem: na importância cultural desta espécie, presente na cosmogonia e nas figuras linguísticas de comunicação; na sua participação na dispersão de sementes de espécies arbóreas e palmas; na indicação de ser uma fonte para alimentação e sobrevivência dos povos indígenas e as comunidades tradicionais. Também coincidem em alguns dos modelos de aproveitamento tradicional da Amazônia, que não estão causando o decréscimo evidente de algumas das espécies caçadas para o consumo (Builes, 2007; Ramos *et al.*, 2016; Schacherer *et al.*, 2007).

O outro grupo de fauna importante, já mencionado, foi o dos primatas. Segundo as informações de De Souza (2010), das 13 figuras linguísticas associadas com animais silvestres, cinco eram sobre macacos, quatro sobre aves, uma sobre quelônios e as três restantes eram de outros mamíferos. As observações dessa pesquisa indicam que nas aldeias da TI Cachoeira Seca, muitas das espécies de maior porte são apreciadas para a alimentação, mas também para serem integradas no grupo familiar, de uma forma parecida ao que os não indígenas da atualidade entendem como conceito de animais de estimação. As questões sobre estes animais familiares já foram apontadas acima, no entanto, sobre o ritual de intercâmbio com os donos espirituais dos animais, Teixeira-Pinto (1997: 83-107) desenvolve um tópico completo sobre os homens, os animais e a caça, em que oferece maiores detalhes sobre o ritual de solicitação e adoção dos filhotes órfãos dos animais de caça.

Em particular sobre o macacão (*A. marginatus*), as percepções do grupo da Cachoeira Seca colocam esse primata como um de maior valor alimentar e preferência para o consumo. Durante os acompanhamentos das atividades de caça/pesca/coleta, no período *imelãm*, foram registrados grupos tanto nas margens do rio Iriri, quanto nas dos igarapés Dois Irmãos e Iriri Velho; também foram registrados no interflúvio de terra firme durante as expedições aos locais de uso dos castanhais associados aos três igarapés. No total, foram registrados cinco eventos de caça, dos quais, um na margem do rio Iriri, outro na margem do Iriri velho e os restantes nos castanhais de terra firme dos três igarapés mencionados. Quando chegamos à aldeia, evidenciamos a repartição das partes da caça dos macacões, só entre as famílias dos caçadores (Figura 43).

Em adição, durante o evento de caça no castanhal do Iriri Velho, se evidenciou que uma das fêmeas abatidas, quando caiu da árvore, tinha um filhote agarrado nas suas costas. Os caçadores ficaram surpresos porque não tinham notado o detalhe até se aproximar ao local da queda no chão. Após a surpresa, veio a felicidade, pois o experiente caçador *Arapuca Arara* disse que o filhote ia ser um bom presente para a sua mulher que estava triste, se recuperando de uma intervenção cirúrgica. Devido a essa associação afetiva, se propôs que fosse batizado com um nome especial. Aceitou que fosse “*monija*”, uma palavra na língua do povo Murui, da Amazônia colombiana, que se relaciona com o conceito da abundância e da fartura do território, para a alimentação e bem viver da família.

Figura 43 – Imagem de Arapuca dividindo o produto da caça de (*A. marginatus*), para compartilhar com seu companheiro de caça, de acordo com as normas culturais do povo Arara.



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento das expedições às áreas de caça, pesca e coleta. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Março/2023.

Segundo as percepções dos caçadores, o macacão (*A. marginatus*) está disponível para o consumo durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*. Da mesma forma que com as outras espécies animais apresentadas, essa disponibilidade está sujeita ao detalhado conhecimento do comportamento e das preferências alimentares da espécie, para intuir os locais onde podem se encontrar, dependendo da expressão da produtividade vegetal em dito complexo sazonal. Portanto, se considera que a falta de registros dessa espécie durante o período de *iromu* não obedece a fatores relacionados com a sua abundância populacional ou de outra natureza biológica, mas obedece a um menor tempo de registro das atividades de caça, pesca e coleta

Sobre a onça (*P. onca*), não se teve registro fotográfico em nenhum dos períodos do complexo sazonal *imelãm/iromu*. No entanto, numa pequena expedição às áreas de uso nas redondezas da aldeia Iriri, onde se localizam os roçados das unidades familiares do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, Arapuca contou que seu irmão mais velho *Tjiagat*, experiente caçador que ainda usa o arco e flecha, tinha matado uma onça, ao lado de um pedral em terra

firme, localizado aproximadamente a 2 km. da aldeia. Segundo as percepções Arara, alguns dos espíritos dos seus familiares mortos podem se transformar em onças. Sobre essa interessante questão espiritual, Teixeira-Pinto (1997: 133-197) apresenta um capítulo completo sobre cosmologia, história e geografia do universo, para os interessados em se aprofundar sobre esse tema.

Estudos biológicos sobre a onça colocam mais elementos da biologia dessa espécie, relacionados com o uso do território. Segundo Carvalho Jr. e colaboradores (2015), que realizaram trabalhos nos travessões da Transamazônica, entre os municípios de Anapu e Uruará, a principal ameaça para a conservação da onça (*P. onca*) em todo o Brasil é a caça, muitas vezes em retaliação pela depredação de gado. De acordo com as suas informações, na região da Transamazônica, o principal motor de desmatamento tem sido a atividade pecuária, que por sua vez tem contribuído com a diminuição do habitat. Em adição, a concentração de rebanhos pecuários favorece a depredação, portanto, uma interferência no ganho econômico, que provoca vinganças em decorrência da depredação do gado. Seus estudos procuraram compreender os fatores que favoreciam a predação da pecuária para favorecer ambos os interesses (Carvalho Jr. *et al.*, 2015).

Outro elemento sobre o território que se desdobrou nesta pesquisa teve a ver com outra questão. De acordo com as informações, numa das entrevistas realizadas com os moradores dos travessões do município de Medicilândia, sobre os encontros, ataques ou histórias sobre a onça (*P. onca*), o colono comentou que numa das suas propriedades tinha encontrado vestígios de ossadas humanas e panelas de barro. O pesquisador acompanhou o colono até o local onde tinham sido encontrados os vestígios, para verificar se existiam mais elementos ou artefatos, sem sucesso. No entanto, o colono tinha guardado uma das peças cerâmicas. A peça foi fotografada e foram tiradas as coordenadas do ponto (-3.448532 S, -53.064283 W.), para iniciar o protocolo de recuperação institucional em 2012 (Carvalho Jr., 2022 *com pers.*). Esse encontro de vestígios são evidências da ocupação indígena do interflúvio da margem esquerda do Xingu-Iriri, da mesma forma que os resultados de Balée *et al.*, (2020) indicam para a margem direita do Iriri.

Sobre os quelônios, duas espécies apareceram permanentemente nos registros durante todo o complexo sazonal imelã/iromu, e nas percepções do grupo Arara, estes animais são alimentos especiais e preferidos. De fato, o jabuti (*C. carbonara*) é criado por muitas famílias, que constroem currais específicos para a criação desse animal (Figura 44). No entanto, não se evidenciou nenhuma ação focada na reprodução em cativeiro. Simplesmente, indivíduos

pequenos de diferentes tamanhos, que são coletados nas atividades de caça/pesca/coleta, se colocam nestes currais e se alimentam com frutos do mato e outros recursos alimentícios, que na percepção de cada família, são aceitos pelos jabutis. As atividades de coleta de jabuti foram registradas durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, associados às atividades de caça/pesca/coleta em terra firme, principalmente em locais produtivos onde são localizados refugiados dentro de tocas das redondezas. Também são coletados em ilhas grandes, principalmente em *imelãm*.

Figura 44 – Imagem de um curral de criação de jabuti (*C. carbonara*), com vários indivíduos de diversos tamanhos que se reúnem para se alimentar



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Convívio nas Aldeias. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca **Data:** Março/2023.

Quanto aos tracajás (*P. unifilis*), mesmo aparecendo durante todo o complexo sazonal, se apresenta uma alternância na forma de uso e nos locais onde se realizam as atividades de caça/pesca/coleta. Em específico, durante *imelãm*, são flechados os adultos em tanto tomam sol, ou se alimentam acima da vegetação dos igapós das margens. No *iromu*, são consumidos os seus ovos, depositados nas praias das ilhas e das margens, que alternam com os igapós. A

prática da alternância na forma de consumo evidencia que o acervo de conhecimento tradicional sobre o comportamento das espécies é usado para a elaboração de formas de uso do território e a biodiversidade que garantem a alimentação e a sobrevivência do grupo Arara, mas também precisam da continuidade desses processos biológicos e ecológicos.

A piracema é o termo local com que se conhece o processo ecológico de reprodução de uma comunidade de peixes de diversas espécies. Esse processo consiste, em forma geral, em uma migração em sentido do montante dos rios com fins reprodutivos. Esse processo cíclico funciona ancorado ao pulso hidrológico dos rios amazônicos, no qual se produz uma enchente e uma vazante (Junk, 1989). De acordo com as percepções do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, a comunidade de peixes da piracema começa a migração para alcançar as nascentes dos rios e os igapós em *imelãm* e retornam durante *iromu*, pois o processo completo ocorreria durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*. Em *imelãm*, o aproveitamento de sua produção se faria principalmente nos igapós de margens e ilhas, quanto em *iromu*, se aproveitaria sua produção em locais como poças, pedrais e corredeiras. Isso também é evidência de que os locais de pesca são importantes áreas de uso, porque garantem acesso permanente a este recurso alimentício durante todo o ano.

Outros estudos na calha do Xingu têm mostrado a importância dos recursos alimentícios da pesca, para a economia dos municípios associados a esta calha, também sua complexidade e diversidade biológica e ecológica. Também pode-se encontrar outros estudos que dialogam e focam sua atenção no entendimento do que significa esse recurso da biodiversidade, para a alimentação e sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais. Nesses trabalhos, aparecem elementos do acervo de conhecimento tradicional das populações, mas também as histórias da memória individual/coletiva, as percepções, as necessidades e as resistências dessas pessoas. Também apresentam a importância do território e da biodiversidade na vida dessas pessoas, muitas vezes causando doenças mentais e somáticas, só pelo pensamento de ter que sair de seus locais de habitação, obrigados pela violência física ou hegemônica (De Francesco, 2023; Pellegrino, 2024).

Desses trabalhos, o fator comum é a afetação das obras e funcionamento da UHE Belo Monte, que barrou o rio Xingu e reduziu o fluxo do caudal da água até níveis críticos (Pezzuti *et al.*, 2018). Para os interessados no aprofundamento destas questões, destacam-se os trabalhos interdisciplinares realizados por De Francesco e Carneiro (2015), sobre os pescadores tradicionais que perderam suas áreas de pesca pela afetação da UHE Belo Monte.

Também os de Pezzuti, Carneiro, Mantovanelli e colaboradores (2018), sobre os monitoramentos independentes do povo Juruna da Volta Grande, dos impactos dessa UHE e o realizado por De Francesco (2020) sobre a resistência e luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos beiradeiros afetados pela alagação de seus locais de habitação com a barragem da UHE.

A continuidade dos trabalhos colaborativos, iniciados por vários desses autores, continua na atualidade. A partir das percepções do conceito da piracema dos povos indígenas e as comunidades tradicionais da Volta Grande, os trabalhos acadêmicos e científicos lograram, pela primeira vez desde seu funcionamento em 2014, colocar uma pedra no sapato da NE, questionando legalmente a aplicação da redução do caudal, que praticamente tem condenado à extinção a paisagem completa das cachoeiras da Volta Grande, acabando com ecossistemas milenares e endemismos associados, que garantiam os recursos para a alimentação e sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais que ocupam a calha do Xingu há vários milênios (Urban, 2002, Meira, 2015; Franchetto, 2011; Heckenberger, 2005). Esses esforços, são exemplos de que com o trabalho colaborativo e o diálogo entre os dois acervos de conhecimento, podem se produzir os insumos potentes para a defesa do território e biodiversidade, tão necessários à TI Cachoeira Seca.

4.5 “As vozes gritantes”: organização social e denúncias sobre as recorrentes invasões na TI Cachoeira Seca

Nessa mesma linha, várias reuniões e oficinas participativas e colaborativas foram realizadas durante o convívio na TI Cachoeira Seca. A temática de algumas dessas ações participativas e colaborativas foi a questão da situação territorial atual. No percurso deste trabalho, se apresentaram algumas dessas questões relacionadas com a falta de regularização fundiária oficial ante o SPU, pelas interrupções ao processo de desintrusão de não indígenas, iniciado em 2016, como resultado da homologação (Brasil, 2016). Esse assunto e as invasões recorrentes, pelo vazio jurídico e político criado, são grandes preocupações das lideranças comunitárias e associativas, portanto, apareceram também nesses espaços. De fato, antes do período de convívio nas aldeias, se teve a oportunidade de acompanhar um desdobramento político das lideranças e da comunidade das aldeias da TI Cachoeira Seca, no módulo final do curso de Direitos Humanos em fevereiro de 2023 em Altamira.

Os módulos I e II do referido curso tinham sido desenvolvidos na aldeia Iriri no período entre maio e agosto de 2022. Dessa vez, se evidenciou o engajamento das mulheres

adultas que participaram do contato oficial em 1987, quando eram jovens. Delas se escutaram detalhados relatos sobre as histórias da resistência às invasões e a fuga permanente. Mulheres como *Typu*, *Tatji*, *Onatjiodo*, permanentemente, fizeram depoimentos sobre esses assuntos, deixando ver as marcas que esse sofrimento no passado tinha ocasionado nas suas vidas. As mulheres mais jovens escutavam com atenção as narrações, e muitas delas mantinham em suas memórias outros relatos de suas mães sobre a história de vida e resistência do grupo da *Tjibie Arara* e sua filha mais velha *Iogo Arara*. Algumas dessas mulheres também participaram do módulo final do curso, e foram fundamentais no desdobramento político da denúncia oficial das invasões (Figura 45).

Figura 45 – Imagem da Técnica de Enfermagem da aldeia Iriri ajudando a enfeitar outra liderança da aldeia Awy para participar do ato político no auditório da FUNAI Altamira



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento Curso Direito Humanos. **Local:** Altamira, PA. **Data:** Fevereiro/2023.

Todos os participantes do curso concordaram que a aparição permanente e atual de depoimentos e informações sobre as invasões da TI Cachoeira Seca justificava uma visibilidade política imediata. Portanto, solicitaram às lideranças das aldeias e da associação *Kowit* redigir ofícios de convite para vários órgãos oficiais encarregados das questões nas TIs,

com a ajuda e articulação dos organizadores daquele curso de formação. As cartas de convite foram redigidas e enviadas com antecipação de três dias para: os escritórios do Ministério Público Federal; a Frente de Proteção Etnoambiental FPE da FUNAI-Altamira; o Distrito Sanitário Especial Indígena-DSEI; a Polícia Federal; o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e o ICMBio. A manifestação aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2023, momento em que a comunidade se organizou, se enfeitou e decidiu os temas a serem tratados na reunião⁴³ (Figura 46).

Figura 46 – Imagem da comunidade das aldeias da TI Cachoeira Seca, antes de participar do ato político no auditório da FUNAI Altamira



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento Curso Direito Humanos. **Local:** Altamira, PA. **Data:** Fevereiro/2023.

Nessa reunião, o grupo das mulheres apresentou suas percepções sobre as implicações das ameaças territoriais e das recorrentes invasões para sua segurança física e alimentar,

⁴³ As lideranças *Mobu Odo* (Aldeia Iriri), *Ioru* (Aldeia Awy) e *Timbektodem* (Associação Kowit) apresentaram os temas sobre as invasões, a desintração, e o plano de destinação da multa de funcionamento da UHE Belo Monte. O grupo das mulheres, *Onatjiodo*, *Talem*, *Poudem* (Aldeia Iriri), falaram das questões de insegurança física e a vulnerabilidade para o deslocamento sem acompanhamento oficial. Também colocaram as necessidades de deslocamento familiar completo para o atendimento por fora da aldeia, devido aos fortes laços culturais mãe filho. também do atendimento das políticas básicas nas aldeias.

também das necessidades de atendimento básico e instalações adequadas nas aldeias para melhorar a qualidade dos serviços de saneamento, saúde, educação e alimentação. Por sua parte, as lideranças das aldeias e da Associação *Kowit* focaram diretamente nas questões da insegurança física ao se mobilizarem por alguns trechos da Trans Iriri e da Transamazônica BR-230, onde se sentiam intimidados (Figura 47). Também deram ênfase à impossibilidade de realizar expedições de caça, pesca e coleta, em grande parte da sua área norte, pela penetração dos travessões e o assentamento permanente de não indígenas que não reconheciam a autoridade do povo Arara da TI Cachoeira Seca nessa porção territorial.

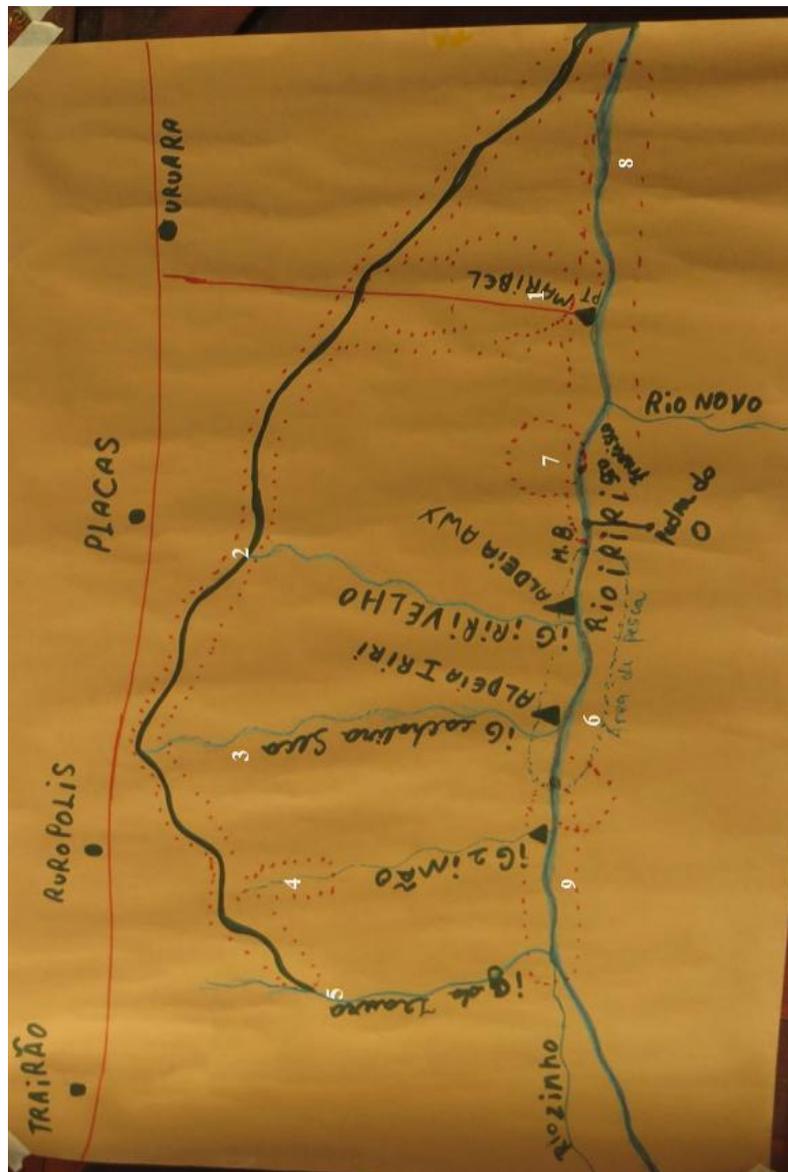
Figura 47 – Imagem da liderança da Associação *Kowit*, *Timbektodem Arara (In memoriam)*, no seu discurso de denúncias e demandas da comunidade das aldeias da TI Cachoeira Seca, no ato político no auditório da FUNAI Altamira



Fotografia: Diego Fernando Builes Puertas. **Fonte:** Acompanhamento Curso Direito Humanos. **Local:** Altamira, PA. **Data:** Fevereiro/2023.

Dáí que essa temática também tenha entrado nas indagações desta pesquisa. Alguns dos resultados desses levantamentos já foram apresentados e outros se desdobraram a partir de uma reunião informativa com um servidor da Funai-Altamira, que chegava na aldeia para apresentar o trabalho desenvolvido pela sua divisão, em outras TIs de recente contato (RC). Depois de sua apresentação, se interessou nas atividades que estavam sendo desenvolvidas no marco da pesquisa acadêmica, pelo qual se apresentaram alguns dos mapas mentais, que estavam sendo desenvolvidos (Figura 48).

Figura 48 – Mapa Mental com a primeira aproximação na identificação das áreas prioritárias com vulnerabilidades para atenção oficial e/ou comunitária



Fonte: Oficinas participativas e colaborativas sobre vulnerabilidades territoriais. **Local:** Aldeia Iriri, TI Cachoeira Seca. **Data:** Abril/2023. Editado pelo autor.

Em um desses insumos, se tinham feito as primeiras aproximações para a localização das áreas de uso e manejo especial do grupo da TI Cachoeira Seca. Essa primeira construção estava baseada nas informações qualitativas sobre os pontos onde iniciavam e terminavam estas áreas de manejo especial indígena (ver figura 48).

Também se tinham começado a localizar as áreas onde estavam as ameaças e vulnerabilidades, baseados em vários grupos de informações: os depoimentos do evento político de denúncia de fevereiro de 2023; as percepções grupais sobre as possibilidades de mobilidade para a realização das ações culturais e cotidianas de caça, pesca e coleta, livremente e sem pressões; e as referências cartográficas sobre os impactos da penetração dos ramais ancorados ao traçado da Transamazônica BR-230. Nessa primeira aproximação, se obteve um zoneamento de nove áreas gerais com características específicas (Quadro 4).

Quadro 4 - Resultado do zoneamento participativo e colaborativo de uso, vulneráveis e ameaçadas na TI Cachoeira Seca

Identificação	Características gerais	Classificação
1	Invasões associadas ao traçado da prolongação do Travessão 185	Ameaçadas
2	Invasões do limite norte associadas ao traçado da BR-230	Ameaçadas
3	Invasões associadas às nascentes do Igarapé Cachoeira Seca	Ameaçadas
4	Invasões associadas às nascentes do Igarapé Dois Irmãos	Ameaçadas
5	Invasões associadas às nascentes do Igarapé da Laura	Ameaçadas
6	Área onde se encontram os locais de pesca e coleta de ovos de quelônios	Uso Permanente
7	Área prevista para a instalação da aldeia <i>Pyrewa</i>	Vulnerabilidade
8	Área onde se encontram os locais de pesca ocasionais, compartilhados com as aldeias do povo Xipaia e as comunidades beiradeiras da Resex do Rio Iriri	Vulnerabilidade
9	Área onde se encontram os locais de pesca ocasionais, compartilhados com as comunidades beiradeiras das Resex do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio	Vulnerabilidade

Fonte: Oficinas participativas e colaborativas sobre vulnerabilidades territoriais. Elaborado pelo autor

As nove áreas identificadas foram classificadas em três categorias diferentes, dependendo das características associadas e das percepções de segurança física e possibilidades de fazer usufruto exclusivo ou compartilhado dessas áreas. Nesse sentido, as áreas numeradas de 1 a 5 correspondem com áreas nas que se impossibilita fisicamente e no sentido estrito da palavra, o desenvolvimento de ações culturais e cotidianas de forma permanente, devido às invasões e ao não reconhecimento da autoridade e dos direitos constitucionais de usufruto exclusivo do território e a biodiversidade.

Nessas áreas, estão incluídos, especificamente, o limite norte, no qual penetram muitos travessões associados ao traçado da Transamazônica BR-230 e as áreas associadas ao traçado da prolongação do Ramal 185- Trans Iriri, desde o município de Uruará até a beira do rio Iriri no porto de Maribel. Em todas essas áreas, as interrupções e contestações ao processo de desintrusão a partir de 2016 têm favorecido sua contínua e recorrente ocupação ilegal. O acesso a essas áreas dificulta até com acompanhamento oficial de algum órgão oficial ou particular, se não fosse conjunto com as forças de tarefa, militares ou policiais.

Na área (6) é onde se encontram os locais de pesca e coleta de ovos de quelônios, das quais dispõem os *ogorogmó* de forma permanente e sem restrições externas à comunidade. A dita área fica delimitada entre a cachoeira do Julião, perto da foz do igarapé Dois Irmãos, e a “pedra do O”, perto da comunidade de São Francisco da Resex do Rio Iriri. Esta “pedra do O” é um vestígio arqueológico (petróglifo) das ocupações indígenas pré-históricas, mencionadas por Nimuendaju (1948: 216). Os outros locais onde se realizam as atividades complementares de caça e coleta sem nenhuma restrição evidente, estão associados às margens e terra firme dos interflúvios entre os igarapés: Dois Irmãos, Cachoeira Seca e Iriri Velho, onde se localizam os castanhais, os palmeirais, as grotas e os barreiros, onde se efetivam principalmente essas atividades, para garantir a alimentação e sobrevivência (ver mapa mental 9). Nessa área, também se encontram alguns dos locais de especial recordação na memória coletiva, por serem antigos locais de ocupação antes do contato de 1987, onde existem vestígios da ocupação e “cemitérios” onde faleceram o foram mortas pessoas do grupo da TI Cachoeira Seca. Em conjunto, em todos esses locais se consegue o alimento para a sobrevivência, mas também é onde estão os elementos de relevância para a cultura indígena e a memória coletiva, que fazem parte das áreas de manejo especial desta TI.

As áreas (7), (8) e (9) são áreas em que, por sua distância e pela atuação de outros povos indígenas e comunidades tradicionais, se percebe algum grau de vulnerabilidade, principalmente referente ao controle dos recursos da biodiversidade de importância para a alimentação e para a geração de renda (ver mapa mental 9). Em particular, a área (7) corresponde a um local que tinha sido ocupado ilegalmente por não indígenas nos últimos anos. Lá, os ocupantes não indígenas tinham aberto uma grande área para estabelecer construções, infraestrutura e áreas para pastagem de gado.

O interessante é que posterior ao exercício de mapeamento participativo e colaborativo, os *ogorogmó* perceberam que em algumas das áreas invadidas, principalmente

associadas à margem do rio Iriri, podiam exercer um maior controle com uma presença permanente. Nesse sentido, a jovem liderança *Toto Arara* decide abrir a nova aldeia *Pyrewa* para não a deixar aberta à exploração por terceiros ilegais. Outras motivações, como a ampliação das áreas de caça, pesca e coleta disponíveis para os *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca, além do aproveitamento das áreas abertas para a instalação das moradias e o estabelecimento de roçados devido à redução de áreas adequadas para esta atividade na aldeia Iriri, também foram fundamentais nesta iniciativa comunitária.

Quanto às áreas (8) e (9), elas correspondem aos locais de pesca e coleta de ovos de quelônios que, por sua distância das aldeias *Awy* e Iriri, não são usados permanentemente. Sobre essas áreas, existem acordos informais e culturais que permitem o uso compartilhado desses recursos. Na percepção dos *ogorogmó*, a área (8) se estende desde a comunidade de São Francisco, na margem direita do rio Iriri, até o limite com a TI Arara, onde se localizam três aldeias do povo Xipaia na margem esquerda do Iriri. Apesar de o decreto de homologação dos limites da TI Cachoeira Seca não fazer referência oficial a essa ocupação indígena (Brasil 2016), acordos históricos para a proteção territorial foram estabelecidos por ambos os povos para permitir seu assentamento e usufruto do território e da biodiversidade. Um caso similar ocorre com a área (9), delimitada entre a foz do igarapé Dois Irmãos e a foz do igarapé da Laura no limite oeste da TI Cachoeira Seca. Nessa área, os locais de pesca e coleta de ovos de quelônios são compartilhados com as comunidades das Resex do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio.

No entanto, nas percepções do grupo da TI Cachoeira Seca, as áreas de uso exclusivo associadas às margens e o interflúvio entre os igarapés da Laura e Dois Irmãos ficam vulneráveis ao aproveitamento de terceiros, principalmente os locais onde se coleta a castanha, o açaí, a copaíba e a andiroba, que são produtos de aceitação comercial e geração de renda econômica. Por outra parte, esses acordos informais e culturais permanecem em constante renovação e modificação, como demonstrado pela mobilização das famílias que conformam a aldeia *Pyrewa*, que com sua presença permanente nesse local, aumenta as possibilidades de utilização de áreas, que pela distância das aldeias Iriri e *Awy*, ficavam fora do alcance dos *ogorogmó*, portanto, sujeitas à exploração e aproveitamento por terceiros não indígenas. Com seu assentamento nesses locais, um controle permanente poderá ser exercido no território da TI Cachoeira Seca e novos locais de caça, pesca e coleta, tanto nas margens como na terra firme, poderão ser usufruados.

Dessa primeira aproximação de mapeamento e zoneamento, se desdobraram duas questões, uma participativa e colaborativa, e a outra, relacionada com os objetivos desta pesquisa, ambas, sobre a produção de insumos adequados para contribuir com as ações de proteção territorial e cultural e com a defesa dos direitos constitucionais e legais para a destinação da biodiversidade da TI Cachoeira Seca. Quanto à iniciativa participativa e colaborativa, consistia na instalação de acampamentos de caça, pesca e coleta, no trecho meio e nas nascentes dos principais igarapés mais usados na atualidade. Essas instalações estariam construídas com materiais naturais das redondezas e gradualmente provisionados com equipamentos de comunicação, ferramentas, e outros itens de sobrevivência e geração elétrica, para garantir a ocupação permanente, por diferentes turmas alternadas.

As turmas realizariam estoque da produção sazonal nesses locais para aproveitar de forma mais eficiente os recursos para seu usufruto exclusivo. Também, segundo as discussões entre os participantes, a construção e a presença mais cotidiana nesses acampamentos, permitiria uma retomada dessas áreas distantes, segundo os instrumentos desta natureza, contemplados na PNGATI. Essa iniciativa comunitária já foi socializada com a FPE da Funai-Altamira, e os canais para um financiamento parcial ou total, por parte de outras instituições e organizações indígenas parceiras, como ISA e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), já foram feitos e aguardam sua concretização.

A importância desse mapeamento e zoneamento nesta pesquisa tem a ver com a organização e sistematização da maior quantidade de informações que foram levantadas durante a pesquisa sobre as questões territoriais na TI Cachoeira Seca. Dois grandes grupos de informações gerais foram parte do resultado obtido. No primeiro grupo, se podiam juntar todas as áreas de uso e manejo especial indígena; algumas, pelas condições históricas da imposição territorial, se foram perdendo como: o corredor de terras altas do interflúvio, que define a divisória das águas entre os afluentes dos rios Tapajós e Amazonas, e os afluentes dos rios Iriri e Xingu, pelo qual os grupos Arara (*Karib*) ocuparam a margem esquerda do Xingu desde 1853, que foi destacado nas informações de Coudreau (1896), que indicam a habitação e domínio territorial desses grupos. Esse corredor também foi mencionado nas informações do Nimuendaju (1948), quando indicou que alguns dos grupos dessa margem teriam usado essas rotas para realizar migrações e fugas dos conflitos com grupos indígenas e seringueiros que se impunham nas colocações da beira do Xingu e do Iriri.

Também estão incluídos nesse grupo de áreas especiais de manejo os locais de concentração nas nascentes dos igarapés Curuá-Una, Penetecal e o Jarauçu, outros locais

importantes para a cultura, conservados nas percepções e na memória coletiva, como o lago sagrado onde moravam os espíritos dos antigos, localizado entre as nascentes dos igarapés Jarauçu e Penetecal, e os tabocais (*Guadua spp.*), usados para a elaboração das flechas e outros instrumentos para a defesa, a caça e a pesca, localizados entre a margem do Iriri e as nascentes dos últimos igarapés mencionados.

De todos esses locais, só os tabocais (*Guadua spp.*) ficaram dentro das áreas delimitadas para os Arara; os demais foram esquadrejados do território de habitação histórica, para a implantação dos programas de colonização do PIN e a construção da Transamazônica-BR 230 e seus travessões. Em adição, devido às barreiras físicas do traçado do travessão 185 (trans Iriri) até a margem do Rio Iriri, a conectividade efetiva entre as duas TIs dos Arara (*Karib*) fica impedida por terra, provocando outra perda de áreas de manejo especial indígena, que poderia ser usada para a continuidade do intercâmbio cultural dos grupos, no complexo sazonal *imelãm/iromu*, conforme ocorria antes do contato oficial com a FAA na década de 1980 (Teixeira-Pinto, 1997).

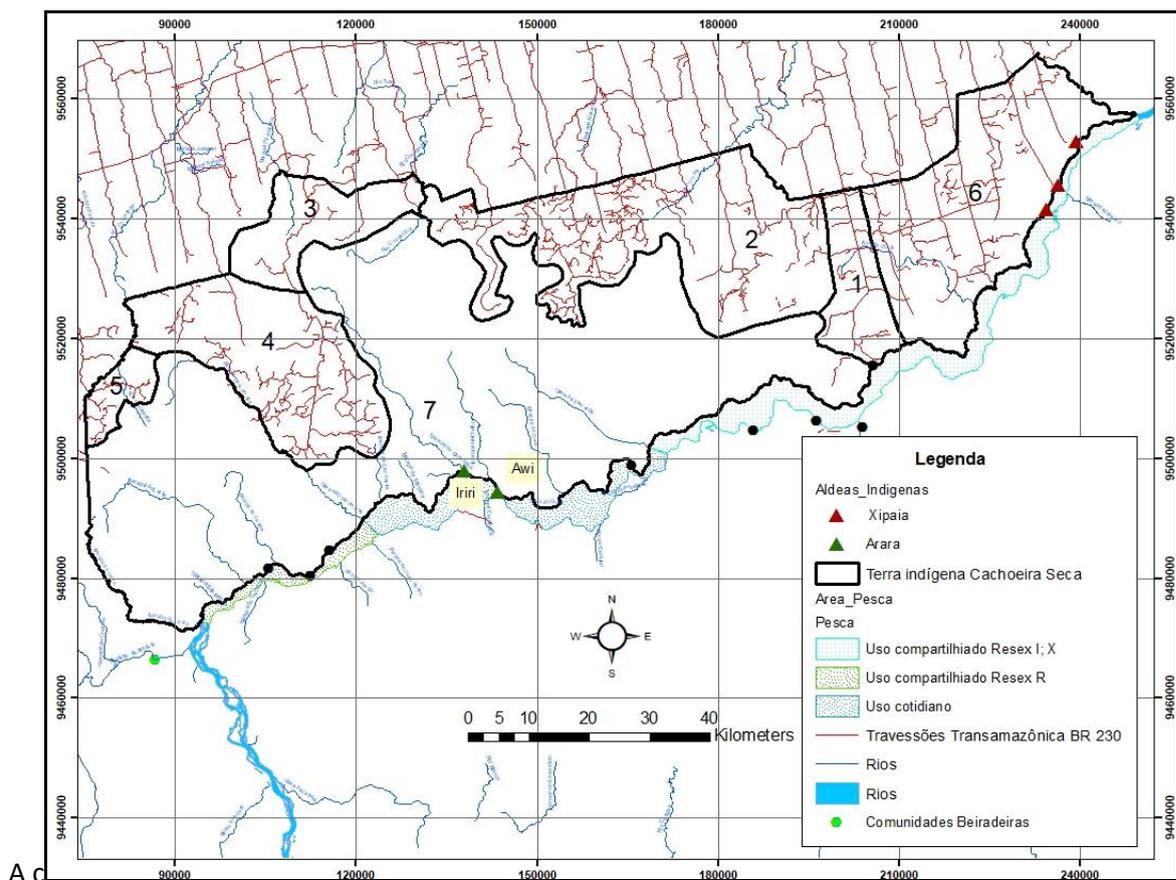
Esse grupo das áreas especiais de manejo também contém outras informações atuais levantadas durante esta pesquisa. Essas áreas correspondem com os locais que são visitados permanentemente para a efetivação das estratégias de caça pesca e coleta durante todo o complexo sazonal *imelãm/iromu*, descritos acima nas áreas (6), (7), (8) e (9). Em particular, as áreas (7), (8) e (9) estão relacionadas com as percepções sobre os locais de pesca e coleta de quelônios, que são compartilhados com as comunidades de beiradeiros e com as aldeias Xipaia, mas também aparecem nelas percepções sobre vulnerabilidade, devido à distância e à frequência de uso, que limitam as possibilidades reais de aproveitamento desses locais. No entanto, a vulnerabilidade percebida nessas áreas é bem diferenciada das percepções de insegurança física e impossibilidade de aproveitamento, descritas nas cinco primeiras áreas (ver quadro 4).

Devido a isso, no segundo grupo desta sistematização, se concentram as informações sobre os locais onde eram frequentes e recorrentes as invasões a partir do traçado da Transamazônica e nas quais, de acordo com as percepções dos *ogorogmó*, além das invasões se sentia insegurança para a habitação pela violência física e simbólica, pelo qual foram classificadas como ameaçadas (Ver quadro 4). Para diferenciar esses dois grandes grupos de informações, e facilitar a visualização dos dados do zoneamento do mapa mental, numa espacialização cartográfica, se propuseram os seguintes nomes usando as siglas resultantes. Nesse sentido, se usou a sigla AMEI, para identificar as “Áreas Especiais de Manejo

Indígena”, e a sigla ATRIT, para identificar as “Áreas Territoriais de Recorrente Invasão desde a Transamazônica.

A oposição das possíveis palavras que se formaram nas abreviaturas, foi aceita pelo grupo de trabalho desse momento, portanto, se mantém neste trabalho. Em geral, nessas AMEI, o grupo da TI Cachoeira Seca efetiva suas estratégias de caça pesca e coleta para garantir sua alimentação e sobrevivência biológica e cultural. Em contraste, a partir das ATRIT, se desdobram atividades como o desmatamento e a grilagem de terra, e outras atividades ilegais de grande escala, como a criação pecuária e a exploração madeireira. Outras invasões de menor escala para a exploração de fauna cinegética, pesca e coleta também se desprendem das ATRIT, portanto, representam a maior ameaça atual para a garantia dos direitos constitucionais de usufruto exclusivo (Figura 49).

Figura 49 – Mapa do zoneamento das AMEI e ATRIT, e outras áreas de uso compartilhado, baseado nas informações acadêmicas oficiais, em diálogo com as percepções, a memória coletiva e o acervo de conhecimento tradicional do grupo do povo Arara da TI Cachoeira Seca.



Elaboração cartográfica: Isaleimi Quijapumpo. **Fonte:** Reuniões e oficinas participativas sobre a situação atual da TI Cachoeira Seca. Base cartográfica ISA. SIRGAS 2000.

Na espacialização cartográfica, se usaram diferentes camadas com as informações sobre a localização do traçado da Transamazônica e seus travessões e a hidrografia principal. Para a espacialização das áreas de pesca, se utilizaram as referências qualitativas dos limites percebidos, e se diferenciaram com diferentes texturas usando o polígono das margens do rio Iriri. Nesse sentido, os locais de pesca de uso cotidiano se encontram na área entre a foz do igarapé Dois Irmãos (montante) e a foz do igarapé Sem Tripa (jusante).

As áreas de pesca de uso compartilhado com as Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri ficam entre a foz do igarapé da Laura, no limite oeste da TI Cachoeira Seca e a foz do Igarapé Dois Irmãos. As áreas de pesca de uso compartilhado com a Resex do rio Iriri e as Aldeias Xipaia se localizam entre a foz do igarapé Sem Tripa e o limite leste com a TI Arara. Para a visualização das comunidades envolvidas nessas áreas de pesca, se usaram as camadas da localização das aldeias Arara da TI Cachoeira Seca, das aldeias Xipaia e das comunidades beiradeiras das Resex do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio, além da comunidade do porto de Maribel no extremo sul do travessão 185 (trans Iriri) dentro dessa TI.

As áreas AMEI, e ATRIT, da terra firme, foram localizadas usando os dados qualitativos das percepções dos *ogorogmó*, porém, usando as camadas dos travessões da Transamazônica BR-230, que penetram ilegalmente na TI Cachoeira Seca. Dessa espacialização, identificaram-se sete áreas em terra firme e as três áreas de pesca identificadas no zoneamento participativo e colaborativo (ver mapa mental 9). Das áreas identificadas em terra firme, só na sete podem ser realizadas as atividades de caça, pesca e coleta cotidianamente e sem pressões externas, mesmo com a percepção de algumas vulnerabilidades principalmente resultantes da maior distância das aldeias Arara e o uso ocasional. Nas áreas restantes de um até seis, as restrições impostas pelas invasões impedem o usufruto exclusivo do território e da biodiversidade, segundo as disposições constitucionais e legais (Brasil, 1988; 2016).

Em particular, a TRIT (1) corresponde com as invasões associadas a ambas as margens da prolongação do Travessão 185 (trans Iriri) pela Bannach na década de 1980. A ATRIT (2) corresponde com as invasões associadas à prolongação ilegal de travessões, dentro da jurisdição dos Municípios Uruará e Placas, no limite norte da TI. A ATRIT (3) corresponde com as invasões associadas às nascentes do Igarapé Cachoeira Seca, na jurisdição do Município de Placas, também no limite norte. A ATRIT (4) corresponde com as invasões associadas ao interflúvio dos Igarapés Cachoeira Seca e Dois Irmãos, afluentes do

rio Iriri. A ATRIT (5) corresponde com as invasões associadas às nascentes do igarapé Dois Irmãos, na jurisdição do Município de Placas. A ATRIT (6) corresponde com as invasões associadas à prolongação dos travessões, entre o Travessão 185 e o limite com a TI Arara, onde se localizam as aldeias do povo Xipaia.

No total nesta espacialização, se identificaram 10 áreas diferentes, incluído as áreas de pesca, uma a mais do que no zoneamento participativo e colaborativo. Isso ocorre porque o zoneamento não se delimitou à área de uso de terra firme, que se definiu associada aos igarapés: Dois Irmãos, Cachoeira Seca e Iriri Velho. Neste zoneamento, essa área foi estimada incluindo o igarapé da Laura, no limite oeste, a margem do rio Iriri e os limites estimados para as ATRITs de (1) a (5). Em adição, se realizou a estimação das magnitudes dessas áreas e da sua respectiva porcentagem da área total da TI Cachoeira Seca, e se manteve a classificação dessas áreas realizada no zoneamento participativo e colaborativo (Tabela 1).

Tabela 1 – Estimação da magnitude das ATRITs e as AMEIs e sua respectiva porcentagem de acordo com a área total da TI Cachoeira Seca

Categoria	Identificação	Área estimada (Ha.)	Porcentagem TI (%)	Classificação
ATRITs	1	25250,53	3,439318651	Ameaçadas
ATRITs	2	117740,2	16,03712724	Ameaçadas
ATRITs	3	32627,17	4,444074413	Ameaçadas
ATRITs	4	76401,84	10,40652506	Ameaçadas
ATRITs	5	10720,71	1,460244116	Ameaçadas
ATRITs	6	99302,26	13,52574044	Ameaçadas-Vulnerabilidade
AMEIs	7	372129,8	50,68697007	Uso Permanente-Vulnerabilidade
Total	7	734172,5	100	

Fonte: Reuniões e oficinas participativas sobre a situação atual da TI Cachoeira Seca. Elaborado pelo autor.

A estimação revela que, muito possivelmente, os *ogoromó* não podem realizar suas atividades cotidianas em quase a metade do seu território, mantendo-se a tendência do esquitejamento progressivo do território. No entanto, não se conclui o processo de desintrusão da TI Cachoeira Seca. Este insumo pode ser um incentivo para a visualização dessa urgente necessidade. Outros elementos úteis que foram abordados nesta pesquisa podem contribuir com esse processo de desintrusão, e são relacionados com: a classificação dos atores sociais envolvidos nessas invasões históricas e recorrentes (Milanez, 2015; Moneiro, 2020; Santos, 2017; Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b); a oposição das autoridades políticas e das associações econômicas particulares durante o processo de contestação dos limites da TI Cachoeira Seca (Santos, 2017); a colonização espontânea realizada pelas camadas mais pobres com a esperança de sua situação ser regularizada em outras áreas assinadas pelo

governo (Santos, 2017; Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b); e as invasões ilegais, que aproveitaram sagazmente as contestações e os percalços até a atualidade, para desmatar, traficar com madeira e estabelecer fazendas para a criação pecuária (Santos, 2017; Torres *et al.*, 2017; Villas Bôas *et al.*, 2017a; 2017b), mascarados com o limbo das disputas territoriais dos municípios e as forças econômicas sobre esta TI, e foram iniciadas com a imposição dos planos do PIN e choque de trens entre o INCRA e a FAA por uma mesma área.

Outras disposições para a proteção da TI Cachoeira Seca, que estariam ancoradas às condicionantes para o funcionamento da UHE Belo Monte, também têm sido descumpridas. De acordo com o Observatório dos Povos Indígenas Isolados (OPI), o governo brasileiro e a concessionária deveriam instalar um Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu (PPTMX), com a construção de bases de vigilância, ações de fiscalização ambiental, entre outras, com graves atrasos na implementação (OPI, 2024).

Em adição, outros elementos, como a retirada dos chefes de posto das aldeias em 2007, teriam contribuído com a fragilização do sistema de proteção territorial nesta TI. Com a falta desses mecanismos ativos, segundo Guran (2024), em 2018, uma grande quantidade de grileiros fortemente armados invadiu o território Arara com tratores, a partir da Transamazônica, iniciando um imediato desmatamento. Evidências dessas invasões podem se inferir na espacialização dos dados apresentados no protocolo de Consulta da TI Cachoeira Seca (Kowit, 2022).

O desafio da culminação do processo de desintração é faraônico, e se faz fundamental ativar todos os outros mecanismos de proteção ambiental considerados anteriormente. Também os mecanismos legalmente instituídos na Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), nos que, a iniciativa comunitária para a criação dos acampamentos de caça, pesca e coleta nas calhas dos igarapés Dois Irmãos, Cacheira Seca, e Iriri Velho, é legítima e teria importante repercussão no impedimento do avanço das invasões, no entanto, não termina a desintração oficial. A instalação de placas de identificação da TI nestes locais e em outros, distribuídos nas áreas ATRITs e em outras áreas vulneráveis, também seriam importantes para evitar a continuidade de futuras invasões ilegais, alegando desconhecimento das regulações dos territórios indígenas. Isso seria importante, levando em conta que alguns dos critérios que causariam a não indenização no processo de desintração estariam relacionados com a ocupação sem importar as restrições da Funai. Outros critérios de

relevante importância nesse processo estariam relacionados com a não indenização de ocupações realizadas com atos de violência e as que causaram degradação ambiental.

Nesse sentido, os cadastros históricos de ocupação não indígena na TI Cachoeira Seca deveriam ser revisados. De acordo com as informações, os estudos da Funai para a realização do cadastro destas ocupações começaram em 2005, quando se estabeleceu o Grupo Técnico (GT) para realizar o levantamento fundiário. No entanto, oposições dos municípios se anunciaram, e novos GTs fundiários tiveram que ser estabelecidos entre 2011 e 2016. Para essas datas, um total de 1173 ocupações seriam passíveis de indenização. No entanto, as informações de Guran (2024) sobre as invasões de 2018, desde a Transamazônica, poderiam controverter esses resultados e implicar ajustes nesse cadastro histórico. Finalmente, terá que existir um compromisso real e sólido das autoridades políticas, principalmente dos municípios de Altamira, Uruará e Placas, e das agremiações econômicas da região, para cumprir as disposições legais e constitucionais do usufruto exclusivo da TI Cachoeira Seca e ativar mecanismos de controle para evitar que madeira, gado e outros recursos de geração econômica, extraídos ilegalmente desta TI, ingressem no circuito comercial do estado, como se fossem legais.

TECENDO O PORIDO: REFLEXÕES, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS INFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO E DA BIODIVERSIDADE ENTRE OS ARARA DA TI CACHOEIRA SECA

A pergunta de como contribuir para melhorar a crítica situação na qual se encontra a TI Cachoeira Seca, cercada pelo desmatamento, a grilagem de terras, as invasões de má-fé e a exploração ilegal de muitos dos recursos de usufruto exclusivo sempre esteve no horizonte desta pesquisa desde a sua concepção. Tanto naquela época, quanto agora, se tinha a plena convicção que, diante de uma situação problemática tão complexa, nenhum esforço contribuiria com a melhoria da eficiência e a eficácia das ações oficiais e particulares, se não tivesse, de forma transversal, a intenção de promover a defesa do território e da garantia dos direitos constitucionais do grupo do povo Arara dessa TI, ainda mais levando em conta os mandatos constitucionais (Brasil, 1988;2016) e as ferramentas e disposições da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), cujo objetivo é garantir e promover a proteção e a conservação das terras e territórios indígenas (Brasil, 2012).

Diante uma situação tão complexa que incluía um povo indígena e sua relação com o território, ao qual estava intimamente ligado, os legados de Piaget (1972) e Nicolescu (1999), tinham indicado que uma abordagem disciplinar, seria a mais indicada na solução deste tipo de problemas, nas que se precisava um entendimento integral que considerasse a “lógica do terceiro envolvido” (Lacerda, 2013), fazendo ênfase na inclusão do indivíduo conhecedor e das informações do seu conhecimento, e não só uma análise técnica, política ou econômica.

Por isto, se entendeu que a pesquisa tinha que ter uma abordagem interdisciplinar, na que finalmente convergiram, por uma parte, informações arqueológicas, linguísticas, históricas, geográficas, biológicas, e por outra, informações dos acervos das histórias de vida da *Tjibie Arara* e suas filhas, da memória coletiva, e das percepções do conhecimento tradicional sobre o uso do território e da biodiversidade para a alimentação e sobrevivência, do grupo da TI Cachoeira Seca. O diálogo que se tece na estrutura do documento, procurou uma produção discursiva horizontal entre os campos disciplinares e o acervo dos Arara, para uma maior aproximação com a realidade pesquisada. Um dos jurados da banca defesa propus exaltar o acervo de conhecimento tradicional, como “ciência indígena” e outro, destacar as abordagens interdisciplinares como descolonizadoras do conhecimento. Por estar conforme com essas apreciações, aparecem em estas reflexões.

Com a leitura de Carneiro da Cunha (2002), se foi clarificando o problema estrutural da reprodução política dos discursos desfavoráveis relacionados com: “território vazio”, e povos indígenas “despossuídos de conhecimento útil”. Pelas experiências anteriores com outros povos indígenas, isso já era uma falácia, mas, pela reprodução e adaptação desses discursos durante o período político brasileiro de 2019-2022, com os quais tive contato direto desde o início dos estudos de doutorado no NAEA/UFGA, entendi que valia a pena a inclusão de um contexto histórico mais amplo, para entender por que se mantinham e se reproduziam esses discursos desfavoráveis e em quais condições eram instituídos. O objetivo geral consistente em analisar as formas de uso do território e da biodiversidade do povo Arara da TI Cachoeira Seca, no recorte territorial do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, já faz notar a necessidade de ter que percorrer um caminho interdisciplinar e prolongado.

Nesse sentido, o uso das escalas temporal e espacial para a aproximação realizada foi de muita utilidade para mostrar de forma dinâmica as análises das formas de uso do território e da biodiversidade no recorte territorial do interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Xingu e Iriri, do objetivo geral desta pesquisa. A inclusão da escala temporal facilita a contextualização temática e recolhe um bom acúmulo de informações que estavam dispersas, como uma das contribuições desta pesquisa. Essa inclusão da escala temporal também foi um elemento importante porque permitia atender o objetivo geral proposto, mas também o esvaziamento dos discursos desfavoráveis sobre “território vazio” e “despossuídos de conhecimento útil para a civilização. A importância da inclusão da escala temporal nas análises, também foi identificada em outras abordagens interdisciplinares, como a ecologia histórica (Balée, 1993; 2006; Balée e Erickson, 2006; Balée e Gély; 1989; Balée *et al.*, 2020).

Quanto à estruturação do documento escrito, cada capítulo foi se desenvolvendo em interação com fatores externos ao próprio desenho, planejamento e cronograma da pesquisa. Desta forma, a reflexão e abstração que levou à inclusão da escala temporal mais ampla, no capítulo: “Atras desse jacu tem coisa”, foi no marco da Covid-19, durante o período que a portaria 419 da Funai restringia o acesso às TIs (Brasil, 2020), especialmente aquelas que tivessem populações isoladas ou de recente contato (RC), como é o caso da TI Cachoeira Seca. Por tanto, durante 2021 e 2022, aprofundaram-se o levantamento e a sistematização de dados históricos sobre a habitação dos Arara (*Karib*), o que me foi indicando, que a descrição das trajetórias de habitação devia começar com a dos povos indígenas, e a de imposição hegemônica, com a ocupação territorial não indígena.

O capítulo: “As vozes das diásporas”, se concebeu no 2022, a partir do acompanhamento do Curso de Direitos Humanos. Essa valiosa oportunidade permitiu ter uma maior aproximação com as lideranças e com as pessoas das aldeias, para dar passos firmes no cumprimento do protocolo de consulta desta TI. Também, com a possibilidade de convívio e de registrar os depoimentos sobre a mobilidade dos grupos e da resistência à imposição territorial, se entendeu a importância da recriação das percepções das histórias de vida e da memória coletiva sobre o contato com os *karei* (não indígenas).

Boa parte dessas histórias de vida e da memória coletiva sobre a resistência dos *ogorogmó* ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, pelo qual, não aparecem nas fontes escritas, porque tinham sido considerados quase extintos (Nimuendaju, 1948). Essas histórias de vida e as percepções do contato com os *karei*, esteve sob os cuidados das mulheres, principalmente, *Tjibie Arara*, *Iogo Arara*, suas filhas e suas netas. Nesse sentido, se aplica a lógica do “terceiro incluído” para e um melhor entendimento da realidade estudada e para exaltar essas histórias de vida, essas percepções e essa memória coletiva.

O capítulo: “As vozes de um acervo dinâmico”, se desenvolveu a partir de 2023, uma vez desativadas todas as restrições da portaria 419. Neste capítulo, se consolidam todas as informações do acervo de conhecimento tradicional sobre as formas de uso do território e da biodiversidade, levantadas entre março e abril de 2023, segundo as percepções e elaborações dos *ogorogmó* desta TI, a partir de oficinas participativas, entrevistas, conversas e expedições às áreas de caça, pesca e coleta. Apesar de ter sido um “mergulho superficial”, pelo pouco tempo no período de levantamento de dados (45 dias), demonstra a imensidade e complexidade de percepções, construções e elaborações para explicar o funcionamento de seu mundo, e com essas construções ter garantido a resistência, a alimentação e a sobrevivência até a atualidade. Também demonstra um dinamismo e uma elaboração de novas hipóteses que são testadas, aprovadas ou rejeitadas, mostrando um interessante campo para novas pesquisas participativas, colaborativas e interdisciplinares.

Em geral, cada capítulo tem seus próprios objetivos acompanhados por simbolismos e reflexões, nos seus respectivos títulos. Esses simbolismos e reflexões incluem perguntas, ditados populares e títulos de músicas brasileiras. Também a menção das palavras “voz” e “vozes”, para expressar questões importantes para a contextualização dos atores sociais, do território e da biodiversidade, com uma ênfase nos *ogorogmó* da TI Cachoeira Seca.

No título desta seção, também se valorizam as vozes dos Arara e seu acervo de conhecimento tradicional, utilizando a palavra “*porido*”, que na língua Arara (*Karib*) se designa um tipo de objeto material da cultura da cestaria, usados para carregar os produtos das ações de caça pesca e coleta, obtidos nas áreas de uso do território. A elaboração deste tipo de objetos exige toda uma sequência de ações, que permitem a materialização dele a partir de vários fios entretecidos, que juntos adquirem a resistência necessária para carregar. Por isso, este simbolismo acompanha esta seção. Porém, alguns dos fios deste tecido não foram tão evidentes dentro da estrutura do texto, como vários dos mencionados anteriormente. Nesse sentido, se realiza uma ênfase final em algumas linhas temáticas que ficaram fora do escopo de análise, e se reflete sobre a produção de insumos potentes considerados na hipótese, e se traçam algumas formas de continuar fortalecendo o *porido* tecido.

Quanto ao relacionamento com o território e com as espécies biológicas contidas neles, que são outros dos conceitos importantes desta pesquisa, se percebeu que lógicas diferentes operavam nestes atores, indígenas e não indígenas. De forma geral, as informações sobre o passado evidenciam a existência de um complexo cultural que reunia vários povos de troncos linguísticos diferentes no Alto Xingu, que articulavam um sistema sociopolítico num amplo território, constituído por aldeias principais e satélites, interconectadas por caminhos terrestres e fluviais (Franchetto, 2011; Heckenberger, 2005; Heckenberger *et al.*, 2003).

Essas conexões estabelecidas permitiam o fluxo de “pessoas, bens e serviços” (tangíveis e intangíveis), para efetivar o intercâmbio cultural, a cooperação e a troca. O uso das espécies biológicas estava relacionado com a construção de moradias, elaboração de artefatos, a realização de rituais e alimentação para a sobrevivência. Se bem existia a troca, não existia uma moeda propriamente estabelecida, e os itens eram valorizados, desde uma perspectiva, das necessidades e exigências das partes. Obviamente, também permitia o intercâmbio de agressões e disputas territoriais, como as mencionadas por Nimuendaju (1948), ou as descritas por Matos (2017), entre grupos da família *Pano* localizados na Amazônia Ocidental, num “caminhar junto” no qual constroem seu território de habitação e desenham a paisagem com caminhos e trilhas na floresta, feitos e refeitos de tempos em tempos, em locais que já foram habitados pelos antepassados.

Por outra parte, na lógica do europeu, reproduzida durante os períodos históricos e políticos, pelos quais a sociedade colonizadora se foi transformando na sociedade envolvente brasileira, aqui considerados como não indígenas, o seu maior interesse no território era a possibilidade de realizar atividades econômicas que gerassem lucro (Figueredo, 2011;

Venâncio e Chelotti, 2023). As grandes possibilidades de realizar exploração, principalmente de bens aceitos pelo florescente comércio ultramarino, ou pelo menos factíveis de ser comercializados, eram os objetivos da época (Pompeu, 2023).

Os altos níveis de exploração e estoque, muitas vezes, afetaram os preços do mercado, mas na maioria das vezes, esgotaram ditos bens, geralmente espécies biológicas, como no caso das drogas do sertão. Dito florescimento do comércio ultramarino, é considerado por muitos autores como o início do capitalismo, mas esse esvaziamento, foge dos alcances desta pesquisa. O que interessou, sim, foi que as espécies biológicas têm sido usadas como mercadorias sujeitas a uma valoração econômica (Figueredo, 2011; Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023), paga em moeda, o que já diferencia de forma contundente as duas lógicas. Uma casada com a geração de lucro econômico e a outra projetada para a alimentação e sobrevivência

Outra questão que sempre se evidenciou na lógica não indígena foi a imposição hegemônica de todos os planos de ocupação territorial e de empreendimentos econômicos, permitindo a participação indígena só como mão de obra escrava e ponta de lança nas batalhas pelo controle territorial contra outros indígenas, ou contra concorrentes europeus (Carneiro-da Cunha, 2002; Chambouleyron, 2008; Figueiredo, 2011; Nimuendaju, 1948). A base de sua imposição, como mencionado antes, foi a normalização de discursos desfavoráveis sobre um “território vazio” ou habitado por “selvagens canibais despossuídos de conhecimento útil para a civilização” (Carneiro-da Cunha, 2002; Milanez, 2015). Contudo, como apresentado na primeira parte, nenhuma expedição de exploração extrativista avançava sem uma equipe de indígenas, pelo seu conhecimento das artes da navegação, dos locais produtivos e das formas adequadas para conseguir o produto natural ou mineral desejado (Pompeu, 2023; Venâncio e Chelotti, 2023). Um completo paradoxo, mas de vez, uma evidência que se usa neste trabalho como contribuição ao esvaziamento desse tipo de discurso desfavorável.

Nesse sentido, o conceito de conhecimento tradicional que se construiu com as definições de Liebenberg (2012; 2013), consistente na elaboração de associações com o clima, a hidrologia e o comportamento das espécies, também resultou adequado, e se considera como outra forma efetiva para conseguir o objetivo geral proposto e contribuir com o esvaziamento desses discursos. A revisão de algumas trajetórias interdisciplinares, etnográficas (Coudreau, 1896; Koch-Grunberg, 2003; Cabrera *et al.*, 1999; Candre e Echeverri, 2008; Nimuendaju, 1948), etnobotânicas (Balée e Gély, 1989; Phillips *et al.*, 1994; Posey, 1985; 2004), etnobiológicas (Bodmer, 1995; Bodmer *et al.*, 1997; Pezzuti, 2008;

Ramos *et al.*, 2016) e participativas (Constantino *et al.*, 2016; Estrela e Gaventa, 1997; Heckenberger *et al.*, 2003) também foram um respaldo para marcar a importância dessas construções de conhecimento tradicional, para o conhecimento científico, que entendia sua importância para o aumento da eficiência e a eficácia na formulação de ações, planos ou políticas para defesa dos territórios tradicionais e da biodiversidade contida neles.

Contudo, também se realizou o esforço para mostrar que essas construções milenares têm suas particularidades em cada povo indígena e tradicional, e não são estáticas. Pelo contrário, a permanente prova de hipóteses e as adequações realizadas de gerações em gerações conferem um dinamismo e uma excelente capacidade para a criação de novos mundos”, como o expressado por Airton Krenak (Krenak, 2023).

O conceito legal de povos e comunidades tradicionais também foi adequado e esteve em concordância com as diferentes informações apresentadas, porque se refere a grupos humanos possuidores de um conhecimento específico, intimamente ligado às percepções culturais e espirituais sobre o mundo, o território e as espécies biológicas (Brasil, 2007). Essa estreita ligação de território, biodiversidade, pessoas e formas de uso, manejo e gestão, apareceram permanentemente ao longo do trabalho e se fez o esforço para caracterizar as diferentes lógicas que operaram no recorte territorial.

Teve-se também a intenção de apresentar as dinâmicas territoriais temporais e espaciais, que foram transformando e reduzindo o território tradicional dos Arara e as áreas de uso e habitação, explicado pelo cercamento das ações da exploração econômica e a colonização não indígena no interflúvio dos rios Tapajós, Amazonas, Iriri e Xingu (Milanez, 2015; Nimuendaju, 1948; Tonacci, 1980).

Uma questão que contribuiu com a imposição hegemônica sobre o território e a exploração da biodiversidade foram as alianças Público-Particulares, que fizeram prevalecer seus interesses específicos. Segundo as informações de Figueiredo (2011), no período político da Colônia, as atividades econômicas, como implantação de latifúndios para estabelecimento de monocultivos e criação pecuária, igual às atividades econômicas baseadas na exploração de drogas do sertão, que se realizavam nos interiores do território brasileiro, eram controlados pelas elites econômicas e políticas, o que implicava a transferência de poder territorial desses empreendedores particulares, que podiam ter representações em cargos públicos.

Já no período político do Império, um exemplo dessa transmissão de poder territorial era a figura de “Coronel da Guarda”, que se configurava como a pessoa mais poderosa das áreas administrativas reconhecidas oficialmente.

Nos primeiros anos da República, nas áreas de exploração da borracha, descarregando boa parte do controle político, econômico e territorial, aos “coronéis da borracha”, como o coronel Gaioso na área de estudo (Coudreau, 1896). Sobre este período do coronelismo, as informações do Coudreau (1896) já mencionam o vínculo do coronel Gaioso com as estruturas do poder político, recebendo o encargo de iniciar os trabalhos para a construção da rede de caminhos públicos, que interconectassem as diferentes localidades povoadas por não indígenas e facilitar o controle e escoamento da produção da exploração extrativista. Anos antes, as informações de Clauss (1886), resultantes da viagem de von den Steinen ao Alto Xingu, entre 1884-1885, mostram a importância e a relevância política e econômica da figura do coronel Gayoso, reivindicando seu domínio territorial, ao aparecer seu nome próprio, na cartografia do “Mapa Especial do Xingu”, entregue ao governo imperial. No mapa, o nome de Gayoso aparece acima da localidade de Porto Ambé (Coelho-Penteado, 1993), que daria origem ao atual município de Altamira (IBGE, 2023).

Outra forma de transmissão hegemônica do poder, se efetivava nos próprios mecanismos oficiais. Segundo as informações de Figueiredo (2011), nenhum coronel aceitava perder as eleições, e os eleitores eram coagidos, cooptados, subornados, enganados, ou simplesmente excluídos, garantindo dessa forma, a reprodução do modelo de domínio oligárquico, que deixava a grande maioria da população indígena e não indígena das camadas mais pobres, à mercê dos proprietários rurais. No recorte territorial de estudo, de acordo com as informações de Coudreau (1896), após a abolição da escravidão em 1888, o general Gaioso caiu na ruína econômica e seus domínios foram comprados por um afamado patriarca e político da elite do baixo Xingu chamado Agrário Cavalcante.

Posteriormente, Agrário Cavalcante vendeu suas propriedades a seu sobrinho José Porfírio de Miranda Júnior, uma das figuras financeiras e políticas mais importantes do período compreendido entre 1896 e 1930 (Bogea-Umbuzeiro e Marques-Umbuzeiro, 2012). Ambos aparecem na história de criação de vários dos atuais municípios próximos a Altamira e ao traçado da Transamazônica-BR 230, como Senador Porfírio e Vitória do Xingu (Bogea-Umbuzeiro e Marques-Umbuzeiro, 2012; IBGE, 2023).

Dessa maneira, o Projeto de Integração Nacional (PIN) do período político da ditadura militar, que contemplava a construção da Transamazônica-BR 230 e seu sistema de travessões interconectados, também considerava as alianças público-particulares para a efetivação dos projetos de colonização e desenvolvimento. As cooperativas de produtores econômicos e a Cotrijuí são exemplos dessa transmissão de poder hegemônico sobre o território, delegando funções para a implantação de sistemas econômicos de monocultura, pecuária e exploração extrativa, devido às necessidades de desmatamento da vegetação natural para a execução das obras. Essas funções definidas e regulamentadas no estatuto da terra em 1964, para execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (Brasil, 1964), segundo Santos (2017), foram direcionadas à reprodução do modelo de grandes propriedades rurais para as atividades agropecuárias, que contribuíram com a especulação do mercado de terras e a grilagem (Torres *et al.*, 2017).

Essa transmissão de poder territorial durante a implantação do PIN também teve seu contrapeso por conta da presença dos grupos Arara. O contrapeso em esse trabalho foi descrito como “choque de trens”, pela oposição dos interesses entre os dois braços oficiais representados pelo INCRA e a FAA da Funai. De acordo com Santos (2017), o cenário do desencontro, propiciado pelo próprio governo, foi dar destinações completamente opostas, para uma mesma área. Por uma parte, o INCRA atuando segundo o disposto nos planos de colonização pública e particular, privilegiou os interesses econômicos e as necessidades de desenvolvimento e colonização, por cima de qualquer outra aproximação. Por outra parte, a FAA da Funai, atuando segundo as disposições da política indigenista vigente para essa época, buscou a interdição e proteção das áreas territoriais onde resistiam os grupos Arara, nas quais ficariam expressamente proibidas as atividades exploratórias e outras relacionadas com a colonização pública e privada, ficando evidente o choque de trens mencionado.

Esse choque de trens teve efeitos colaterais que se manifestaram durante o processo de reconhecimento oficial dos limites, entre 1990 e 2008, caracterizado por insistentes contestações, vindas das lideranças políticas, administrativas e das organizações de produtores econômicos, principalmente dos municípios Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas, todos associados ao PIN e à Transamazônica BR-230 (Santos, 2017; Terras indígenas no Brasil, 2021). Inclusive, após a declaração em 2008 e a homologação em 2016, os percalços do processo de desintrusão da ocupação não indígena não têm permitido a regularização oficial desta TI ante a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), deixando uma lacuna legal, aproveitada por invasores ilegais, que desmatam, grilam e fazem criação pecuária ao interior

da TI até a atualidade, fragilizando os direitos constitucionais do povo Arara ao usufruto exclusivo do território, mas também os direitos de indenização dos beiradeiros e colonos camponeses empobrecidos, que ocuparam de boa-fé, no passado.

Uma das preocupações importantes da pesquisa contemplava desde a hipótese formulada a da produção de insumos adequados para contribuir com as ações, planos e políticas relacionadas com a proteção dos direitos, do território e da biodiversidade desta TI. O diálogo entre as diferentes informações documentais, da memória coletiva e as percepções do acervo de conhecimento sobre o território e a biodiversidade, apresentado no decorrer do texto, veio acompanhado de mapas, figuras, análises temporais e espaciais, e registros fotográficos das ações relacionadas com o território e a biodiversidade. Esses elementos textuais e gráficos, como um todo, se organizaram para conseguir os objetivos propostos e contribuir com o esvaziamento dos discursos desfavoráveis sobre “território vazio” e “povos despossuídos de conhecimento útil para a civilização”, portanto, configuram esses insumos potentes projetados.

Em geral, após transitar pelas informações acadêmicas e documentais se sustenta a habitação indígena em América do Sul e a Amazônia, por algumas famílias linguísticas importantes como: *Arawak*, *Tupi* e *Karib*, que tinham núcleos de dispersão linguística associados com áreas geográficas específicas, localizadas na periferia das terras baixas da Amazônia, muito antes da chegada dos europeus não indígenas. No caso da família linguística *Karib*, a qual pertence ao povo Arara da TI Cachoeira Seca, as informações indicam que sua origem e dispersão começam na grande região do planalto das Guianas, no norte da América do Sul (Urban, 2002), numa região atualmente dividida em quatro países: Brasil, Venezuela, Guianas e Colômbia.

Segundo informações de Meira (2006), a família linguística *Karib* estava em plena expansão territorial, e no momento da chegada dos europeus espanhóis, grupos falantes teriam chegado até Centro América e várias as ilhas do Caribe. No entanto, esses grupos foram rapidamente extintos pelas pressões dos novos chegados invasores europeus, o que se repetiu em muitos pontos geográficos nos quais outros conquistadores portugueses se estabeleceram e dizimaram as populações ou as levaram a pontos críticos de extinção (Carneiro-da Cunha, 2002; Chambouleiron, 2008; Krenak, 2020; 2023).

Apesar da explicação da presença de grupos da família linguística *Karib*, localizada no sul da calha do rio Amazonas, manteve-se em controvérsia durante muito tempo pelas

correspondências encontradas entre palavras para fauna, flora e artefatos culturais procedentes da família linguística *Tupi*. Na atualidade, se aceita a chegada dos grupos *Karib* no Alto Xingu, procedentes de sua região de origem no norte de calha do Amazonas. Outros estudos linguísticos e interdisciplinares consolidam a conformação de uma sociedade indígena no Alto Xingu, com uma ocupação territorial, sob um modelo político multicultural. Entre os que participara, estavam também os grupos *Karib*, procedentes do Norte (Franchetto, 2011; Heckenberger, 2005; Meira, 2006). Na classificação da família linguística *Karib* proposta por Meira (2006), os grupos Arara fazem parte do *Ramo Pekodiano* associados às nascentes e à calha do Xingu, a que também pertencem os grupos Bakairi e Ikpeng.

Sobre o povo Arara, o levantamento cartográfico das viagens de von den Steinen em 1884 (Clauss, 1886) informa sobre a presença de seus grupos na margem esquerda do Xingu, entre a foz do igarapé Ambé e a foz do rio Guiriri (Iriiri). Por sua parte, Coudreau (1897) também apresenta mapas onde localiza os grupos Arara nesses mesmos locais, e complementa com a nomeação de locais topográficos e paisagísticos com alusão aos Arara, em ambas as margens deste trecho do Xingu. Em adição, entrega informações sobre um grupo de “Arara brabos”, que permaneciam no interior do interflúvio em aparente oposição ao contato com os não indígenas dos seringais e as colocações das margens do Xingu, do Iriiri e de outros afluentes menores. Nimuendaju (1948) oferece melhores detalhes sobre a mobilidade desses grupos Arara, e recolhe as informações da memória coletiva dos grupos Juruna da Volta Grande, para entender a chegada dos Arara, procedentes da margem direita do médio Xingu, várias décadas antes de seu registro nos relatórios oficiais do Império, em 1853.

Os dados de Nimuendaju (1948) sugerem possíveis divisões consecutivas dos grupos Arara registrados no século XIX. A primeira divisão teria ocorrido entre os grupos que ficaram associados à calha do Rio Bacajá, afluente da margem direita do Xingu, e os grupos que continuaram sua diáspora na margem esquerda do Xingu e do Iriiri, a partir de 1853. Parte desses grupos teria alcançado as colocações dos seringais localizados mais abaixo da Volta Grande entre 1861 e 1862, quando desapareceram após um conflito com os seringueiros. Outros grupos teriam ficado associados à margem direita do Xingu, entre a foz do igarapé Ambé e a foz do rio Iriiri, no período entre 1884 e 1897, quando teriam tido outra divisão interna, evitando os ataques e conflitos neste trecho (Nimuendaju, 1948). A outra fração dos grupos se mobilizou para a margem esquerda do rio Iriiri, acima de sua foz, entre 1897 e 1917. Ambas as frações dos grupos, continuaram sua resistência aos ataques e conflitos com não indígenas associados à exploração da borracha (*H. Brasiliensis*), a primeira mencionada até

1914 e a outra até 1918, quando não se soube mais deles e foram considerados quase extintos (Nimuendaju, 1948).

No entanto, a realidade era outra. De acordo com as informações de Tonacci (1980), Milanez (2015) e Monteiro (2020), os grupos Arara (*Karib*), se encontravam assentados em diferentes pontos, associados às nascentes dos igarapés Penetecal e Jarauçu, onde tinham se destinado parte das obras do traçado da Transamazônica seu sistema de travessões e os projetos de colonização públicos e privados. Nesses pontos se acirraram os conflitos com os grupos Arara, que defendiam ferozmente seu território das invasões dos trabalhadores e as levadas colonizadoras iam ocupando os lotes onde se encontravam as áreas de habitação, os roçados e os assentamentos desses grupos indígenas.

Apesar de os estudos antropológicos de Teixeira-Pinto (1997) documentarem que na cosmogonia e na organização social os Arara (*Karib*) contemplavam as divisões internas como mecanismo cultural para se dispersar e distribuir os recursos do território entre os grupos, de acordo com o comportamento sazonal, muitas dessas divisões foram ocasionadas pela imposição hegemônica, a violência e o cercamento do território de habitação dos Arara, pelos não indígenas, até a atualidade.

Nesse sentido, as informações apresentadas se consolidam como um insumo potente para enfrentar a tese jurídica do Marco temporal, porque se alinha com os mandatos constitucionais, que reconhecem o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras de habitação tradicional, anterior à própria formação do Estado.

Outro insumo potente que consolida este trabalho é a recriação da memória coletiva dos grupos Arara no período temporal entre 1940 e 1980, quando se consideravam quase extintos e se realizavam os trabalhos de atração para dar continuidade aos projetos oficiais de colonização e desenvolvimento econômico. Esse insumo potente consiste em dar visibilidade e inclusão à sua memória coletiva e suas percepções sobre o contato com os *karei* (não indígenas), que se expandiam pelas margens dos rios Xingu e Iriri, durante os ciclos da borracha, e pelo interflúvio de terra firme, durante a execução do PIN.

Com essa visibilidade e inclusão, se completa a história escrita, com as vozes da diáspora e da resistência do grupo Arara da TI Cachoeira Seca, muito tempo silenciadas. Essa recriação indica que os grupos que tinham abandonado as margens dos rios Xingu e Iriri para evitar as pressões conflitos da expansão seringueira, se tinham assentado no interior do interflúvio, nas nascentes de dois igarapés “irmãos”, que correspondem com os igarapés

Penetecal e Jarauçu. Nessas áreas longínquas, estabeleceram seus roçados e efetivaram suas práticas culturais para aproveitar os recursos para a alimentação e sobrevivência, segundo um padrão sazonal característico da Amazônia.

Assim sendo, a base da existência de um acervo de conhecimento dos grupos Arara sobre a expressão particular dessas características geográficas, climáticas, e hidrológicas, de seu território, refinadas pela prática e a integração de novas percepções durante várias gerações, também se consolida como um insumo potente apresentado neste trabalho, para contribuir com as ações, planos e políticas relacionadas com a proteção dos direitos, do território e da biodiversidade desta TI. Isso porque, com a efetivação deste acervo de conhecimento tradicional, se garantiu a alimentação, a sobrevivência física e a reprodução cultural até hoje, apesar dos conflitos e o cercamento territorial.

Nesse caso, se apresentou o modelo de alternância para o uso do território e da biodiversidade, dependendo da sazonalidade climática e da produtividade e comportamento das espécies biológicas. Esse modelo de alternância durante o complexo sazonal *imelãm* (chuvas) /*iromu* (seca) contempla o aproveitamento das áreas associadas as margens dos rios e da terra firme dependendo de sua produtividade sazonal. Isto implica que as atividades de caça, pesca e coleta realizadas em *imelãm* (chuvas) sejam dirigidas a locais diferentes, as realizadas em *iromu* (seca), e coletadas espécies biológicas, também diferentes.

Apesar das integrações de outras práticas de caça, pesca e coleta, como o uso de malhadeiras, espingardas e cachorros, que representam o dinamismo destas elaborações do acervo de conhecimento tradicional, a destinação quase exclusiva para a alimentação familiar e o fortalecimento das redes de cooperação e alianças, a efetivação do modelo de alternância do complexo sazonal *imelãm/iromu*, poderia indicar uma “estratégia de uso sustentável” que aparentemente não contribui com a diminuição da expressão da produtividade das espécies biológicas, embora seu uso por várias gerações, como o descrito por Balée *et al.*, (2020) e De Paula (2020), nos seus trabalhos sobre uso da biodiversidade por povos indígenas e comunidades tradicionais nas calhas do Iriri e do Xingu. Essas informações da memória coletiva, das percepções e das elaborações do conhecimento tradicional, também são adequadas para o fortalecimento cultural e organizativo do grupo Arara da TI Cachoeira Seca.

Também servem para enfrentar as lógicas não indígenas, que priorizam a efetivação de mecanismos que precisam da exploração da maior quantidade de recurso disponível, para obter o maior lucro possível, sem importar o esgotamento, a diminuição populacional ou a

extinção local, como no caso do pau brasil (*Caesalpinia echinata*), do litoral atlântico (DOS Santos, 2017; Venâncio e Chelotti, 2023), ou o cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*) dos interflúvios do Xingu e do Tapajós (Chambouleyron, 2008), cuja exploração implicava a derrubada das árvores inteiras. O desmatamento para o estabelecimento de mono culturas, de criação pecuária, ou exploração mineral, também se alinham nas iniciativas de desenvolvimento econômico que priorizam a acumulação de lucro, a qualquer custo. No entanto, essas iniciativas já foram enfrentadas pelos movimentos populares que se organizaram para defender os modos de vida tradicionais e as formas de aproveitamento da biodiversidade com a floresta em pé.

As lutas dos trabalhadores e dos seringueiros de Acre, encabeçadas pelo Chico Mendes na década de 1980, lograram defender os modos de vida tradicional do avanço da fronteira agropecuária que ameaçava seus territórios, resultando no desenvolvimento do conceito de reserva extrativista (Resex) que posteriormente foi incluído no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na categoria de Unidades de Conservação (UCs) (Brasil, 2000). Esse ganho organizativo, permitiu a defesa de seus territórios e reprodução de seus modos de vida (Castro-Euler *et al.*, 2021). Nesse sentido, as lutas, as denúncias e organização social com respaldo institucional, também resultaram ser efetivos na criação do mosaico de Áreas Protegidas (APs) e UCs da Terra do Meio, durante a década de 2000, como mecanismo de controle ao avanço do desmatamento e a grilagem de terras, desdobrados da construção da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. No entanto, uma situação tão complexa, parece desbordar a capacidade de atuação de ações de proteção territorial independentes.

Portanto, uma iniciativa comunitária que se desdobrou durante os mapeamentos participativos e colaborativos deste trabalho foi estruturada dentro de um plano de ação dirigido à Frente de Proteção Etnoambiental do Meio Xingu (FPEMX) da Funai, como contemplado nos instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), para conseguir se apoio e acompanhamento institucional. A iniciativa que consiste na realização de uma série de expedições nas calhas dos igarapés: Dois Irmãos, Cachoeira Seca e Iriri Velho, para instalar placas de identificação territorial e acampamentos de caça e pesca, para um melhor aproveitamento e monitoramento das áreas de uso da terra firme como: castanhais, açaiçais, babaçuais e barreiros.

O plano foi enviado a FPEMX em maio de 2023 e após um período de discussão e avaliação, as primeiras ações contempladas, foram realizadas entre julho e agosto de 2024 e

se espera completar a instalação dos acampamentos nesses três igarapés em 2025, graças a escalção da proposta ao interior da estrutura da Funai, relacionada com os povos indígenas isolados e de recente contato. Se prevê continuar com as articulações necessárias para o desenvolvimento da iniciativa com outras instituições e organizações parceiras, como o Instituto socioambiental (ISA), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Outras iniciativas que contemplam o trabalho conjunto de várias instituições para o atendimento das necessidades do povo Arara (*Karib*) da TI Cachoeira Seca, também se perfilaram durante a realização deste trabalho e podem estender a outros povos indígenas e comunidades tradicionais do mosaico de UCs da Terra do Meio. A “rede de atenção psicossocial” é uma delas. A mencionada rede está composta por funcionários da Funai, da SESAI, do DESEI, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), da UFPA (Altamira), do ISA e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA), contando com o convite para participar, levando em conta o estreito relacionamento das questões do território e da biodiversidade, com a segurança alimentar e a saúde integral.

Finalmente, o desdobramento acadêmico, consistente na espacialização dos dados qualitativos do mapeamento participativo e colaborativo com o auxílio dos programas de processamento cartográfico, revela que, existem progressões das invasões não indígenas, no interior da TI Cachoeira Seca, que impedem a presença dos Arara, exercendo violência física e simbólica para se apropriar do território e dos recursos da biodiversidade, para a exploração e obtenção de lucro econômico de forma ilegal. Essas informações podem ser úteis para a continuidade do processo de desintrusão e regularização fundiária, acompanhado pelo Ministério Público Federal (MPF) e representantes institucionais da Funai.

O esforço de juntar toda essa informação dispersa e desarticulada, num local só, como neste texto, também se considera uma contribuição para o *tecido do porido*, enunciado no título desta seção. Esse tecido deve ser reforçado para que aguente no médio e longo prazo, as contínuas pressões da complexa situação apresentada. Esse reforço deve incluir a presença da comunidade e as lideranças políticas e associativas da TI Cachoeira Seca e o acompanhamento das instituições, sejam elas de natureza oficial ou particular, que tenham o compromisso político, cultural e biológico, para abraçar essa empreitada de contribuir com a proteção territorial e a garantia dos direitos constitucionais e legais do povo Arara (*Karib*), ao usufruto exclusivo da TI Cachoeira Seca e da biodiversidade contida nela (Brasil, 1988;

2016). Esta proteção territorial e defesa das formas de aproveitamento da biodiversidade que precisam da floresta em pé, adquirem maior relevância em tempos nos que a mudança climática e a crise ambiental, também impacta ao restante da humanidade.

REFERÊNCIAS

ACITAM. 2008. Plan de Vida de la Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico. Leticia, Amazonas. 120 p.

ALMEIDA-CAVALCANTE, A. 2018. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. INTERAÇÕES, v. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. Campo Grande, MS. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALVARD M. S.; ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H.; KAPLA, H. 1997. The Sustainability of Subsistence Hunting in the Neotropics. *Conservation Biology*. 11 (4): 977-982.

ALVES, A. C. 2010. Phonological aspects of Arara (Carib). Dissertação Mestrado (Linguística). Radboud Universiteit Nijmegen. Nijmegen. 2010. 43 f.

_____. 2013. Aspectos do sistema fonológico de Arara (Karib). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 8, n. 2, p. 265-277, mai-ago.

ANDERSON, A. B., & POSEY, D. A. 1985. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica*, 2(1), 77-98.

ASSOCIAÇÃO KOWIT. 2022. Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. *Iwaploné endyt Ugorog'mó tantpót karei inabyly wap*. Associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca (KOWIT). [@guardioesdoiriri](http://www.guardioesdoiriri.org.br). Aldeia Iriri. 80 p. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2022/04/protocolo-cachoeira-seca-web.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ATICOYA. 2007. Plan de Vida de los Pueblos Tikuna, Cocama y Yagua. Asociación de Autoridades Indígenas del Resguardo Tikuna, Cocama Yagua de Puerto Nariño y Leticia Documento Síntesis. Leticia, Amazonas. 62 p.

AZCAITA. 2008. Plan de Vida de los Pueblos Tikuna, Huitoto, Cocama y Yagua de la Asociación Zonal de Consejo de Autoridades Indígenas de tradición Autóctono. Leticia, Amazonas. 184 p.

BALÉE, W. 1993. Indigenous Transformation of Amazonian Forests: An Example from Maranhão, Brazil. *L'Homme*, vol. 33, no. 126/128, EHESS. p.p. 231–54, <http://www.jstor.org/stable/40589895>.

BALÉE, W. 2006. The Research Program of Historical Ecology. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 35:75-98. 21 September First published online as a Review in Advance on April 26, 2006. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231#article-denial>. Acesso em: 18 out. 2021.

BALÉE, W.; ERICKSON, C. 2006. Time and Complexity in Historical Ecology Studies in the Neotropical Lowlands. In: *Historical Ecology Series*. Columbia University Press. 432 p. <https://doi.org/10.7312/bale13562>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.7312/bale13562/html>. Acesso em: 18 out. 2021.

BALÉE, W.; GÉLY E A. 1989. Managed Forest Succession in Amazonia: The Ka'apor Case. *Advances in Economic Botany*. Vol. 7, Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies. 27 June pp. 129-158. New York Botanical Garden Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43927549>. Acesso em: 18 out. 2021.

BALÉE, W.; HONORATO-DE OLIVEIRA, V.; DOS SANTOS, R.; AMARAL, M.; ROCHA, B.; GUERRERO, N.; SCHWARTZMAN, E.; TORRES, M.; PEZZUTI, J. 2020. Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. *Human Ecology: Volume 48*, pages 1–15. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10745-020-00139-3>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BAYMA, A.P. AMARAL, A.; BARBOSA, B.; SORES-OLIVEIRA, C. N.; BEHLING-MIRANDA, C. H.; PRADO-PERINA, D. *et al.*, 2022. Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente-MMA. 70 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1146069/biodiversidade>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BODMER, R. E. 1995. Managing Amazonian wildlife: biological correlates of game choice by detribalized hunters. *Ecol Appl* 5:872–877.

BODMER, R. E.; EISENBERG, J. F.; REDFORD, K. H. 1997. Hunting and Likelihood of Extinction of Amazonian Mammals. *Conservation Biology*. 11(2): 460-466.

BODMER, R.E.; PUERTAS, P.; AQUINO, R.; REYES, C.J. 2000. Influence of habitat on the sustainability of mammal harvests in the Peruvian Amazon. In D. Oren (ed.) Biological and Cultural Diversity of Amazonia: A World in Transformation. CNPq, Brasília, Brasil.

BODMER, R. E; ROBINSON, J. G. 2004. Evaluating the sustainability of hunting in the Neotropics. In: Silvius KM, Bodmer RE, Fragoso JMV (eds) People in Nature: wildlife conservation in South and Central America. Columbia University Press, New York, p.p. 299–323.

BRASIL, [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 DE FEVEREIRO DE 1891). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. 1910. Decreto nº 8.072 (20 de junho de 1910). Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm>. Acesso em: 5 jun. 2021.

_____. 1964. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais. Congresso Nacional. Presidência da República. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. 1973. Lei Nº 6.001 (19 de dezembro de 1973). Estatuto do Índio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.

_____. 1990. Disposição sobre as reservas extrativistas e outras providências. Decreto No 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=DECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 12 abr. 2022.

_____. 1994. Convenção sobre Diversidade Biológica. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1994. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Série Biodiversidade no. 1. Coordenação Geral: Bráulio F. S. Dias. Editoração eletrônica: Ricardo B. Machado. Brasília. 2000. p. 32. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

_____. 2000. Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Congresso Nacional. Presidência da República. Brasília. 13p. 2000. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000004022.PDF>. Acesso em 26 out. 2020.

_____. 2007. Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007 (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08 mai. 2024.

_____. 2012. Decreto 7747 (05 de junho 2012). Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. 2016. Homologação Terra Indígena Cachoeira Seca-PA (Decreto de 4 de abril de 2016). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14369.htm#:~:text=DECRETO%20DE%204%20DE%20ABRIL,que%20he%20confere%20o%20art. Acesso em: 14 set. 2021.

_____. 2020. Portaria 419 (17 de março de 2020). Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19). Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Diário Oficial da União. Seção 1. No. 54. p. 46. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6147/4/PRT_FUNAI_2020_419.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL IMPÉRIO, 1850. Lei de Terras devolutas (Lei N° 601, 18 de setembro de 1850). D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. 6 p.

BOGEEA-UMBUZEIRO, A. U.; MARQUES-UMBUZEIRO, U. Altamira e sua história – 4ª edição. Revista e Ampliada. Ponto Press Ltda. Altamira 2012. 525 p.

BORGES, M. 1996. Os sonhos não envelhecem. Histórias do Clube da Esquina. Geração Editorial. Rio de Janeiro. 1057 p.

BUILES-PUERTAS, D.F.; LOAIZA-DÍAZ, I.D. 2001. Caracterización citogenética del pecari de collar (Tayassu tajacu), usando la técnica de bandeado cromosómico R- replicativo. Director: Profesor Dr. Juan Bautista López Ortíz. Biólogo genetista. Co- orientador: Profesor MSc. Diego Hoyos. Médico veterinário. Trabajo de grado para optar por el título de Zootecnista.

Facultad de Ciencias Agropecuarias. Universidad Nacional de Colombia. Sede Medellín. Medellín.

BUILES, D.F.; LOAIZA, I.D.; LÓPEZ, J.B. 2004. Evidencia de estructuración cromosómica asociada con la distribución geográfica de pecarí de collar (*Tayassu tajacu*) de Centro y Suramérica. En: Memorias VI Congreso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre en Amazonía y Latinoamérica. Iquitos-Perú. p.p.15 2-157. Disponível em: <https://programs.wcs.org/manejofauna/Congresos/Iquitos-2004/Ponencias.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2004.

BUILES-PUERTAS, D.F. 2006. Patrón de utilización de tres unidades biofísicas, por cinco especies de ungulados en la micro-cuenca del río Porvenir, en el corregimiento de Tarapacá (Amazonas). Tesis de Maestría. Universidad Nacional de Colombia. 80 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/80467>. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. 2007. El análisis uso/disponibilidad de área para determinar la utilización del hábitat por ungulados en la Amazonia. p.p. 261-278. Em: *Amazônia desde dentro: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana*. Germán Palacio Castaneda (Ed.). Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. 303 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/7087>. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. 2015a. Caracterización Socio-Ambiental del Escenario Regional y Propuesta de Estrategia de Gestión para el ámbito del Corredor de Conservación Trinacional: Parque Nacional Natural (PNN)-La Paya (Colombia), Reserva Protectora de Fauna (RPF)-Cuyabeno (Ecuador), Parque Nacional (PN)-Güeppí-Sekine y Reservas Comunitarias (RCs) Airo Pai y Huimeki (Peru). Informe Final. Consultoría Escenario Regional. Parques Nacionales Naturales de Colombia-PNN. Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas del Perú-SERNANP. Ministerio del Ambiente de Ecuador. Lima- Perú. 85 p.

_____. 2015b. Relatório síntese do desenvolvimento do Plano de Trabalho nas aldeias Ashaninka das TIs do Alto Rio Envira: Cacoçú (TI Kampa e Isolados do Rio Envira), Nova Floresta (TI Kampa e Isolados do Rio Envira), Alto Bonito (TI Riozinho do Alto Envira). Projeto Proteção Etnoambiental de Povos Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira. CTI. 2015. 25 p.

_____. 2017. Relatório preliminar das ações em gestão territorial e ambiental nas TIs do Alto Rio Envira (TI Riozinho do Alto Envira, TI Kulina do Envira, TI Kampa e Isolados do Rio Envira). Projeto Proteção Etnoambiental de Povos Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira. CTI. 30 p.

_____. 2022. Compreendendo os fenômenos relacionados com o uso dos recursos faunísticos e a gestão ambiental e territorial na TI Cachoeira Seca. Projeto de pesquisa de doutorado. Versão qualificação oficial. Orientação: Professor Dr. Juarez Pezzuti Brito. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA. Universidade Federal do Pará-UFPA. 14 janeiro de 2022. Assíncrona (virtual). 41 p. Resultado acadêmico: Aprovada.

CABRERA, G.; FRANKY, C. y MAHECHA, D. El mundo nukak. Editorial Universidad Nacional. Los Nukak: Nómadas de la Amazonia colombiana. Bogotá. 1999.

CAMARGO, M. CARVALHO Jr. J.; ESTUPIÑAN, A. 2012. Peixes comerciais da ecorregião aquática Xingu-Tapajós. Capítulo de Livro: Ecorregiões Aquáticas Xingu-Tapajós. 2012. p.p. 175-192.

CANDRÉ, H.; ECHEVERRI, J. A. 2008. Tabaco frío, coca dulce: Palabras del anciano Kinerai de la Tribu Cananguchal para sanar y alegrar el corazón de sus huérfanos. *Jírue diona riérue júbina: Jikofo Kinéreni éirue jito Kinerai ie jaiéniki komeki zuitaja ie jiyóitaja úai yoina*. Edición Revisada. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonía. 288 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/70116>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (ORG.). História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG.). São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. 609 p.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 2002. Introdução a uma história indígena. Em: História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (ORG). São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 9-24.

CARVALHO, O.; CAVALCANTE, N. Pegadas. Série Boas Práticas. Livro 3. Projeto Ciência e Comunicação na Amazônia. EDUFPA. 2008. 64 P.: il.

CARVALHO Jr., E.; ZARCO-GONZÁLEZ, M.; MONROY-VILCHIS, O.; MORATO, R. 2015. Modeling the risk of livestock depredation by jaguar along the Transamazon highway, Brazil. *Basic and Applied Ecology*. 2015. 7 p. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1439179115000444>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CASTAÑO-URIBE, C. 2019. Chiribiquete: La maloka cósmica de los hombres jaguar. Editor científico: Felipe Cárdenas Arenas. Primera Edición (Versión Bolsillo). Panamericana Formas e Impresos S.A. 819 p.

CASTRO-EULER, A.M.; COELHO-DA SILVA, J.E.; ALMEIDA, S. 2012. Reservas Extrativistas. Volume 4, parte 6, capítulo 13. Em: CRESTANA, S.; CASTELLANO, E.G.; ROSSI, A. (ORG). Espaços especialmente protegidos e o Direito Ambiental. DIREITO AMBIENTAL. Volume 4. Embrapa. Brasília. 794 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1136545/espacos-especialmente-protetidos-e-o-direito-ambiental>. Acesso em: 20 mai.2024.

CASTRO-FARIA, L. 1981. Curt Nimuendaju. In: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. IBGE. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. 1981. Rio De Janeiro. p.p. 17-22. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 04 set. 2021.

CERRILLO, A. 2005. La Gobernanza hoy: introducción. Em: La gobernanza hoy: 10 Textos de referencia. Coordinador Agustí Cerrillo. Instituto Internacional de Gobernabilitat. Catalunya. Editor: Instituto Nacional de Administración Pública. Madrid. Primera Ed. p.p. 11-35.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. 1995. DRP: ¿después de cinco años, em qué estamos ahora? Revista Bosques, Arboles y Comunidades Rurales, Quito: FAO, n. 26, p. 4-14.

CHAMBOULEYRON, R. 2008. O Sertão dos Tacunyape. Cravo, Índios e Guerras no Xingu Seiscentista. (Capítulo 3). In: de SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. (Org.). Histórias do Xingu Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII -XXI). Belém, p. 51-74. Disponível em: https://www.academia.edu/9915214/O_sert%C3%A3o_dos_Taconhap%C3%A9_Cravo_%C3%ADndios_e_guerras_no_Xingu_seiscentista. Acesso em: 15 nov. 2023.

CLAUSS, O. 1886. Mapa Especial do Rio Xingu. Expedição Karl von den Steinen 1884-1885. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16E%20zbgktgVl3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16E%20zbgktgVl3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CORREA-FILHO, V. 1981. Curt Nimuendaju. In: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. IBGE. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. 1981. Rio de Janeiro, p. 13-15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 04 set. 2021.

CONSTANTINO, P. A. L.; BUENING, J. A.; SILVIUS, K.; DANIELSEN, F.; POULSEN, M. K.; ARROYO, P. TRES CRUZ, A.; RIBEIRO, K. T. HVALKOF, S.; DURIGAN, C.;

TOFOLI, C.; KINOUCI, M. R.; LEÃO, A.; ESTUPINAN, G.; TAWADA, R. and FONSECA, C. B. 2016. Monitoramento participativo da biodiversidade e dos recursos naturais: seminário internacional e formação da rede internacional de monitoramento e manejo participativo. BioBrasil: n. 1 (2016): Monitoramento da Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/539>. Acesso em: 28 jul. 2021.

COUDREAU, H. 1897. Voyage au Xingu. Éditeur A Lahure. 240 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acoudreau-1897-xingu/Coudreau_1897_Xingu_BibSenado.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

CRESSWELL, J.W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 21-42.

CYBERTRACKER, 2021. CyberTracker Software. Disponível em: <https://www.cybertracker.org/software/introduction>. Acesso em: 06 set. 2021.

DAVIS, W. 2017. El Rio: exploraciones y descubrimientos en la Amazonia. Traducción: Nicolás Suescún. Editorial Planeta Colombina S.A. Impreso por Editorial Nomos S.A. Bogotá. 644 p.

DE ALMEIDA, M. 2018. Pesca, consumo de proteínas e economia no rio Xingu, Amazônia brasileira. Tese Doutorado. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca. 2018. 156 p. CAYÓN L. 2001. En la búsqueda del orden cósmico: sobre el modelo de manejo ecológico tukano oriental del Vaupes. Revista Colombiana de Antropología Vol. 37, p.234-267.

DE FRANCESCO, A. 2023. Terror e resistência no Xingu. Instituto Socioambiental ISA. Altamira. 272 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/25100027.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

DE FRANCESCO, A.; CARNEIRO, C (ORGs). 2015. Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. Instituto Socioambiental-ISA. Realização: Programa Xingu do Instituto Socioambiental. Coordenação: André Villas Bôas e Biviany Rojas. Mapas: Juan Doblas. São Paulo. 64 p. Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2018-06/atlas-pesca-bm.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

DE-FIGUEIREDO, L. V. S. 2013. História e Direito: Política Indigenista. Quarto artigo da série História e Direito, 100 anos. Revista Trimestral de Jurisprudência.

DE MATOS, F. L.A.; BARROS, O. 2022. Cacau, cravo e as “Drogas do Sertão”: o Governador Francisco Xavier De Mendonça Furtado e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Capítulo 3. Em: História, espaço fecundo para diálogos. Antônio Gasparetto Júnior e Ana Paula Bôscaro (Org.), p. 31-46. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/cacau-cravo-e-as-drogas-do-sertao-o-governador-francisco-xavier-de-mendonca-furtado-e-a-criacao-da-companhia-geral-do-grao-para-e-maranhao>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DE MOURA, L. L. H. 2023. Merenda Escolar Indígena e os segredos da floresta: o etnoconhecimento do povo Arara mostrando o que tem para comer na mata.

DE PAULA, M. J. 2020. Respostas de vertebrados terrestres de médio e grande porte a pressões antrópicas em três Áreas Protegidas na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará. Belém, 171 p.

DESCOLA, P. 2000. Ecologia e cosmologia. In: Diegues, A.C. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec.

DE SOUZA, I. C. 2010. A phonological description of “pet talk” in Arara. Thesis for the degree of Master of Arts. University of North Dakota. North Dakota. 125 p.

DINKELMANN, S. S.; GATTI, P. Jr.; DA SILVA, T. C. (ORGs). 2021a. *Tydykedemdubo Udenendyn*. Livro de alfabetização na língua Arara. Textos e Desenhos: Professores indígenas das Terras Indígenas Arara e Cachoeira Seca. Aldeia Iriri: *Mapin Arara. Numdeu Arara. Porrego Arara, Tatji Arara, Tjigbat Arara, Tjigogu Arara. Tymbyape Arara, Timbektodem Arara*. Aldeia Laranjal: *Tada Arara*. Assessoria Linguística: Isaac Costa de Souza e Shirley Dias Cardoso de Souza. Realização: Unyleya Educacional. Programa de Educação Escolar Indígena-PEEI. UHE Belo Monte. Norte Energia-NE. Apoio: Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Ministério de Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio-Funai. Altamira-PA. 88 p.

DONINI, C. V. Z.; DOS SANTOS, C. F. M. 2017. Aliviam e temperam: uso e emprego das drogas do sertão no século XVIII. Universidade Estadual de Maringá. VIII Congresso Nacional de História. XXII Semana de História. VIII CIH. p.p. 909 - 917. ISSN: 2175-4446. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4115.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

EISEMBERG, J. F. Mammals of the Neotropics (vol I). The University Chicago Press. London. 1989. 449p.

EMMONS, L.; FEER, F. Mamíferos de los bosques húmedos de América tropical. Editorial F. A. N. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. 1999. 298 p.

ESTRELLA, M.; GAVENTA, J. 1997. Who counts reality? Participatory Monitoring Evaluation: a literature review. IDS Working Paper 70. International Workshop on Participatory Monitoring and Evaluation. Philipines. International Institute for Rural Reconstruction (IIRR). November. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/3388>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FARINÓS, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. Boletín de la A.G.E. N.º 46 - 2008, p.p. 11-32. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277262154_Gobernanza_territorial_para_el_desarrollo_sostenible_estado_de_la_cuestion_y_agenda. Acesso em: 15 ago. 2020.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. Em: História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 381-396.

FIGUEIREDO, M. 2011. Transição do Brasil Império à República Velha. Araucária. Revista Ibero-americana de Filosofia, Política y Humanidades. Ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. pp. 119–145

FORLINE, L.; FURTADO, G. L. Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropol. 18 (2). Belém (PA). 2002.

FRANCHETTO, B. 2011. Evidências linguísticas para o entendimento de uma sociedade multilíngue. O Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B. (ORG.). 2011. Alto Xingu uma sociedade multilíngue. Museu do Índio (Funai). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p.p. 3-38.

_____. 2020. Língua(s): cosmo políticas, micropolíticas, macro políticas. Dossiê. CAMPOS V.21. Nº jan-jun. 2020. p. 21-36.

GENTRY, A.H. Patterns of Neotropical Plant Species Diversity. In: Hecht M.K., Wallace B., Prance G.T. (eds) Evolutionary Biology. Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-6968-8_1. 1982. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4615-6968-8_1. Acesso em: 14 fev. 2021.

GET. 2020. Amazônia Cartográfica. Tierras calientes, paraísos ignotos y discursos geográficos. Curso Extensión. Grupo de Estudios Transfronterizos. Instituto Amazónico de Investigaciones IMANI. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. 27 de agosto-03 de diciembre. 30h. 2020.

GURAN, M. 2024. Quando os Arara da Cachoeira Seca encontram com os brancos - e o que acontece depois. Em: Diário de Guerra. Samaúma. Jornalismo do centro do mundo. 13 maio 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/quando-os-arara-de-cachoeira-seca-encontram-os-brancos-e-o-que-acontece-depois/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

HARARI, I.; KLEIN, T. 2016. Após três décadas de luta, a TI Cachoeira Seca é Homologada. Instituto Socioambiental-ISA. Realização: Portal notícias web. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-tres-decadas-de-luta-ti-cachoeira-seca-do-iriri-e-homologada>. Acesso em: 18 mai. 2021.

HECKENBERGER, M.; KUIKURO, A.; KUIKURO, U. T.; RUSSELL, C.; SCHMIDT, M.; FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B. 2003. Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? *Science* V: 301 sep. 19. Disponível em: www.sciencemag.org. Acesso em: 14 fev. 2022.

HECKENBERGER, M. J. 2005. *The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000–2000* (1st ed.). Routledge. New York. 432 p. ISBN: 9780203486627. <https://doi.org/10.4324/9780203486627>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203486627/ecology-power-michael-heckenberger>. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. 2011. Forma do espaço, língua do corpo e história xinguana. In: FRANCHETTO, B. (ORG.). 2011. *Alto Xingu uma sociedade multilíngue*. Museu do Índio (Funai). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p.p. 235-279.

IBGE. 1981. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. Rio De Janeiro. 93 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 04 set. 2021.

_____. 2022. Conheça cidades e estados do Brasil. Sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Histórico das cidades do Estado do Pará. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ICMBio. 2012. *Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Rio Xingu*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Ministério de Meio Ambiente – MMA. 164 p. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-rio-xingu/arquivos/pm-resex-rio-xingu-2012.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

_____. 2015. *Plano de Manejo. Estação Ecológica da Terra do Meio*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Criação de Manejo de Unidades de

Conservação. Ministério do Meio Ambiente. 310 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/eseq-da-terra-do-meio/arquivos/dcom_plano_de_manejo_esec_da_terra_do_meio.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

IPHAN, 2023. Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portal web. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ISA. 2021. Povos indígenas do Brasil. Arara. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara>. Acesso em: 05 mai. 2021.

JUNK, W. J., BAYLEY, P.B. & SPARKS, R. E. 1989. The Flood Pulse Concept in River-Floodplain Systems. *Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Science*, 106, 18.

JUNQUEIRA, A. B.; SHEPARD, G. H.; CLEMENT, C. R. 2011. Secondary forests on anthropogenic soils in Brazilian Amazonia conserve agrobiodiversity. *Biodiversity and Conservation*, v. 19, p. 1933-1961, 2011.

KOCH-GRUNBERG, T. 2005. Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905). Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA. Faculdade Salesiana Dom Bosco-FSDB. 627 p.

KOOIMAN, J. 2005. Governar en gobernanza. Em: *La gobernanza hoy: 10 Textos de referencia*. Coordinador Agustí Cerrillo. Instituto Internacional de Governabilitat. Catalunya. Editor: Instituto Nacional de Administración Pública. Madrid. Primera Ed. p.p. 57-81.

KRENAK, A., 2023. Conversa na Rede: Partículas particulares. Ailton Krenak e Eduardo Viveiros de Castro. Direção: Anna Dantes. Produção: Madeleine Deschamps. Produção Audiovisual. Estreou em 16 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wp5NlnNE4BI>. Acesso em: 16 ago. 2023.

KUHN, T. 1998. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva.

LACERDA, N. 2013 O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-93, maio.

LIEBENBERG, L. 2011. The Western Kgalagadi Conservation Corridor Project. CyberTracker Conservation. Patron: Edward O. Wilson, Harvard University www.cybertracker.org. 12 P.

_____. 2012. *The Art of Tracking, the Origin of Science*. New Africa Books; 1st edition. ISBN-13:978-0864861313. 192 p.

_____. 2013. *Tracking Science: The Origin of Scientific Thinking in Our Paleolithic Ancestors*. *Skeptic magazine*. volume 18 number 3. p.p. 18-23. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260157667_Tracking_Science_The_Origin_of_Scientific_Thinking_in_Our_Paleolithic_Ancestors. Acesso em: 18 ago. 2021.

LIMA, P. G. Fundamentação epistemológica do paradigma da complexidade e a dialogia com a formação de professores. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, Editora PUCPRESS, v. 23, n. 78, p. 1072-1086, jul./set, 2023. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.078.DS07>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v23n78/1518-3483-rde-23-78-1072.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA-REIS, M.; LORENZO-RAICES, D.S.; FERREIRA-MARTINS, J.V.; SAMPAIO, R.; ORSI-LARANJEIRA, T.; CONSTANTINO-LIMA, P. de A. 2015. Guia de identificação de espécies alvo de aves e mamíferos. Monitoramento da Biodiversidade. Região 4. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio. v 4. 40 p.

LOPES, M. A.; FERRARI, S. F. 2000. Effects of Human Colonization on the Abundance and Diversity of Mammals in Eastern Brazilian Amazonia. *Conservation Biology* 14(6): 1658-1665.

LÓPEZ, G; LÓPEZ, A. P. Conferencia sobre Políticas de Manejo de los Recursos Naturales en los Resguardos Indígenas del Municipio de Leticia. Banco de la República. Amazonas, Colombia. 2019.

LÓPEZ-URREGO, A. P. 2017. Sobre la Gente de Tabaco y Coca en la ciudad de Leticia. En: *Revista Mundo Amazónico*. Eds. Instituto Amazónico de Investigaciones- IMANI. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas-PPGAS/UFAM. 8(2) p.p. 119-131. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/67024/63351-378971-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MALINOWSKI, B. 2012. *Um diário no sentido estrito do termo*. Tradução: Celina Cavalcante Falck. Revisão Técnica: Lygia Sigaud. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo. 333 p. Disponível em: <http://www.https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1365>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MATOS, B. 2017. Caminhos e malocas: Conjuntos na Amazônia Ocidental. In: *Revista de Antropologia da UFSCar*, 9 (1), jan./jun. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326957333_Caminhos_e_malocas_Conjuntos_na_A

[mazonia Ocidental?enrichId=rgreq-32ffd66795bbb37d1e2e6cca8731250c-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMyNjk1NzMzMztBUzo2NTgwNzU3NzQwOTEyNjVAMTUzMzkwODg5OTM5Ng%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf](#) . Acesso em: 30 jan. 2025.

MILANEZ, F. 2015. Memórias Sertanistas. Cem anos de indigenismo no Brasil. Felipe Milanez (ORG). Edições Sesc. São Paulo. 420 p.

MEIRA, S. 2006. A família linguística Caribe (*Karíb*). Revista de Estudos e Pesquisas (FUNAI): v.3, n.1/2, p. p. 157-174. jul./dez. 2006. Brasília.

MELATTI, J. C. 2002. FRANCHETTO, Bruna e HECKENBERGER, Michael (org.). 2001. Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 496 p. Resenha. Mana: 8(1): p.p. 216-219.

MONTEIRO, R. 2020. Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e das esperanças teimosas. Editora Dalcídio Jurandir. 278 p.

MOORE, D. 2011. “As línguas indígenas no Brasil hoje”. Em: Os contatos linguísticos no Brasil. org. Mello, H.; Altenhofen, C. e Raso, T. (ORG.). Belo Horizonte: Editora UFMG. p.p. 217-240.

MTI/PBOT. Capítulo Indígena: Documento Técnico para ser incluído en el Diagnóstico General de Actualización del Plan Básico de Ordenamiento Territorial-PBOT de Leticia, Amazonas. Mesa Técnica Indígena para el acompañamiento del PBOT del municipio de Leticia. Compilación y Edición: Diego Fernando Builes Puertas. Asesoría en Cultura y Cosmogonía Indígena: Abel Antonio Santos Angarita. Ruth Consuelo Chaparro Lorenzo. Resguardo San Sebastián. ACITAM. AZCAITA CAPIUL. CIHTACOYD. TIWA. Consorcio MC Ingeniería. Alcaldía Municipio de Leticia. 66 p. Documento inédito. 2019.

NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom. 1999.

NIMUENDAJU, K. 1948. Tribes of the lower and middle Xingu River. Handbook of South American Indians. Julian H Steward (ED). Vol 3: The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. p.p. 213-243. Disponível em: http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol3p213-243/vol3p213-343_lower_xingu.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

_____. 1981. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Nacional Pró-Memória. Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. IBGE. Rio de Janeiro. 97 p.

_____. 2017. Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. In: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. IBGE. 1981. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. Rio De Janeiro. 93 p. Versões anteriores: 1981, 1987, 2002. Versão 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 09 mar. 2022.

OCTÁVIO, C.R.; COELHO, M.E. ALCÁNTARA, V. (Orgs). 2020. Proteção e isolamento em perspectiva: experiências do projeto proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia. Centro de Trabalho Indigenista- CTI. 1. ed. Brasília. 407 p. disponível em: https://trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/2021/03/CTI-Protecao_e_Isolamento-impressa-1.pdf. Acesso em: 14 fev. 2021.

OIT. 2011. Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho OIT. Quinta edição. Brasília. 49 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

OPI. 2024. Em reunião com a Funai, povos indígenas de recente contato do Médio Xingu pedem medidas para proteção dos territórios. Matéria Informativa. Em: Observatório dos Povos Indígenas Isolados. 24 abril 2024. Disponível em: <https://povosisolados.org/em-reuniao-com-a-funai-povos-indigenas-de-recente-contato-do-medio-xingu-pedem-medidas-para-protecao-dos-territorios/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

OSTRENG, W. Interdisciplinary Science and Knowledge. Chapter one. Em: Science without Boundaries. Interdisciplinary in Research, Society and Politics. University Press of América. p.p. 01-34. 2010.

PELLEGRINO, E. 2023. Sofrimento psíquico e Belo Monte. Tese (Mestrado). Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Universidade de Brasília-UNB. 89 p.

PEREIRA-NETO, 1990. Breve histórico sobre os índios Arara Iraramã e a invasão das suas terras. Instituto Socioambiental. Belém. 16 p.

PERES, C. A. 2000. Effects of subsistence Hunting on Vertebrate Community Structure in Amazonian Forest. Conservation Biology. 14 (1): 240-253.

PERES, C. A. 2001. Synergistic Effects of Subsistence Hunting and Habitat Fragmentation on Amazonian Forest Vertebrates. Conservation Biology. 15 (6): 1490- 1505.

PETERS, G.; PIERRE, J. ¿Gobernanza sin gobierno? Replanteandose la administración pública. Título original: Governance without Government? Rethinking Public Administration. Journal of Public Administration, Research & Theory, vol. 8, n.º 2, pp. 223-243. Em. La gobernanza hoy: 10 Textos de referencia. Coordinador Agustí Cerrillo. Instituto Internacional de Gobernabilidad. Catalunya. Editor: Instituto Nacional de Administración Pública. Madrid. Primera Ed. 2005. p.p. 123-143.

PEZZUTI, J. C. B. 2009. Manejo de caça e a conservação da fauna silvestre com participação comunitária. Papers do NAEA (UFPA). (235):1-13.

PEZZUTI, J.; CARNEIRO, C.; MANTOVANELLI, T.; ROJAS-GARZÓN, V. 2018. Xingu o rio que pulsa em nós. Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. Instituto Socioambiental-ISA. 1ª Edição. Altamira (Pará). 48 p. Disponível em: https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2019-02/xingu_o_rio_que_pulsa_em_nos.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

PHILIPS, O.; GENTRY, A. H. 1993. The useful plants of Tambopata, Peru: II. Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. Econ Bot 47, 33-43. 1993. <https://doi.org/10.1007/BF02862204>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02862204>. Acesso em: 18 out. 2021.

PHILLIPS, O.; GENTRY A.H.; REYNEL, C.; WILKIN, P. and GALVEZ-DURAND, B. C. 1994. Quantitative Ethnobotany and Amazonian Conservation. Volume8, Issue1. p.p. 225-248. First published: March. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1523-1739.1994.08010225.x>. Acesso em: 18 out. 2021.

PIAGET, J. 1972. L'epistemologie des relations interdisciplinaires. Disponível em: http://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/VE/jp72_epist_relat_interdis.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

PINTO-BARBOSA, R. 1981. A cartografia do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. In. IBGE (org.). 1981. Livro e Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. Colaboração: Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, p. 23-27 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1566>. Acesso em: 04 set. 2021.

POBLETE, M.E. Gobernanza y diferenciación funcional en órdenes sociales complejos. Una aproximación al caso Latino-americano. Revista Ciencias Sociales Nº 26 Primer Semestre 2011 pp. 25-37. Departamento de Ciencias Sociales. Universidad Arturo Prat. Iquique. Chile ISSN: 0717-2257. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237039184_Gobernanza_y_diferenciacion_funcional_en_ordenes_sociales_complejos_una_aproximacion_al_caso_latinoamericano. Acesso em: 15 ago. 2020.

POHL, LUCIANO. 2020. Breve histórico do povo Arara e da TI Cachoeira Seca. Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. 4 p. Disponível em: <https://povosisolados.com/2016/04/06/breve-historico-do-povo-arara-e-da-ti-cachoeira/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

POMPEU, A. J. S. 2023. “As drogas do sertão na Amazônia colonial e a construção de um modelo de economia Atlântica-sertaneja (séculos XVII e XVIII)” *Lócus: Revista de História*, 29, n. 1(2023): 106-125. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/39594/26175>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PORRO, A. História Indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. Em: História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz, p. 175-196.

POSEY, D.A. 1985. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian Amazon. *Agroforest Syst* 3, 139-158.
<https://doi.org/10.1007/BF00122640>

POSEY, D.A. 2004. Indigenous Knowledge and Ethics: A Darrell Posey Reader. Volume 10. Studies in environmental anthropology, ISSN 1025-5869. Editor: Kristina Plenderleith. Edição ilustrada. Psychology Press, 2004. ISBN: 0415323630, 9780415323635. 274p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=i0_X5Yo3nDYC&oi=fnd&pg=PR9&dq=posey+2004+indigenous+knowledge&ots=jXodulHe-g&sig=SEI8_x4EWQjOC1AWzriM_s4k5z8#v=onepage&q=posey%202004%20indigenous%20knowledge&f=false. Acesso em: 18 out. 2021.

POSSUELO, S. 1980. Depoimento sobre Mobilidade do Povo Arara do Pará. Em: TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juaracir de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios). PPGDA. 2020. Estudos sobre Grilagem de Terras no Brasil. Curso. Programa de Pós-graduação em Direito Agrário (PPGDA), Faculdade de Direito. Universidade Federal de Goiás. 27 de agosto. 8h. 2020.

PRANCE, G. T.; BALÉE, W.; BOOM, B. M.; CARNEIRO, R. L. 1987. Quantitative Ethnobotany and the Case for Conservation in Ammonia. *Conservation Biology*. Volume1, Issue4. December. pp. 296-310. First published. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1523-1739.1987.tb00050.x>. Acesso em: 18 out. 2021.

PUERTAS, P.; BODMER, R.; LÓPEZ, J.; DEL AGUILA, J.; CALLE, A. 2000. La importancia de la participación comunitaria en los planes de manejo de fauna silvestre en el nororiente del Perú. *Folia Amazónica*: Vol. 11 (1-2). p.p. 159-179.

RAMOS, R.M.; J.C.B. PEZZUTI; E.M. VIEIRA. 2016. Age structure of the Vulnerable white-lipped peccary *Tayassu pecari* in areas under different levels of hunting pressure in the Amazon. *Forest. Oryx*, 50(1), 56-62. Doi:10.1017/S0030605314000350. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/oryx/article/age-structure-of-the-vulnerable-whitelipped-peccary-tayassu-pecari-in-areas-under-different-levels-of-hunting-pressure-in-the-amazon-forest/AC0811B91FEB4E96B2E1983953447CD7>. Acesso em: 07 set. 2021.

RANGEL, O. 1987. Parque Nacional Natural Amacayacu. en: Orlando Rangel (Ed.). *Colombia Diversidad Biótica I*. Instituto de Ciencias Naturales. Convenio Inderena – Universidad Nacional de Colombia. Bogotá pp. 104-111.

REICHEL-DOLMATOFF, G. 1997. Chamanes de la selva pluvial: ensayos sobre los indios Tukano del noroeste Amazónico. Editorial Themis books. Londres pp. 7-22. Ricklefs R. E. *Ecology*. 3ª. Ed. Freeman. 886 p. 1990.

REPKO, A. F.; SZOSTAK, R. *Interdisciplinary Research: Process and Theory*. Sage Publications Inc. United Kingdom. p.p. 02-27. 2017.

RESTREPO, E. 2016. *Etnografía: alcances, técnicas y éticas*. Primera Edición. Universidad Pontificia Javeriana. Bogotá. Envió Editores. 2016. 100 p.

RICCI-CAMARGO, A. 2018. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Arquivo Nacional Memória da Administração Pública Brasileira. MAPA. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/686-servico-de-protecao-aos-indios-e-localizacao-dos-trabalhadores-nacionais>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RIVERA, J.E. 2015. [1924]. *La Vorágine*. [Recurso Electrónico]. [presentación de Antonio Caballero]. Bogotá. Ministerio de Cultura. Biblioteca Nacional de Colombia, 2015. 350 p. Disponível em: <https://web.seducoahuila.gob.mx/biblioweb/upload/La-voragine.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ROCHA-FREIRE, C.A. 2022. O serviço de Proteção aos Índios. Doutor em Antropologia Social. UFRJ. Pesquisador do Museu do Índio. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/o-servico-de-protecao-aos-indios/>. Acesso em 20 fev. 2022.

RODRIGUES, A.D. Evidence of Tupi-Carib relationships. In: Klein, H. E. M. e Stark, L.R. (org.). *South American Indian Languages: Retrospect and prospect*. University of Texas Press. Austin. p.p. 371-404.

ROMAN, A. P. 2016. Pesca e dinâmica populacional de peixes ornamentais no rio Xingu, Amazônia brasileira: dados pré-barramento do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Tese Doutorado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca, 2016. 142 p.

ROMÁN-JITDUTJAAÑO, O.; ROMÁN-SÁNCHEZ, S. y ECHEVERRI, J. A. 2020. *Iairue nagini/ Aiñiko uruki nagini/ Aiñira uruki nagini/* Halogeno–Halofita/Sal de vida. Instituto de Investigaciones Imani. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. Primera edición, 2020. ISBN 978-958-794-189-0. ISBN 978-958-794-190-6 (libro digital). 1517 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/77785>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Instituto Socioambiental (ISA). Instituto Internacional de Educação do Brasil. Editora Petrópolis. 210 p. 2005.

SANTOS-ANGARITA, A. 2005. Hacia una dialectología tikuna del trapecio amazónico colombiano. Tesis de Carrera de Lingüística. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. 138 p. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/9728/abelantoniosantosangarita.2005.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. 2010. Narración tikuna del origen del territorio y de los humanos. Mundo Amazónico, [S. l.], v. 1, p. 303-314. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/10900>. Acesso em: 2 nov. 2021.

_____. A. 2013. Percepción tikuna de Naane y Naüne: territorio y cuerpo. Tesis de Magister. Línea de investigación en Lingüística y Etnología Amazónica. Maestría en Estudios Amazónicos. Universidad Nacional de Colombia-Sede Amazonia. 272 p. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/51667>. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. 2014. La constitución de naüne (cuerpo) entre los yunatügü (tikuna). Mundo Amazónico, [S. l.], v. 5, p. 327-356, 2014. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/45753>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SANTOS, K. D. S. dos. 2017. “Eu não quero o lugar dos outros”: direitos e conflitos na Terra Indígena Cachoeira Seca. 276 p. Dissertação de Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia. Área de Concentração: Bioprospecção e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Santarém. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54666308/Kerlley_SANTOS_Dissertacao_posdefesa.pdf?1507554421=&response-content-

[disposition=inline%3B+filename%3DEu%20nao%20quero%20o%20lugar%20dos%20outros%20direito.pdf&Expires=1635195382&Signature=FZSXivGxW3zVQXLLIUEM7CfdtEwZInpb6b4~6wcY-TWmZYPCT2QvKUPSn~CIJlqwbPDRVzJhF07nSWuJ3kntVlroNUuHrpA4ITK7Rx1Yxxp~7lFMDYXJWWvrQIYGowCIwIKj7PZwHG8U4X~GiCiMs6IkCXGxTLbzGj0zyGGpo07RldZN1CD-NJ3JO8OeAca5lM19f~u~wbdt6~VIPIQyDaTA5IIMN3f22WPcAUKSxld6~ugoZDUMNqwcZKCI72EuMlurL5wOkPgo2BM0vHqtPbKG-r36RhNbpile9let5JXzvGnavM-rw-BjrktfP8svsc~4Gq-vVZAQZD1zAV4jDQ&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.](https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2007.00759.x)
Acesso em: 20 out. 2021.

SCHACHERER, J.; SHEPARD Jr, G. H.; KAPLAN H.; PERES, C. A.; LEVI, T.; DOUGLAS W. 2007. The Sustainability of Subsistence Hunting by Matsigenka Native Communities in Manu National Park, Peru. *Conservation Biology*. Volume 21, Issue 5. pp. 1174-1185. First published: 14 August. 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2007.00759.x>. Disponível em: <https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1523-1739.2007.00759.x>. Acesso em: 18 out. 2021.

SCHADEN, E. 1956. Karl von den Steinen e a exploração científica do Brasil. *Revista de Antropologia*, 4(2), 117–128. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44114038>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SERRA, M. 2020. Mapas Históricos do Brasil. *Panmythica*. Dimensões de um mesmo mundo. Disponível em: <https://www.panmythica.com/2008/04/mapas-historicos-do-brasil.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SHEPARD JR, G. H.; YU, D. W. ; LIZARRALDE, M.; ITALIANO, M. 2001. Rainforest habitat classification among the Matsigenka of the Peruvian Amazon. *Journal of Ethnobiology*, Tulane, LA, US, v. 21, n.1, p. 1-38.

SHEPARD JR, G. H.; YU, D. W. 2001. Verificación etnobotánica de imágenes de satélite: La intersección de conocimientos tradicionales y científicos. *Debate Agrario*, Lima, Peru, v. 33, p. 19-24, 2001.

SHEPARD, G.H., RAMIREZ, H. 2011. “Made in Brazil”: Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) in Ancient Amazonia. *Econ Bot*: 65, 44–65. <https://doi.org/10.1007/s12231-011-9151-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12231-011-9151-6>. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA-PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. 2016. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geosp–Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/122692/122598>. Acesso em: 15 out. 2021.

STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R. F.; MEDAETS, C.V. 2019. Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA. Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém-PA. 244 p. Disponível em:

<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/644>. Acesso em: 04 abr. 2022.

STRAUSS, L. 1971. Lo Crudo y lo Cocido. Oberturas I y II. EN: Mitológicas. Edición Fondo de Cultura Económica. Mexico. pp 119-157. 1971. Disponível em:

<https://revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/article/view/12094>. Acesso em: 16 set. 2021.

TAYORI-KENDERO, L.; QUICQUE-BOLIVAR, K.; QUILLAHUAMAN-LASTEROS, N. 2018. Indicadores climáticos by fenológicos del pueblo Harakbut. Interpretación de los mundos Harakbut. Editado por: Oficina del Consejo Harakbut Yine Machinguenga (COHARYIMA). Puerto Maldonado. Perú. 105 p.

TEIXEIRA-PINTO, M. 1989. Os Arara: tempo, espaço e relações sociais de um povo Karib. Rio de Janeiro. UFRJ-Museu Nacional, 286 p. (Dissertação de Mestrado).

_____. 1993(a). Corpo, morte e sociedade: um ensaio a partir da forma e da razão de se esquartejar um inimigo. Rev. Brasil. de Ci. Soc., fev. v. 8, n. 21, p. 52-67. São Paulo.

_____. 1993(b). Relações de substância e classificação social: alguns aspectos da organização social Arara. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 90, p. 169-204.

_____. 1995. Entre esposas e filhos: poligínia e padrões de aliança entre os Arara (Caribe). In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). Antropologia do parentesco: estudos ameríndios. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 229-64.

_____. 1997. Ieipari: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). Editora Anpocs/Hucitec/UFPR. Baseado na tese de Doutorado: Ieipari: ensaio sobre um tema ritual Arara. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional (1996). 422 p.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. 2021. Terra Indígena Cachoeira Seca: área habitada por Arara. Terras Indígenas no Brasil (ONG). Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3593#sobre>. Acesso em: 18 mai. 2021.

TERRELL, S.R. 2016. Writing a Proposal for Your Dissertation: Guidelines and Examples. The Guilford Press, NY, USA. p. 196-215.

TONACCI, A. 1980. Os Arara. Realização: Interpovos Bandeirantes. Câmera Auxiliar: Adriana Mattoso. Editor: Juraci de Amaral Jr. Género: Documentário. Duração: 1 h. 47 min. (dividido em dois episódios).

TORRES, M.; DOBLAS, J.; ALARCON, D. F. 2017. *Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense*. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia. 244p. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/dono_e_quem_desmata_conexoes_entre_grill.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.

URBAN, G. 2002. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. Em: *História dos índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha (Orgs). São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 1ª Edição 1992. 2ª. Edição 1998. 2ª Edição. 1ª Reimpressão 2002. Editora Schwarcz. p.p. 87-102.

VAN DER HAMMEN, M. C. 1992. *Concepción y manejo del mundo*. en: Juan Guillermo Saldarriaga y Thomas Van der Hammen (Eds) *El manejo del mundo: Naturaleza y sociedad entre los Yucuna de la Amazonía Colombiana*. Tropenbos, Bogotá.

VELOSO, C. 1996. Prefácio. In: *Os Sonhos não Envelhecem. Histórias do Clube da Esquina*. Autor: Márcio Borges 1996. Geração Editorial. Rio de Janeiro. p.p. 7-13.

VILLALÓN, M. E. A spatial model of lexical relationship among fourteen Caribbean varieties. In: *Language changes in South American Indians languages*. KEY, M. R. (ORG.). University of Pennsylvania Press. Filadelfia. p.p. 54-98.

VILLAS BÔAS, A.; ANDRADE, A.M.; POSTIGO, A. 2017. *Terra do Meio/Xingu. Os saberes e as práticas dos beiradeiros do rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará*. Instituto Socioambiental-ISA. Realização: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora). Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri (Amoreri). Associação dos Extrativistas do Rio Iriri / Maribel (Aerim). Instituto Socioambiental-ISA. Mapas: Juan Doblás Prieto e Camila Bonassio. São Paulo. 524 p. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Livro_Terra_Meio-baixa.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

VILLAS BÔAS, A.; RIBAS-GUERRERO, N.; PRATES-JUNQUEIRA, R.G.; POSTIGO, A. 2017b. *Histórias dos produtos da floresta*. Revisão: Marina Kahn. Mapas: Juan Doblás Prieto. Hever Queiroz Alves. Instituto Socioambiental-ISA. São Paulo. 392 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xingu-historias-dos-produtos-da-floresta>. Acesso em: 05 fev. 2022.

VENÂNCIO, M.; CHELOTTI, M. 2023. Colonização e apropriação do território Amazônico: a exploração das “drogas do sertão” e a mão-de-obra indígena. Capítulo “A chegada do estranho na Amazônia: da colonização à colonialidade do poder”, da tese de doutorado intitulada “Vozes silenciadas no território indígena Akwe-Xerente: expressões da colonialidade no Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) pós-construção da UHE de Lajeado no rio Tocantins”. Defesa: 2020. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Revista Geo Nordeste, Ano XXXIV, n. 1. Janeiro - Junho, 2023. p. 41-54. ISSN: 2318- 2695. São Cristóvão.

VON DEN STEINEN, K. 1885. Mapa Especial do Rio Xingu I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII. Levantamentos e coordenadas: O. Clauss. Escala 1: 500.000. Expedição Karl von den Steinen. 1884. 1 p. In: COELHO-PENTEADO, V. (ORG.) 1993. Karl von den Steinen: Um século de Antropologia no Xingu. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). 1ª edição, impressão de 1993. São Paulo. 640 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Tn0aDf5U2sEC&oi=fnd&pg=PA19&dq=Karl+von+den+Steinen+Um+S%C3%A9culo+de+Antropologia+no+Xingu+1993&ots=pUwYZurwRG&sig=axcv16E%20zbgktgVl3ej-VOpYvO4c#v=onepage&q=Karl%20von%20den%20Steinen%20Um%20S%C3%A9culo%20de%20Antropologia%20no%20Xingu%201993&f=false>. Acesso em: 12 jan. 2022.

WEINSTEIN, B. 1993. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Coleção Estudos Históricos. Editora da Universidade de São Paulo-Edusp. 373 p. São Paulo.

ZÁRATE-BOTIA, C. B. 2008. Silvícolas, sirringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932 (Vol. 1), Universidad Nacional de Colombia.

ANEXO A-Autorização da Associação Kowit para levantamento de dados na TI Cachoeira Seca.

Para: Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu (FUNAI CTL ALTAMIRA)
 Ref.: Solicitação de apoio para realização de oficinas de etnomapeamento

Prezado Senhor Cleitom,

A Associação KOWIT buscando fortalecer a gestão territorial do povo Arara na TI Cachoeira Seca (PA), solicitou apoio técnico ao estudante de Doutorado do Programa de Desenvolvimento Sustentável (NAEA/UFPA) Diego Fernando Builes Puertas, para a realização de oficinas participativas sobre gestão ambiental e territorial e etnomapeamentos das áreas de uso, nos meses de outubro e novembro. O referido trabalho será realizado em caráter voluntário e contará com a supervisão do Instituto Maira.

Para que a Associação KOWIT possa executar esta proposta solicitamos apoio da Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu (FUNAI CTL ALTAMIRA) para:

- Deslocamento, ida e volta, de Altamira para aldeia Iriri;
- Apoio alimentação para 23 dias;
- Apoio combustível para pequenas expedições de etnomapeamento e georreferenciamento das áreas de uso (100 litros de gasolina, 50 litros de óleo diesel e 2 litros de óleo lubrificante para motor tipo rabeta).

Aguardamos a resposta da FUNAI para que possamos, o quanto antes, realizar as atividades propostas neste ofício.

Atenciosamente,

Tymbektodem Arara
 Presidente da Associação KOWIT

Tymbektodem Arara

TI - Terra Indígena Cachoeira Seca
 Aldeia Iriri (Aldeia do Rio Iriri)

Altamira - Pará
 Brasil
 CEP 107/0001-83

KOWIT
 Associação Arara



ANEXO B-Autorização lideranças da TI Cachoeira Seca para uso dos dados na Tese.

